

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Nº 11 - Brasília, 2021

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

ISSN 2525-6653



Número 11
Brasília – 2021

EXPEDIENTE

Editor da Revista: Paulo Roberto de Almeida

Capa: Dinho Aor

Diagramação: samuel.tabosa@gmail.com

DIRETORIA DO IHG-DE, GESTÃO 2020-2022

Presidente: Ronaldo Poletti

1º Vice-Presidente: Tarcízio Dinoá Medeiros

2º Vice-Presidente: Eugênio Giovenardi

Secretário-Geral: José Theodoro Mascarenhas Menck

1º Secretário: Virgílio Caixeta Arraes

2º Secretário: Napoleão Valadares

1º Tesoureiro: Marcelo Grangeiro Quirino

1ª Diretora de Biblioteca: Cleusa Neves da Silva Lopes

2º Diretor de Biblioteca: Bernardo Felipe Estellita Lins

Diretor de Publicações: Paulo Roberto de Almeida

Orador Oficial: Hugo Studart

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Lincoln Magalhães da Rocha

Roberto Mário da Silva Castello

Sebastião Fontenele França

Suplentes:

Carlos Eduardo Vidigal

Cláudio José Pinheiro Villar de Queiroz

Filipe Rizzo Oliveira

Comissão de Ética e Admissão:

José Theodoro Mascarenhas Menck

Tarcízio Dinoá Medeiros

Hugo Studart

Napoleão Valadares

Carlos Euler Currlin Perpétuo

Bruno da Silva Antunes Cerqueira

Roberto Castello

Equipe Educacional:

Denise Coelho Silva Rabello

Luiz Gustavo Leonel dos Reis

Milton Carlos Facchinetti Leone Filho

Otávio Alves de Oliveira

Sumário

- Apresentação: No limiar do bicentenário da Independência 7
Paulo Roberto de Almeida
- Cronologia de eventos que culminaram na independência do Brasil ... 11
José Theodoro Mascarenhas Menck

Artigos

- A Formação da Memória Nacional: breve história
do IHGB e do IHG-DF 31
William Almeida de Carvalho
- Universidade e Instituto Histórico e Geográfico 37
Ronaldo Poletti
- A saga de Lúcio Costa e Brasília 53
Jorge Guilherme Francisconi
- Lúcio Costa: o homem que mandou no sol 87
Pedro Jorge de Castro
- Brasília, primeira imagem 91
Eugênio Giovenardi
- Primeira Obrigação Tributária no Brasil 111
Tarcízio Dinoá Medeiros
- Especulações sobre a evolução da ordem global no século XXI 121
Paulo Roberto de Almeida
- O pensamento econômico de Roberto Simonsen 145
Bernardo F. E. Lins

Memória

- A poesia e a prosa de Clóvis Sena 195
João Carlos Taveira
- Antônio Paim: do marxismo ao liberalismo 201
Paulo Roberto de Almeida

O Richard Burton que não conheceu Elizabeth Taylor	213
<i>Danilo Gomes</i>	
O maoísmo internacional e os comunistas brasileiros	217
<i>Hugo Studart</i>	
Réquiem para uma ilusão: a trajetória do comunismo no Brasil, 1922-1992	251
<i>Gustavo Marques</i>	

Resenhas

O Brasil contra democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul	283
<i>Roberto Simon – Paulo Roberto de Almeida</i>	
A vitória da vida sobre a política. A relação entre necessidade, trabalho e totalitarismo no pensamento de Hanna Arendt	297
<i>Adahlton Dourado Júnior – Ronaldo Poletti</i>	
O constitucionalismo e o fim do absolutismo régio	303
<i>José Theodoro Mascarenhas Menck (org.) – Ronaldo Poletti</i>	
Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal	307
Sumários dos números anteriores da <i>Revista do IHG-DF</i>	315
Normas para colaboradores	327

Apresentação

No limiar do bicentenário da Independência

Na qualidade de diretor de publicações do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, tenho o prazer de apresentar o número 11 de nossa revista, retomando a já longa série histórica de nosso principal veículo de divulgação. Ela é certamente um pouco mais jovem do que a já prosecta revista do IHGB, que começou a circular em 1839, um ano depois da fundação da mais antiga instituição cultural do Brasil. Nossa revista promete, no entanto, manter uma longa continuidade no horizonte previsível que se abre à nossa frente, justamente agora quando o Brasil se prepara para comemorar, em 2022, os dois primeiros séculos de sua existência enquanto Estado independente.

O bicentenário da independência será certamente um grande tema, não apenas para 2021, ou para o próximo número desta revista, e não apenas através de suas páginas, pois que o IHGB está concebendo e começando a realizar diversas outras manifestações culturais no contexto da grande efeméride. Abrimos este número, precisamente, com uma cronologia de eventos vinculados ao processo da conquista da autonomia da nação, preparada pelo Secretário Geral do IHH-DF, o historiador José Theodoro Mascarenhas Menck, pela qual podem ser identificados os principais marcos históricos que nos levaram do Reino Unido a Portugal e Algarves ao Império do Brasil, passando pela regência do príncipe D. Pedro, depois do retorno a Portugal do rei D. João VI. Essa

cronologia pautará, em 2022, vários dos eventos que o IHG-DF promoverá durante o ano e mais além (pois que a cronologia que agora se publica se estende até o próprio reconhecimento da nossa independência pela antiga metrópole).

A revista pretende empreender, para seus próximos números, um grande projeto de reforma e modernização, tanto no plano editorial e gráfico, quanto na estrutura e conteúdo substantivo, começando pelo estabelecimento de um conselho consultivo e outro editorial, com o objetivo específico de fazê-la acompanhar tanto tendências modernas de composição eletrônica, quanto de revisão de conteúdo por pareceristas anônimos. Muitas das revistas desta área já passaram a a ser editadas e publicadas bases inteiramente digitais, e esta é uma tendência inevitável em periódicos de pretensões acadêmicas como o nosso.

Quanto ao conteúdo deste número, adotou-se uma divisão elementar entre artigos de pesquisa ou de opinião, num total de oito contribuições, textos de caráter histórico ou memorialístico, em número de cinco), finalizando por três resenhas de livros recentes, entre elas a de uma das publicações recentes de nosso Secretário Geral sobre uma das etapas do processo de independência, assinada pelo presidente Ronaldo Poletti. Tal estrutura não implica em que ela seja permanente ou imutável. Na primeira seção, de forma apropriada, temos artigos sobre o venerável IHGB e sobre o próprio IHG-DF, sobre Brasília e seus “pais fundadores”, sobre nossa organização tributária e dois últimos sobre questões globais e um discurso de homenagem ao patrono Roberto Simonsen. Nas “memórias”, temos dois artigos sobre o comunismo no Brasil, sobre o explorador inglês Richard Burton e duas homenagens a intelectuais falecidos. As resenhas incluem ainda uma pesquisa sobre a participação da ditadura brasileira no golpe do Chile e um estudo sobre pensamento de Hannah Arendt.

Em próximos números, procurar-se-á estabelecer uma divisão adaptada às necessidades e objetivos de nosso Instituto, com especial atenção à nossa circunstância geográfica e política, de estarmos na capital da República, na cidade, ao centro do país, que estava na concepção dos “pais fundadores” da pátria, José Bonifácio e Hipólito da Costa como devendo abrigar a nova capital da nação independente. Brasília já completou 61 anos e dentro de poucos anos a maior parte de sua população terá nascido aqui, assim como já ocorre com alguns dos membros do nosso Instituto.

A venerável revista do IHGB, por exemplo, apresenta diferentes seções bem caracterizadas, iniciando (depois de uma “Carta ao leitor”, que preenche esta exata função) por uma primeira parte composta por “Artigos e Ensaios”, seguida por uma seção dedicada a “Comunicações”, que são notas sobre temas específicos, uma terceira voltada para “Documentos” (basicamente transcrições de manuscritos de eras pregressas), terminando, finalmente, por resenhas de livros históricos. No expediente final se divulgam os nomes dos “benfeitores” da revista – uma excelente ideia –, os nomes dos colaboradores pareceristas (sem que se anuncie quais artigos foram examinados por cada um deles) e, por fim, as normas editoriais de publicação, ou seja, um guia para os autores desejosos de enviar suas colaborações para o conselho editorial da revista.

Daremos conhecimentos aos membros do IHG-DF, aos leitores desta revista, assim como ao público em geral sobre nossas próximas etapas editoriais e propostas substantivas.

Paulo Roberto de Almeida

Diplomata, professor, diretor de publicações do IHG-DF

Cronologia de eventos que culminaram na dissolução do Reino Unido e na independência do Brasil (1820-1825)

José Theodoro Mascarenhas Menck¹

■ 1820

24 de agosto – Estoura a Revolução Constitucionalista do Porto, que exige a constitucionalização do Reino Unido bem como a volta do Monarca a Portugal.

15 de setembro – Adesão de Lisboa ao movimento constitucionalista do Porto.

12 de outubro – Decreto cria no Rio de Janeiro a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil – Escola de Belas Artes.

17 de outubro – Chegam ao Rio de Janeiro as primeiras notícias acerca da Revolução do Porto.

■ 1821

1º de janeiro – Adesão do Grão-Pará à Revolução Constitucionalista do Porto.

26 de janeiro – Instalação das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, em Lisboa.

6 de fevereiro – Alvará que “manda criar uma Relação na Vila do Recife de Pernambuco.

1 Usamos como base a cronologia elaborada por Maria Beatriz Nizza da Silva para o livro *Formas de Representação Política na Época da Independência*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987, p. 192 e segs.; cotejada com a fornecida por José Murilo de Carvalho no livro *As Armas, Cidadãos!* São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/ Editora UFMG, 2012, págs. 217 a 231; com *O ano da Independência*. Brasília: Senado Federal, 2010 & com o *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*, de José Teixeira de Oliveira, 3ª edição, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1992.

10 de fevereiro – Adesão da Bahia ao movimento constitucionalista. Posse da junta Provisional de Governo, composta pelo Desembargador Luís Manuel de Moura Cabral – Presidente; Deão Luís Fernandes da Silva Freire; Tenentes-Coronéis Francisco de Paula e Oliveira, Francisco José Pereira e Manuel Pedro de Freitas Guimarães; Francisco Antônio Filgueiras; Paulo José de Melo Azevedo; José Antônio Rodrigues Viana; Desembargador José Caetano de Paiva e Bacharel José Lino Coutinho.

12 de fevereiro – Alvará cria a Comarca da Ilha de Santa Catarina, seccionada da Comarca do Rio Grande do Sul.

18 de fevereiro – A Junta da Bahia pede ao governo de Lisboa que mande tropas para eventual conflito com Pernambuco e Rio de Janeiro.

20 de fevereiro – O governador de Sergipe d'El Rey (capitania autônoma da Bahia desde 8 de julho de 1820), não queria aderir à insurreição constitucionalista, e entregou o governo ao Tenente-Coronel Carlos César Burlamaqui.

23 de fevereiro – Decreto de D. João VI cria a Comissão do Conselho Real para estudar as reformas necessárias para tratar das leis constitucionais e evitar a demora da chegada dos procuradores das províncias mais distantes convocados pelo Decreto de 18 de fevereiro de 1821 (antedatado, mas promulgado nesse dia). Tais procuradores das Câmaras das cidades e vilas principais do Brasil e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, deveriam adaptar às realidades locais, as leis constitucionais que se discutiam em Lisboa.

26 de fevereiro – Pronunciamento de adesão da tropa portuguesa instalada no Rio de Janeiro ao movimento constitucionalista. D. João aceita todas as imposições da tropa e aprova, antecipadamente, o texto constitucional a ser elaborado em Lisboa. Aparece, pela primeira vez, D. Pedro na cena política, como intermediário entre o monarca e a tropa.

2 de março – Decreto sobre a Liberdade de Imprensa.

7 de março – Decreto em que D. João VI anunciou que regressaria a Portugal e que o Príncipe D. Pedro ficaria como Regente do Reino no Brasil. Outro Decreto determinava eleições dos deputados brasileiros para as Côrtes de Lisboa, segundo os métodos previstos na Constituição

Espanhola de 1812. Na prática, era a dissolução da comissão constitucional criada para o Brasil em 23 de fevereiro.

18 de março – Carlos César Burlamaqui, que não quisera aderir ao movimento constitucionalista, foi deposto do governo da Capitania de Sergipe d'El Rey e substituído por uma Junta de Governo Provisório.

26 de março – Carta Régia nomeou Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande o Brigadeiro João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun.

27 de março – Começa a circular em Recife o jornal *Aurora Pernambucana*.

6 de abril – Adesão da Capitania do Maranhão à Revolução Constitucionalista do Porto.

8 de abril – Eleições dos eleitores compromissários e dos eleitores da paróquia no Rio de Janeiro, segundo o método e as instruções da Constituição de Cádiz.

14 de abril – Sendo Governador de Ceará Francisco Alberto Rubim, o major Jerônimo Delgado Esteves, à frente da tropa de linha e de parte da população, exigiu que se jurasse imediatamente obediência ao Rei e à futura Constituição.

20 de abril – Reuniram-se na Praça do Comércio os eleitores de paróquia do Rio de Janeiro, aos quais se comunicou, por ordem do Ministro de Estado Silvestre Pinheiro Ferreira, o que se decidira acerca da partida do Rei para Portugal e das instruções ao Príncipe Real que ficaria no Brasil, na condição de Príncipe Regente. A reunião foi tumultuada por indivíduos que não eram eleitores e que tomaram parte na discussão. Nomeou-se uma comissão para ir ao Paço de São Cristóvão pedir ao Rei a promulgação imediata da Constituição Espanhola. Os Ministros de Estado, que estavam reunidos com o monarca quando a deputação foi recebida, concordaram com a assinatura de um decreto satisfazendo o requerimento da assembleia.

21 de abril – O decreto que declarou a Constituição espanhola ter vigência no Brasil até a promulgação da que se elaborava em Lisboa, recebeu a data de 21 de abril. Com a notícia da concessão obtida, tornou-se ainda mais tumultuada a assembleia dos eleitores paroquiais reunida na Praça

do Comércio. Depois de violenta discussão, resolveu-se impedir a partida da família real para Portugal, apresentar-se ao Rei uma lista de quatro nomes para novo ministério e eleger uma Junta ou Conselho de Governo. A tropa lusa dispersou com tiros a assembleia, tendo deixado no local mortos e feridos (suspeitou-se que a ordem partira de D. Pedro).

22 de abril – Por novo decreto, D. João anulou o decreto do dia anterior, relativo à Constituição Espanhola. Mandou proceder a devassa sobre os acontecimentos dos dias 20 e 21 e estabeleceu os poderes da Regência e do Governo Provisório do Reino do Brasil, que ficaria confiado a D. Pedro.

26 de abril – Partiu do Rio de Janeiro a esquadra que conduzia a Portugal D. João VI.

14 de maio – Eleição dos eleitores de província no Rio de Janeiro.

20 de maio – Eleição dos deputados do Rio de Janeiro para as Cortes de Lisboa. Eleição em São Paulo para a escolha dos deputados às Cortes de Lisboa.

23 de maio – Decreto que determinava ninguém ser preso no Brasil sem ordem, por escrito, de juiz ou magistrado criminal do território, exceto em caso de flagrante delito, quando então qualquer pessoa do povo poderia prender o delinquente.

1º de junho – Começou a circular no Rio de Janeiro o *Diário do Rio de Janeiro*.

5 de junho – *Bernarda* no Rio de Janeiro: as tropas portuguesas, sob o comando do General Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares, reúnem-se no largo do Rossio, Rio de Janeiro, a exigir o juramento das Bases decretadas pelas Cortes de Lisboa para a Constituição e a demissão e deportação, para Portugal, do Ministro Conde dos Arcos, o qual fora nomeado por D. João como Ministro do Reino para auxiliar o Príncipe Regente na condução dos negócios brasileiros. D. Pedro quis ouvir o Senado da Câmara do Rio de Janeiro e os eleitores locais que haviam concordado com as exigências da tropa. Foi eleita no mesmo dia uma Junta Consultiva de Governo.

21 de junho – A Junta provisional da Bahia formalizou seu desligamento do governo do Rio de Janeiro, e vinculação diretamente às Cortes de Lisboa.

21 de julho – Atentado contra Luís do Rego Barreto, Governador de Pernambuco, que escapou ferido.

31 de julho – Foi assinado em Montevidéu tratado de incorporação da Banda Oriental do Rio Uruguai ao Reino do Brasil, com o nome de Província Cisplatina.

4 de agosto – Começou a circular em Salvador o *Diário Constitucional*, denominado, depois, *O Constitucional*.

23 de agosto – Lei determinando que se distribuíssem por duas secretarias os negócios que corriam pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, tendo uma esta denominação e, a outra, Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

28 de agosto – Abolição da censura prévia no Brasil por intermédio de Aviso de D. Pedro.

29 de agosto – Instalação, em Goiana, Pernambuco, de um governo presidido por Francisco de Paula Gomes dos Santos.

3 de setembro – Eleição dos deputados baianos às Cortes.

15 de setembro – Publicado no Rio de Janeiro o primeiro número do *Revêrbero Constitucional Fluminense*, redigido por Joaquim Gonçalves Ledo e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, que iniciaram uma campanha pela separação dos Reinos do Brasil e de Portugal.

21 de setembro – Ataque de tropas do governo de Goiana contra Recife e Olinda, onde estacionavam as tropas fiéis ao General Luís do Rego Barreto.

29 de setembro – Decretos das Côrtes de Lisboa, a ordenar o regresso de D. Pedro a Portugal e a criação em cada província do Brasil de uma Junta Provisória de Governo e um comando militar, independentes entre si e diretamente vinculados a Lisboa.

3 de novembro – Tentativa, em Salvador, de deposição da junta submissa às Cortes. Dezesseis envolvidos são deportados para Lisboa.

1º de outubro – Decreto que determinou provisoriamente a forma de administração política e militar das Províncias do Brasil. Generalizava-se, por conseguinte, a denominação de províncias a todas as antigas capitanias do Brasil.

5 de outubro – Convenção de Beberibe, entre a Junta de Governo de Goiana e o Governo do Recife, de que resultou a decisão de eleição de um novo governo, para suceder aos governos em conflito.

26 de outubro – Eleições da Junta Provisória do Governo de Pernambuco, das quais saiu eleito Gervásio Pires Ferreira como presidente. No mesmo dia embarcaram para Lisboa as tropas portuguesas que estavam estacionadas em Pernambuco, bem como o antigo Governador Capitão-General Luís do Rego Barreto.

10 de novembro – Começou a circular em São Luís do Maranhão *O Conciliador*.

9 de dezembro – Carta Régia nomeou o Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo Governador de Armas da Bahia.

18 de dezembro – Começou a circular no Rio de Janeiro *A Malagueta*.

24 de dezembro – Representação da Junta de São Paulo em que se solicitava ao Príncipe Regente que desobedecesse aos decretos das Côrtes e ficasse no Brasil.

■ 1822

9 de janeiro – D. Pedro, para atender a representações de fluminenses, paulistas e mineiros, em forma de manifesto com 8.000 assinaturas, resolveu ficar no Brasil, em desobediência às ordens diretas das Côrtes de Lisboa.

11 de janeiro – As tropas portuguesas da guarnição do Rio de Janeiro, comandadas pelo General Avilez, ocuparam o Morro do Castelo e outras posições, com vistas a forçar D. Pedro a retornar a Portugal. Cerca de 4.000 milicianos e cidadãos armados reuniram-se, por seu turno, no Campo de Sant’Ana, com o objetivo de defenderem D. Pedro.

12 de janeiro – O goiano Tenente-General Joaquim Xavier Curado assumiu o comando das forças que apoiavam o Príncipe D. Pedro na sua decisão de permanecer no Brasil. O General Jorge de Avilez concordou em retirar suas tropas da cidade do Rio de Janeiro.

13 de janeiro – Carta de Lei das Cortes extinguiu os tribunais superiores criados no Brasil por D. João VI.

14 de janeiro – Manifesto do General Jorge de Avilez aos cidadãos do Rio de Janeiro em que desaprovava a decisão de D. Pedro de obedecer às Cortes e ficar no Brasil.

16 de janeiro – D. Pedro, cujo ministério montado por D. João para auxiliá-lo fora dissolvido por insurreição das tropas em 5 de junho do ano anterior, formou autonomamente seu primeiro ministério com José Bonifácio de Andrada e Silva, como Ministro do Reino; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, na pasta da Fazenda; o General Joaquim de Oliveira Álvares, na Guerra; e Manuel Antônio Farinha – Conde de Sousel – na Marinha.

2 de fevereiro – Posse da Junta de Governo da Bahia, composta pelo Dr. Francisco Vicente Viana – presidente; Desembargador Francisco Carneiro de Campos – secretário; e na qualidade de membros: Francisco Martins da Costa, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Cônego José Cardoso Pereira de Melo, Tenente-Coronel Manuel Inácio da Cunha Menezes, Desembargador Antônio da Silva Teles e Brigadeiro Manuel Pedro.

8 de fevereiro – O Senado da Câmara do Rio de Janeiro aprovou o projeto de José Clemente Pereira para que se representasse ao Príncipe Regente sobre a necessidade da criação de um Conselho de Procuradores de Província. Eram autores da proposta: Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Cônego Januário da Cunha Barbosa e General Luís Pereira da Nóbrega.

9 de fevereiro – Notificação do Príncipe D. Pedro, a bordo da fragata União, ao General Jorge Avilez Juzarte de Sousa Tavares, para que regressasse para Lisboa com sua tropa, a Divisão Auxiliadora.

15 de fevereiro – Partiram do Rio de Janeiro para Lisboa as tropas portuguesas do General Avilez.

16 de fevereiro – Decreto de D. Pedro a convocar um Conselho de Procuradores do Brasil, nomeados pelos eleitores de paróquia.

Na Bahia, tropas portuguesas do Regimento número 12, da Legião Constitucional Lusitana e das fortalezas de Santo Antônio Além do Carmo e do Barbalho amanheceram de prontidão. Em reação, oficiais brasileiros de linha e milícias coletaram assinaturas para representação ao Senado

da Câmara contra a posse de Madeira de Melo, e com pedido de que fossem consultadas as câmaras do interior e observada a consulta enviada às Cortes. A representação foi redigida pelo advogado Francisco Gomes Brandão – que mais tarde mudou o nome para Francisco Gê Acaiaba de Montezuma – formado em Coimbra e redator do *Diário Constitucional*.

17 de fevereiro – Tomou posse a Junta de Governo do Ceará, eleita em 15 de janeiro, tendo como presidente o Desembargador José Raimundo do Paço de Porbem Barbosa (*sic*) e constituída pelo Padre Francisco Gonçalves de Magalhães, o comerciante Mariano Gomes da Silva, José de Agrella Jardim, e José de Castro e Silva.

18 de fevereiro – A junta da Bahia deu posse a Madeira de Melo como Governador d’Armas da província. Simultaneamente, foi criada uma junta militar com sete membros presidida por Madeira de Melo, composta por Manuel Pedro de Freitas Guimarães (brasileiro e até então governador d’Armas interino) e quatro outras pessoas, duas indicadas por cada um. Ficando uma a ser sorteada, que governaria até que as Cortes decidissem qual dos dois brigadeiros deveria ser efetivado. O clima de guerra civil toma conta de Salvador.

19 de fevereiro – Enfrentam-se, na Bahia, os partidários do Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, Governador de Armas Interino, escolhido pela Junta de Governo da Bahia, e os do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, Governador de Armas nomeado pelas Cortes de Lisboa.

21 de fevereiro – Rendição do Brigadeiro Manuel Pedro, no forte de São Pedro, Salvador – Bahia. Nos combates morreram entre duzentas e trezentas pessoas, dentre as quais, no dia anterior, 20 de fevereiro, a abadessa do convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, Soror Joana Angélica, ferida mortalmente a golpes de baioneta ao impedir a entrada de soldados no claustro do convento.

22 de fevereiro – Instalou-se em Porto Alegre a Junta Governativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, composta por: Brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun – presidente; Marechal de Campo João de Deus Mena Barreto – vice-presidente; Manuel Maria Ricalde Marques – secretário dos negócios políticos; Brigadeiro José Inácio da Silva – secretário dos negócios da guerra; e membros sem pasta: Brigadeiro Félix José de Matos; Manuel Alves dos Reis Lousada; o

vigário da vila do Rio Pardo Padre Fernando José de Mascarenhas Castelo Branco; Francisco Xavier Ferreira e o Desembargador José Teixeira da Mata Bacelar.

Na Bahia 848 comerciantes, proprietários e militares de Salvador, declararam-se a favor de Madeira de Melo e contra a adesão a D. Pedro.

2 de março – O Senado da Câmara de Salvador reconheceu a legitimidade da nomeação de Madeira de Melo.

16 de março – Representação do Senado da Câmara de Salvador solicitou a evacuação da Legião Constitucional Lusitana.

17 de março – O brigadeiro Freitas Guimarães é deportado para Portugal no navio São Gualter.

25 de março – D. Pedro partiu em viagem a Minas Gerais. D. Pedro foi aclamado onde quer que se apresentasse, e conseguiu a adesão da província ao seu governo. Voltou ao Rio de Janeiro a 25 de abril.

26 e 27 de março – Com a aprovação do Senado da Câmara, e sob aplausos de comerciantes e caixeiros portugueses, desembarcam na Bahia 166 soldados das tropas do General Avilez que tinham saído do Rio de Janeiro para Lisboa. Foram reforçar as tropas do General Madeira. Famílias e soldados brasileiros começaram a abandonar a cidade em direção ao Recôncavo.

9 de abril – D. Pedro chegou a Vila Rica – Minas Gerais, para contornar a resistência da Junta Governativa das Minas Gerais à sua autoridade.

30 de abril – Gonçalves Ledo, no *Revérbero Constitucional Fluminense* sugeriu explicitamente a independência do Brasil

4 de maio – D. Pedro determinou que não se desse execução a nenhum decreto das Cortes Portuguesas sem que tivesse o “Cumpra-se” de sua Alteza Real.

13 de maio – D. Pedro aceita o título de Defensor Perpétuo do Brasil, oferecido pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

21 de maio – Para articular o apoio da província a D. Pedro, baianos organizaram, no Rio de Janeiro, missa fúnebre pelos mortos nos combates de fevereiro em Salvador. A cerimônia teve frei Sampaio como orador e a

presença de D. Pedro. Três dias depois os organizadores foram recebidos em audiência pelo Príncipe Regente.

23 de maio – José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, entregou a D. Pedro representação com 2.982 assinaturas pedindo a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil.

1º de junho – Decreto de D. Pedro convocou para o dia seguinte o Conselho dos Procuradores de Províncias.

Motim no Recife obrigou a Junta Governativa presidida por Gervásio Pires Ferreira a reconhecer a autoridade de D. Pedro.

2 de junho – Primeira reunião do Conselho dos Procuradores das Províncias.

Inauguração da sociedade secreta “*Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz*”, denominada “*Apostolado*”, composta por 100 membros, onde preponderava José Bonifácio.

2 de junho – Instalação no Rio de Janeiro da sociedade secreta Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, sob influência de José Bonifácio.

3 de junho – Os Procuradores das Províncias requereram a D. Pedro a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil. No mesmo dia, D. Pedro anuiu ao pedido e convocou uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil.

14 de junho – A vila de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, em resposta à questionário dos deputados baianos nas Cortes, declarou-se favorável a um governo único para o Brasil, sob a chefia de D. Pedro.

15 de junho – D. Pedro, em carta, ordenou a Madeira de Melo que se retirasse para Portugal.

17 de junho – D. Pedro lançou a *Proclamação aos Baianos*. Na qual os convidou a aderirem à “independência moderada” do Brasil.

18 de junho – Decreto que criou “juízes de fato” para julgamento dos crimes de abuso de liberdade de Imprensa, ou seja, foi instituído o júri no Brasil.

Decreto de D. Pedro que proibiu a acumulação de mais de um emprego público e exigiu dos funcionários públicos prova de assiduidade para receberem os seus respectivos vencimentos.

19 de junho – Instruções de José Bonifácio sobre a eleição indiretas dos cem deputados da Assembleia Constituinte do Brasil.

25 de junho – Sublevação da vila da Cachoeira – Bahia –, contra o Governador de Armas, General Madeira. A Ata de vereança, que aclamou D. Pedro Defensor e Protetor do Reino do Brasil, foi redigida por Antônio Pereira Rebouças. Uma canhoneira portuguesa atira sobre a cidade. Foi o início da Guerra de Independência na Bahia.

26 de junho – Instalação de uma “Junta interina conciliatória e de defesa” na vila da Cachoeira, tendo como Presidente Antônio Teixeira de Freitas Barbosa e como secretário Antônio Pereira Rebouças.

29 de junho – A vila de São Francisco do Conde reconheceu D. Pedro. O mesmo faz a Câmara de Maragogipe. Seguem-se outras vilas.

6 de julho – Chegaram a Cachoeira os Tenentes-coronéis Felisberto Caldeira Brant Pontes e Miguel Calmon du Pin e Almeida. Promovem a criação de uma comissão administrativa de caixa militar, com jurisdição sobre todas as vilas rebeladas. Começou a formação de batalhões de voluntários.

14 de julho – Partiu do Rio de Janeiro para a Bahia uma divisão naval conduzindo tropas comandadas pelo General Pedro Labatut – antigo oficial dos exércitos napoleônicos – para dar combate ao General Madeira. Compunha-se de uma fragata, duas corvetas e um brigue, tripulados por 38 oficiais e 260 soldados.

17 de julho – Resolução nº 76, do Ministério do Reino, que mandou suspender a concessão de Sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Constituinte.

1º de agosto – Decreto de D. Pedro declarando inimiga qualquer força armada que viesse de Portugal e se recusasse a regressar imediatamente.

Manifesto aos povos do Brasil, assinado por D. Pedro e redigido por Gonçalves Ledo, no qual “esclarece os povos do Brasil das causas da guerra travada contra o Governo de Portugal”.

5 de agosto – Eleição de D. Pedro para grão-mestre da Maçonaria, no lugar de José Bonifácio, por indicação de Gonçalves Ledo.

6 de agosto – Manifesto às nações amigas, assinado por D. Pedro e redigido por José Bonifácio.

7 de agosto – Chegaram setecentos soldados portugueses a Salvador.

14 de agosto – D. Pedro partiu em viagem a São Paulo. Assinou decreto nomeando D. Leopoldina Regente do Reino do Brasil, enquanto durasse sua ausência do Rio de Janeiro.

20 de agosto – Em sessão do Grande Oriente, presidida por Joaquim Gonçalves Ledo, este declarou, em um discurso, ter sido chegada a ocasião de se proclamar a independência.

21 de agosto – O General Labatut desembarca em Jaraguá – Alagoas, com as primeiras tropas do Rio de Janeiro em auxílio aos baianos da Vila de Cachoeira.

Final de agosto. José Bonifácio envia emissário (Drummond) a Salvador para propor a Madeira de Melo renunciar a seu posto e voltar a Portugal, em troca de promoção a tenente-general e de uma quantia de cem contos de réis.

4 de setembro – Labatut partiu do Recife para a Bahia com reforço de 250 soldados pernambucanos.

6 de setembro – Criado em Cachoeira um conselho superior interino de governo, com a pretensão de exercer autoridade sobre toda a província.

7 de setembro – D. Pedro recebe notícias de Lisboa enviadas do Rio de Janeiro, quando se encontrava perto da cidade de São Paulo, determinando seu retorno imediato a Portugal; a nomeação de ministros e secretários de governo pelas Cortes e a abertura de processo contra os que estiveram à frente do movimento do “Fico”. Ali, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil.

9 de setembro – Em sessão extraordinária do Grande Oriente do Brasil, Joaquim Gonçalves Ledo apresentou uma moção no sentido de proclamação da Independência.

14 de setembro – D. Pedro chegou ao Rio de Janeiro, e tomou posse do cargo de Grão-Mestre da Maçonaria.

18 de setembro – Decreto criando a bandeira e o novo escudo de armas do Brasil independente.

22 de setembro – Eleição dos deputados à Assembleia Constituinte pela província do Rio de Janeiro.

Instalação, na vila de Cachoeira, do Conselho interino do Governo da Província da Bahia, formado com os deputados das vilas que tinham aderido a D. Pedro. Esse governo teve como seu presidente o Capitão-Mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, e como secretário o bacharel Francisco Brandão Montezuma.

23 de setembro – Assinatura da Constituição portuguesa promulgada pelas Cortes de Lisboa. Assinaram-na 36 dos 46 deputados brasileiros que lá compareceram.

30 de setembro – Os deputados, que ainda não tinham conhecimento da Proclamação da Independência do Brasil, juraram a Constituição da Monarquia Portuguesa. 13 deputados brasileiros se recusaram a jurá-la.

4 de outubro – Juramento de D. Pedro (Guatemozim) na qualidade de Grão-Mestre da Maçonaria e proposta de que fosse aclamado Imperador do Brasil.

5 de outubro – Saem às ocultas de Lisboa, dirigindo-se a Inglaterra, para não serem constrangidos a assinarem e jurarem a Carta Constitucional que as Cortes acabaram de redigir, os deputados brasileiros Antônio Carlos de Andrada Machado, Antônio Diogo Feijó, Costa Aguiar, Silva Bueno, Lino Coutinho, Agostinho Gomes e Cipriano Barata. Os três últimos, baianos, os cinco primeiros, paulistas.

12 de outubro – D. Pedro foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil, título sugerido por Domingos Alves Branco, no Campo de Santana, na cidade do Rio de Janeiro.

15 de outubro – Sob pressão do ministro José Bonifácio, deixou de circular o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Seis dias depois, deixou de circular o *Correio do Rio de Janeiro*, cujo redator era João Soares Lisboa. Foi o início da repressão ao grupo de Gonçalves Ledo, inimigo político de José Bonifácio.

25 de outubro – Aconselhado por José Bonifácio, D. Pedro suspendeu o Grande Oriente e demais lojas maçônicas. Ao mesmo tempo, José Clemente Pereira foi pressionado a deixar a presidência do Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

Labatut chega a Inhambupe, na Bahia.

27 de outubro – D. Pedro aceitou a demissão de José Bonifácio e de Martim Francisco do ministério.

29 de outubro – Labatut intima Madeira de Melo a se render.

30 de outubro – Atendendo às representações que lhe foram feitas, D. Pedro reintegrou os Andradas no ministério. Intensificou-se perseguição ao grupo político comandado por Gonçalves Ledo.

31 de outubro – Sob aplauso de comerciantes, chegaram a Salvador dez navios de guerra trazendo reforços a Madeira de Melo.

3 de novembro – Acampado em Pirajá, Labatut organizou o Exército de Libertação da Bahia.

8 de novembro – Combates conhecidos como a batalha de Pirajá, a duas léguas de Salvador, vencida pelos brasileiros.

10 de novembro – Benção e distribuição da Nova Bandeira às guarnições militares.

1º de dezembro – Sagração e Coroação de Imperador D. Pedro I, na Igreja Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro.

Decreto que criou a Imperial Ordem do Cruzeiro.

7 de dezembro – Foi preso no Rio de Janeiro, quando regressava das Minas Gerais, aonde fora em missão da Maçonaria promover a aclamação de D. Pedro, o cônego Januário da Cunha Barbosa que, com outros maçons, foram perseguidos pelos Andradas.

8 de dezembro – Proclamação da Independência no Recife.

16 de dezembro – Proclamação da Independência em Goiás.

20 de dezembro – Chegam ao Recife, vindos da Inglaterra, os deputados que tinham saído clandestinamente de Lisboa: Antônio Diogo Feijó, Lino Coutinho, Cipriano Barata, Agostinho Gomes e Silva Bueno.

Partem em exílio político para a França José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e o General Luís Pereira da Nóbrega, todos partidários de Joaquim Gonçalves Ledo, que havia fugido para Buenos Aires.

29 de dezembro – Na cidade de Salvador – Bahia, sitiadas pelas forças de Labatut, as tropas do General Madeira prestam juramento à Constituição portuguesa.

■ 1823

7, 8 e 9 de janeiro – Ataques frustrados de portugueses contra a ilha de Itaparica.

9 de janeiro – Carta Imperial dá à cidade do Rio de Janeiro o título de “Muito Leal e Heroica”.

18 de janeiro – Criado o Batalhão do Imperador

23 de janeiro – Deposta a Junta Governativa do Ceará.

24 de janeiro – Deposta a Junta Governativa do Piauí. Adesão do Piauí à causa da Independência.

28 de fevereiro – Desembarcam em Jaraguá – Alagoas – tropas brasileiras que se dirigiram a Salvador, para darem combate às tropas do General Madeira.

13 de março – Batalha do Jenipapo, nas margens do rio de mesmo nome, em Campo Maior, Piauí, em que batalhões de piauienses, cearenses e maranhenses lutaram contra as tropas do Sargento-mor João José da Cunha Fidié. Com cerca de duzentas baixas, os brasileiros perderam a batalha. No entanto, num assalto de surpresa apoderam-se dos armamentos, munições, dinheiro e bagagens dos portugueses, forçando Fidié a se retirar para Caxias, no Maranhão, onde foi preso e remetido para Portugal, onde foi recebido como herói. A data consta na atual bandeira do Estado do Piauí.

Chega ao Rio de Janeiro Lord Cochrane, futuro Marques do Maranhão, contratado para comandar a esquadra brasileira.

17 de março – Alvará que concedeu o título de Imperial Cidade a São Paulo.

21 de março – Lord Cochrane é nomeado primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial

2 de abril – Ofício secreto de Henry Chamberlain, encarregado de negócios da Inglaterra no Rio de Janeiro, a George Canning, Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo inglês, relatou conversa que tivera com D. Pedro na qual este lhe dissera que o Brasil nada queria com relação às colônias africanas portuguesas.

3 de abril – Parte do Rio de Janeiro para a Bahia esquadra comandada por Lord Cochrane.

14 de abril – Tentativa fracassada de adesão à Independência em Belém do Pará.

17 de abril – Reuniu-se no Rio de Janeiro a Assembleia Geral Brasileira Constituinte e Legislativa – Primeira Reunião Preparatória.

1º de maio – Chegou à Bahia a esquadra comandada por Lord Cochrane.

3 de maio – Abertura da Assembleia Constituinte pelo Imperador D. Pedro I.

4 de maio – Combate entre as esquadras brasileira e portuguesa no litoral baiano, sem resultado definido. No combate, marinheiros portugueses embarcados na esquadra brasileira desobedeceram ao almirante Cochrane.

8 de maio – Madeira de Melo declarou Salvador praça de guerra em estado de sítio e assumiu plenos poderes.

21 de maio – Deposição do General Pedro Labatut, Comandante em Chefe das tropas brasileiras que sitiavam a cidade de Salvador, por oficiais brasileiros.

23 de maio – Conselho interino nomeou o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias, Comandante em Chefe do Exército, em substituição a Pedro Labatut.

27 de maio – O golpe da Vila Francada, em Portugal, fecha as Cortes e restabelece o absolutismo régio.

3 de junho – Combates entre portugueses e brasileiros nos arredores de Salvador.

12 de junho – A invasão da Baía de Todos os Santos, ordenada por Cochrane, fracassou, por falta de ventos.

15 de junho – Junta Baiana nomeada por D. João VI, em 12 de abril, tomou posse.

23 de junho – Tomou posse, em Cachoeira, a junta provisória nomeada por D. Pedro I, em 5 de dezembro de 1822.

24 de junho – Proclamação de Lima e Silva tranquiliza a população de Salvador.

2 de julho – Sitiada e bloqueada, a cidade de Salvador se rendeu. Começou a evacuação das tropas do General Madeira, 4.520 soldados, bem como dos civis que preferiram voltar a Portugal. Partiram de Salvador 71 velas: 30 navios de combate e 41 navios mercantes. A data marcou oficialmente a independência da Bahia e sua adesão ao Império do Brasil.

28 de julho – Após Lord Cochrane desembarcar seus homens em São Luís do Maranhão e aprisionar os líderes militares lusos, o Maranhão aderiu à Independência e ao Império do Brasil.

15 de agosto – Adesão do Grão-Pará à Independência e ao Império do Brasil.

11 de setembro – Faleceu em Londres Hipólito José da Costa Pereira, editor do influente *Correio Braziliense*.

13 de outubro – Começou a circular em Ouro Preto o *Compilador Mineiro*, primeiro periódico das Minas Gerais.

20 de outubro – Lei revogou o Decreto que havia criado o Conselho de Procuradores de Província (de 16 de fevereiro de 1822).

Lei revogou o Alvará, de 30 de março de 1818, que havia proibido as Sociedades Secretas, debaixo de qualquer denominação.

11 de novembro – Noite da Agonia. Os deputados constituintes permanecem em sessão contínua na esperança de evitar a sua dissolução.

12 de novembro – Decreto dissolveu a Assembleia Geral Legislativa e Constituinte e convocou outra.

13 de novembro – Decreto criou um Conselho de Estado e nomeou os respectivos membros.

24 de novembro – Os irmãos Andrada são deportados para a Europa.

■ 1825

29 de agosto – Assinatura, no Rio de Janeiro, do tratado de Paz, Amizade e Aliança entre Portugal e o Brasil, intermediado pela Inglaterra. Portugal reconheceu a Independência do Brasil.

18 de outubro – Assinatura, no Rio de Janeiro, do tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a Inglaterra. A Inglaterra reconheceu a Independência do Brasil.



Artigos

A N I A F O

Formação da Memória Nacional: breve história do IHGB e do IHGDF

William Almeida de Carvalho*

“(...) *O Instituto bem sabe, que sou todo dele...*”

Imperador D. Pedro II,
pouco antes da queda do regime.

Meu livro *A Formação da Memória Nacional – Breve História do IHGB e seus Congêneres nos Estados, especialmente o IHGDF* é dedicado à memória do Ministro Alfredo Vilhena Valadão (1873-1959), que militou no IHGB de 1912 a 1959, foi Benemérito (1932), Grande Benemérito (1951), Orador (1938), 2º. Vice-Presidente (1952-1959), 1º. Vice-Presidente (1959). O livro busca basicamente abordar três aspectos da identidade brasileira: a) o papel estratégico que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – a instituição histórica mais antiga do país e a segunda científica, tendo sido somente precedida pela Academia Nacional de Medicina –, representou na formação da memória nacional como líder na

* 75 anos, casado, natural de Uberaba-MG, sociólogo, historiador, jornalista, empresário; pós-graduado em Administração Pública e doutor em Ciência Política pela Panthéon-Sorbonne; membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF e da Academia de Letras de Brasília; Vice-presidente da Academia de Letras e Artes Buziana (Búzios); ex-Secretário de Estado do Distrito Federal; ex-subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República; Escola Superior de Guerra/ESG – XXo. CAEPE Turma JK, RJ 1993; professor e conferencista da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP e da Asociación Internacional de Presupuesto Publico – ASIP; Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – IHGDF (2018-2020).

historiografia nacional até a década de 30 do século XX; b) o espraiamento do espírito do IHGB nos seus congêneres nos diversos Estados brasileiros; e c) apontamentos para uma futura história do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF).

Na primeira parte do livro, que é a fundamental, procurou-se captar a formação da memória nacional e o papel estratégico do IHGB, da Revista do IHGB e dos autores que se debruçaram sobre o assunto, na consecução desse objetivo. Preliminarmente, buscou-se caracterizar a concepção de que a disciplina da História se desgarrava da literatura para se constituir uma disciplina autônoma nesse alvorecer do século XXI.

Em seguida, no *corpus* dessa primeira parte, o IHGB, criado sob o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) em 1838, em meio a crises institucionais e revoltas que agitavam o país no período das Regências, tinha como justificativas a formação da memória nacional, o auxílio à administração pública e o esclarecimento dos brasileiros, por meio da construção de um projeto nacional, pois existia um Estado sem Nação. A ideia de fundar a associação foi inspirada no modelo europeu, onde já havia uma discussão sobre a história e a questão nacional.

O Instituto procurava construir um passado a serviço da política do presente. Assim, a produção dessa memória foi condição fundamental para assegurar os caminhos e pilares da nação em construção.

Levava-se adiante o projeto político de reconstrução do passado colonial com o papel fundamental da história nacional como definidora da nação brasileira. Apesar de o nascente Brasil ser herdeiro do envergonhado iluminismo português, havia então, um *tônus* iluminista mais forte no Instituto, naquela primeira metade do século XIX, pois se empreendia uma leitura de história baseada na civilização e no progresso, e se delineava o projeto de uma sociedade branca e europeia, muito diversa da realidade social

brasileira. Para isso, em meio a silenciamentos, impostos por uma monarquia constitucional cercada de *caudillos* militares hispano-americanos, construíam-se mitos, identidades sociais e símbolos representativos. Nesse tempo, desfrutou do apoio imperial e foi a principal instituição acadêmica do país, pois não se possuíam universidades.

Com o advento da República, o Instituto esteve, no mínimo, num limbo durante quinze anos até extirpar o seu DNA monárquico. Sucessivas adversidades se abateram sobre o IHGB, desde a perda de *status* até o corte dos subsídios públicos. A superação do problema se deu a partir de um longo processo que envolveu o fim da “República dos Marechais” e a renovação do corpo de sócios. Foi com a combinação desses dois fatores que paulatinamente o Instituto recuperou seu prestígio no governo de Epitácio Pessoa e consolidou-se com Getúlio Vargas.

Daí em diante ficaria cada vez mais próximo do Poder, ao converter-se numa espécie de árbitro da História e legitimando a Revolução de 30. Adequando-se às modificações políticas do país ao longo da Era Vargas, o IHGB foi capaz de garantir sua permanência e sobrevivência há quase dois séculos.

O Instituto, contudo, perdeu o seu antigo monopólio de prestígio. Novos atores adentravam à cena cultural e historiográfica, tais como a Academia Brasileira de Letras, fundada na Primeira República, em 1897, e a Academia Brasileira de Ciências, de 1916, que passaram a dividir espaço nos meios culturais do país. Apesar disso, o IHGB teve ainda os seus momentos de apogeu com a realização de três congressos de História Nacional em 1914, 1931 e 1938; com o Congresso Internacional de História da América: com as comemorações do centenário da Imprensa, da independência (1922) e de D. Pedro II (1925); com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921) e com a publicação do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.

Paralelamente às transformações pelas quais passavam o Brasil e o Instituto, houve a partir do final dos anos de 1930, um processo de criação de cursos universitários de História no Brasil, principalmente na USP e na Universidade do Brasil e, portanto, um processo de profissionalização de professores de história. Neste momento, refletia-se sobre os primeiros profissionais de História no país e havia preocupações sobre o lugar da disciplina como veículo de formação da identidade brasileira, já que o Instituto tinha terraplanado a estrada, mas principalmente qual seria a concepção de História que deveria orientar os novos cursos, sobre as referências que deveriam compor o ensino de uma História, com metodologia bem mais científica, e sobre o tipo de profissional que queriam formar.

Desse período em diante, até a década de 70, houve uma separação e, até mesmo ojeriza, entre a comunidade universitária e o Instituto. Os professores discordavam das concepções da História, vigentes no Instituto, que privilegiavam a história política, os sentimentos patrióticos e os ícones nacionais. A Universidade, no máximo, reconhecia o papel do Instituto na coleta de insumos históricos.

Além do mais, com a ampliação de cursos e a institucionalização de programas de pós-graduação, entre as quais se incluía a História, o fosso aumentava cada vez mais. Entre 1964 e 1970, o regime militar aumentou a criação de novas universidades federais, assim como a expansão do corpo docente. Depois de 1971 houve aumento do número de cursos na área de ciências humanas, com os primeiros mestrados em história e em letras.

Com o tempo, as Universidades passaram a ter uma espécie de monopólio na área de pesquisas, deixando pouco espaço para instituições independentes, como era o caso do Instituto.

Dialeticamente, este auge de desprestígio do Instituto foi a causa de uma reaproximação com a Universidade, pois passou, até certo

ponto, a dialogar e a se aproximar de outros pesquisadores e sair de seu relativo isolamento.

Digno de nota foi a realização, em 1961, do Primeiro Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, reunindo participantes de diversos estados do Brasil e, no final do Simpósio, fundou-se a Associação de Professores Universitários de História (ANPUH), em que se estabeleceram os domínios do ensino e da pesquisa, sendo que esta adquiriu um foro mais independente das universidades. O IHGB se fez presente com alguns representantes, a saber: Pedro Calmon, Hélio Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

Tentativas de se montar no Instituto um quadro de sócios composto por estagiários-pesquisadores não surtiram efeito.

Um fato importante ocorreu em 1962 com a criação da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) para organizar as comemorações do bicentenário da transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1963) e da passagem do IV Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro (1965). O grupo de pesquisa não se desfez e se transformou, em 1967, em fórum permanente de investigações históricas, aberto a pesquisadores estranhos ao quadro social. Abria-se, portanto, dentro do IHGB, um foro acadêmico para que estudiosos pudessem apresentar seus trabalhos, embora necessitassem ainda do aval dos associados.

Na Segunda Parte, tenta-se caracterizar o espraiamento dos primeiros Institutos nas Províncias e, posteriormente, nos Estados da Federação brasileira dos seus congêneres. Um mapa temporal dos Institutos estaduais dá uma ideia daquele espraiamento. Foram analisados três estados brasileiros: Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, que dão uma amostra da problemática de suas criações. Os dados foram retirados dos sítios desses respectivos Estados na internet.

A Terceira Parte culmina com criação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Sua gênese, seus desafios e sua

consolidação são analisados. Assim como o IHGB teve imensas dificuldades para se adaptar ao novo regime republicano, o IHGDF, nascido com o DNA de Juscelino Kubitschek, teve suas tribulações para se adaptar à nova ordem do regime militar.

Finalmente, encerra-se com o item Consolidação, em que se colocam, em ordem cronológica, os presidentes, após Guido Mondim, suas diretorias e suas obras. Caberá aos futuros historiadores fazerem a análise histórica desse período. O que se apresenta são os insumos básicos para os futuros historiadores.

Universidade e Instituto Histórico e Geográfico

Ronaldo Poletti

Resumo

Missões diferentes. A origem da Universidade. A organização do saber. As Faculdades. Universidade e Política. A crise do mundo moderno e os instrumentos do saber. Universidade e as ciências. Universidade e filosofia. Universidade e hierarquia social. A História como ciência e como filosofia. Universidade e Instituto Histórico (diferenças e pontos comuns).

Missões diferentes

Na fundação de Brasília, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira pensou na criação de uma Universidade e, também, de um Instituto Histórico e Geográfico.¹

Parece importante indagar da missão da Universidade em cotejo com a do Instituto Histórico e Geográfico, no tocante ao conhecimento filosófico e científico da história.²

1 Houve a fundação do “Instituto Histórico e Geográfico de Brasília”, em 8 de dezembro de 1960 (cf. Ata publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 1962, assinada por Juscelino Kubitschek e demais fundadores convocados pelo Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto). Posteriormente foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em 3 de junho de 1964, por iniciativa de Saulo Diniz.

2 No texto, os termos “universidade” e “instituto” são usados de forma genérica, porém estão relacionados à Universidade de Brasília (UnB) e ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF), em face da vivência do autor nessas instituições.

No Brasil, a Universidade demorou a ser implantada em comparação com os demais países da América Latina.³

Interessante anotar que os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda foram criados por uma lei datada de 11 de agosto de 1827. Para os estudos preparatórios ao ingresso naqueles cursos, o governo criou cursos anexos.

Já um projeto de lei anterior, apresentado à Assembleia, propusera a criação de um curso jurídico e de ciências sociais, no Rio de Janeiro, com oito cadeiras, dentre elas a de “Filosofia Jurídica ou Princípios Gerais de Legislação – História das Legislações Antigas e seus Efeitos Políticos”; outra de “Direito Público, Estatística universal. Geografia Política” e, ainda, a que cuidaria da “História Filosófica e Política das Nações”.

Foi professor do curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo (Arcadas do Largo de São Francisco) Júlio Frank (1809 – 1841), que escreveu o livro *Resumo de História Universal*. Seu necrológio foi publicado na Revista trimestral do Instituto Histórico Brasileiro.⁴

Sem entrar na avaliação de outra tentativa⁵ para a criação, no Brasil, dos cursos superiores em uma Universidade, anote-se a Universidade de São Paulo, a qual data de 1934, iniciativa do governador Armando Salles de Oliveira, reunindo-se as Faculdades de Direito, de Medicina, a Politécnica e inaugurando-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

3 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 2 de outubro de 1838 e, hoje, é a mais antiga instituição cultural do País. Além disso, quase todos os estados da federação possuem institutos semelhantes, alguns como significativa tradição.

4 Colho esses dados em Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, 2 ed. Brasília, INL, 1977.

5 Houve a tentativa, no governo de Epitácio Pessoa, década de 20, da Universidade do Rio de Janeiro, às vésperas da visita do rei da Bélgica, Alberto I. A mera reunião de institutos não foi suficiente para seu funcionamento. A iniciativa parece ter sido motivada pela presença do ilustre visitante europeu, o primeiro monarca a nos visitar.

É possível que nosso atraso na criação da Universidade se deva à expulsão dos jesuítas, a certa influência iluminista dada a aversão a toda e qualquer criação medieval, como também ao anticlericalismo positivista, tendo em vista a classificação das ciências de Augusto Comte: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. Essa classificação não contempla a filosofia, absorvida pela sociologia e, sequer, faz menção à história, embora Comte a houvesse utilizado em grande parte em sua obra, até para justificar a evolução pelos “estados”.

A origem da Universidade⁶

O nascimento da Universidade ocorreu na Idade Média. Realizou projeto cultural do Ocidente Cristão. Constituiu uma corporação de mestres e alunos, nascida de longa maturação. Nada houve similar na história. A Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles, e o Museu de Alexandria tinham em comum com a Universidade medieval tão-somente o fato de terem sido, também, locais de estudo.

A origem da Universidade está nas escolas monacais e episcopais (séculos IX a XII), onde a vida intelectual subordinava-se à vida religiosa. O saber filosófico ou humanístico transformava-se em saber de salvação. As sete artes liberais do *trivium* literário (gramática, retórica, dialética) e do *quadrivium* científico (aritmética, geometria, astronomia e música) existiam para a liturgia, para a leitura das Escrituras e dos Padres da Igreja. O saber universitário nasceu com finalidade espiritual.

6 Ver Ronaldo Poletti, *Introdução ao Direito*, 4 ed. São Paulo, Saraiva, 2010, esp. cap. I Universidade e Direito, onde há extensa bibliografia sobre Universidade.

A organização do saber

A Universidade criou forma inédita na organização do conhecimento, do geral para o particular e do particular para o geral e embora não desenvolvesse um conhecimento distante da prática (*praxis*), não fez concessões pragmáticas (*pragma*) que reduzem os valores ao utilitarismo. Assim o saber desinteressado de aspectos materiais não significou que estivesse destituído de intenções práticas, mas que não se deixava corromper por elas.

Essa orientação refletia bem a amizade a sabedoria, pois o atributo do amor é o desinteresse. Indicava a grandeza espiritual do homem e a realização plena do humanismo.

As faculdades

As faculdades dividiam-se em três *superiores* (de teologia, de direito e de medicina) e uma *inferior*, nascida das 7 artes liberais já referidas, que se transformou na Faculdade de Filosofia. As profissionais podiam interessar ao Estado. No entanto, a Faculdade de Filosofia tinha plena liberdade. De fato, Kant, em 1798, escreveu sobre o “Conflito das Faculdades”, em resposta às autoridades prussianas, para sustentar que a Faculdade de Filosofia não estava sujeita à autoridade política, pois orientada pelos ditames da razão, sendo, plenamente livre.⁷

Universidade e política

Absurda a tentativa de transformar a Universidade em instrumento político e muito menos de uma Revolução, a pretexto

⁷ Kant, *Le conflit des facultés en trois sections*, trad. J. Gibelin, Paris, Vrin, 1955; *La religion dans les limites de la raison*, trad. Tremesaynes, Paris, Alcan 1913.

de que somente após o triunfo revolucionário a instituição aperfeiçoar-se-ia e realizaria seus fins.

Nela não há de haver proselitismo político partidário ou ideológico. Em um regime totalitário, onde não haja lugar para a política, é possível admitir, mesmo na Universidade, uma atividade voltada para os assuntos partidários ou ideológicos, no entanto não é razoável, em uma democracia, que o *locus* universitário se transforme em um palco de manifestações diferentes do ensino, da pesquisa e distante dos fins culturais.

É preciso distinguir entre *politização da universidade* e *politização na universidade*, para julgar inconveniente a segunda, mas intolerável a primeira. Há situações históricas em que a política não é permitida, ou não ocorre, normalmente, na sociedade. Então, se faltarem os partidos, se não houver liberdade, nem eleições, nem debates livres e diante da ausência de vida política, os que desejam exercê-la vão buscar o lugar onde isso seja possível, que pode ser excepcionalmente a Universidade.

A politização na Universidade possui o mal de demitir os jovens de algo a que eles têm direito. O preço pago à atividade política é muito grande, qual seja o de não ter uma Universidade que funcione como tal. A *politização* no ambiente acadêmico é um mal, porém menor do que a *politização da Universidade*. Na primeira, há greves, motins, reuniões etc. Mas a Universidade não perde, até aí, a sua essência. Não é julgada politicamente e os professores não são amados, ou odiados, por força de suas ideias políticas. Não há orientação política vinda de fora, a balizar-lhe o caminho. No entanto, muito mais grave é a *politização da Universidade*, sua instrumentalização para fins políticos, geralmente imposta pelo poder do Estado ou de um partido. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Alemanha Nazista: o racismo operou na interpretação antropológica do homem; professores foram eliminados por serem judeus, ou por serem liberais, ou por serem católicos. Há, então,

sistemas de depuração, imposição de currículos e de docentes. Essa politização da Universidade a corrompe na substância. É o que ocorre quando ela se afasta do pluralismo necessário para servir a uma ideologia determinada ou a uma filosofia pretensamente acabada, ou a um programa de governo, qualquer que seja.

A reflexão sobre a Universidade, incluindo a de transformá-la, está condicionada à resposta da indagação sobre o seu conceito, sua origem, seu significado, sua missão no mundo e na sociedade, suas finalidades, enfim.

A confusão entre o ideal da reforma universitária e sua organização revolucionária levou à frustração de toda uma geração de jovens. Desejosa da Universidade, ela pretendeu a revolução e não teve nem uma coisa nem outra.

A crise do mundo moderno e os instrumentos do saber

A Universidade como instituição cultural, no entanto, sofre as consequências da crise do mundo moderno. A identificação da ciência com a técnica talvez tenha causado a crise da civilização industrial, agora transmutada na era tecnológica. Aqueles valores do mundo antigo que encontraram sua morada na Universidade sofrem profunda alteração e ameaça de destruição. E a Universidade, pedra angular do saber ocidental, passa a ser estranha ao mundo moderno, pois as formas do saber não mais encontram nela sua unidade, sua universalidade.

Mas que significa a verdadeira forma universitária do saber?

No momento em que o saber se generalizou, os instrumentos de ensino perderam, em grande parte, sua razão de ser, pois sua disponibilidade alcançou um grau inimaginável pelo homem de outros tempos. Hoje, os meios de comunicação proporcionam a todos o acesso às informações. Os jornais, o rádio, a televisão, os meios eletrônicos, o baixo custo das impressões tipográficas

têm levado o conhecimento às multidões. Durante séculos, a Universidade foi o lugar da problematização das idéias e do progresso do saber. Mas agora parece não precisarmos mais dela para termos acesso ao conhecimento, sobretudo se considerarmos a realidade do progresso eletrônico. Os computadores, cada vez menores e mais baratos, possibilitam o amplo alcance às informações. A inteligência artificial cada vez mais ocupa o lugar da inteligência natural e racional. No mundo da robótica, todos transferem seus trabalhos para os robôs.

Além disso, dessa massificação, o próprio saber está fora da Universidade. A pesquisa parece estar mais nas grandes indústrias, nos institutos profissionais, nas fundações científicas, nos órgãos e entidades governamentais, do que na instituição universitária.

Diante desse quadro, perderia a Universidade sua razão de ser? No entanto, todos querem ser universitários. Deve ser porque se espera que a Universidade seja a garantia do saber, conferindo-lhe uma singularidade. Todos a querem porque sabem que as informações não se confundem com a cultura.

A singularidade está na forma que o saber recebe na Universidade.

A crise da Universidade reflete a crise de nosso tempo. O saber fragmentou-se de maneira tal que não apenas sua unificação parece impossível, como o próprio sentido do saber e seu destino estão desorientados, com reflexos no conceito do homem e gerador de conflito dos humanismos.

Os instrumentos de ensino perderam sua razão de ser, mas – repita-se – as informações não se confundem com a cultura. Uma das características básicas do ensino universitário está na docência.⁸ Esta, evidentemente, não se reflete apenas na

⁸ A necessidade da docência presencial no ensino universitário afasta, em parte, o ensino à distância e as aulas pela internet. Tais direções devem ser, no máximo, complementares ao ensino tradicional.

transmissão de informações. A docência começou a perder força com o aparecimento da tipografia e dos livros. Esta multiplicação dos documentos não foi benéfica para a principal característica da Universidade, que de centro de ensino passou a ser centro de investigações e de pesquisa. O problema da ciência gerou a dialética entre a docência e a pesquisa. Repetir o que os livros dizem é inútil. Se a Universidade fosse apenas isso, seria desnecessária. Não se estuda somente para repetir o estudado, mas para aplicá-lo à vida e convertê-lo em obras, de maneira que não o saber, mas a arte de utilizá-lo constitui o fim último da Universidade.

Outra característica básica do saber universitário, abalado pelos tempos contemporâneos, está no diálogo. A forma universitária do saber, ao lado de sua condição humana, envolve uma destinação nascida da convivência interdisciplinar que possibilita a interação entre as ciências. Do diálogo universitário resulta, ou deveria resultar, uma totalidade de sentido e de valor. Esse diálogo é possibilitado e torna-se eficaz pela filosofia, que é o centro da Universidade.

Universidade e as ciências

As ciências, ao setorizarem seus campos de exame e ao adquirirem uma linguagem, método e objeto próprios, acabaram numa confusão impeditiva de diálogo entre elas. A ausência desse colóquio gerou a ausência da totalidade e dos valores com que o saber deveria estar comprometido.

Não se intenta, com isso, limitar a ciência, ou o seu desenvolvimento técnico e setorizado, acoimando-o como prejudicial à realização da ideia de Universidade. O saber ocidental é um saber prático. Está interessado no domínio da natureza e do próprio homem, para o aproveitamento imediato dos conhecimentos adquiridos. É a mensagem judaico-cristã: *“crescei, multiplicai-vos e dominai o mundo”*.

Voltando ao problema da ciência, ela tem, evidentemente, seu lugar na Universidade. A técnica tornou-se o complemento indispensável do esforço científico. E a ciência é a alma e a dignidade da Universidade. O que acontece é que a ciência não deve ser apenas conhecimento. A forma universitária que deve revestir o conhecimento científico implica uma escolha, um destino. O fato de a ciência estar voltada para a realização prática da vida não significa que ela deva afastar-se da defesa dos valores do espírito e da cultura. Não afasta a intenção superior na formação do homem. A ciência é, portanto, um conhecimento racional e sistematizado, também interessado na profissão, porém sem descuidar-se da destinação superior. A Universidade deve conciliar a necessidade científica com sua destinação humanística.

Universidade e filosofia

As ciências estão na periferia da Universidade, nos laboratórios, nos seminários, nos grupos de discussão, todos ligados ao centro da instituição, onde as atenções voltadas para o interesse do homem. Nesse centro, as ciências se encontram e têm a oportunidade de realizar o seu destino, além dos limites de seus objetos e fins. O centro age sobre a periferia, evitando o inverso, isto é, que a periferia interfira nele, pois ele é que confere alma e sentido a todas as atividades científicas.

A Universidade é a escola que deve distribuir a cultura geral, estancando o maior mal dos tempos modernos: o tecnicismo, criador do especialista sem cultura, o novo bárbaro, atrasado relativamente à sua época, arcaico e primitivo em comparação com a terrível realidade de seus problemas. Os fins da Universidade não se confundem com a pesquisa e a investigação, mas sim com a docência, que deverá formar o homem médio, de maneira a impedir a barbárie.

A Universidade não pode ser reduzida às proporções de uma instituição destinada a transmitir ou vender conhecimentos. O saber científico de nossa época serve cada vez menos ao homem. A missão da Universidade como instituição do saber, está na organização de todas as suas formas e na sua orientação para a vida humana.

O saber está disperso. Compete à Universidade integrar o saber, fragmentado nas especializações científicas, ou, pior do que isto, nas especializações das profissões que, parece, pouco têm de ciência verdadeira.

A Universidade torna-se a vinculação de todos os tipos de humanismo. A ciência está vinculada ao homem e ajuda a formá-lo. No entanto, inexistente um tratado definitivo sobre homem. As ciências cuidam do homem, mas, como especializações, elas se afastam do verdadeiro sentido humano, transformando o homem em mero objeto de uma ciência mecânica. Por isso, esse conhecimento não realiza o humano. Será preciso o reencontro da forma universitária do saber, que não significa a exclusão dos conhecimentos especializados, senão que eles se integram numa visão humana.

A Universidade deve possibilitar o encontro de todos os conhecimentos e seu encaminhamento à plenitude humana, resultante da complementação do saber.

Para conhecer-se verdadeiramente será preciso conhecer pela totalidade. Não se saberá do real pela visão parcial. A visão da parcialidade não revela a realidade. Por isso, o mundo não pode ser entendido por um prisma ou pelos óculos de uma ciência particular. O mundo não é matemático, nem físico, nem biológico, nem psicológico, nem político, nem jurídico. O mundo é isso tudo e mais alguma coisa. Da mesma forma, o homem não é apenas um ser econômico, ou social, ou moral, ou sexual, mas uma integralidade. Em consequência, os fenômenos são todos correlatos, mormente os sociais. Sem essa visão integral do homem, global do mundo e

correlata dos fenômenos, não é possível o conhecimento da realidade ou da totalidade. O conhecimento parcial do homem e do mundo não os revela. Em outro sentido, o conhecimento por círculos, a Enciclopédia não resolve o problema do saber. De certa forma, a pretensão científica de ser suficiente para o conhecimento não se realiza. A ciência sempre será insuficiente porque cuida apenas da parte, como seu objeto próprio. Os objetos científicos constituem parte do “ser”. Apenas a Filosofia, pela metafísica, cuida do “ser” como um todo, o “ser enquanto ser” e a partir daí chegar ao absoluto. A Filosofia é que tem condições de possibilitar o diálogo entre as ciências. Por aí, também, a necessária interdisciplinaridade para o estudo da história, exequível somente no campo da filosofia.

Universidade e hierarquia social

É preciso tomar consciência de que a Universidade não gera uma hierarquia, isto é, que o detentor de um diploma universitário não está acima dos outros, mas revela uma vocação original. Todos os trabalhos dignificam o homem. A Universidade é uma forma diferente de trabalho. Ela não representa um grau hierárquico em relação às outras atividades sociais. Isto não significa, porém, que se deva democratizá-la a ponto de vulgarizá-la ou massificá-la. Uma Universidade democrática indica que ela está a serviço do povo, não que o povo deva integrá-la ou conduzi-la. A Universidade será sempre uma elite, mesmo nos regimes democráticos igualitários. Uma elite não de privilegiados pelo nascimento ou pela condição econômica, mas uma elite da inteligência a forjar a aristocracia do talento, emanada, esta sim, de um conjunto de condições igualitárias, à medida do possível, e mediante a aplicação de critérios justos.

Convém, assim, frisar, que os profissionais formados nas Universidades não estão acima dos habilitados pelos estabelecimentos

isolados de ensino superior, apenas aqueles se beneficiam da complementação das humanidades, nada que diferencie alguém formado no ambiente universitário de quem estudou em escolas técnicas superiores no tocante às habilidades profissionais ou às remunerações.

A Universidade, para desenvolver estudos autônomos, não deve ter vínculo com o governo ou com empresas, os quais, apenas indireta e futuramente poderão beneficiar-se dos estudos e pesquisas acadêmicas. O desinteresse caracteriza a docência, a pesquisa e a extensão universitárias. Isso não significa a inexistência de cursos profissionalizantes, os quais venham a atender a necessidade da formação dos quadros governamentais e empresariais, sim que são diferentes os interesses do trabalho acadêmico, incluindo as pesquisas científicas. O governo é o órgão do poder político. A empresa está voltada para a produção e o lucro. A atividade universitária dirige-se à formação do conhecimento fundado nos valores da cultura e da sua preservação e desenvolvimento.

A história como ciência e como filosofia

O método da história é o das ciências humanas.

A ciência empírica, voltada para a natureza, desloca sua atenção para o homem. Nasce as ciências sociais, por que o homem está na sociedade,

As ciências humanas começam com a história, para depois se firmarem na sociologia e na psicologia.

Certos problemas saem do objeto das ciências da natureza e vão para as ciências do homem. O próprio pensamento científico, ele próprio é um fato que ocupa lugar na história.

A ciência histórica distingue-se, desde o seu início com Heródoto e Tucídides, do gênero literário. O fato histórico é diferente dos

outros e passa a ser conceitualizado, embora seja indutivo e não resultado deduzido das repetições, próprias da fenomenologia. O que importa para a história é o acontecimento único, datado, referido ao passado, porém não repetitivo

Cada época tem o seu modo de ler os fatos e os documentos, valorizá-los e interpretá-los. Na interpretação, não é possível afastar-nos do método histórico crítico e a compreensão deve atentar para a atualidade. Nessa exegese há diversas abordagens: retórica, normativa, semiótica, tradição, sociológica, cultural, psicológica, psicanalítica.

A História opõe-se imaginário, todavia não afasta os mitos.

Na ciência histórica, o exame e interpretação dos textos, dos documentos, da arte, da literatura, das esculturas, dos túmulos, da música, dos monumentos, das estruturas políticas, aspectos étnicos, demográficos etc.

O mistério da história, no entanto, somente pode estar na Filosofia: reflexão sobre a natureza da história ou sobre o pensamento histórico.

É na filosofia que se situam as teorias sobre a história.

Não se há de discutir os mitos na ciência. Eles parecem absorvidos pela religião mítica e pelo monoteísmo e nessa parte integram os estudos teológicos e a filosofia da religião. Sob este ângulo, os mitos somente podem ser objeto de estudos e reflexão na filosofia e não no estudo científico da história.

Universidade e Instituto Histórico (diferenças e pontos comuns)

Toda a parte científica ou filosófica da história, presente nos estudos universitários, pode ser objeto dos estudos dos membros do Instituto, embora a superação pretenciosa dos mitos seja mais própria para a especulação acadêmica universitária.

O Instituto não substitui a Universidade, nem com ela compete.

Há, hoje, muitas divergências conceituais sobre a Universidade, a qual, aparentemente, se distancia de suas origens, mas nada levaria a confundir suas grandes dimensões com as do Instituto.

O Instituto registra a memória e indica os valores presentes em seus trabalhos e publicações, os quais podem constituir objeto de estudos da ciência e da filosofia desenvolvidos na Universidade.

Não há, portanto, limites para os membros do Instituto desenvolverem seus estudos, porém inexitem os rigores científicos e filosóficos da Academia, cabível sempre a reflexão sobre a natureza da história ou sobre o pensamento histórico.

Todas as visões sobre a história são possíveis no âmbito do Instituto, desnecessária, todavia, a discussão sobre as vertentes da explicação da história, seu enredo, compreensão evolutiva dos ciclos ou estados, dialética idealista ou materialista, historicismo e sua polêmica.

As explicações históricas são problemas em si próprias.

Todos os aspectos científicos e filosóficos podem e devem ser tratados.

O Instituto é ambiente para a discussão histórica, porém seu fim não é a filosofia da história ou a ciência histórica. Podem ser objeto da história o depoimento de seus membros; a história da vida privada; a revelação da consciência de sua presença na cidade e no País; as tendências de uma determinada época; a documentação reunida em seu museu.

O Instituto pode ser objeto da ciência histórica, tanto pelos depoimentos e produção de seus membros, como pela documentação reunida em seu acervo.

As restrições políticas na vida do Instituto não são diferentes das referidas à Universidade. O Instituto há de estar imune a

qualquer tipo de proselitismo e, até, a especulações quanto à história contemporânea, tendo em vista que seus membros, em maior ou menor grau, nela têm ou tiveram participação. Não cabe sequer a discussão sobre limites da ingerência política. O Instituto pode sofrer influências e a participação de seus membros nos estudos realizados no seu âmbito, no entanto a contribuição cultural não extrapolará a sua ocasião nem gerará qualquer orientação institucional. O Instituto não se manifesta a propósito da conjuntura política, menos ainda da partidária. São vedadas tanto a instrumentalização do Instituto como a política em seu ambiente e atividades.

Há, também, pluralismo nas vocações profissionais de seus membros, não havendo exigências sociais, financeiras ou econômicas para o ingresso dos sócios, a não ser a meritocracia.

O Instituto é bem o desenvolvimento do conhecimento dos seus integrantes, tendo como instrumento essencial a memória e o seu legado.

O Instituto não cuida do diálogo entre as ciências, o que é possível pela filosofia, porém seus membros revelam as suas consciências derivadas do pluralismo da vida e de todos os setores da cultura: história, geografia, música, poesia, literatura, filologia, letras clássicas, teologia, ciência e filosofia políticas, matemática, ciências naturais.

Um ponto relevante para a atividade do Instituto consiste na convivência de seus membros e nas suas participações culturais em ambiente propício a universalidade (cerimônia de posse dos acadêmicos, palestras, conferências, ciclo de estudos). Além disso, o Instituto funciona como repositório de documentos relevante à história da comunidade e, mesmo, de objetos organizados em museu. Como as áreas de conhecimento e de convivência social dos acadêmicos são várias e diversificadas, é possível que o

Instituto venha a oferecer alguns elementos para a História da Vida Privada.⁹

A natureza dos depoimentos, constituem, às vezes, verdadeiras declarações sentimentais, evocam a singularidade da história formada não pelos famosos atores à frente do palco dos acontecimentos, porém pelos homens comuns.

A Universidade e o Instituto têm fins culturais, embora sob perspectivas e dimensões diferentes.

O Instituto pode revelar, pela atividade de seus membros, segredos da cidade e do País, onde se situa, e com isso transformar-se em importante objeto de estudos universitários e influenciar a consciência social, revestindo-se, de fato, na cultura necessária para a conservação da memória dos homens e dos acontecimentos.

9 Cabe a referência à *História da Vida Privada*, coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, com a participação de muitos historiadores, São Paulo, Cia. das Letras, 1990. Em igual sentido, *História da Vida Privada no Brasil*, coleção dirigida por Fernando A. Novaes, São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

A saga de Lúcio Costa e Brasília

Jorge Guilherme Francisconi*

I. Introdução

Frente ao primeiro convite, “quase em forma de apelo”, que recebeu de JK em Lisboa, seis meses antes do lançamento do concurso de projetos para a Nova Capital Nacional, Lúcio Costa não mostrou interesse. Não estava profissionalmente motivado.

* É arquiteto pela FAU/UFRGS (1966), Master in Regional Planning – MRP (1968) e PhD em Ciências Sociais pela Maxwell School of Public Administration and Citizenship da Syracuse University (1972), com ênfase em Economia Urbana, Planejamento Regional e Regiões Metropolitanas. Sua prática profissional foi dedicada às relações entre teoria e prática do saber urbano e do saber regional. Desenvolveu atividades acadêmicas quando: docente na UFSM, FAU/UFRGS, FAU/UnB e FGV; organizou e dirigiu o mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da FAU/UFRGS; coordenou o Pós-Graduações da FAU/UnB; foi Professor-Convocado do Curso de Urbanismo da Universidade de Paris em Cretél e da *Chaire* de Transporte e Logística do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM) em Paris e Montpellier. Participou de bancas de avaliação para Mestrado e Doutorado no Brasil e no exterior, tendo publicado livros e artigos. Desenvolveu atividades profissionais como: profissional liberal da arquitetura e do urbanismo em escritórios especializados, Diretor-presidente da AXIS Consultoria Urbana, Assessor Técnico junto à Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul. No Governo Federal foi Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (SE/CNPU), Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU/MT) e Coordenador de Política Urbana da SEPURB/Ministério do Planejamento. Também foi Presidente da Fundação Leão XIII, no Estado do Rio de Janeiro; Consultor do PNUD junto ao governo de Moçambique e do BID junto ao Senado do Panamá; Coordenador da Equipe de Assistência Técnica do Banco Mundial para Programa Nacional de Investimentos em Transportes Urbanos do FONTUR/MI, na Venezuela; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/MJ) e Diretor-Técnico da TERRACAP/GDF. Integra o Núcleo Cidade e Regulação do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do INSPER. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF) e do ICOMOS/BR.

Talvez não acreditasse na construção da Nova Capital¹ – que constava na Constituição brasileira de 1890 e que o recém empossado presidente defendia com tanto entusiasmo.² Em período de luto, sentia-se culpado pelo acidente de carro em que perdera a esposa.³ Talvez soubesse também, que no transcorrer de 1955, a Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal, presidida pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, havia elaborado projeto para nova capital federal bem como havia convidado e recebido proposta de Le Corbusier para o projeto da nova Capital Federal.

Seu desinteresse pelo projeto se manteve durante o período em que permaneceu nos EUA a convite da Parson School of Design, em meados de 1956. Nesta viagem, ficou encantado com o sistema viário e as “super-highways” que percorreu e que replicou no Eixo Rodoviário do Plano Piloto. O mesmo modelo de “super-estrada” que levou Clóvis Pestana — que como Deputado Federal foi vítima do primeiro atropelamento em Brasília⁴ — a construir a Rodovia Rio–São Paulo quando Ministro de Viação do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946/1951).

Lúcio Costa mudou de opinião na viagem de retorno ao Brasil, sessenta dias antes do prazo de entrega dos projetos. Seu relato é de que “caminhando no convés do navio, me deu estalo: “por que não participar do concurso?” E aproveitou o restante da viagem para

1 Segundo Maria Elisa Costa, Lúcio havia comprado o Edital, mas, como tantos outros arquitetos brasileiros, não acreditava na promessa de Juscelino e aguardava os fatos. Declaração de Maria Elisa em painel sobre o Plano Piloto de Brasília, Seminário Lucio Costa ARQUITETO. Brasília, DF, 28.julho.2010.

2 COSTA, LUCIO. *Salvem Brasília*, in Brasília Em Dia, Revista Semanal nº 26, abril de 1997, republicado no nº 689, abril de 2011, p. 33.

3 COSTA, LUCIO. *Adenda*, in *Registro de uma Vivência*, São Paulo: Empresa das Artes, 1995. s.n.

4 VEJA ESPECIAL – Brasília 50 Anos. *Inauguração*. VEJA 2138. Novembro de 2009 p. 140.

“inventar” proposta para Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, que entregou “quando os funcionários já estavam lacrando o guichê de recepção dos trabalhos”.⁵ Tudo feito dentro do maior sigilo. Uma mudança de posição que os melhores amigos desconheciam, mas motivado por fatos — como as obras do Palácio do Planalto e de Hotel em Brasília, e os esforços de JK para construção da nova Capital.

Juscelino Kubistchek de Oliveira, nosso JK, tomou posse como Presidente da República, em janeiro de 1956, em condições adversas. Depois, com muita habilidade e entusiasmo, difundiu seu programa para recuperar cinquenta anos perdidos nos seus cinco anos de gestão e, também, dispor de condições político-administrativas e financeiras para construir nova Capital. Para isso não hesitou em abandonar o qualificado trabalho da Comissão do Marechal José Pessoa e esquecer convites feitos a Le Corbusier, que desejava elaborar o projeto da Nova Capital a partir de seu conceito de “plano piloto.”

O legado da equipe do Marechal José Pessoa era extremamente técnico e consistente. No planejamento da Nova Capital havia convidado Le Corbusier e solicitado à subcomissão técnica de “planejamento e urbanismo”⁶ que elaborasse o projeto para a cidade batizada de Vera Cruz. Anteprojeto que se somaria aos trinta e dois elaboradas no período 1927–1957. Como “*Brasília capital geocêntrica da brasilianidade*”, de Theodoro Figueira de Almeida (1930)⁷ ou o anteprojeto modernista lecorbusiano de Carmen

5 COSTA, L. in *Salvem Brasília*, op. cit., idem, p. 33.

6 Ver PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, José. *NOVA METRÓPOLE DO BRASIL (Relatório geral de sua localização)*. Rio de Janeiro. Imprensa do Exército. 1958, p. 16 A subcomissão reunia os autores do projeto de Vera Cruz bem como Roberto Burler Marx, Francisco Saturnino de Brito Filho e Afonso Eduardo Reidy, expoentes saber técnico da época.

7 ALMEIDA, Theodoro F. de. *Brasília, a cidade histórica da América*. apud VIDAL, L. Op. cit. p. 136-142.

Portinho, primeira urbanista do Brasil, para “futura capital do Brasil no Planalto Central.”⁸

As iniciativas de técnicos da Comissão correspondiam ao pensamento do Mal. Pessoa, para quem o “erguimento de uma cidade moderna constitui sempre um acontecimento extraordinário” visto que “É das cidades modernas que partem os vigorosos impulsos coletivos e é nelas que se faz a coordenação dos movimentos e das atividades de uma nação.”⁹

O projeto para Vera Cruz, de autoria do arquiteto Raul Pena Firme, do engenheiro José de Oliveira Reis e do Professor Roberto Lacombe, todos da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, havia adotado “a concepção de uma cidade orgânica, monumental e administrativa” que refletisse “nossa evolução cultural, política e religiosa”, segundo os conceitos das “cidade jardim” e do modernismo da Carta de Atenas.¹⁰ O projeto separava “a escala monumental, servindo para valorizar as marcas do poder, e a escala humana, para o alojamento da população.”¹¹

Em paralelo, Le Corbusier foi convidado, em abril de 1955, a submeter “um comentário, uma opinião, ou observação” para livro sobre “precedentes históricos das nações que transferiram sua capital e construíram uma nova.” Mais tarde, em junho, recebeu convite oficial e aceita “supervisionar o planejamento da nova capital brasileira.” Sua proposta de trabalho foi enviada em 8 de junho de 1955.¹²

8 TAVARES, Jeferson. *Projetos para Brasília: 1927-1957*. Brasília, IPHAN, 2014. Anteprojeto aprovado como dissertação acadêmica na Universidade do Distrito Federal (1936).

9 Relatório intermediário da Comissão José Pessoa, *Ant. Hist.*, tomo 3, p. 678, in VIDAL, Laurent, op. cit., p. 174.

10 PESSOA, José, em carta datada de 2 de junho de 1955. In VIDAL, op. cit. p. 175.

11 VIDAL, Laurent. *De nova Lisboa a BRASÍLIA – A invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 177.

12 VIDAL, idem, p. 180-181.

Em campo e com apoio do Governo de Goiás, as obras no sítio Castanho prosseguiram. Estradas de acesso eram construídas e fazendas demarcadas. O recém-construído aeroporto garantia acesso rápido ao Rio de Janeiro e a primeira missa foi celebrada sem a presença do Presidente Café Filho, cujo partido político (UDN) era contrário à transferência da Capital Federal. Em meados de dezembro de 1955, o Governo de Goiás dava início à desapropriação das primeiras fazendas.

Quanto a Le Corbusier, a reação ao convite Hugo Gouthier para comentário, opinião ou observação foi fria. Ficou desagradado porque esperava ser convidado para fazer o projeto com que tanto sonhava desde os anos 20. Entendia que “o método do concurso é uma falsidade democrática” e que “Um governo que se respeita deveria ter a coragem” de designar pessoas aptas para “fazer face às tarefas nas quais pensa.”¹³ Reação que levou o Embaixador Gouthier, instruído pelo Mal. Pessoa, a convidar Le Corbusier para que apresentasse sua proposta para supervisionar o projeto da Nova Capital.

Cabe aqui voltar no tempo para entender a reação de Le Corbusier e o sonho que acariciava desde os anos 20, quando surgiu um projeto de lei no Senado Federal (nº 23/1923) para instituir concurso internacional para construção da nova capital, com mensagem do presidente Artur Bernardes pedindo urgência e aprovação. O fato foi comunicado a Le Corbusier por Blaise Cendrars a pedido de Paulo Prado, aristocrata e mecenas do modernismo paulista, em 1926. Cendrars escreveu que, se for o caso “ponho-o em contato com quem de direito.”¹⁴

Mais tarde, a caminho de viagem à Buenos Aires para realizar conferências (1929), Le Corbusier escreve para Paulo Prado a

13 VIDAL, op. cit., p. 180.

14 Fundação Le Corbusier, carta de Blaise Cendrars, de 13 de julho de 1926, in VIDAL, op. cit. p. 180.

manifestar sua vontade de participar do sonho brasileiro. No Rio de Janeiro encontrou Lúcio Costa e depois aproveitou alguns dias em São Paulo para oferecer seus préstimos a Júlio Prestes, candidato à Presidência da elite política do “café com leite” (São Paulo e Minas Gerais), que dominava o país.

Em 1955, depois de sua experiência na Índia com Chandigarh, Le Corbusier continuava sonhando com o que seria a sua segunda Cidade Capital. O segundo convite do Embaixador Gouthier permitiria realizar seu sonho e na resposta ao Mal. Pessoa (junho /1955) ele introduziu o conceito de “plan directeur (pilote)”,¹⁵ que não era usado e que não prosperou no Brasil. O “plano piloto” seria um “esquema de base” seguido de “plano diretor”, cabendo aos brasileiros a análise, o plano regulador e o desenvolvimento do plano.” Para a parte arquitetônica, ele sugeria vários conceitos e procedimentos.¹⁶

Havendo inicialmente atuado em duas frentes, o Mal. Pessoa optou pelos profissionais brasileiros. Seu argumento foi de que os arquitetos e urbanistas brasileiros poderiam assumir a tarefa. “Seria mesmo a primeira oportunidade para que os engenheiros brasileiros, que tanto têm contribuído para o progresso, o desenvolvimento e a beleza de nossas grandes cidades, realizassem no setor de urbanismo, uma obra de grande envergadura.”¹⁷ Com isso, a proposta de Le Corbusier foi engavetada e o projeto de Vera Cruz prosseguiu até ser abandonado. Entregues ao esquecimento. Dos planos da época restou apenas o conceito de “plano piloto”, que Oscar Niemeyer adotou no Edital do Concurso para a Nova Capital Federal.

15 VIDAL, Laurent. *De nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX e XX)*. Brasília. Editora UnB, 2009. p. 183.

16 VIDAL, Laurent. *idem*, p. 181.

17 PESSOA, Marechal Jose, *Declaração do Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal sobre o planejamento do futuro Distrito Federal*, Boletim Geográfico jul./ago. 1955. p. 684 in VIDAL, L. Op. cit., p. 179.

II. Origem e consolidação do Plano Piloto

Segundo Oscar Niemeyer, anos antes e depois de Pampulha, JK lhe havia dito que iria “construir Brasília. Vai ser a cidade mais bonita do Mundo”.¹⁸ Já eleito, as expectativas de JK tornaram-se mais ambiciosas: Brasília era a “meta-síntese” de seu “Programa de Metas” – articulado em torno de trinta objetivos específicos, sendo cinco orientados para o setor de energia, sete para transportes, seis para produção alimentar e agrícola, onze para indústrias de base e um para educação e desenvolvimento – que planejava implantar durante os cinco anos de seu mandato.

JK apostava em Lúcio Costa e Oscar Niemeyer para construção de Brasília na área Castanha, junto ao grande lago sugerido pela Missão Cruls em 1891 e onde o Governo de Goiás, desde janeiro de 1956, desapropriava fazendas e celeremente construía estradas. Não havia projeto urbanístico, mas o local do futuro Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, foi logo escolhido. Segundo Oscar, “com o capim a bater nos joelhos, Israel Pinheiro e eu escolhemos o lugar onde deveria ser construído o Alvorada. Para projetar os palácios, inclusive o do Congresso, faltava tudo. Nenhum programa, nenhuma previsão (...). A pressa tudo justificava.”¹⁹ Uma pressa que sintetizava expectativas do Brasil dos anos 60, muitas das quais Lúcio Costa captou no Relatório do plano-piloto.

Lúcio entendia que a fundação de Brasília daria “ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Tratava-se de um ato deliberado de posse, de um sentido ainda desbravador, nos moldes

18 NIEMEYER, Oscar. *Falta outro Juscelino*. In Brasília Em Dia, op. cit., p. 36.

19 NIEMEYER, Oscar. *Brasília, meu amor...* Brasília: Correio Braziliense, Exposição Brasília Braziliense, abril de 2012, p. 86.

da tradição cultural.”²⁰ Com dois traços em cruz Lúcio Costa havia se assenhorado da folha de papel e sintetizado o espírito desbravador e de consolidação das fronteiras que orientava a construção na Nova Capital.

O simbolismo dos eixos viários sustentaria a estrutura viária da cidade capital construída na hinterlândia do país. Um traçado que consolidava a posse de território desocupado, que dava continuidade à Marcha para Oeste preconizada por Getúlio Vargas a partir da Revolução de 30, que atendia às preocupações da geopolítica debatida em círculos militares e que correspondia ao desenvolvimentismo preconizado por JK.

No passado, o presidente Getúlio Vargas havia criado a Marcha para o Oeste, para expandir a fronteira agrícola do Brasil e implantar projetos modernos de desenvolvimento agropecuário, sustentados por estradas e infraestruturas adequadas. Como a Colônia Agrícola de Ceres, no rio das Almas, liderada por Bernardo Saião e que gerou os sucessos que alavancaram sua eleição para vice-governador e para a coordenação do programa de estradas do estado, em 1953.²¹

Nos anos 40, a ocupação do Centro-Oeste era objetivo estratégico da geopolítica debatido e difundido em academias militares. Como exemplo, o discurso do Mal. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, paraninfo dos formandos da Academia das Agulhas Negras, em 1949, quando alertou os jovens quanto a responsabilidade “diante de certos problemas, como o da construção da Nova Capital Política do Brasil, no Planalto Central, dada a marcada influência que exercerá nos destinos da nacionalidade.”

20 COSTA, Lucio, *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, in *Brasília, cidade que inventei*. Brasília: IPHAN / Brasília, Secretaria de Cultura do DF, 3ª Edição, 2014, p. 29. Nesta página há um erro que cabe corrigir. Onde consta “Monumental não só no sentido de...” deveria constar “Monumental não no sentido de ...”.

21 PASSOS, John dos. *O oeste brasileiro, A colônia de Saião, O homem em pessoa*. in *O Brasil em movimento*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 69-96.

E ressaltava que: “Não só para acelerar a marcha lenta da civilização na direção do altiplano dos sertões brasileiros “ como também para estender “os braços aos irmãos da Hileia Amazônica,” que ali vivem esquecidos e sem ajuda dos Governos.”²²

* * *

Nas décadas seguintes, a função das cidades na transformação do Brasil em nação moderna e industrial tornou-se tema relevante. Nas palavras de Otavio Ianni, “durante o governo Juscelino Kubistchek de Oliveira, a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial.”²³ Ou na síntese de Carlos Guilherme Mota: “Da “consciência amena de atraso, passou-se à ideologia de país em vias de desenvolvimento”²⁴ Uma expressão que sintetizava grandes expectativas desenvolvimentistas que envolviam as cidades e a industrialização, e inspirava novas teorias e novas práticas político-administrativas.

Segundo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré conduziam com o apoio de Celso Furtado, Gilberto Freyre, dentre outros, o Brasil deveria adotar um programa de nacionalismo desenvolvimentista a partir do qual a construção de Brasília daria novo direcionamento à economia nacional ao orientá-la para o interior e não mais para o exterior. Para isso seria necessário dinamizar a indústria a partir de investimento massivos do Estado. Para o Iseb, o desenvolvimento como que equivalia a industrialização

22 CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, José Pessoa. *NOVA METRÓPOLE DO BRASIL*, op. cit. p. 10.

23 IANNI, Octávio, *Estado e Planejamento econômico no Brasil, (1930-1970)*, p. 172.

24 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática.1990, p. 153, in VIDAL, L, op. cit., p. 192.

e à urbanização. Brasília sendo tema de debate e reflexões constantes e renovadas no Instituto.²⁵

Em outra vertente, a importância das cidades e do planejamento urbano era tema de debates no IAB e no Partido Comunista do Brasil. Na confluência da modernidade com a ideologia marxista, Oscar Niemeyer afirmara que os arquitetos não cumpriam seu papel social porque só projetavam “edifícios públicos e casas burguesas.” Sua proposta é que “estas obras deveriam fazer parte de um Plano Diretor, ajustado indistintamente a todos os problemas sociais e urbanísticos.” Sem Planos Diretores “a atuação profissional e os benefícios que a arquitetura moderna poderia trazer permaneceriam restritos às classes dominantes” e, por isso, aos arquitetos caberia transformar os planos diretores em instrumentos de justiça social.²⁶

A construção de Brasília enfeixava, portanto, o simbolismo de posse de novos territórios do período colonial, estratégias da geopolítica nacional, a construção de cidades como instrumento do desenvolvimentismo industrial que substituiu colônias agrícolas na ocupação do Centro-Oeste e símbolo do Brasil desenvolvimentista, preconizado pelo Presidente JK.

III. O Edital do Concurso Nacional

JK havia convidado Oscar Niemeyer para que elaborasse o plano urbano de Brasília, mas ele não aceitou. Preferiu promover um Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil,²⁷ publicado no DOU de 30 de setembro de

25 ver CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960, (Coleção Textos sobre a Nova Capital, nº 1).

26 NIEMEYER, Oscar. *Formação e evolução da arquitetura no Brasil*. (1946) apud BUZZAR, Miguel Antônio. *João Batista Vilanova ARTIGAS Elementos para compreensão de um caminho da arquitetura brasileira, 1933-1967*. São Paulo: Editora Unesp, Editora Senac. 2014, p. 244.

27 O Edital consta em COSTA, Lúcio, *Brasília, cidade que inventei*. Brasília, IPHAN, 2014.

1956, em que consta que “pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, regularmente habilitadas para o exercício da engenharia, da arquitetura e do urbanismo.” O prazo para inscrições seria de 15 (quinze) dias e iniciaria 10 (dez) dias após a publicação no DOU. Os trabalhos deveriam ser entregues 120 dias contados a partir da data de abertura das inscrições, mas o prazo foi ampliado a pedido do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). O Júri seria composto por três especialistas estrangeiros e por representantes do IAB, Sociedade de Engenharia e pelo presidente da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), empresa recém-criada e responsável por planejamento, construção e transferência da Capital para o Planalto Central, e que também presidiria os trabalhos da Comissão. As exigências do Edital eram simples, mais simples do que aquelas sugeridas pelo IAB à Comissão.²⁸ Os concorrentes deveriam apresentar dois documentos: “traçado básico da cidade” e “relatório justificativo”. O traçado básico indicando a “disposição básica dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação.” Algo similar ao que Le Corbusier se propusera a fazer.

Mas havia também o ambíguo artigo 4º, que permitia aos concorrentes “apresentar, dentro de suas possibilidades, os elementos que serviram de base e que comprovem as razões fundamentais de seus planos”, com extensa lista de itens sugeridos. Fato que levou muitos concorrentes a entregarem longos e aprofundados estudos, elaborados por qualificadas equipes multidisciplinares, que tratavam de serviços e infraestrutura urbana e regional. Um aceno e uma oportunidade de detalhamento do projeto que levou a maioria de concorrentes a apresentar extensos e aprofundados

28 BRUAND, Yves. *L'architecture contemporaine au Brésil*, p. 999, apud VIDAL, Laurent, op. cit. p. 200.

estudos elaborados por qualificadas equipes profissionais. Talvez por ignorarem o conceito lecorbusiano de “plano piloto” adotado no título do Concurso e presente na singeleza das exigências.

IV. O Plano-Piloto de Lúcio Costa

Lúcio Costa decidiu participar do concurso dois meses antes da data de entrega. Sozinho “inventou” seu plano-piloto, toscamente desenhado, do Plano Piloto de Brasília (PPB) e redigiu relatório, datilografado com o apoio das filhas. Tudo em sete cópias, como exigia o Edital.

Como autoproclamado “maquis” do urbanismo, Lúcio parte do entendimento que se trata de um concurso de ideias restrito à concepção urbanística da cidade. O que lhe permitiu ignorar temas como inserção regional e outros itens mencionadas no Edital. Após haver esboçado um plano-piloto que “nasce praticamente pronto,” Lúcio Costa concentrou sua atenção no “relatório justificativo”. Em texto sucinto, elegante e preciso, expôs suas intenções, estabeleceu os fundamentos, descreveu cada componente, detalhou sua proposta e concluiu com suas sugestões e expectativas. Texto que inspirou crônica de Rubem Braga: “*Lucio Costa estreia na literatura fazendo urbanismo.*”²⁹

Já nos primeiros parágrafos do Relatório, Lúcio comunicava que não concorria: “apenas me desvencilho de uma solução possível.” Sua exposição de motivos foi curta e simples, mas entendeu ele ser válida, porque, “apesar da espontaneidade original”, foi depois “intensamente pensada e resolvida.” Seu pressuposto era que se trata de “um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial” – inspira os traços em cruz que surgem no papel como “gesto primário de quem assinala

29 BRAGA, Rubem. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, Caderno B (24. Março.1957).

um lugar ou dele toma posse” – que serão metamorfoseados em eixos viários estruturadores do projeto (item 1).

Procedimento similar ao adotado em postos avançados durante o império romano. O simbolismo do gesto corresponde ao do bandeirante desbravador de novos territórios. Também corresponde ao do desenvolvimentista que tem na cidade uma ponta de lança para fortalecer a transição de economia agrária para economia urbano-industrial. Com seu primeiro gesto, Lúcio inventou Brasília a partir de histórica simbologia: Lúcio destacou que “a posição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção.” Isso porque a Nova Capital não poderia ser concebida como “simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer.” Caberia projetá-la, como destacou Vidal³⁰, “um santuário da cidadania (uma civitas).”

A essência de Brasília estava na função de acolher os poderes constituídos da República. Não “era uma “*urbs*”, mas sim uma ““*civitas*” possuidora dos atributos inerentes a uma capital. “Um fundamento depois reforçado pela Comissão de Julgamento quando considerou que “uma Capital Federal, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, deverá ser diferente de qualquer cidade de quinhentos mil habitantes.”

E prosseguiu Lúcio: “A Capital, cidade funcional, deverá (...) ter expressão arquitetural própria.” O que correspondia à exigência de “conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental.” Mas onde o “monumental não significa ostentação, mas surge para que o projeto seja a “expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa.” Monumentalidade que permanece ainda hoje objeto de grandes debates entre críticos de arte e onde o conceito de Lúcio é semelhante à “*new monumentality*” (nova

30 VIDAL, L. op. cit., p. 215.

monumentalidade) adotada, a partir de 1943, pelo movimento modernista. O conceito foi formulado por José Luís Sert, Fernand Léger e Sigfried Gideon, a nova monumentalidade sendo definida como aquela capaz de satisfazer “as eternas demandas do povo pela translação (transferência) de sua força coletiva em símbolos.”³¹ Lúcio concluiu sua breve introdução com uma descrição dos atributos que sua *civitas* oferecerá para propiciar trabalho ordenado e eficiente. Será uma “cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual,” além de “centro do governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.” Muitos destes anseios foram gradualmente abandonados ao longo das décadas seguintes ...

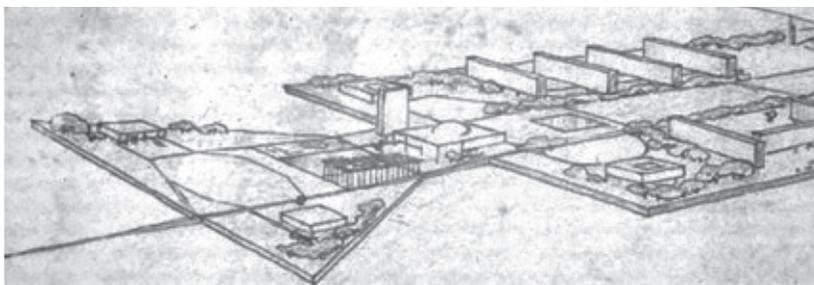
A cidade que inventou, repetirá Lúcio nas décadas seguintes, nasceu pronta. Seus croquis orientaram a construção de uma *civitas* que seria como que depositada no seio do cerrado, cercada por cinturão verde. (Imagem 1). A área monumental ocuparia terrapleno construído cinco a sete metros acima do solo e só haveria três acessos: a oeste, ao sul e ao norte. Os setores residenciais obedeciam a mobilidade, morfologia e ecologia inovadora, cada superquadra cercada por áreas, como descrito no item 16, com a gradação social habitações sendo o objeto do item 17 e áreas de lazer do item 20.

Os 24 itens do Relatório abordavam inúmeras questões, com croquis que definia a territorialidade das muitas funções e estabelecia a volumetria de seu plano-piloto. Indo além da proposta urbanística, propôs procedimento econômico-financeiro e imobiliário para financiar a construção do plano-piloto (item 22). Diferente do modelo financeiro proposto por Santiago Dantas e adotado por

31 Apud Condensed edition of “*Louis I. Kahn. In the realm of architecture.*” Los Angeles, The Museum of Contemporary Art, 1997. p. 44 — “the eternal demand of the people for translation of their collective force into symbols.” (Tradução livre). Ver também, “In Search of a New Monumentality”, *Architectural Review*, 104, (September 1948): p. 117-128.

JK. Outro item sugere distância mínima de um quilômetro entre residências (item 18).

Imagem 1 – Croquis de Lúcio Costa para o Terrapleno da Área Monumental (1957)



Fonte: COSTA, Maria Elisa. *Árvores desfiguram a Esplanada de Lúcio*, in *Veja Brasília*, 09.05.2010.

Brasília surgia, assim, como projeto destinado a ocupar e promover o desenvolvimento econômico da hinterlândia, qualificar a gestão federal e fortalecer a integração nacional. Como *civitas* – símbolo que acenava para o futuro, seu urbanismo modernista adotava uma utópica “adequação” das disparidades sociais e se tornaria símbolo e síntese das esperanças de um Brasil industrial. Brasília consolidava, naquele momento, um complexo conjunto de fatos e símbolos que eram alimentados pelo otimismo idealista e pelo Programa de Metas – cujo “projeto-síntese” era a Nova Capital.

V. O julgamento

O concurso para construção de Brasília reuniu dezenas de projetos e ofereceu um retrato do estado da arte da cultura urbanística e dos fundamentos que sustentavam as práticas urbanísticas nacionais. No conjunto de projetos concorrentes, o entendimento de Lúcio Costa sobre como a cidade deveria ser concebida – sintetizado no Plano Piloto básico e no Relatório –

foram determinantes na escolha de seu plano-piloto. Mas nem tudo foi um mar de rosas. Num primeiro momento, segundo Vidal³², o representante do IAB tentou desqualificar o projeto porque as informações oferecidas não seriam suficientes. O argumento foi contestado por Sir William Holford que, como normalmente ocorre em comissões de julgamento, foi o participante que liderou conceitos e procedimentos.³³

O gráfico-síntese adotado pela Comissão de Julgamento resumia defeitos e qualidades de cada projeto e a proposta de Lúcio Costa foi destacada como sendo a única que propõe uma *civitas* e não uma *urbs*. O parecer da comissão avaliou os dez projetos selecionados inicialmente, rebateu críticas de representante do IAB e justificou a escolha do plano-piloto de Lúcio Costa por suas virtudes. Quanto aos defeitos, considerou que (i) havia quantidade indiscriminada de terra entre centro administrativo e lago; (ii) havia necessidade de afastar o aeroporto; (iii) destinar para uso residencial as partes mais distantes do lago e das penínsulas e (iv) especificar “tipos de estradas regionais, especialmente com relação a possíveis “cidades satélites”.

As virtudes destacadas são as de ser (i) “O único plano para uma capital administrativa do Brasil – “*civitas*” e não “*urbs*”; (ii) de ser plano de fácil apreensão – “claro, direto e fundamentalmente simples”, que (iii) “estará concluído em dez anos” e que, (iv) “como o tamanho da cidade é limitado, seu crescimento após vinte anos se fará (a) pelas penínsulas e (b) por cidades satélites.”

A escolha do plano-piloto de Lúcio Costa pela Comissão Julgadora não foi unânime. Paulo Antunes Ribeiro, representante do IAB, submeteu relatório, e não voto, em separado, em que se

32 VIDAL, L., op. cit. p. 115.

33 BRAGA, Milton. *O Concurso de Brasília: sete projetos para uma nova capital*. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial, Museu da Casa Brasileira. 2010. Oferece excelente síntese e relatos sobre o concurso.

retirou da Comissão por discordar do critério adotado na escolha dos trabalhos e por achar-se sem “condições de opinar tecnicamente” e propôs a criação de Comissão integrada pelas equipes dos dez relatórios inicialmente escolhidos mais o do de número 11 para desenvolver o plano de Brasília”. Seu relatório foi rejeitado e fortemente criticado na Comissão. Sua proposta, se adotada, atrasaria os trabalhos durante anos bem como era incompatível com o espírito e o objetivo de um concurso de ideias. Os trabalhos da Comissão foram encerrados em março de 1957.

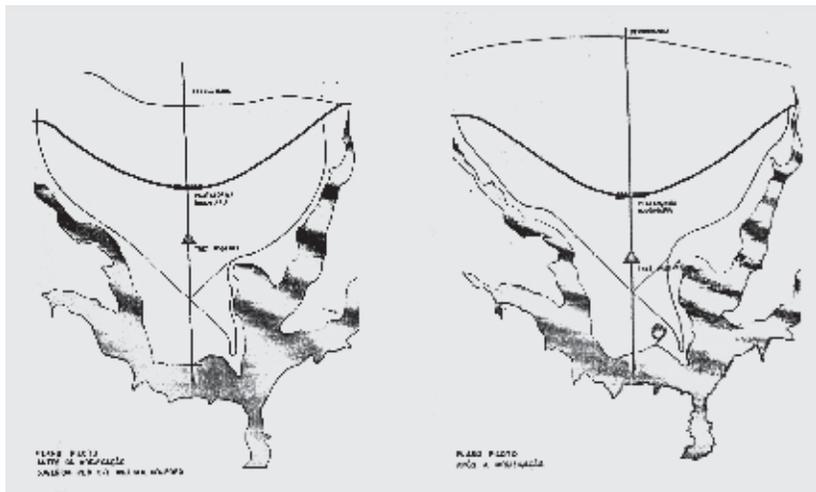
VI. O Plano Piloto da NOVACAP que fez o plano-piloto de Lúcio Costa

As adaptações e alterações pelas quais o plano-piloto passou, até chegar ao Plano Piloto adotado na construção de Brasília, é tema pouco explorado e raramente analisado. Em grande parte, porque Lúcio Costa indicou Augusto Guimarães Filho, engenheiro de sua confiança, para coordenar as alterações e discretamente acompanhou os trabalhos de adaptação às observações da Comissão de Julgamento e detalhamento do plano-piloto. Trabalho conduzido pela equipe da Companhia Urbanizadora de Brasília (NOVACAP) a partir de escritório no Rio de Janeiro. Sua discreta participação em projetos de urbanização e a aprovação de prédios do Plano Piloto permaneceu, assim, por décadas, os projetos sendo levados ao apartamento no Leblon para obter a devida aprovação. Lúcio permaneceria atento sobre o que acontecia na Brasília que havia inventado, sempre com o apoio de seus admiradores.

Nos poucos meses decorridos entre a escolha do plano-piloto pela Comissão e a aprovação do Plano Piloto elaborado por técnicos da NOVACAP, os eixos estruturais foram redesenhados (Imagem 2) e a localização das funções urbanas bastante alterada. (Imagem 3). A curvatura do eixo rodoviário foi aumentada para aproximar

o plano-piloto do Lago Paranoá, o que aumentou em 800 m a distância entre o Eixo Monumental e a estação rodoviária e criou território sem uso entre as Asas Norte e Sul e a Rodovia NS.

Imagem 2 – Revisão da estrutura viária para aproximar cidade do lago



Fonte: COSTA, Lúcio. *Brasília 57-85*. op. cit.

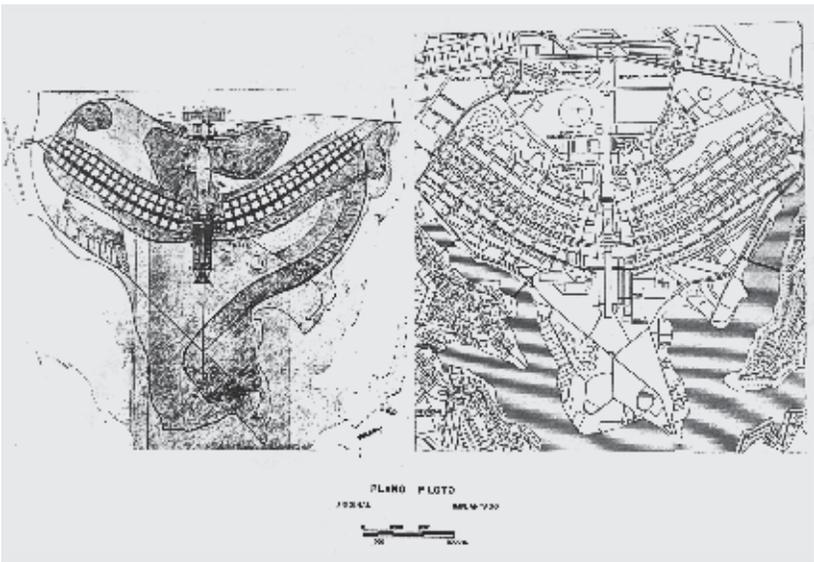
Este território vazio será gradualmente ocupado a partir do Plano Piloto da Novacap, que amplia a área do Setor Militar e cria o bairro do Cruzeiro. Nos anos 70, o Presidente Ernesto Geisel decidiu pela implantação do Parque da Cidade — maior parque urbano do mundo, e de Área Octogonal para abrigar residências de militares. Nos anos 80, segundo proposta de Lúcio Costa, surgiram os setores Sudoeste e Noroeste.

No tocante às 28 funções indicadas em “traçado básico da cidade” do plano-piloto, muitas foram transferidas ou desapareceram enquanto novas funções surgiram. O aeroporto foi transferido para área mais distante e desapareceram as funções e atividades como Horticultura, Floricultura e Pomar; Jardim Botânico, Hipódromo

e Área destinada a Feiras, Circo, etc.. Atividades relocadas são as casas individuais, o Clube de Golfe, a Sociedade Hípica e o Jardim Zoológico. A extensão de área destinadas a cada função também sofre alterações profundas, com quartéis concentrados no Setor Militar ao norte do Eixo Monumental, frontal ao novo núcleo habitacional do Cruzeiro, ocupado por funcionários públicos e pela cultura carioca. Houve inúmeras alterações, como se observa ao comparar o plano-piloto com o Plano Piloto (Imagem 3).

O Plano Piloto da Novacap determina a territorialidade de sistemas hierarquizados de serviços públicos como saúde (de postos de saúde aos hospitais gerais), educação (de escolas primárias às bibliotecas e universidades), segurança pública, parques e áreas de lazer, assim como acrescentou novas funções, como o Setor de Chácaras, hoje Setor de Mansões Park Way (SMPW), criado para atender Israel Pinheiro.

Imagem 3 – Projeto urbanístico: plano-piloto & Plano Piloto



Fonte: COSTA, Lúcio. *Brasília* 57-85. op. cit.

É difícil estabelecer a nível de participação de Lúcio Costa nestas alterações porque ele pouco frequentava a sede carioca da NOVACAP. Preferia permanecer recluso no Leblon. Seu distanciamento do planejamento da urbanização fortaleceu a influência de Oscar Niemeyer e sua equipe em decisões tamanho dos apartamentos residenciais compatíveis com a densidade habitacional em superquadras. Ou para definir tipos de serviço em setores comerciais de áreas residenciais. Fato que levou muitos a apontarem Niemeyer como responsável pelo planejamento da urbanização no DF e a Lúcio declarar: “Vou ditar uma coisa, porque é uma coisa definitiva: “Brasília é uma coisa pessoal minha. Não teve a participação de Oscar [Niemeyer].””³⁴

Houve inúmeras razões para a desordenada ocupação urbana do Distrito Federal que ocorreu nos anos cinquenta. As cidades satélites que surgiram não corresponderam ao que a Comissão havia indicado e Lúcio Costa previsto porque a NOVACAP não tinha equipe com qualificação técnica para conduzir a localização e o planejamento de cidades satélites que atendessem as demandas regionais e migratórias geradas pela construção da nova capital. Tema ignorado no Edital. A explosão populacional e o comportamento dos operários – candangos – foi diferente do previsto pela NOVACAP quanto ao retorno às terras de origem. Invertendo as expectativas, os candangos não só permaneceram como também atraíram seus conterrâneos, que imigraram porque as oportunidades que o Distrito Federal oferecia eram em tudo superiores àquelas de suas terras natais.

O acolhimento de operários e funcionários de empresas públicas e privadas passou a ser um problema maior da urbanização do DF porque o projeto do plano-piloto adotava uma tênue “gradação” urbana para atender funcionários públicos. Acampamentos de

34 COSTA, Lucio. *Salvem Brasília*, op. cit., p. 33.

empreiteiras – como abrigo-provisório durante a execução das obras – e o Núcleo Bandeirante surgiram para abrigar operários e trabalhadores. O problema se agravou quando JK decide que só funcionários públicos poderiam morar no Plano Piloto. Cresceu então a importância dos acampamentos e tornou-se necessário criar cidades satélites, com o que foi sendo consolidada uma segregação social-urbanística no DF que contraria a visão social de Lúcio Costa e fortalece a imagem de capital federal autoritária e intramuros. Medieval segundo alguns cientistas sociais ou “paradoxo da utopia” para outros, a urbanização adotada e o “espírito de Brasília,” inspirado na “ideia original de um lugar inovador e experimental, são temas aprofundados por James Holston e Laurent Vidal que os exploraram em seus estudos acadêmicos.³⁵

Por último e não menos importante, a equipe de Niemeyer não atentou para a necessidade de planejamento regional que definisse diretrizes regionais para um sistema de “cidades satélites” e implantação de atividades agrícolas. O resultado foi de que tudo passou a ser tratado de forma pontual, com planos diretores de baixa qualidade. Um conjunto de fatores que prejudicou fortemente a qualidade da ocupação do Distrito Federal e desfez fundamentos, princípios, qualidades e potenciais do plano-piloto inventado por Lúcio Costa.

VII. A criação da teoria das escalas urbanas

Depois de haver vencido um doloroso período de luto, de haver inventado seu plano piloto e escrito relatório — cuja qualidade Rubem Braga destacou, e haver vencido o Concurso para o plano

35 HOLSTON, James. Em *A Cidade Modernista: Uma Crítica de Brasília e sua Utopia*. São Paulo. Companhia de Letras, 1993. Ou em *Libertem o espírito de Brasília*. In VEJA ESPECIAL Brasília 50 Anos, op. cit. p. 148-155. VIDAL, Laurent. *De nova Lisboa à Brasília...*, op. cit. Capítulos V, VI e VII.

piloto da Nova Capital Nacional, Lúcio Costa entrou na fase de ter de explicar os fundamentos teóricos de seu projeto. Algo que ainda não havia concebido.

Isso porque a “*civitas*” brasileira surgira como se pronta estivesse. Influenciada pelo modernismo de Le Corbusier e destituída de qualquer marco teórico. Dilema que Fernando Pessoa havia descrito em algumas gentis palavras:

“Toda teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando que a teoria não é senão a teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria.”³⁶

A falta de uma sustentação teórica dificultava a defesa frente aos intelectuais que, no Brasil e em outros países, criticavam ferozmente o projeto de Lúcio Costa. Na procura da relação da teoria com a prática, poucos tinham a coragem e humildade de Edmund Bacon, que revisou sua crítica ao projeto do plano-piloto depois de escutar Lúcio e visitar o Distrito Federal.³⁷ Mas nem sempre era assim e Lúcio precisava construir um marco teórico para seu plano-piloto.

A primeira tentativa foi durante a visita ao canteiro de obras que era Brasília em 1959, de participantes do Congresso Internacional Extraordinário de Crítico de Artes cujo tema era Cidade Nova: Síntese das Artes. O Congresso foi organizado por Mario Pedrosa a pedido de JK. Lúcio defendeu a política econômica e as iniciativas de governo que, “de quebra, (legaria) uma capital. Esta capital – Brasília.” Uma capital de concepção singela e com “caráter diferente, a um tempo rodoviário e urbano.” Capital em que lhe agradava:

36 in BRÉCHON, Robert, *Estranho Estrangeiro – Uma biografia de Fernando Pessoa*. Lisboa: Quetzal Editores. 1996. p. 421.

37 BACON, Edmund N.. *DESIGN OF CITIES*. Londres: Thames and Hudson Ltd. Edição Revista, 1978.

“o modo como essa escala monumental se entrosa na escala humana de quadras residenciais, sem quebra da unidade do conjunto”, cidade com “a sede dos três poderes fundamentais não no centro do núcleo urbano, mas na sua extremidade, sobre um terrapleno triangular como palma de mão que se abrisse além do braço estendido da esplanada, onde se alinham ministérios.”

E conclui desafiante: “A praça dos Três Poderes é a Versalhes do povo. Discuti, discordai à vontade. Sois críticos. A insatisfação é o vosso clima.”³⁸ Sir Wiliam Holford, que participara da escolha do projeto aponta para os méritos do projeto, mas Bruno Zevi logo coloca em dúvida “a possibilidade de construir artificialmente uma cidade cuja estrutura se tornaria automaticamente dinâmica depois do começo artificial de sua fundação.” Os questionamentos seguem e os aplausos também. Havia inúmeras maneiras de avaliar a cidade, suas origens, seu futuro, segundo aquela elite dos críticos de arte dos anos 60.³⁹

O conceito inovador de monumental, como fruto de uma certa dignidade e nobreza de *intenção* do urbanista e consolidada como expressão palpável e bastante consciente daquilo que vale e significa ser capital nacional, foi exaltado por André Malraux e assemelhava-se à definição modernista de Sert, Léger e Gideon, nos anos 40.

No cenário mundial, onde Moholy-Nagy se destacava, sua crítica foi para conotação esquizoide do projeto de Lúcio e Oscar com o império romano. E destacava a “plataforma elevada em que colocaram símbolos esculpturados dos Três Poderes do governo acima do povo, da mesma forma como palácios, fortalezas, catedral e

38 COSTA, Lucio. *Saudação aos críticos de arte*. In COSTA, L., *Lucio Costa. Registro de uma...* op. cit. p. 298-299.

39 Rio Congresso Internacional Extraordinário de Critico de Artes – Cidade Nova: Síntese das Artes. Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 2009. Editado por Maria da Silveira Lobo e Roberto Segre.

prédio da justiça haviam simbolizado o poder de uma classe sobre a outra desde o início da história urbana”.⁴⁰

Também os irmãos Roberto⁴¹, quando criticaram o projeto de Lúcio, valeram-se da histórica imagem de Frank L. Wright apontando sua bengala para a *monumentalidade* do Mall de Washington e declarando: “Tudo isso é imperial e militarista. A Democracia ainda não construiu.” Argumento que Lúcio rebateu que, quanto a monumentalidade, não via “porque na Democracia a *cidade* deva ser necessariamente despojada de grandeza. Da grandeza ostensiva e enfática, sim; mas não daquela que decorre naturalmente de um traçado (...) com elevada intenção.”⁴² Isso depois de haver afirmado que: “Se a Praça dos Três Poderes corresponde em termos de espaço e por intenção a Versalhes, a majestade é outra, é o *povo* – é o Versalhes do povo.”⁴³

Ainda no Brasil, quando Antônio Callado criticou a construção de prédios do governo e concluiu que a cidade não havia “sido feita para gente e muito menos para crianças.” Lúcio responde introduzindo novo marco teórico: o de que estruturalmente, Brasília compreende:

40 MOHOLY-NAGY, Sybil. *The Matrix of Man*. New York: Frederick A. Praeger, 1968. p. 155, tradução livre de: “On a high platform they planted sculptured symbols of the Three Powers of government over the people, just as palaces, fortress, cathedral, and court house had symbolized the power of one class over another since the beginning of urban history.”

41 Os MMMRoberto, cada M correspondendo ao nome de um irmão, foram arquitetos cujo escritório produziu importantes projetos da arquitetura modernista brasileira. Sua proposta para o plano piloto foi de sete unidades urbanas circulares, cada uma servindo a um setor governamental. Recebeu o terceiro lugar.

42 COSTA, Lúcio. *Conceito de Monumentalidade*. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil. 27.03.1957. in *Lucio Costa: Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. p. 344.

43 COSTA, Lúcio. *Sobre a construção de Brasília*. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil. 08.11.1961. in *Lucio Costa: Sobre Arquitetura*. op. cit., p. 344.

“três partes devidamente entrosadas: o **eixo monumental** (onde estão) edifícios destinados ao governo e à administração; o **eixo rodoviário-residencial**, que conduz ao centro da cidade e ao longo dão qual estamos dispostas as quadras residenciais e, finalmente, a **plataforma** onde foram situados, em níveis diferentes, o centro social e de diversões e a estação rodoviária interurbana”, articulado com os setores comercial e bancário, cultural, e destinado a competições esportivas – “estádio e hipódromo”. E conclui: “O **monumento**, no caso de uma capital, não é coisa (...) que se possa deixar para depois.”⁴⁴

O descritivo conceito não suscitou apoio. O plano-piloto permanecia sem marco teórico que sustentasse sua funcionalidade e morfologia urbana. Até o momento que Gideon faz sua incisiva crítica: Brasília era uma cidade desprovida de escala humana.

* * *

A teoria das escalas urbanas surge quando Lúcio reage e responde, em meados de 1961 — cinco anos depois de haver “inventado” o plano-piloto.⁴⁵ Qualifica como disparate a afirmação que Brasília é “uma cidade em que o homem foi esquecido” e argumenta: “a chamada escala humana é uma coisa relativa” e, “quando a cidade tomar verdadeiramente pé”, três escalas irão “caracterizar e dar sentido a (sic) Brasília.” E estabelece as quatro

44 COSTA, Lúcio. *Monumentalidade e Gente*, Rio de Janeiro. Correio da Manhã. 21.01.1961 in *Lucio Costa: Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. p. 304-307.

45 COSTA, Lúcio. *Sobre a construção de Brasília*. Rio de Janeiro. Jornal do Brasil. 08.11.1961. in *Lucio Costa: Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. p. 342-347.

escalas de sua Teoria das Escalas Urbanas valendo-se da rígida territorialização das funções urbanas de seu plano-piloto:

- ◆ A “escala **residencial**, ou cotidiana, nas áreas de vizinhança constituída por superquadras,” que permite “às pessoas encontrar-se, conversar, conviver, compreender-se.”
- ◆ A “escala **monumental**, em que o homem adquire dimensão coletiva, a expressão urbanística desse novo conceito de nobreza — que não se opõe ao individual, mas o acrescenta e enriquece.”
- ◆ A “escala **Gregária**, onde as dimensões e o espaço são deliberadamente reduzidos e concentrados a fim de criar clima propício ao agrupamento.” Depois diferenciou a tradição mediterrânea — de espaços abertas, com ruas de comércio e feiras — da tradição nórdica — de convívio interior, como os atuais centros comerciais.
- ◆ A escala **bucólica**, que surge ao final do texto, é a quarta escala: “das áreas cobertas destinadas a fins de semana lacustres ou campestres.”

O conceito passa a ser adotado, embora uma definição jurídica e tecnicamente precisa de cada escala jamais tenha sido feita. O impacto da teoria das escalas urbanas no planejamento e na gestão do Plano Piloto foi enorme e persiste até nossos dias. Os limites territoriais de cada escala caducaram devido a dinâmica urbana dos últimos cinquenta anos, mas sobrevivem em documentos oficiais. Tentativas para atualizar as fronteiras da escala monumental não prosperaram e ainda hoje, a territorialidade das escalas nos anos 60 permanece como fundamento do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural e Urbanístico de Brasília (PPCUB) e de estudos sobre as Categorias de Valor Patrimonial do Plano Piloto. (Imagem 4).

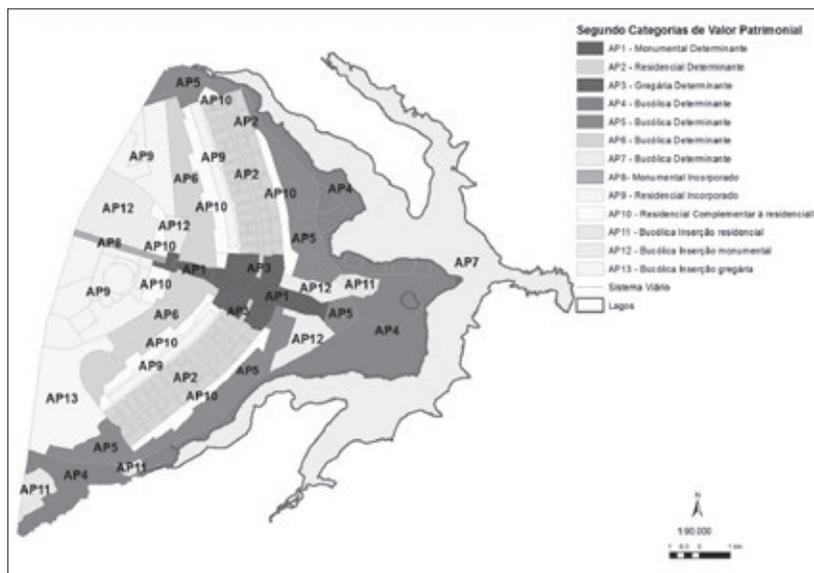
Na década seguinte Lúcio Costa permaneceu no Rio de Janeiro, sempre atento ao que acontecia no Plano Piloto. Os projetos da NOVACAP e da TERRACAP eram levados ao Leblon para serem avaliados,⁴⁶ seus memorandos aterrissavam na mesa de autoridades para solicitar as correções que considerava necessária, e, também, respondia consultas sobre a urbanização do Plano Piloto.⁴⁷ Lúcio Costa continuava sendo ouvido e atendido, com reverência e respeito.

Sua participação foi decisiva, por exemplo, na criação do Parque da Cidade localizado entre a Asa Sul e a EPIA (BR 060), em 1974. O tema surgiu quando o DASP pediu apoio ao Presidente Geisel para construção, naquela área, de habitações para militares. O Presidente decidiu consultar o Governador Elmo Serejo, que pediu 48 horas para dar sua resposta. Findo o prazo, o Governador apresentou projeto para implantação do maior parque urbano do mundo (340 hectares) e de o Setor Habitacional Octogonal para militares em uma parcela daquela imensa área ainda sem destinação. O Presidente aprovou a proposta e coube a Lúcio Costa fazer o projeto urbanístico, enquanto Oscar Niemeyer e Glauco Campello projetavam os prédios, e Burle Marx conduzia o paisagismo.

46 Depoimentos de Luis Alberto Cordeiro, ex-Diretor Técnico da TERRACAP, e de Jose Carlos Mello, ex-Secretário de Obras do GDF.

47 Depoimento pessoal. Quando varandas de prédios residenciais projetados pelo arquiteto Elvin Dubugras para o Ministério de Relações Exteriores foram vetadas em divisão de urbanismo do GDF porque o “Doutor Lúcio era contra varandas”, o Itamaraty pediu meu apoio a partir do IPEA. Eu não conhecia Lúcio Costa, ele não tinha a menor ideia de quem eu fosse, mas a resposta veio a partir de sua Secretária. “O Doutor Lúcio é totalmente favorável a varandas, ainda mais em Brasília.” Transmíti a resposta de Lúcio Costa ao técnico responsável do GDF e o projeto foi logo aprovado.

Imagem 4 – Categorias de Valor Patrimonial segundo escala urbana



(Fonte: PPCUB 2019 – Anexo V)

Ainda que sempre exigindo fidelidade à teoria das Escalas Urbanas na urbanização do Plano Piloto, Lúcio não aprofundou o marco teórico das Escalas tampouco adotou o conceito no anteprojeto para a Nova Cidade Capital da República Federal da Nigéria (1976)⁴⁸ ou no projeto urbanístico para a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.⁴⁹

A solução igualmente original adotada em quadras residenciais, em que recoloca as relações do meio ambiente natural com prédios, de habitações com ruas de comércio, de propriedades privadas com o espaço público e de uso comum é altamente inovador, mas Paulo Zimbres foi o único arquiteto que replicou esses fundamentos,

48 COSTA, Lúcio. *Nigéria 1976*, in COSTA, L., *Lucio Costa, Registro de uma Vivência*, op. cit., p. 358-362.

49 idem, p. 344-354.

em projeto para bairro residencial contíguo ao setor Sudoeste do Plano Piloto.

IX. O “checkup” do Plano Piloto e Brasília Revisitada

Quando Lúcio Costa aceitou o convite do Governador José Ornellas para fazer um checkup do plano-piloto e do Plano Piloto, novas ocupações haviam surgido no Plano Piloto da Novacap. A mais importantes tendo sido a ocupação de grande parcela da extensa área, entre Asa Sul e residências do Cruzeiro, que havia sido ocupada pelo Parque da Cidade e pelo setor Octogonal. Também havia outras inúmeras alterações, de menor escala na paisagem e no uso do território urbano e caberia a Lúcio Costa avaliar a situação, apresentar propostas e aconselhar o Governador do DF.

O vigoroso crescimento de Brasília na década dos 60, 70 e 80 assim como conflitos entre empresários truculentos e os ditames do planejamento urbano fortaleceram a sugestão de Tania Battella e Luiz Alberto Cordeiro para que Governador José Ornellas contratasse e Lúcio Costa fizesse um *checkup* da cidade capital.

Lúcio retornava à Brasília uma década após haver participado do I Seminário de Estudo dos Problemas Urbanos de Brasília – estudos e debates, que a Comissão do Distrito Federal do Senado Federal promoveu em agosto de 1974 para homenageá-lo e para escutar lideranças do saber urbanístico no Brasil. Organizada pelo Senador Cattete Pinheiro, o Seminário deu a Lúcio a oportunidade de proferir longa e emotiva conferência, quando demonstrou estar a par do que acontecia no Distrito Federal.⁵⁰

50 Ver anais de SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudo dos Problemas Urbanos de Brasília – estudos e debates*. Brasília: Senado Federal, 1974.

Uma década depois, Lúcio retornava e chora de emoção⁵¹ quando entra no Eixo Rodoviário e mergulha no tecido urbano da “civitas” que havia inventado. Depois, observa o cerimonial errado do Batalhão Presidencial, e durante as próximas semanas entrega-se ao *checkup*, cujo texto Adeildo Viegas de Lima e Maria Elisa Costa redigem, Lúcio Costa lançou seu olhar de urbanista crítico e propositivo sobre a cidade construída. Sua tarefa seria de avaliar as condições existentes, apontar erros e demandas, propor correções e soluções.

Os resultados do *checkup* foram publicados em “Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)”⁵² e sua conclusão, em março de 1985, foi que:

“De fato, este *checkup* urbanístico revela que a concepção original vingou, e que, apesar de certos vícios congênitos e das maselas (sic) (...) e erros (...), a saudável constituição orgânico-estrutural da cidade teórica proposta e a força das ideias ali contidas, garantiram-lhe singularidade e vida perene.”

Conclui que “Valeu a pena” e segue com dezenas de observações de natureza pontual e circunstancial. Seu objetivo é corrigir desvios; fortalecer valores inerentes ao seu projeto. Ao final, sugere acréscimos ao plano urbanístico da “civitas”.

O procedimento que distingue e diferencia as propostas de Lúcio está em dar soluções pontuais que correspondem aos

51 Relato de Luís Alberto Cordeiro, que foi buscá-lo no aeroporto e que, com Tania Batella, propôs a contratação de Lúcio Costa ao Governador José Ornelas para um “*checkup*” do Plano Piloto. A crítica de Lúcio ao comportamento na “troca de guarda”, segundo relato de Cordeiro, foi comentada com o governador Ornellas, que buscou contato com a Presidência da República, que convidou Lúcio para sugerir os procedimentos que caberia adotar.

52 COSTA, Lucio. *BRASÍLIA 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)*. Brasília, Governo do Distrito Federal – Convênio SVO / DAU – TERRACAP / DITEC, 1985.

fundamentos e ao cenário maior da cidade. Suas sugestões mais impactantes dizem respeito ao patrimônio urbanístico e a resposta às demandas habitacionais mediante a construção dos Setores Sudoeste e Noroeste no Plano Piloto e de Quadras Econômicas ao longo de Estrada Parque do DF, dentro dos princípios urbanísticos adotados no PEOT / DF aprovado nos anos 70.⁵³ Seu entendimento é sempre de que cabe promover alterações quando necessário e desde que respeitada a cidade que inventara — “uma civitas com “*pedigree*” e diferente de qualquer outra existente até então.”

* * *

O texto de “Brasília 57-85” foi publicado pouco antes de José Aparecido de Oliveira tomar posse como governador do DF e convidá-lo para apresentar sugestões sobre o futuro do Plano Piloto. Surge então “Brasília Revisitada 1985/87,” em que Lúcio atualiza o ordenamento territorial do Plano Piloto (1957) a partir de seu recente *checkup* urbano.

Suas propostas surgiam em meio ao recrudescimento de conflitos entre políticos e empresários da construção civil com aqueles que defendiam a preservação dos padrões urbanísticos de Lúcio e os projetos de Oscar em edifícios simbólicos. A falta de acordo entre as partes e a necessidade de preservar o urbanismo modernista da jovem “*civitas*” levaram José Aparecido a transferir o patamar dos debates para o Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO e buscar a inclusão do Plano Piloto na lista de Patrimônio da Humanidade. Em resposta, a UNESCO exigiu uma “política para

53 O Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) do DF foi elaborado a partir de Convênio Seplan/PR com GDF para cumprir item do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDU / II PND 1975 / 1979). Aprovado em janeiro de 1978 (Decreto nº 4.049), ficou restrito ao território externo ao plano piloto e foi o primeiro plano territorial elaborado para a área do DF.

preservação urbanística de Brasília” (maio de 1987) e o GDF logo elaborou o Decreto 10.829, de outubro de 1987, com 16 artigos sobre escalas urbanas seguidos de Anexo I – Brasília Revisitada⁵⁴. Desta forma Lúcio Costa utilizava o *checkup* de 1985 e o texto de Brasília Revisitada como Anexo ao Decreto Distrital que respondia às exigências da UNESCO. A inclusão de Brasília como Patrimônio da Humanidade tendo sido aprovada pelo Conselho da UNESCO em meados de 1987.⁵⁵

O Decreto 10.829/87 foi elaborado em regime de urgência e ignora o formato jurídico adotado em leis e decretos quando insere um texto literário (Anexo I) de Lúcio Costa que altera a lei do Plano Piloto, aborda temas de pequena importância — como a plantação de araucárias no terrapleno —, indica novas áreas a serem urbanizadas — Sudoeste, Noroeste e outras — e estabelece medidas para preservação do patrimônio. Desta forma, Lúcio Costa legou o último plano urbano para o Plano Piloto que deitou um olhar no futuro.

Depois, a desvinculação do planejamento territorial do Distrito Federal com o do Plano Piloto é consolidada em Planos de Preservação e Conservação Urbanístico de Brasília (PPBUC) destinados a manter compromissos com IPHAN e UNESCO (1987). Os PPCUBs dão continuidade ao Brasília Revisitada de Lúcio, mas são preservacionistas na medida em que promovem o planejamento exigido pela dinâmica inerente à Capital Nacional e não atualizam as funções e os limites territoriais de cada escala urbana.

54 COSTA, Lucio. Brasília Revisitada 1987, in COSTA, Lucio. Registro de, opus. cit. p. 330-331.

55 Ver MinC IPHAN – Ministério da Cultura – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE – 10 ANOS*. Contém a legislação que trata do Tombamento de Brasília pelo Governo Distrital (1987), pela UNESCO (1987) e pelo IPHAN (1990).

X. O Legado

O inegável valor do legado e a importância da contribuição de Lúcio Costa à arquitetura, ao urbanismo e à cultura nacional são globalmente reconhecidos. Seu talento e sua formação renascentista lhe permitiram integrar escalas e valores. E, quando décadas mais tarde, Lúcio retorna ao tema “invenção de plano-piloto”, ele expõe uma nova versão.

De forma singela, descobre-se como um “chef de cuisine” que, de forma simples e poética, relembra os “Ingredientes” de sua obra prima. Como “chef” entende que a condição básica é “estar desarmado de preconceitos e tabus característicos e imbuído de dignidade implícita do programa.” Como componente básico da receita, relembra sua lembrança amorosa de Paris e a filiação intelectual francesa — ainda que inconsciente — sempre presente nos eixos, perspectivas e na *ordonnance* urbanística. Além disso utilizara-se de “os imensos gramados ingleses, os “*lawns de minha meninice*” — origem dos verdes de Brasília; de “a pureza da distante Diamantina dos anos vinte”; de as “fabulosas fotografias da China do começo do século (1904+-) — terraplenos, arrimos, pavilhões com desenhos de implantação – contidas em dois volumes de um alemão cujo nome esqueci.” E como último ingrediente, “as autoestradas e os belos viadutos-padrão de travessia nos arredores da cidade” que percorrerá “de Greyhound” quando participara de “festejos comemorativos da Parson School of Design de Nova York.”⁵⁶

Uma síntese explicativa bem mais afinada com o modo de ser e de pensar, com o processo criativo, com a cultura, o humanismo, o saber e tudo mais que Lúcio Costa praticou e nos legou.

Brasília, maio de 2021

56 COSTA, Lucio. “Ingredientes” da concepção urbanística de Brasília. In LUCIO COSTA: Registro de, op. cit., p. 282.

Lúcio Costa: o homem que mandou no sol, na lua e no vento

Pedro Jorge de Castro*

Deus devia estar de bom humor quando juntou Juscelino, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Era assim que o nosso Darci Ribeiro se referia ao que eu chamo de O Time de Deus. Deus escalou este time e disse que eles podiam jogar como quisessem e se foi a cuidar de outros povos menos vocacionados para o impossível.

Estamos entrando no período de campos verdes, sol belíssimo no nascer e no entardecer, de lua provocante e de brisa acalentadora passeando sobre Brasília, acariciando, sem desmentear, suas árvores floridas e grandes.

Há alguns dias me peguei numa insônia e resolvi dar melhor destino a ela. Fui, ainda no escuro, lá pelas três e meia da madrugada, para a Praça dos Três Poderes esperar o sol nascer. Ele não se fez esperar muito e apareceu cumprindo uma marcação de cena perfeita e deslumbrante, tinha luz de contorno, luz chave e até contraluz.

Lindo como o único dono da cena, olhando com ternura para uma cidade que foi posta ali para lhe esperar. Será que o sol nascendo bem na praça dos Três Poderes, não foi obra da cumplicidade do Time de Deus com a natureza? Eu sei que Dr. Lúcio girou alguns graus a marcação da cidade que ele inventou, e acabou criando o espetáculo a que eu assisti.

À tarde, calado como Dr. Lúcio, em homenagem ao seu estilo, voltei à praça dos Três Poderes, para o segundo ato: o crepúsculo

* Prof. da UnB – Pós-Doutor pela Università degli Studi de Roma. Primeiro cineasta de Brasília a ganhar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Criador do Festival de Fortaleza do Cinema Brasileiro.

à espera da lua que veio como uma mulher apaixonada, pondo-se de pé, para aplaudir o sol que acabara de se apresentar.

Em Brasília, parece que os dois se olham e se cumprimentam, com paixão mútua, de longe. Dr. Lúcio Costa é o homem que mandou no Sol, na Lua e no Vento...

Depois do grande espetáculo em dois atos, que deixa todo mundo excitado, vem o vento, que para os Gregos se confunde com a presença do criador, e soprando leve, passa a mão na nossa cabeça como o gesto mais antigo de carinho, afago e acalento que o homem já conheceu. O vento passa pela cidade de leste para oeste, seguindo a marcação de Dr. Lúcio, para chegar mais puro, a cada quadra, para que possamos respirar orgulhosos e saudáveis.

Brasília é mais surpreendente do que a estória das mil e uma noites – sempre haverá mais uma história para ser contada. Brasília nunca foi feita. Ela é criada todos os dias, pois ela foi tirada do nada. Criar é prerrogativa dos Deuses, enquanto fazer é somente articular elementos já existentes. E ela é um primoroso arranjo original de elementos banais. Pedra, areia, tijolo, suor e o sonho que faz as vezes de cimento, juntando tudo.

Se somos vocacionados para o impossível e o Time de Deus encontrou o futuro e o trouxe até nós, reduzindo o nosso tempo de espera pelo futuro, acreditamos que nas casas, nas repartições, nas escolas, nas fábricas e nos quartéis, a sociedade feliz, sem diferenças, justa e solidária já está socialmente sonhada.

Brasília, serena e afetuosa, é insubmissa aos atos que não têm compromissos com o destino altivo soberano do povo brasileiro. Uma sociedade que não se reconhece na sua arte e nos seus espetáculos, que não tem autoestima, autoconfiança, sem saúde e sem educação, não tem futuro. Criminalidade, pobreza, desagregação social, fome, devem receber tratamento de coragem, honestidade e inteligência.

Dr. Lúcio, roteirista e diretor de tão belo filme que diariamente se projeta no céu de Brasília, espera que sejamos capazes de mandar no nosso destino soberano, sendo merecedor de educação, saúde, emprego, respeito, dignidade e esperança. O Time de Deus espera que entremos em cena e ocupemos nossos lugares numa sociedade que temos o direito de participar de sua construção.

O Sol e a Lua não se envergonharão.

Brasília, primeira imagem

Eugênio Giovenardi*

Comecei a amar Brasília antes de vê-la andar, ao ler, no *Correio do Povo* de Porto Alegre, 1959, a história de um sonho que um candidato à presidência da república pretendia realizar.

Conheci Brasília, menina, em sua frescura dos seis anos, em 1966, quando a visitei pela primeira vez. Brasília era a criança-esperança de um novo Brasil.

Amei-a, quando a vi, estendida sobre o tapete verde do Planalto Central cortado por riscos de terra vermelha. Nas solidões das noites longas do ermo goiano, repousava Brasília à espera de seu futuro. Amei-a na superfície do Cerrado, sem conhecer o que se escondia debaixo dele. O silêncio misterioso daquelas noites e o Cerrado desconhecido, de plantas retorcidas, me impressionaram. Eis um lugar para pensar, balbuciei.

Comecei ali, no meio do cerrado cristalino, a amar esta cidade, de longe, encantado pelo piscar de olhos no oeste distante.

Vinha do Rio de Janeiro, num ônibus semileito, em companhia de minha ex-aluna Ana Terra do Nascimento. Ela visitava amigos e procurava trabalho no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, depois Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Era madrugada. Na altura de Cristalina, pela janela do ônibus, via-se ao longe o piscar de muitas luzes soltas, pendidas no ar. Era Brasília, uma miragem suspensa no horizonte.

* Vice-presidente do IHG-DF, Cadeira acadêmica Gilberto Freire.

As luzes, a cem quilômetros, emitiam mensagens sedutoras. As sereias luminosas me tocaram as fibras interiores. Fizeram-me tremer os nervos. Alertaram-me sobre as profundezas desse futuro mar político, desconhecido, na imensidão do Planalto Central.

Horas depois, o ônibus estacionou na rodoviária deserta. A brisa fria de maio batizou-me. Tudo em volta era grandioso, espaçoso, mergulhado num silêncio denso.

Olhei para a Esplanada dos Ministérios. Os prédios, enfileirados, esperavam mudos, imóveis, o despertar de servidores ainda aturdidos pelo vazio urbano.

Emudeci no meio de tanto silêncio. Despedi-me de Ana Terra e caminhei em direção à Asa Sul.

Pelas avenidas amplas, poucos ônibus e poucos carros. Eu ocupava todo o espaço. Por onde andariam os cidadãos desta cidade? Uma fina ilusão de liberdade ampla e irrestrita me fez sonhar.

A cidade sem moradores entrava em mim. Senti nos músculos cerebrais uma pontada suave. Dizia-me que estava amando, à primeira vista, uma cidade oca, feita de prédios monumentais, envoltos em soledade e sem gente. Eu era um fantasma caminhando pelas avenidas em busca de uma calçada humana.

Brasília se revelou a meus olhos pelo silêncio monumental. A cidade era do tamanho do horizonte. Iluminada. Generosa. Hospitaleira. Que mais me podia oferecer? Que mais podia eu receber?

Por que me atraiu o Planalto Central? Talvez por ter aguardado milhões de anos para ser conhecido, admirado e habitado por peregrinos que por aqui acamparam há mais de 15 mil anos. A velhice do tempo sempre me toca profundamente e me transporta para o infinito indevassável. Quarenta e oito anos depois, *A velhice do tempo – O tempo da velhice*, se tornou título de meu livro recentemente publicado.

Em julho de 1972, vim residir em Brasília com minha mulher e uma filha de 2 anos. Brasília já completava, então, 12 anos e contava com 500 mil habitantes. Milhares de imigrantes chegavam vindos de todos os recantos do país. A cidade-parque crescia e o cerrado diminuía. Nascentes e córregos iam sendo soterrados por avenidas e viadutos. As árvores caíam ao ronco de motosserras ou eram consumidas pelo fogo. O ecossistema ambiental perdia a virgindade pela força das cidades satélites e a biodiversidade se empobrecia. A cidade-parque e seus glorificados monumentos e palácios não ultrapassaram o Plano Piloto.

Eu não imaginei nem ela me advertiu que, passando os anos, me entristeceria diante de sua beleza desfigurada pela mão do descaso e da ignorância ecológica.

O silêncio das árvores retorcidas e o canto triste da seriema foram substituídos pelo ronco cavernoso de um milhão e meio de automóveis.

Cidade-Parque

Como se sabe, os privilegiados espaços do Plano Piloto traçado por Lúcio Costa e a inventiva arquitetura dos palácios projetados por Oscar Niemeyer concentraram boa parte das atenções e estabeleceram imagens icônicas da nova capital. A inscrição de Brasília na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, em 1987, reiterou o caráter emblemático daquele núcleo modernista.

(Maria Fernanda Derntl, Arquiteta, UnB)

Segundo minuciosa pesquisa da arquiteta M. F. Derntl, desde os anos 1960, a inexistência de planos complementares, para integrar o projeto urbano traçado ao território onde se inseriu, foi apontada como problema fundamental. “A ausência de um planejamento

regional tornou-se um dos principais tópicos da crítica à capital”, conclui a professora da UnB.

A preocupação imediata dos funcionários da Novacap, e outros órgãos a ela associados, foi a de organizar e distribuir equipamentos e atividades produtivas. Nos últimos dez anos, para corrigir os rumos da ocupação desordenada do espaço geográfico do DF, elaborou-se o Zoneamento Econômico Ecológico. Sua implementação carece de força política e ecológica.

Parque da cidade ou cidade-parque identificam Brasília, capital da República Federativa do Brasil. Brasília é um projeto original de arte e arquitetura urbana modernista.

Há parques famosos, uns mais conhecidos do que outros. Distinguem-se por si mesmos e têm vida e luz própria. Jardim de Luxemburgo, Paris, criado pela rainha *Maria de Medici*. O *Hyde Park* (Londres) e o *National Park* (NY) estão entre os mais conhecidos.

Brasília seria diferente e única. Seria um parque urbano. O morador de Brasília viveria num parque. A Brasília-parque, porém, limitou-se ao Plano Piloto com apenas um décimo da população atual do Distrito Federal. Para compensar este cochilo dos administradores, construiu-se um parque suplementar: o Parque da Cidade. Pela nossa inconstância crônica, pelo jeitinho esperto, fácil e inexperiente, a cidade-parque não passou dos limites do Plano Piloto. Os habitantes das cidades satélites não tiveram a oportunidade de conhecer em suas praças os traços monumentais de Niemeyer. As superquadras arborizadas e sombreadas, ideia genial do arquiteto Lúcio Costa, expressão concreta da pólis e do encontro diário dos cidadãos, não chegaram igualmente aos futuros espaços ocupados por humildes e sacrificados operários da construção da cidade que integraria o Patrimônio Cultural da Humanidade. Nas cidades-satélites, a convivência solidária é construída no dia a dia, e sobrepõe a própria identidade ao desenho urbano do Plano Piloto.

O sonho de Lúcio Costa, ao projetar a cidade-parque, sugeriu árvores majestosas, consorciadas a outras menores, substituindo a vegetação milenar nativa. O equívoco consciente reduziu e até extinguiu parte da biodiversidade vegetal e animal adaptada há milênios, nesta região.

A escala bucólica ganhou duas faces: a periférica nativa, sujeita a fogo e a lixo, e a arborizada, em torno da escala residencial. Ao incluir no projeto urbanístico as escalas gregária e monumental, a cidade-parque ganhou a primeira poda conceitual. Os edifícios monumentais da Esplanada, longa, horizontal e gigantesca não deveriam ter sua majestade molestada pela trivial galhada de árvores plebeias.

Presumo que a esmagadora maioria dos que vieram morar em Brasília o fez por mil razões compreensíveis, menos por querer habitar conscientemente numa cidade-parque. Não é de estranhar que os habitantes de Brasília, seus administradores, todas as energias econômicas e políticas disponíveis tentem adaptar a cidade ao funcionamento orgânico e aos interesses variados do cidadão, e não conciliar o cidadão ao conceito de cidade-parque. Um conflito quase insuperável. Assim, a grande maioria dos habitantes de Brasília trocou apenas de cidade. Trata-se a cidade-parque com métodos e comportamentos, vícios e virtudes transferidos dos locais de origem dos imigrantes para Brasília.

O conceito internacionalmente reconhecido de cidade-parque monumental deveria ter sido sustentado, desde seu início, por um órgão administrativo com autoridade e poder autônomos, como o *Atelier de Planification Urbaine de Paris* (APUP). Esse órgão multiprofissional garantiria a consistência e a permanência do equilíbrio entre urbanização e parque, e o intercâmbio saudável entre a vida humana e a vida vegetal, o ecossistema humano urbano e o ecossistema ambiental.

Pontos esquecidos

Que é feito das lagoas mencionadas pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que compõem o amplo ecossistema a envolver o Distrito Federal e que ampliariam a beleza espacial profunda dos espaços adjacentes?

Lagoa Feia. “Como resultado da degradação de grande número de nascentes e veredas contribuintes do Córrego Josefa Gomes, na Zona Urbana de Formosa, verificou-se a redução paulatina do aporte de água à Lagoa Feia.” (WEISS, Joseph S. *Elaboração de Projeto de Recuperação e Preservação de Nascentes e Veredas. Relatório 5 – Relatório Final. Prefeitura de Formosa/Secretaria de Meio Ambiente: Formosa, set. 2012.*)

Lagoa Formosa: Segundo afirmação do funcionário *Coronel Casado*, do IBAMA, “Lagoa Formosa, um dos pontos turísticos de Planaltina de Goiás, está secando. Em 5 (cinco) anos, a lagoa pode estar completamente seca, isso porque o nível da água teve uma queda gigantesca antes do previsto. Planaltina de Goiás tem mais de 130 mil habitantes, o que traz mais preocupação em relação à água para abastecer tantas residências”.

Mestre d’Armas. “Atualmente a vegetação diminui em virtude da construção de casas ao longo de suas margens e sua qualidade está comprometida pelo despejo irregular de lixo e esgoto nas margens. Os moradores têm consciência da importância da conservação do lago. São necessárias medidas que visem à conservação do ribeirão Mestre d’Armas, em virtude da importância da água para a manutenção da vida e do valor histórico que o ribeirão representa para Planaltina.” (Acácia Souza de Oliveira, *Ribeirão Mestre D’Armas: Percepções de Moradores de Planaltina, UnB, DF*)

Menciono esses pontos, entre outros, como o Córrego Melchior, que requerem um novo olhar sobre a degradação lenta e prolongada do ambiente espacial de Brasília.

Parque Burle Marx. Os projetistas do bairro Noroeste, no Plano Piloto, arquitetos, engenheiros e órgãos de administração pública, relacionados com o ecossistema, desconhecaram ou desconsideraram a existência do parque denominado Burle Marx, 280 hectares, ao lado do então dito “primeiro bairro ecológico do Brasil”. As chuvas torrenciais do período inundaram várias quadras e arrancaram pavimentos revelando a falta de um plano de captação, retenção, condução e aproveitamento das águas pluviais. O bairro Noroeste foi entregue aos empresários da indústria da construção para levantar 220 projeções residenciais, 62 blocos de destinação mista, comércio local e residencial, e 133 lotes para uso múltiplo. Seria, segundo a administração do DF, o último setor habitacional a ser construído nas áreas que compõem o Plano Piloto de Brasília.

Quadra 500. Em 2019, porém, foi autorizado o desmatamento de 14 hectares, última área de Cerrado no centro da capital, conhecida como quadra 500, para prolongamento do Setor Sudoeste, privilegiando 3.000 novos habitantes. “Vamos sofrer condições ambientais adversas, com mais calor, seca e poluição do ar pela falta da vegetação”, diz Fernando Lopes, presidente da Associação do Parque das Sucupiras, na fronteira do novo empreendimento.

Pátio da Rodoferroviária. O Governo do Distrito Federal (GDF) entregou, em 2020, ao Exército Brasileiro, o projeto do novo bairro residencial. O empreendimento de 4.226.976,34 metros quadrados, será construído na área chamada de Pátio Rodoferroviário de Brasília, nas proximidades da antiga rodoferroviária. Os 21 mil imóveis abrigarão cerca de 63 mil moradores.

Qualquer tipo de intervenção no âmbito de um espaço geográfico produz modificações no ecossistema ocupado. Desloca seus ocupantes originais, expulsa e até os extingue. Alguns resistem por algum tempo. Outros voltam e tentam sobreviver de qualquer forma no habitat modificado. Importante e necessário, em qualquer

intervenção num ecossistema, é calcular um tempo prudencial, por vezes décadas, para o processo de sua regeneração.

Na área proposta para o bairro Pátio da Rodoferroviária será uma intervenção da 21 mil imóveis e 63 mil pessoas. Qualquer espécie para sobreviver e se reproduzir tira água e alimentos do habitat em que haja oferta apropriada e suficiente. No bairro Pátio da Rodoferroviária, cada ocupante terá uma área ideal de 666 metros quadrados. Tanto a água, quanto o alimento e a atividade laboral dessa população são originalmente gerados fora desse local o que implica em mobilidade para o fornecimento dos serviços.

Há diferença entre a ocupação humana de um espaço e a de outras espécies. O *homo sapiens* não retira, normalmente, seu sustento, água e alimentos, do local urbano ocupado. Depende da solidariedade de outros grupos humanos, a milhares de quilômetros, intervindo em outros ecossistemas nem sempre passíveis de regeneração.

O plano do bairro Pátio da Rodoferroviária foi elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), em parceria com os militares e com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Para implantação do bairro naquela área, alertam os planejadores, “é preciso extinguir a atividade de operação de carga e descarga de minério (carvão de coque, bauxita e areia) que ainda está sendo executada no ramal ferroviário”.

Um dos itens mais importantes para a preservação de vários ecossistemas que interagem é a água. A área mencionada, em metros quadrados, poderá receber um volume de 6.340.464.510 (6, 3 bilhões) de litros de água da chuva, ou 6.340.464 m³, estimando uma precipitação média anual de 1.500 mm. Será necessário detalhar as áreas de escoamento e a vegetação adequada para captar e deter as águas, e a possibilidade de canalizá-las e integrá-las a um rio, lago ou canal para garantir a recarga dos aquíferos subterrâneos e manter a umidade do ar.

O elemento imprescindível associado à água é a vegetação que dará ao ecossistema hospedeiro o ambiente de harmonia e serenidade aos habitantes e que fará o contraponto com a agitação própria da vida urbana. Os previstos espaços arborizados, entre os prédios, poderão se beneficiar com um projeto de aproveitamento das águas pluviais. A simples arborização não parece suficiente para substituir a atividade da vegetação nativa.

O *Lago Paranoá*, sugerido pela Missão Cruls (1893), tornou-se estéril do ponto de vista ambiental, além de sujo. Ao redor de 500 milhões de litros de água usada são despejados, por dia, no Lago ou seus afluentes. Para harmonizar a cidade no âmbito do ecossistema ambiental hospedeiro, de forma circular e integrada, arquitetos paisagistas, geógrafos, biólogos, antropólogos e sociólogos, se consultados, teriam oferecido soluções ecológicas apropriadas para manter, ao longo dos 80 quilômetros do lago, uma faixa de pelo menos vinte metros de mata ciliar nativa. Trilhas de passeios e salas arborizadas para descanso e lazer, sob o olhar da natureza, dariam aos cidadãos da cidade-parque a tranquilidade necessária para desfrutar dos impressionantes silêncios do Planalto Central.

“O Plano-piloto refuga a imagem tradicional no Brasil da barreira edificada ao longo da água; a orla do Lago (Paranoá) se pretendeu de livre acesso a todos, apenas privatizada no caso dos clubes. É onde prevalece a escala bucólica.”

(Lucio Costa, *Brasília Revisitada, Orla do lago*, 1987)

A mensagem quase indignada do urbanista não mereceu a atenção dos administradores públicos. Um exemplo moderno de compreensão da arquitetura paisagística de ecossistemas integrados é o recente tratamento dado ao Lago Meixi (Meixi Lake Park), na cidade de Lang Fang, Changshá, China. A ampliação da área da cidade acompanha, em forma circular, o ecossistema hídrico

coroado por vegetação nativa. O conjunto preserva o curso natural da água e dá à paisagem a serenidade desejada pela natureza e pelos habitantes da cidade.

Desenho regenerativo do ecossistema ambiental, urbano, humano

Faltou, na realização do premiado projeto do urbanista Lúcio Costa, a concretização de um desenho de regeneração e revitalização do ecossistema geofísico que serviu de base para a fascinante cidade-parque e à diversidade de relações de seus habitantes.

Ecossistema, neste contexto, se refere ao meio geofísico desta área específica, parte do bioma Cerrado, teatro da intervenção urbana. Este ecossistema é um todo que se manifesta e funciona graças às interações dos seres que o constituem e nele existem. As interações na eco-organização se baseiam no compartilhamento, na cooperação e competição entre os seres do todo para sobreviver e se reproduzir. Esses aspectos são fundamentais na intervenção organizada e técnica da espécie humana ao compartilhar o uso do ecossistema com todos os demais seres nele presentes. Num ecossistema, a vida se alimenta de vida, sob a lei do controle natural da preservação da vida.

A prática urbanística de Brasília, fomentada por gestores, urbanistas, construtores, cidadãos de todas as categorias sociais, interferiu autoritariamente na eco-organização sistêmica natural que a circunda e lhe impôs a presença humana com requintes de insensibilidade ambiental. Passados sessenta e um anos, os cidadãos brasilienses terão motivos para pensar de forma integrada um longo, inadiável e necessário processo de regeneração do bioma, em benefício de seus cidadãos e da grandiosidade de sua cidade.

O desenho da regeneração do ecossistema natural deve ser fundamentado na regeneração das relações sociais, culturais, técnicas

e políticas dos hóspedes urbanos. No atual cenário administrativo do crescimento urbano, não se vislumbra uma proposta de longo prazo que favoreça a conciliação ambiental da ideia genial de cidade-parque com o ecossistema natural que a hospeda.

Todos os movimentos administrativos da urbe se dirigem a incrementar as técnicas urbanas, a retocar a arquitetura teórica para um conforto idealizado do cidadão, melhorando os meios de utilização dos espaços. Mantém-se a desigualdade social e cultural, deixando intocáveis as condições injustas que barram o acesso à participação política e à manifestação das diferenças sociais e culturais. O cidadão não é objeto da urbanização. Ele é o sujeito que se relaciona com todos os sujeitos do ecossistema.

A insensibilidade, o profissionalismo técnico e certo grau de ignorância ecológica dos projetistas, urbanistas e administradores públicos, mancomunados com negócios imobiliários, segregaram o significado holístico do ecossistema. O comportamento pragmático da arte urbanística, bela, moderna, livre e a indústria imobiliária constrangeram o convívio do cidadão com a eco-organização. Deu-se, ao mesmo tempo, o toque da separação geográfica dos grupos sociais, condenados à uma permanente mobilidade centrípeta e centrífuga para cumprirem suas atividades diárias de sobrevivência. A eco-organização induz e convoca para a união e a complementariedade. Ela se contrapõe às tentativas e aos processos da ação humana de separação pragmática e técnica dos componentes da natureza para dominá-la, orientados pela organização social, cultural e política homem sábio.

No projeto de Lúcio Costa foram mencionados os elementos arquitetônicos estruturais do sistema urbano sobre os quais se manifestaria, de forma compulsória, a convivência e a inter-relação entre seus esperados habitantes. Esses elementos foram denominados escalas: *gregária, habitacional, monumental e bucólica*. Essas escalas, localizadas em espaços distintos, compreendem

a burocracia e serviços públicos; residência e mobilidade; monumentos impactantes; e áreas da natureza, pastoral e poética. São os elementos estruturais que constituem e se relacionam no (eco)sistema urbano desenhado para Brasília.

Como salientado acima, não existe desenho complementar, imprescindível, de inovação das relações culturais, para a possibilidade de regeneração do ecossistema ambiental comprometido pelo projeto urbano. Ter-se-iam preservados alguns pontos geográficos característicos formados por nascentes, córregos, lagos, pela beleza rústica da vegetação nativa e pela biodiversidade que animava seu habitat.

Brasília tornou-se um corpo de membros justapostos e separados, frequentemente estranhos uns aos outros. Os habitantes e os administradores urbanos, ao longo de sessenta anos, ao que parece, ainda não tomaram consciência de suas funções cidadãs. Ao ver milhões de vidas vegetais e milhares de olhos d'água serem sepultados sob o casco dominador de avenidas, viadutos e edifícios arrogantes, é de se lamentar o alto grau de indiferença humana com sua casa natural.

Para enfrentar essa lacuna, ao completar 61 anos de existência, Brasília requer um modelo de administração capaz de conciliar o (eco)sistema urbano, o (eco)sistema social e cultural e o ecossistema natural. É necessário aprimorar as relações de convivência de seus habitantes com a cidade e com a natureza do bioma Cerrado.

Uso o termo ecossistema em todas suas variáveis, não apenas no sentido ambiental. O poeta latino Tito Lucrecio Caro (94 a.C.), em seu cântico *De rerum natura*, identificou o ecossistema global e cósmico: **a natureza das coisas**. Natureza é o nascimento de todas as coisas, de todos os seres vivos. As coisas são o coletivo de tudo quanto existe. Refiro-me, separadamente, ao (eco)sistema humano, pessoal, social, cultural, ao (eco)sistema urbano e ao ecossistema geofísico, comumente expresso como natureza ou meio ambiente.

Eco é casa, na língua grega. Todos os seres vivos compõem, com múltiplos elementos, um sistema funcional, interdependente e interativo com o ecossistema, para gerar e alimentar um produto material ou imaterial.

A espécie animal (ecoanimal) é uma casa ambulante, sistêmica, organizada e muitas vezes mal-administrada. Os órgãos do corpo humano – cérebro, língua, coração, olhos, ouvidos, pulmão, fígado, rins, genitais, sangue, água – constituem os elementos do ecossistema de cada indivíduo e suas funções coordenadas sustentam a vida. O sistema biológico, orgânico, social e cultural humano é parte integrante do ecossistema ambiental e está conectado com todos os demais sistemas vivos ou inanimados, e com eles se relaciona. Em consequência, todos os sistemas individuais, grupais ou coletivos de todas as espécies vivas se relacionam, inter-relacionam, são interativos e interdependentes na diversidade. A degeneração de qualquer sistema ou a competição descontrolada pela sobrevivência de seus componentes podem causar danos fatais ao ecossistema ambiental, a outras espécies ou mesmo sua extinção.

A água que todos bebem, o ar que todos respiram, a luz e o calor que a todos animam são elementos intercambiáveis e interinfluenciáveis no ecossistema ambiental. A tendência e o estímulo à cooperação, competição, concorrência ou ao parasitismo são permanentes no conjunto do ecossistema. O agir humano, por sua imensa capacidade cerebral e manual, precisa se submeter ao princípio da precaução para que os vários e distintos elementos interdependentes do ecossistema não entrem em conflito irreparável, transmitam doenças e resultem em possível extinção de espécies vivas.

A desigualdade social, cultural e ecológica resulta da concepção, da organização do ser humano, da realidade urbana e se consolida, de maneira clara, na maioria das cidades e no território brasiliense. A desigualdade se manifesta visivelmente nos meios de transporte,

no setor habitacional, nos salários, na atenção médica ou jurídica, na educação, na distribuição e acesso à água potável e à rede de esgotos, no compartilhamento dos espaços públicos, entre outros.

Por razões arquitetônicas e respeito aos centros do poder, a desigualdade pode ser ressaltada quando se privilegiam alguns monumentos, edifícios ou áreas especiais com tratamento ambiental distinto, como o Itamarati, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União ou palácios da nobreza política.

A desigualdade estrutural e a discriminação social e cultural devem ser enfrentadas com atitudes e ações políticas. Uma sociedade multicultural terá benefícios sociais e éticos ao respeitar as diferenças culturais e a pluralidade de pensamento, tornando reais as condições de convivência participativa e liberdade de manifestação.

A administração de sistemas interativos – social, cultural e ambiental – baseada no minucioso conhecimento da natureza, se fundamenta na origem e nas funções dos elementos que os compõem. A organização social e cultural humana se relaciona com o conjunto dos seres vivos e é usuária dos bens da natureza. A criança suga o leite da mãe que a gerou. A espécie humana e todos os seres vivos sugam o leite e o mel da natureza que lhes deu a vida. O sistema urbano é disciplinador das múltiplas atividades burocráticas e de mobilidade. O ecossistema é provedor de bens e fonte de conhecimentos.

O ecossistema ambiental compreende o conjunto de interações entre seres vivos de todas as espécies e elementos inanimados que povoam esse biótopo. Milhares de espécies vivas dependem de água, terra (solo), vegetação, minerais, ar, luz, calor. Um ecossistema natural equilibrado está em paz, quando todas as vidas possam sobreviver e se reproduzir, num tempo determinado, usando os elementos disponíveis no seu ambiente. Quero frisar que o sistema da casa humana interage como parte orgânica do ecossistema natural.

O ingrediente social opera em dupla convivência. Cada espécie se socializa em seu grupo e com outras espécies da biodiversidade, segundo sua natureza. O ingrediente cultural é a forma como o ser humano usa os elementos do ecossistema natural ou da natureza. Mescla o uso físico, a ciência, a técnica, a arte, a música, a dança, a palavra. O ingrediente ambiental é a expressão da natureza por suas leis orgânicas, por seu funcionamento e pelas respostas dos outros componentes da biodiversidade. O ambiente natural precede a presença e a intervenção da espécie humana que o modifica, impedindo ou favorecendo sua regeneração.

A atitude dos seres vivos, diante do amplo ou restrito leque ambiental, se repete em cada espécie por herança genética. Na espécie humana, os comportamentos ambientais não dependem só de reações instintivas. Eles serão mais adequados se a espécie humana aprimorar os conhecimentos sobre as leis e o funcionamento da natureza. O ponto crucial desses comportamentos é encontrar o equilíbrio no uso dos bens da natureza e respeitar o tempo e o processo de regeneração do ecossistema global, no qual está o urbano ou o rural. Esse processo ou desenho regenerativo requer constante revisão dos ingredientes social e cultural do cidadão urbano ou rural. É nessa geografia ambiental que a espécie humana escreve sua história.

A regeneração do ecossistema pessoal, social e cultural, operado pela evolução dos conhecimentos, indicará os meios, as atitudes, o desenho ecológico e o tempo necessário para a regeneração do ecossistema ambiental que abriga toda a biocomunidade.

Todos os seres vivos de um ecossistema ambiental, por habitarem o mesmo espaço e se servirem dos mesmos alimentos da mesa comum, são interdependentes e naturalmente interacionam para sobreviver. Água, luz, calor, ar são elementos comuns e essenciais compartilhados permanentemente pela biodiversidade de um ecossistema. A qualidade ou a deterioração desses elementos

afetam solidariamente toda a biocomunidade para a saúde ou para a doença.

É essencial, para a preservação de um ecossistema ambiental, sobre o qual se edifica uma cidade, unir os elementos constitutivos do ecossistema urbano, antes referidos, aos do ecossistema natural para compor um novo cenário. A arquitetura hídrica e vegetal, nem sempre inteligentemente trabalhadas, além da beleza poética, amenizam e limpam a atmosfera urbana. A arborização forçada, ou simplesmente estética, muitas vezes é confinada em espaços inadequados, próximas a edifícios e calçadas ou sob redes elétricas, sujeita a podas inclementes.

O ecossistema natural original preserva parte importante da biodiversidade no ambiente urbano. Mantém, na geografia espacial, parte da história natural da área urbana.

A interação do ecossistema humano, social e cultural com o ecossistema ambiental será mais eficaz e produtivo, fundamentada num sistema ou programa educativo que associe a relação social pessoa/pessoa à relação pessoa/natureza. Essa relação intersubjetiva – relação sujeito/sujeito – facilita a observação e o evolutivo conhecimento das leis naturais e seu funcionamento orgânico. Este conhecimento indicará o melhor e mais adequado caminho para o uso dos bens comuns a todos os seres vivos e o tempo oportuno e necessário para a regeneração dos ecossistemas.

Todos os ecossistemas têm perdas. Todos os ecossistemas tendem a recuperar a juventude perdida.

Solução cidadã

Não bastam a ciência e a técnica pragmáticas para a formulação de projetos urbanísticos tendentes a dominar as dificuldades geográficas e propor estilos e padrões arquitetônicos ousados, dando provas de que a arte e a cultura podem mudar as leis físicas

da natureza. Evitar a imposição da tecnocracia demanda outra atitude por parte de técnicos, administradores, cientistas e filósofos. O belo, o grandioso, o artístico, o cultural são mensagens de pessoa para pessoa que demonstram a engenhosidade e a genialidade do artista, do sábio e do poder.

Os aficionados de aventuras para desafiar precipícios e dominar a natureza perderam o jogo. As cidades pensadas e administradas pela razão objetiva são acidentes geográficos provocados pelo homem/sujeito que dispõe da natureza e a usa como objeto bruto a ser lapidado. Sem a intenção de ofender urbanistas, penso que o fracasso ecológico generalizado da expansão urbana sujeita o cidadão à liberdade vigiada e à mediocridade da razão absoluta. A natureza não é simplesmente o outro, a coisa a ser dominada pela técnica artística. É parte do todo e fonte provedora do conhecimento. Ela é o arquivo físico, silencioso para a busca de respostas sábias. A relação social pessoa/pessoa se complementa humildemente com a relação societária pessoa/natureza.

Em comunicados oficiais, fala-se em preservação ambiental, sustentabilidade ecológica, áreas verdes com densa arborização, parques recreativos. São protocolos administrativos extraídos de desenhos estéticos, ditados pelas técnicas de formatação urbana em que se misturam arte e cultura consagradas à revelia do ecossistema.

Além do Parque de Brasília, que serve a muitas atividades, as áreas arborizadas da Asa Sul e da Asa Norte são raramente frequentadas por brasilienses para respirar oxigênio filtrado pelas árvores, e mergulhar, em certos momentos do dia ou da noite, no silêncio reparador e regenerador das energias vitais.

Pouca atenção se dá à captação das águas da chuva, sua detenção em pequenos lagos rodeados de vegetação ou canais dentro da área urbana. As chuvas torrenciais de dezembro a março demonstram a inadequada condução das águas que caem dos prédios e rolam furiosas pelos lançantes das quadras comerciais e residenciais.

Normalmente as águas são dirigidas às tubulações de esgotamento para rios e lagos distantes, alagam ruas do Plano Piloto ou inundam bairros.

Diante da irregularidade das chuvas e das mudanças climáticas, mais e mais o DF dependerá do ciclo chuvoso para o abastecimento de água e a preservação vegetal do ecossistema ambiental. Registram-se, no DF, mais de 40 mil poços artesianos, dos quais menos de 10 mil têm outorga de exploração.

* * *

Em 1974, em reunião de família, diante dos riscos ecológicos do desmatamento e da crise hídrica que se anunciavam, pela intensa urbanização e aumento da população, decidimos adquirir uma área degradada de Cerrado (70 ha), dentro dos limites do DF, para protegê-la da especulação imobiliária e da agricultura predatória. Reafirmamos, ao longo de quatro décadas, nossa união orgânica, societária e social com a natureza.

Passados 44 anos de proteção permanente contra o fogo, o desmatamento e a caça, livre de machados e motosserras, esses 70 hectares de Cerrado readquiriram sua dignidade.

Uma aliança verde ligou aquela Brasília infantil e virginal a essa área de cerrado que liberamos da opressão industrial e da tirania do consumo obsessivo. Nessa zona liberada do despotismo ganancioso, reencontramos aquele silêncio monumental que me abraçou ao mirar, há 55 anos, a planura da Esplanada.

As sofridas árvores que enfrentaram queimadas, pisoteio e carvoeiros, agora convivem com outras centenárias, como o Embiruçu e a Guapeva. A biocomunidade reencontrou seu original ecossistema no qual absorve a energia da vida.

Mais de sete milhões de árvores e arbustos se estão em paz. Os olhos d'água brotam incansáveis das profundezas frias e tornaram a

verter lágrimas cristalinas. Pássaros e animais voltaram a seu prístino lugar para se aninhar e reproduzir.

Brasília, que eu amei sem conhecê-la, mereceu esta herança verde, como um gesto de gratidão de minhas netas Luiza e Laura, que ela viu nascer em seus braços.

Esta área regenerada, a biodiversidade reconstituída é parte do carinho humano e da alegria de contribuir para a felicidade vegetal do exuberante bioma Cerrado, do ecossistema do Planalto Central e para a celebração dos 61 anos da menina de seis anos que conheci, em 1966.

Aquela Brasília primeira, avistada do alto de Cristalina, de luzes suspensas no horizonte de onde me acenava a esperança, não morre nunca.

Volto diariamente àquela primeira imagem. Àquela Brasília do silêncio monumental que me seduziu. Ela entrou em mim e, nela, entrei.

Primeira Obrigação Tributária no Brasil

Tarcízio Dinoá Medeiros*

De maneira geral, a história dos impostos é parte integrante da de qualquer nação. Mas no caso específico do nosso país, há uma excêntrica singularidade: com efeito, a imposição tributária sobre sua primeira riqueza explorada, sob a forma de direito régio, antecedeu à sua descoberta.

De fato, antes mesmo de os portugueses chegarem a esta terra desconhecida que pensaram ser uma ilha, aquilo que seria o primeiro e principal produto da sua economia extrativista – pau-brasil – já era monopólio da Coroa, fazia trinta anos.

A Europa importava e usava a tinta vermelha, cor de brasa, extraída das toras de madeira conhecidas como *bracil*, *bracir*, *brasiel*, *brasil*, *brazi*, *braziel*, *brazil* e mais outras variantes.

Capistrano de Abreu, historiador criterioso, afirmou, em anotação na História Geral do Brasil, de Varnhagen:¹

* Membro do quadro de Correspondentes Brasileiros da Academia das Ciências de Lisboa – Seção de Letras; membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (ex-Secretário e atual Vice-Presidente); da Academia de Letras de Brasília (ex-Diretor-Secretário e ex-Presidente); da Associação Brasileira de Pesquisadores de Genealogia e de História; do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica; do Instituto Genealógico Brasileiro; membro correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia; do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; do Instituto Histórico e Geográfico de Patos (PB).

1 VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, v. 1, p. 20.

Não foi provavelmente conhecido na Europa antes das Cruzadas: já o era, pelo menos, em 1140.² Vinha em toros de que, retirados a casca e o alburno, restava o âmago vermelho, contendo uma matéria corante, empregada na tintura de panos e em miniaturas de manuscritos, máxime quando se queria salientar os tons róseos; na pintura era menos empregado. A madeira servia também para obras de marcenaria.

Havia o brasil doméstico, mais apreciado, e o selvático. Os negociantes distinguiam três qualidades do produto: o *colombiano*, exportado do Ceilão, na costa de Malabar; o *ameri*, vindo de Lamori, Lamuri, ou Lambri, na parte da Sumatra voltada para a Índia anterior, e o *seni*, procedente da Indonésia, ou Índia citerior.

A 19 de Outubro de 1470, el-rei D. Afonso V proibiu às pessoas que tinham privilégio de comerciar com a Guiné negociarem as tintas da madeira brasil, que reservava para si. Estava, assim, decretado o monopólio da Coroa sobre o comércio do pau-brasil. E o direito da Coroa foi o primeiro tributo a ser cobrado, sob a forma de quinto, trinta anos depois, no Brasil.

É verdade, e convém aqui relembrar que, no novo continente, o pau-brasil não era abundante só na Terra da Santa Cruz. Em sua exageradíssima primeira carta, de 18 de julho de 1500, enviada de Sevilha para Lorenzo de Pier Francesco de Médici, de Florença, Américo Vespúcio narrou a viagem por ele feita, a serviço de Castela, em 1499, às terras descobertas por Cristóvão Colombo.

2 É possível que, por erro de composição ou revisão, tenha havido inversão de algarismos e o historiador se refira a 1410, em vez de 1140. Entretanto, registro que na 7ª edição da obra de Varnhagen, de 1962, pela mesma editora Melhoramentos, na nota de Capistrano de Abreu, está, também, “1140”.

Nesta viagem, ele atingiu as Antilhas e a hoje conhecida América Central, e, indo para o norte, vadeou a costa da atual Flórida, antes de retornar à Espanha. Numa das ilhas visitadas, ele registrou:

[...] quase a maior parte das árvores dessa ilha é de pau-brasil, e tão bom como aquele do Oriente. [...] Dessa ilha fomos a outra ilha comarcã dessa a dez léguas [...] e descobrimos que tinham cheias as casas de algodão finíssimo; e todas as traves de suas casas eram de pau-brasil, e tomamos muito algodão, e pau-brasil e tornamos às nave. Tem (V. M.) a saber que em todos os lugares que saltamos à terra encontramos sempre muitíssima coisa de algodão, e pelo campo abundância de árvores disso; que se poderia carregar naqueles lugares quantas caravelas e nave existem no mundo de algodão e de pau-brasil.³

Na sua segunda carta, enviada de Lisboa ao mesmo destinatário Lorenzo de Pier Francesco de Médici, escrita, conforme os estudiosos, no último trimestre de 1502, Américo Vespúcio deu conta de sua viagem à costa brasileira, a serviço de Portugal, e, com seus típicos e costumeiros exageros, afirmou:

Encontramos aqui uma infinidade de pau-brasil e muito bom para carregar quantos navios existam hoje no mar, e sem custo algum, e do mesmo modo de Cássia fistulosa.⁴

Mas, logo que se espalhou na Europa a notícia da existência desta madeira na terra descoberta por Portugal, os franceses iniciaram a corrida em sua busca, em direção às costas do que hoje são Paraíba e Pernambuco, principalmente pelo baixo custo

3 VESPÚCIO, *Novo Mundo. Cartas de Viagens e Descobertas*, pp. 59-60.

4 VESPÚCIO, op. cit., p. 73.

na aquisição do pau-de-tinta: eles mesmos extraíam os toros, em vez de os comprarem na Ásia; e a viagem de vinda e volta era muito mais direta, mais curta e menos perigosa do que entre o continente europeu e qualquer uma daquelas ilhas asiáticas. E não tinham que pagar pelo produto. Era só derrubar as árvores, embarcar os toros, navegar de volta para a Europa e faturar o alto preço desta mercadoria considerada de muito boa qualidade. Um grande negócio para eles.

Obviamente, a presença dos franceses nas costas da Terra da Santa Cruz constituiu grande preocupação para a Coroa, não só por causa da própria madeira levada ilegalmente, como, também, pela possibilidade de eles intentarem estabelecer-se aqui.

Na realidade, os franceses já tinham algumas feitorias, pontos certos e costumeiros onde buscar a madeira e, nessas bases, mantinham contatos amigáveis com os indígenas locais.

Por estes motivos, nas embarcações portuguesas que, oficialmente, chegavam aqui, logo nos primeiros anos depois do descobrimento, vinham cobradores de tributos ou encarregados de combater a evasão fiscal praticada por exploradores clandestinos de pau-de-tinta. Tal exploração implicava, do ponto de vista português, duas graves infrações: quanto ao monopólio régio e quanto à tributação.

A primeira notícia que se tem de alguém encarregado da atividade fiscal de controle de produção na nova possessão portuguesa, foi de 1503, quando O Venturoso, Dom Manuel I, designou João de Braga, Feitor da Fazenda Real, para controlar a extração de pau-brasil, arrematada, naquele ano, por cristãos-novos financiadores da expedição de Gonçalo Coelho.

A exploração da madeira de tinta, segundo o já citado historiador Capistrano de Abreu, era muito lucrativa:

Em 1506 a terra do Brasil, arrendada a Fernando de Noronha e outros cristãos novos, produzia vinte mil quintais de madeira vermelha, vendida a 2 1/3 (sic) e 3 ducados o quintal; cada quintal custava 1/2 ducado posto em Lisboa. Os arrendatários pagavam quatro mil ducados à Coroa.⁵

Competia a João de Braga comprovar se as árvores de pau-brasil abatidas, cujos toros eram remetidos para o Reino, estavam dentro dos limites de quantidade constantes do contrato de arrematação, e se havia recolhimento do tributo pactuado. Se a execução dos seus misteres foi considerada satisfatória, porém, não se sabe.

Quando os homens da expedição de Gonçalo Coelho retornaram a Portugal, em 1506, deram notícias de que navios franceses, contando até com a praticagem de alguns portugueses, teimavam em frequentar a costa da Terra da Santa Cruz, e carregavam pau-de-tinta para a Europa, com grandes lucros.⁶

5 ABREU, *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 54. Na sua nota III (Pág. 84) das *Notas da Seção VI*, na *História Geral do Brasil*, de VARNHAGEN, v. 1, pp. 100-101, Capistrano de Abreu dá a mesma informação, porém de maneira mais completa e precisa: “No relatório de Cha de Masser, escrito de 1506 a 1507, e publicado no volume da Academia das Ciências de Lisboa, comemorativo do descobrimento da América, lê-se que o arrendamento era de vinte mil quintais de pau-brasil, de que um custava meio ducado e se vendia por dois e meio e três. O arrendatário Fernão de Noronha, cristão-novo, tinha contrato por dez anos, e cada ano pagava quatro mil ducados. Fernão de Noronha mandava todos os anos homens e navios à terra. É pouco provável que aqui jamais viesse, embora a carta de doação da ilha, primitivamente de São João e mais tarde de Fernão de Noronha, insinue aparentemente o contrário.” A lucratividade de Fernando de Noronha era simplesmente extraordinária, entre quase 230% e 360%, dependendo de conseguir dois e meio ou três ducados por quintal de pau-brasil, já descontados os 4.000 ducados de direito da Coroa. Imagine-se o lucro auferido pelos franceses, que nada pagavam à Coroa de Portugal. Chamo a atenção do leitor para os seguintes números da permissão de comercialização de pau-brasil constante do contrato de Fernando de Noronha: 20.000 quintais de toros de pau-brasil correspondem a 80.000 arrobas ou 1.481,5 toneladas, anualmente. E, veja-se, o contrato era válido por dez anos.

6 VARNHAGEN, op. cit., p. 88.

Mas, além de franceses, também castelhanos andavam por estas bandas. Juan Díaz de Solís chegou aqui em 1515, percorreu as costas da nova terra, foi até a embocadura do rio da Prata, e, na volta, pelas costas de Pernambuco, fez um carregamento de toros de pau-brasil, calculado por alguns historiadores em quinhentos quintais, equivalentes a um pouco mais de 37 toneladas.

Estas notícias fizeram a Coroa mandar para as costas da nova conquista Cristóvão Jaques, em 1516, com dois navios, a fim de combater e afugentar corsários e piratas, principalmente franceses, mais habituados a levarem pau-brasil para a Europa.

Ele ficou três anos a patrulhar as costas e deixou uma feitoria em Itamaracá. Mas, após sua retirada para Portugal, os franceses retomaram a prática irregular. Veio outra patrulha, agora conduzida sob o comando de Pedro Capico, na condição de Governador da Capitania dos Mares. E, em 1526, retornou Cristóvão Jaques, com uma nau e cinco caravelas, a percorrer, de novo, as costas de norte a sul. Estas expedições, duas de Cristóvão Jaques, e uma de Pedro Capico, podem ser encaradas como as primeiras operações de combate ao contrabando e à evasão fiscal executadas na América Portuguesa.

Cristóvão Jaques parece haver sido escolhido a dedo para combater o contrabando de pau-brasil praticado por franceses, pela terrível ferocidade de sua índole.

Sobre ele, afirmou o citado historiador Capistrano de Abreu:

Desde Pernambuco até a Bahia e talvez Rio de Janeiro, Cristóvão Jacques deu caça aos entrelopos; segundo testemunhos interessados, não conhecia limites sua selvageria, não lhe bastava a morte simples, precisava de torturas e entregava os prisioneiros aos antropófagos para os devorarem. Mesmo assim ainda levou trezentos prisioneiros para o Reino.⁷

7 ABREU, op. cit., p. 59.

O monopólio do pau-brasil na América Portuguesa durou três séculos e meio, até o Segundo Império. Em 1808, a Carta Régia de 28 de janeiro, que decretou a abertura dos portos às nações que se conservam em paz e harmonia com Portugal, permitiu a exportação de *todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, exceção do Pau-Brasil, ou outros notoriamente estancados*.⁸

O monopólio (estanco) do seu comércio, depois de vigorar por 359 anos, foi abolido pela Lei nº. 1.040, de 14 de setembro de 1859, a qual fixou a despesa e orçou a receita para o exercício de 1859-1860, e estabeleceu:

Art. 12. Fica abolido o estanco da venda do pau-brasil e permitido o comércio deste produto nos termos da legislação fiscal, que regula o dos outros gêneros de exportação.⁹

Entretanto, só depois de mais de um século de exploração do pau-de-tinta nas costas brasileiras, o Rei baixou o Regimento do Pau-brasil, em 12 de dezembro de 1605,¹⁰ visando à sua preservação, uma vez que já se mostravam escassas as suas matas, e estas só se encontravam a *muitas léguas pelo sertão dentro*, tanto por causa do abate das árvores, como por não se deixarem troncos com galhos para brotação e, pior, pelo desperdício, em virtude de os contratadores só aproveitarem tronco *roliço e maciço*.

Além disto, havia, ainda, corte clandestino do pau-brasil e, para coibir esta irregularidade, o Rei Filipe II (III, da Espanha) determinou penas extremas a quem desobedecesse às disposições do Regimento do Pau-brasil:

8 MACEDO, *História Administrativa do Brasil. Brasil Sede da Monarquia. Brasil Reino* (1ª parte), p. 22.

9 Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1859. Tomo XX. Parte I, p. 27.

10 Vide, no Anexo V, a íntegra do Regimento do Pau-brasil.

[...] Hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito pau-brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor-mor de minha Fazenda, de cada uma das Capitânicas, em cujo distrito estiver a mata, em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer, incorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda.¹¹

Mas, mesmo com licença para cortar pau-brasil, os colonos tiveram que observar, rigorosamente, os quantitativos previstos na autorização, sob pena de se lhes aplicar multa em dinheiro, açoites, degredo em Angola e até mesmo morte, cumulativamente com a perda da madeira cortada e da sua fazenda (seus bens), dependendo do excesso de corte de árvores que tivessem cometido.

O Regimento do Pau-brasil foi, assim, o primeiro ato legal sobre conservação florestal do Brasil, ainda que restrito à sustentabilidade do pau-de-tinta.

Convém frisar, entretanto, que, na carta de foral de 1535, passada por el-rei a Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, foram autorizados ele e os moradores da capitania a fazer uso próprio do pau-brasil, exceto para queimá-lo, o que lhes podia, também, acarretar duras penalidades.

* * *

Com a implantação da cana-de-açúcar e da pecuária, ainda no século XVI, o desenvolvimento da colônia portuguesa na América tomou outro rumo em direção a seu crescimento econômico, e, também, surgiram incentivos fiscais e as bases para sua administração tributária.

11 MENDONÇA, *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*, Tomo I, p. 363.

Porém, não houve, de fato, uma sistemática lógica adotada. As medidas eram baixadas independentemente uma das outras, meras tentativas de acerto. Mas, de modo quase imperceptível, a cada ato baixado ou a cada regulamento adotado, houve uma tênue melhora com referência ao *status quo ante*.

Todas as boas experiências, na área dos tributos e na da sua administração, convergiram para o salto da modernização, só acontecida, de fato, na segunda década da segunda metade do século XX – mas esta é outra história, que será tratada futuramente.

Fontes bibliográficas

ABREU, *Capítulos de História Colonial (1500-1800) e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 3. ed., revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1859. Tomo XX. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

MACEDO, Roberto. *História Administrativa do Brasil. Brasil Sede da Monarquia. Brasil Reino (1ª. parte)*. Coordenação de Vicente Tapajós. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília /Fundação Centro de Formação do Servidor Público (1983).

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. *Tributos e sua administração no Brasil (1500/2010)*. Brasília: Academia de Letras de Brasília, 2017.

— *Administração Tributária: palestras*. Brasília: Academia de Letras de Brasília, 2017.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil. Tomo I*. (Rio de Janeiro): Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Conselho Federal de Cultura, 1972.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil Antes de Sua Separação e Independência de Portugal*. Revisão e Notas de J. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 10. Ed., 3 v, São Paulo: Melhoramentos, 1978.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo. Cartas de Viagens e Descobertas*. Tradução e introdução de Luiz Renato Martins. (Porto Alegre): L&PM Editores, (1984).

Especulações sobre a evolução da ordem global do século XXI

Paulo Roberto de Almeida*

A despeito do título pretensioso, não existe, na verdade, uma ordem global, nunca existiu, e é duvidoso que venha a existir alguma no decorrer de nossas existências, ou em qualquer tempo futuro. Explicitando: não existe **uma** ordem global, pelo simples motivo da diversidade de povos e das civilizações, embora possam ter existido diversas ordens regionais parcialmente globais, eventualmente interagindo umas com as outras, por vezes cooperativamente, em outras ocasiões de maneira mais agressiva. Não existe e dificilmente existirá, no futuro previsível, uma ordem global, uma vez que a humanidade continuará diversa e desigual até onde a vista alcança. As sociedades humanas ainda não conseguiram superar as paixões, ódios, ciúmes, ambições, prepotência e arrogância que estão conosco desde a guerra de Troia, pelo menos. Mas, atenção, a Helena não tem nada a ver com a guerra de Troia, e sim tratou-se de disputas entre egos inflados de dirigentes políticos movidos por interesses bem mais mesquinhos, ligados, como sempre ocorre, a poder e dinheiro, um reforçando o outro. As paixões e os interesses estão no centro disso tudo, e assim continuará sendo, com uma humanidade ainda muito diversa e diversificada, não integrada etnicamente, socialmente, culturalmente, e menos ainda economicamente, a despeito da globalização.

O historiador britânico Arnold Toynbee foi, até meados do século XX, um grande estudioso da ascensão e do declínio das civilizações, assunto que tem a ver tangencialmente com o nosso

objeto: a existência de várias ordens globais regionais – geralmente grandes impérios – e sua sucessão ao longo do tempo. Não sou nenhum Toynbee, não tenho a sua imensa capacidade de síntese histórica, e não pretendo mergulhar no itinerário das grandes civilizações do passado para tentar discernir alguns princípios evolutivos de seus itinerários respectivos, da ascensão, do clímax, do declínio e eventual desaparecimento de algumas delas, sobretudo em direção ao futuro. Parece inclusive que esses grandes exercícios comparativos resumindo a grande traços certos determinismos históricos – origem, desenvolvimento, ascensão, clímax, declínio e eventual desaparecimento de civilizações inteiras – já estão desacreditados; o que temos hoje são exercícios de história global, a propósito da qual posso começar recomendando o livro de Jürgen Osterhammel, *The Transformation of the World: a global history of the Nineteenth Century* (Munich 2009; Princeton 2014), que já foi chamado de o “Fernand Braudel do século XIX”, já que este dominava os séculos XVI a XVIII.

Vou concentrar-me em nosso próprio século, com algum benefício de ter observado direta e atentamente a evolução das sociedades humanas no último meio século pelo menos. Discorrer sobre a evolução da ordem global do século XXI implica em que o palestrante tenha dons de profeta, o que nunca foi meu objetivo, daí a razão de eu ter colocado “especulações” à frente do objeto principal a ser abordado. Sim, é possível discorrer sobre a evolução do que temos atualmente, ainda que a tarefa se complique quando se pretende fazê-lo à luz do Direito Internacional e da Política Mundial. Tais temas podem ser igualmente abordados com o instrumental próprio da sociologia histórica aplicada ao desenvolvimento dos povos, em especial o do Brasil, ao longo da segunda metade do século XX e no início deste nosso século. O Brasil tem poucas chances, nos próximos anos, de se constituir em centro de alguma ordem global regional, razão pela qual melhor tratar dos grandes

impérios da era contemporânea, os que se apresentam nos palcos da história neste novo século. O pequeno-grande “império global do Brasil” se dá unicamente no terreno do *soft power*, o que não deixa de ser um fator relevante em termos de impacto mundial.

Aparentemente, no momento, existem apenas dois grandes impérios, o dos Estados Unidos e o da China, o primeiro tendo emergido ao final do século XIX, flexionado seus músculos no século XX, de maneira quase incontestável, e o segundo, que já foi um grande império no passado, atravessou um pequeno intervalo de dois séculos e meio de declínio, para voltar novamente com grande força neste início do novo milênio, prometendo desafiar o grandalhão estabelecido nas próximas décadas. Outros grandes impérios do passado, como o dos Habsburgos e o Otomano, foram aniquilados na Grande Guerra, e um outro que prometia durar mil anos foi aniquilado nos estertores de uma guerra ainda mais destrutiva. O império neoczarista dos bolcheviques também soçobrou no pântano de sua ineficiência econômica, e o atual neoczarismo ainda não conseguiu restabelecer as credenciais de um grande império.

Se partirmos da primeira conferência minilateral da contemporaneidade, que foi o Congresso de Viena de 1815 – deixemos Vestfália de lado, pois se os tratados que encerraram a primeira guerra de trinta anos têm importância para o Direito Internacional eles não têm quase nenhuma, do ponto de vista da Política Mundial –, veremos que ele criou diversas ordens regionais semi-globais, que foram o sistema britânico de colônias e semi-colônias, os imperialismos europeus sobre outros continentes, e dois ou três outros impérios euroasiáticos: o da Prússia, que depois foi se estendendo a partir da unificação alemã como a grande economia da Europa central, o dos Habsburgos, se estendendo até os Balcãs e desafiando o antigo domínio otomano sobre essa franja da Europa, e o dos Romanov, que estendeu seus tentáculos para o sul, em

direção da Pérsia e do Império Otomano, e para leste, em direção ao Pacífico, tomando Vladivostok dos chineses, indo até as Sakalinas japonesas e mesmo o Alaska, além do estreito de Bering.

Esses impérios digladiaram entre si durante bastante tempo, pela via das armas ou da economia, mas terminaram quase todos convergindo para o padrão ouro da *belle Époque*, sob a preeminência indiscutível da libra britânica. Não era certamente uma ordem global, pois que mesmo na convergência do capitalismo triunfante dessa época, os países – muitos deles imperialistas – tentavam abocanhar nacos de espaços ainda abertos à colonização europeia, sobretudo na Ásia e na África. Tardiamente integrada ao grupo das grandes potências, depois de sua unificação, que ocorreu apenas em 1870, a Alemanha chegou a convocar uma conferência diplomática em Berlim, em 1884-85, para organizar a divisão da África entre os europeus, mas ela mesma só conseguiu se apropriar de espaços dispersos aqui e ali, o que criou certa frustração, que pode ter sido um dos fatores para os dois grandes conflitos globais da primeira metade do século XX, a segunda guerra de trinta anos de que falaram vários historiadores, entre eles Winston Churchill. Duas outras conferências diplomáticas, realizadas na Haia, em 1899 e em 1907, tentaram reduzir o ímpeto imperial e belicoso de diversas grandes potências, mas só conseguiram acordos parciais em áreas restritas, o que não evitou a descida ao precipício em 1914. No início do século XX, a guerra ainda era “napoleônica”, mas apenas pela mentalidade da maior parte dos dirigentes e chefes militares, pois que do ponto de vista material ela já foi uma guerra mecânica, do aço e da indústria.

Ao término da Grande Guerra, uma nova grande conferência diplomática, em 1919, tentou estabelecer uma nova ordem global, desta vez com base em princípios multilaterais que poderiam sustentar mecanismos de segurança coletiva e a cooperação econômica, mas seus resultados foram poucos e insatisfatórios.

Três conferências diplomáticas convocadas sob sua égide – uma cambial, em Gênova, em 1922; uma outra comercial, em Genebra em 1927, e uma terceira monetária, em Londres, em 1933 – foram rotundos fracassos no campo da coordenação das políticas nacionais nessas áreas. Estados expansionistas, países militaristas, geralmente antidemocráticos, começaram a avançar sobre vizinhos ou colônias distantes dos velhos impérios europeus.

Não é correto, contudo, que a Segunda Guerra Mundial tenha começado apenas em 1939, com a invasão e a partilha da Polônia depois do sórdido acordo entre a Alemanha nazista e a União Soviética. Ela foi precedida por um novo ciclo de guerras parciais, iniciadas praticamente no início daquela década pela invasão da Manchúria pelo Japão, em 1931; seguiu-se a invasão da Abissínia (atual Etiópia) pela Itália em 1935, ambos países membros da Liga das Nações; a guerra civil espanhola, iniciada em 1936, foi uma espécie de ensaio geral – e campo de testes para as potências militaristas do nazifascismo –, preparatório aos grandes embates que estavam por vir em seguida; os japoneses ampliam sua ofensiva contra a China, em 1937, deslançando o horrível massacre de Nanjing e a ocupação de quase toda a costa chinesa do Pacífico, quando a capital da República teve de se mudar para o interior, em Chongqing. Finalmente, depois da anexação da Áustria e da intimidação contra a Tchecoslováquia, em 1938, o conflito se precipitou, primeiro na Europa, e a partir de 1941 em todo o mundo, com a invasão da União Soviética pelo antigo aliado nazista e com o ataque japonês a Pearl Harbor.

Antes, porém, desse novo horror global, como resultado de várias conferências político-militares para tentar definir alguma ordem global para o pós-guerra, tivemos uma primeira tentativa de eliminar a tragédia das guerras entre grandes potências: ela foi constituída pelo Tratado de Paris de 1928, o chamado Pacto Briand-Kellog, cujo objetivo era evitar o recurso à guerra, com

todos os signatários se comprometendo solenemente a resolver suas controvérsias por vias pacíficas. Obviamente, inclusive por não conter cláusulas obrigatórias ou sanções, o pacto não conseguiu fazer passar o sistema das arbitragens ou das mediações à frente das “soluções militares”, mas ele constituiu um importante avanço conceitual, que seria consagrado mais tarde na Carta de San Francisco, que pela primeira vez proibiu e tornou ilegal o recurso às guerras.

O difícil equilíbrio obtido nessa Carta, colocando a paz e a segurança internacionais sob a responsabilidade de um pequeno grupo de grandes potências, as vencedoras da guerra contra os militaristas agressores, se revelaria altamente instável, uma vez que não impediu as guerras locais, ou as chamadas *proxy wars*, as guerras por procuração, eventualmente vinculadas aos interesses dessas grandes potências, desta vez separadas ideologicamente, e não apenas por interesses geopolíticos determinados. Não é o caso de retomar aqui a análise da nova ordem global pós-Segunda Guerra, tanto em vista da enorme bibliografia acumulada a respeito da Guerra Fria de 1947-1991, como por exemplo em Raymond Aron, George Kennan, John Lewis Gaddis ou Daniel Yeager, como porque essa Guerra Fria Geopolítica já está praticamente superada, a despeito dos arreganhos do neoczarista da Rússia. Depois do “fim da História” – não exatamente proclamado por Fukuyama, mas colocado como hipótese conceitual dotada de certa legitimação empírica, na medida em que já não mais existe, de fato, uma contestação efetiva aos regimes de mercado, democráticos ou autoritários –, uma ordem global potencial (que ainda não existe, vamos lembrar) não carrega mais qualquer conotação ideológica ou de opções políticas antagônicas, e sim a mesma expressão econômico-comercial que levaram os gregos às portas de Troia, três mil anos atrás.

Não cabe retomar aqui a descrição da ordem mundial parcial – pois que dividida entre o socialismo e o capitalismo – que começou a ser criada em Bretton Woods, em 1944, foi confirmada na conferência diplomática de San Francisco, que criou a ONU, e que continuou sua trajetória de sucesso até alcançar praticamente o mundo inteiro, depois da implosão do socialismo. Não é necessário e não devemos nos estender nesse longo período de três gerações que foi relativamente bem sucedido, em termos da construção de uma ordem global tentativa (e parcial), mas que já está quase encerrando os benefícios que essa ordem econômica multilateral possa ter trazido ao mundo por meio de suas principais entidades promotoras: as instituições de Bretton Woods, certamente, a ONU e todas as suas agências criadas na sequência, o Gatt, as comissões regionais da ONU (entre elas a Cepal, que teve grande importância teórica-diretiva para nós), a Unctad, a OMC, os grupos regionais (dos quais o mais importante é o europeu, sem descurar os latino-americanos e os da Ásia-Pacífico) e todos os foros associados a esses esforços coordenação: Banco de Basileia, OCDE, Clube de Paris, G-5, G-7, G-8, G-7 novamente, Brics, Fórum de Estabilidade Financeira, G-20 e outros esquemas do tipo TPP, RCEP, e as dezenas, centenas de acordos regionais de comércio que podem evoluir para estruturas mais elaboradas e vinculadas a outras.

Essa ordem que foi se globalizando no curso da segunda metade do século XX, no mesmo passo em que o socialismo ia se inviabilizando, até que deu dois suspiros e depois morreu – por morte morrida e não morte matada, ou seja, por implosão provocada por sua própria ineficiência, e não por vitória do capitalismo –, jamais foi universal e global, ainda que União Soviética e China comunista aderissem às instituições de Bretton Woods antes de suas respectivas desvinculações formais do “modo de produção socialista” (a China por decisão própria e uma década antes, a União Soviética contra sua vontade, pela quebra de todo o edifício em 1991).

A China, na verdade, nunca o fez formalmente, e ainda se apresenta ao mundo como sendo um “socialismo com características chinesas”, quando de fato é apenas um capitalismo com características chinesas, isto é dominando pela administração altamente eficiente do Partido Comunista Chinês, que não se distingue muito bem do antigo estamento oficial dos mandarins do Império do Meio, administradores recrutados por mérito e mantidos pela sua eficiência na gestão, justamente (o que não elimina as possibilidades de corrupção, como sempre existiram em todas as dinastias). A China é, aliás, a principal protagonista do que poderíamos chamar de “segunda Guerra Fria”, mas esta é basicamente econômica, sendo que, devido a erros táticos e estratégicos dos EUA, ela já foi amplamente vencida pelo gigante asiático; eu digo isto há mais de dez anos.

Vamos, pois, deixar de lado a ordem global multilateral dos anos 1945-2000, que já foi cantada em prosa e verso por dezenas, centenas de estudiosos e jornalistas das relações internacionais desse período, e passar a tratar do tema do título, qual seja, a ordem global do século XXI, parcialmente à luz do Direito Internacional e da Política Mundial, o que é um pouco mais difícil. Por que caberia separar a ordem de Bretton Woods, que ainda é a nossa, da ordem que poderá estar sendo criada a partir desta terceira década do século XXI, e que pode se estender pelo resto do século? A diferença, pode-se adiantar, é a China, que já esteve na vanguarda do mundo até a era de Vasco da Gama, e que depois penetrou numa longa decadência para renascer novamente na era pós-Mao, mais enfaticamente a partir da última década do século XX e mais decisivamente a partir da segunda década do século XXI. Assim como o século XIX foi europeu, e o XX americano, o XXI já é chinês.

Antes de fazê-lo, contudo, caberia resumir o que sabemos até aqui, e o que foram as ordens globais parciais desde o início do

século XIX, ou seja, desde o Congresso de Viena, num momento de grande projeção do poder europeu sobre o mundo. Depois das guerras napoleônicas – que mudaram o cenário geopolítico europeu e até mundial –, o mundo dos últimos dois séculos representou um constante embate entre aqueles que eu poderia chamar de “promotores da cooperação internacional” – um pequeno grupo de idealistas entre os quais eu me incluo – e aqueles que poderiam ser chamados de “hegemonizadores”, ou seja, os que buscam no poder a expressão de seus próprios desejos de dominação sobre outros homens e povos inteiros. Lentamente fomos construindo instituições desde então, mas muitas dessas instituições são usadas pelas grandes potências para consolidar seu poder sobre o contexto imediato, quiçá sobre o mundo. Da confusão criada pelas guerras napoleônicas – que se prolongaram ao longo do século XIX –, chegamos à Liga das Nações e finalmente à ONU, mas também ao auge da dominação europeia sobre o mundo, logo substituída por um novo embate, entre as duas superpotências dos cinquenta anos seguintes. Se vocês quiserem saber um pouco mais sobre a emergência do mundo contemporâneo, recomendo o livro de Mark Mazower, *Governing the World: The History of an Idea, 1815 to the Present* (2012), que resumiu de forma excelente a tensão entre cooperação e conflito.

O historiador alemão Jürgen Osterhammel, em seu já referido estudo global sobre o século XIX, resumiu as cinco grandes características daquele século, algumas das quais permanecem inteiramente ainda hoje: (1) um crescimento da eficiência assimétrica; (2) mobilidade ampliada, tanto técnica quanto humana; (3) aumento da densidade assimétrica das ideias e das culturas; (4) tensão entre igualdade e hierarquia; (5) diferentes processos de emancipação. Se o século XIX representou a emergência do internacionalismo e do próprio multilateralismo, já o século XX conheceu um estilo de governança decididamente americano,

sobretudo a partir da ONU, como indica Mark Mazower em seu brilhante livro sobre a governança do mundo.

A segunda metade do século XX também conhece a emergência de países periféricos ou “dependentes”, como pretendiam certas teorias dos anos 1960, com processos de industrialização e de inserção na economia global que começaram a pesar na repartição do PIB global e lançar as bases de uma relativa convergência econômica, depois de mais de um século e meio de Grande Divergência. Ao lado disso, o poder da alta finança também foi ganhando corpo, assim como países emergentes, entre os quais a China e o próprio Brasil, foram conquistando nacos do PIB mundial e participação crescente nos fluxos mundiais de comércio, investimentos e inovação. A China avançou nesse caminho, mas o Brasil tropeçou, estancou e ainda não se recuperou. São duas trajetórias que estão no coração da nossa palestra, mas a verdade é que só a China conta no plano global. O fato é a China falhou na sua inserção da primeira revolução industrial, se atrasou também na segunda, começou lá atrás na terceira, mas se inseriu plenamente na quarta revolução industrial e já caminha para liderar a quinta.

O que isso representa para nosso debate sobre as ordens globais, do ponto de vista do Direito Internacional e da Política Mundial? Estas são as questões centrais do problema, para as quais se pode oferecer, como respostas tentativas, algumas “especulações”, como figura na primeira linha do título, e bem mais do lado da Política Mundial do que lado do Direito Internacional. Especulações são como as apostas que fazemos nas loterias, esperando que elas sejam confirmadas, entre as milhões de possibilidades que o mundo real oferece em resposta às nossas mais desejadas esperanças e ilusões. Não se pode, portanto, oferecer um conhecimento especial sobre o que ocorrerá no restante deste século, mas se pode tentar deduzir, com base nas observações e registros das últimas décadas e da realidade atual, um cenário tendente à *Idealpolitik*, em contraste com

a *Realpolitik*, as coisas como elas são, ou como elas efetivamente ocorreram, como diria Leopold von Ranke (aqui projetado para um futuro provável, não direcionado ao passado).

O grande historiador Arnold Toynbee acreditava que as civilizações, ou os impérios, morrem por suicídio, não por assassinato, o que parece uma hipótese razoável para explicar tanto a decadência do antigo Império do Meio, quanto o fim do Império soviético, prevista por Emanuel Todd, no livro *La Chute Finale* (1976), e, também, a possível esclerose do atual império americano, que já estaria, segundo o mesmo intelectual francês, condenado a um declínio inevitável (*Après l'Empire*, 2002). Tal parece ser também a hipótese do economista Roberto Gordon que publicou, em 2014, uma monumental (800 páginas) história da decadência e estagnação econômica dos Estados Unidos – *The Rise and Fall of American Growth, 1870-2014* –, cujos principais argumentos a respeito do esgotamento das fontes de crescimento da produtividade desafiam o entendimento de historiadores mais otimistas a esse respeito, como o historiador da inovação tecnológica Joel Mokyr ou os da genial Deirdre McCloskey, de quem se pode recomendar a leitura de sua trilogia sobre as “virtudes burguesas”, quase tão cativantes quanto os livros de Peter Gay sobre as outras virtudes do mundo burguês.

Vamos então tentar focar numa ordem supostamente global que se refere, essencialmente, aos dois grandes impérios da atualidade, o americano, já com um século atrás de si, desde 1917, e o chinês, ainda flexionando os músculos, depois de dois séculos de modorra e de deslocamento para as fímbrias do capitalismo global, o que agora está sendo superado pela sua decisão de colocar novamente Adam Smith na parada, e concretizar a maior parte das esperanças do pensador escocês da segunda metade do século XVIII. Aliás, vale mencionar a este propósito o livro do sociólogo italiano radicado nos Estados Unidos, Giovanni Arrighi, que, depois de um belo

livro de conotações braudelianas sobre *O Longo Século XX*, lançou um outro chamado *Adam Smith em Beijing*. Pode-se aceitar a maior parte de seus argumentos sobre o desenvolvimento da China contemporânea, mas o título parece totalmente invertido: não foi Adam Smith que foi à China, e sim o mandarinato moderno que decidiu deixar Marx de lado e aderir aos ensinamentos ainda atuais do grande filósofo escocês.

Na tarefa de analisar a evolução do mundo em construção nos próximos cinquenta anos, é preciso estar atento para uma espécie de anacronismo involuntário: assim como os homens que levaram a Europa, e boa parte do mundo, a um completo desastre em 1914, ainda estavam com a cabeça no século XIX (eles vinham do século XIX), também os homens que moldaram o mundo no segundo pós-guerra ainda tinham a cabeça na primeira metade do século XX, com seu cortejo de desastres ainda mais monumentais. Cabe nos resguardar, portanto, de analisar o mundo que se abre a todos nós, agora, nesta terceira década do século XXI segundo os parâmetros já estabelecidos na segunda metade do século XX. s

Vamos partir de algumas constatações do passado remoto e algumas da fase recente. A China sempre foi o caso mais extraordinário de avanços civilizatórios e culturais, com certa continuidade básica em suas estruturas sociais, independentemente do tipo de regime político que a caracterizou, geralmente no modelo do “despotismo oriental”, como assim a caracterizaram Max Weber e Karl Wittfogel. Pois bem: nas últimas três ou quatro décadas, a China tem sido um caso extraordinário no plano do crescimento produtivo sustentado, de desenvolvimento econômico, de transformações sociais, de avanços tecnológicos e de progressos materiais, numa escala sem precedentes em toda a história econômica mundial. O regime político talvez não se tenha alterado muito em relação ao passado imperial, depois de uma experiência frustrada com um regime republicano de fachada, que foi um

dos mais desastrosos ao longo do século XX, tão mortífero para a população chinesa quanto já tinha sido o século XIX, com dezenas de milhões de mortos, entre guerras civis e invasões estrangeiras.

A despeito disso, a grande energia de seu povo conseguiu inventar tudo de útil que existia na humanidade, coisas que os europeus do final da Idade Média e do Renascimento buscavam avidamente em suas aventuras d'além mar. Se nos referirmos apenas ao papel e aos blocos de impressão já estamos falando dos mais poderosos instrumentos de transmissão de cultura e conhecimento, sem esquecer o dinheiro metálico e em papel. Tudo isso permitiu um enorme salto tecnológico e inventivo no pequeno continente europeu, o que permitiu colocar esse promontório da Eurásia na vanguarda do mundo durante aproximadamente cinco séculos. Mas isso está acabando, se já não acabou, como argumenta Ian Morris em seu celebrado *Why the West Rules for Now: the patterns of history and what they reveal about the future* (2010). Em termos de desenvolvimento social, o Ocidente superou a Ásia durante algum tempo, mas já não é mais o caso atualmente.

Pois bem, o que poderia ser o mundo das próximas décadas, do século XXI? Já faz algum tempo que o historiador Niall Ferguson e o economista Moritz Schularik inventaram o termo “Chimerica”, para sinalizar a absoluta complementaridade entre as duas maiores economias do planeta. Isso foi depois do massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, quando foi o capitalismo a salvar a China: ela embarcou num ritmo trepidante de reformas e transformações econômicas e sociais, conseguiu ingressar no Gatt e na OMC, a tempo de se inserir na Rodada Doha de negociações comerciais multilaterais (que ainda não terminou, nem terminará) e passar a abastecer o mundo com milhões de produtos manufaturados (a maior parte de marcas ocidentais), o que evitou inflação, mas não o desemprego industrial no Ocidente. Vinte anos depois, porém, em 2009, foi a vez da China salvar o capitalismo, continuando

com seu ritmo trepidante de absorção de matérias primas e de equipamentos industriais de países pobres e de países avançados, como ela continua a fazer praticamente com a mesma intensidade ainda hoje, a despeito de uma nova recessão e da pandemia que teve início dez anos depois.

Pouco se fala, atualmente, da “Chimerica”, sobretudo depois que um presidente americano totalmente despreparado resolveu fazer a América grande novamente, e só conseguiu diminuí-la terrivelmente. Mas muito se fala de pandemia, o que já estava na agenda mundial desde os anos 1980, com o surto do HIV, seguido logo depois por diferentes surtos de SARS (síndrome respiratória aguda); os geneticistas conseguem mapear os diferentes códigos genéticos das febres suína (H1N1) ou aviária (H2N2) em tempo recorde, o que demorou algum tempo para a Aids-HIV. Os técnicos da OMS calcularam, dez anos atrás, que se uma gripe suína ou variantes da gripe aviária se comportassem como o H2N2 (que matou de 1 a 2 milhões de pessoas em 1957), poderiam matar de 2 a 7 milhões de pessoas, mas que se elas se comportassem como a gripe espanhola de 1918, poderia matar até 200 milhões de pessoas. Segundo escreve Ian Morris, as perspectivas podem ser até mais tranquilizadoras do ponto de vista das tecnologias médicas e sanitárias, com respeito aos desafios de cem ou vinte anos antes, mas os impactos econômicos e sociais podem ser tremendamente impactantes:

O mundo está mais bem preparado do que estava em 1918, mas as mortes, mesmo numa escala de um décimo daquela fase causaria uma derrocada econômica de curto prazo que faria com que a crise financeira de 2007-2009 parecesse trivial. O Banco Mundial estimou que uma pandemia poderia derrubar 5% do valor agregado global, e algumas das “Dez Coisas que Você Precisa Saber sobre uma Gripe Pandêmica”,

listadas no site da Organização Mundial da Saúde são ainda mais alarmantes:

- O mundo pode estar no limiar de outra pandemia.
- Todos os países serão afetados.
- Os suprimentos médicos serão inadequados.
- Grandes números de mortes vão ocorrer.
- Rupturas econômicas e sociais serão enormes.

Como quando os cavaleiros cavalgavam no passado, mudança climática, fome, migrações e enfermidades vão provavelmente se alimentar umas às outras, deslançando o quinto cavaleiro, a falência do Estado.

(Morris, op. cit., p. 603-4)

O cenário acima foi descrito mais de dez anos atrás e, no entanto, ele aparece como infelizmente atual, atualíssimo. Sobre esses problemas – e independentemente das acusações sobre o “vírus chinês”, ou o “comunavirus”, segundo alguns paranoicos do comunismo –, se crescem as preocupações do Ocidente, em especial dos Estados Unidos, com o crescimento da China, que parece ter passado de seu desenvolvimento pacífico, e da sua ascensão pacífica, para uma fase de afirmação crescente de seus interesses na economia e na política mundial, o que tem provocado o aumento das tensões entre o gigante asiático e os países da OCDE, com os Estados Unidos à frente. Nesse período, a China também tem desenvolvido uma diplomacia especialmente ativa e não apenas em direção dos países vizinhos, com os quais ela desenhou uma Organização de Cooperação de Shanghai, mas também lançou o fabulosamente enorme projeto de uma “nova rota da Seda” – que adotou o nome mais simples de *Belt and Road Initiative* –, que pretende cobrir a toda a Eurásia e até estender-se mais além, para outros países em desenvolvimento e até os avançados da Europa; mais recentemente, em resposta ao TPP a 12, da era Obama, que a excluía expressamente, a China concluiu um acordo regional de

comércio, conhecido na sua sigla em inglês de RCEP, que integra a maior parte dos países do novo TPP a 11, formalizado depois da saída dos EUA, num dos muitos ataques de Trump contra os acordos regionais de comércio e contra o próprio sistema multilateral de comércio.

O aspecto mais relevante da geopolítica atual não está só representado por esse ativismo da China – inclusive com alguns comportamentos recentes que se afastam de sua antiga postura da ascensão pacífica –, mas também pela reversão da antiga postura dos Estados Unidos – que vem da era Nixon, passou por vários presidentes, inclusive Bush filho e Obama – de patrocinar a integração da China na economia mundial, na suposição de que tal apoio contribuiria não só para diluir velhos ardores antiamericanos da URSS e da Rússia de Putin, mas também o próprio poder do PCC no governo da China, o que até agora revelou-se infundado, de um lado e de outro. A ofensiva de Trump contra a China ultrapassou todas as antigas pressões políticas e econômicas contra o gigante chinês – que eram reclamações que procuravam se enquadrar nas regras multilaterais sobre comércio e finanças da OMC e do FMI, argumentando sobre o uso malicioso pela China de mecanismos comerciais desleais, como dumping e desrespeito a direitos de propriedade intelectual, assim como de manipulações cambiais –, para manifestar-se não apenas sob a forma de uma guerra comercial unilateral (como as sobretaxas e salvaguardas abusivas contra produtos *made in China*, até alguns de marcas americanas), mas igualmente na versão bem mais agressiva e violenta da guerra tecnológica, visando não só a Huawei, mas diversas outras empresas chinesas de setores que competem diretamente com equivalentes americanos. Com Trump, os EUA passaram à ofensiva aberta.

O lado talvez mais preocupante no contexto atual é que a administração Biden ainda não se declarou disposta a encerrar a fase da arrogância unilateral do governo Trump e até tem

dados continuidade às mesmas medidas de política comercial e de investimento. Em outros termos, a paranoia dos generais do Pentágono com a crescente assertividade militar chinesa, o que os levou a tratar a China como adversária, e que já tinha contaminado parte do establishment acadêmico – que passou a agitar o fantasma da “armadilha de Tucídides” –, parece estender-se agora a praticamente toda a administração americana, o que prenuncia tempos muito tensos pela frente. Estaríamos de volta ao *Great Game* de mais de um século atrás, quando potências europeias disputavam com a Rússia espaços de influência e de penetração militar e rotas de comércio na Ásia central e do Sul, e depois com o Japão, em direção do Sudeste Asiático, do Pacífico oriental de maneira geral, e até do Índico?

Estes são fatos históricos que estão se desenvolvendo no contexto do mundo contemporâneo, desde pouco mais de cem anos – quando tanto o Império do Meio quanto o Império Otomano eram considerados os “homens doentes” da Ásia e da Europa, respectivamente – e até os nossos dias, quando voltam a se acirrar certas tensões, que os marxistas de antigamente chamavam de “contradições interimperialistas”. Pode-se desenvolver cenários futuros com base nessas previsões geopolíticas sobre o potencial de conflitividade real envolvido na atual confrontação dos Estados Unidos contra a China, mas isso seria, talvez, repetir cenários prospectivos dos generais do Pentágono, de burocratas da OTAN e de acadêmicos vocacionados para esse tipo de exercício. Seria preferível situar-se no plano da *Idealpolitik* para traçar o que poderia ser um cenário desejável, não apenas para os dois gigantes da geopolítica atual, mas para o resto do mundo, em especial para os países em desenvolvimento.

Cabe, nesse sentido, retomar o conceito de “Chimerica” como a proposta mais sedutora, a única desejável, e a mais indicada para o futuro da política mundial, não apenas do ponto de vista

das relações bilaterais China-EUA, mas igualmente no plano das relações internacionais de modo amplo, ou seja, podendo impactar o conjunto da agenda diplomática, geopolítica e econômica, abrindo um largo espaço de cooperação que, em última instância, beneficiará não apenas os diretamente implicados na relação, mas todos os demais parceiros regionais, assim como o resto do mundo, com destaque para os países em desenvolvimento. Por que isso? É de uma evidência cristalina que China e Estados Unidos continuarão a ser, pelo futuro previsível, as duas principais locomotivas da economia mundial, os centros dinâmicos da inovação tecnológica, os principais indutores dos mecanismos de paz e segurança internacionais, seja diretamente em seus esquemas militares próprios, seja no âmbito das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Constituindo, portanto, o núcleo nervoso dos equilíbrios políticos, econômicos e militares da comunidade internacional, parece evidente que qualquer processo de ampla cooperação entre os dois gigantes geopolíticos será extremamente benéfico para toda a humanidade, ao passo que a falta de entendimento e de cooperação entre eles, ou até qualquer postura confrontacionista se dará em detrimento de seus próprios interesses nacionais – motivando, presumivelmente, gastos extraordinários em ferramentas adicionais de dissuasão, equipamentos que provavelmente nunca serão usados em qualquer hipótese de conflito direto –, assim como em detrimento dos programas de desenvolvimento de aproximadamente dois terços da humanidade, que são os países em desenvolvimento, em especial os mais pobres. O fundamento conceitual desta posição encontra-se na distinção já formulada anteriormente entre os “promotores da cooperação internacional”, de um lado, e os “hegemonizadores”, de outro, e chamo a atenção para um simples exercício de observação sobre o campo no qual caberia inserir os Estados Unidos e a China.

Ambos os gigantes podem facilmente ser inseridos no campo dos promotores da cooperação internacional, os EUA mais do que quaisquer outros países, haja visto seu papel extremamente relevante na construção de um mundo de paz, desde a proposta da Liga das Nações, por Woodrow Wilson, ao final da Grande Guerra, passando pela coalizão das Nações Unidas durante a Segunda Guerra, para vencer as potências agressoras, por Bretton Woods e por todo o processo de criação do sistema multilateral do pós-guerra, a ONU e todas as suas agendas, ademais de todas as conferências diplomáticas que patrocinaram, assim como das missões de *peace keeping* ou de *peace making* de que participaram, sempre em prol da paz e da segurança internacionais.

Mas a China também já detém um número respeitável de envolvimento, apoio e participação direta em programas de cooperação internacional nos mais diversos campos de atuação da ONU e de suas agências especializadas, ou através de programas próprios de ajuda a países em desenvolvimento, em especial na África e na Ásia, assim como em missões de paz. Por outro lado, seu esforço na constituição de esquemas regionais de desenvolvimento, na criação de instituições de financiamento de projetos de infraestrutura, no combate a pandemias, participação em operações de combate a crimes específicos (piratas marítimos, por exemplo) ou em casos de catástrofes naturais também tem sido extraordinário.

Em todo caso, EUA e China se qualificam amplamente no plano da cooperação internacional, sem qualquer dúvida quanto a isso, inclusive no plano humanitário mais elementar. Consultando agora o plano da presença internacional de cada um deles nos quesitos bases militares, portos de apoio, plataformas de vigilância e monitoramento e extensão marítima, aérea e terrestre da projeção militar de cada um deles, em todos os continentes e mares do planeta, não seria difícil concluir que os EUA são, de longe, a

potência hegemônica por excelência, nos últimos 80 anos e no futuro previsível.

Tal postura de enorme projeção externa do grande poderio americano remete às frustrações com o envolvimento incompleto dos EUA nos grandes conflitos da primeira metade do século XX, quando forças americanas desembarcaram nos campos de batalha do norte da França, em 1917, mas depois abandonaram qualquer participação no esquema de segurança por eles mesmos criado, a Liga das Nações. O aprendizado das desgraças incorridas, involuntariamente, pelo isolacionismo americano nos anos 1920-1930, até já iniciada a Segunda Grande Guerra, postura rompida apenas em dezembro de 1941 pelo ataque japonês a Pearl Harbor, constituiu a rationale através da qual os estadistas americanos do pós-guerra decidiram deliberadamente assumir os custos de sua imensa presença internacional, após uma curta hesitação ao final da guerra.

Na verdade, foram os ingleses que precipitaram essa decisão, pois que a Grã-Bretanha estava virtualmente falida em 1945, e tiveram que apelar aos EUA para ajudar na repressão à guerrilha comunista na Grécia. Começa aí o excepcional esforço feito pelos homens do Pentágono, pelos diplomatas, pelos serviços de inteligência para conter o novo inimigo, o comunismo soviético, que tinha sido aliado na terrível luta contra as potências fascistas. Em 1947, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR, fornecerá o modelo ideal de esquema de segurança coletiva que será ampliado no Tratado de Washington, dois anos depois, criando a OTAN. O resto pode ser conferido nos melhores livros sobre a Guerra Fria, começando por Daniel Yergin, em *Shattered Peace*, justamente sobre o início da bipolaridade, passando pelos livros de George Kennan, até chegar na nova história da Guerra Fria por seu biógrafo, John Lewis Gaddis, *The Cold War: a new history* (2006). Todos os documentos do Conselho de Segurança Nacional

dos EUA, a partir de 1947, até a atualidade – a despeito, portanto, do final da Guerra Fria – confirmam a concepção “hegemônica” da superpotência americana, cuja preeminência tem necessariamente de ser estabelecida não apenas contra seus supostos adversários estratégicos, mas também em relação a todos os seus aliados mais chegados: tem de haver supremacia absoluta, em todos os terrenos da maquinaria militar e das ferramentas de inteligência.

Em alguns momentos da Guerra Fria – lançamento do Sputnik pelos soviéticos em 1957, crise dos mísseis soviéticos em Cuba em 1962, instalação de novos mísseis soviéticos na Europa nos anos 1980 e outros episódios menores –, os planejadores militares e civis americanos lançaram o complexo industrial-militar a todo o vapor, no desenvolvimento de novos instrumentos para continuar assegurando a supremacia estratégica que o agora grande império se sente na obrigação de garantir todo o tempo. É essa mentalidade supremacista, hegemônica, absolutamente arrogante, imperial e soberanista ao extremo, que está agora em jogo na presente fase de ascensão de um novo poder que se apresentou no horizonte: a China “comunista”. Eu digo que não precisaria ser assim, com base nas minhas aspirações de *Idealpolitik*, mas é assim.

Com isso, foi delimitado o quadro das especulações no plano da Política Mundial do futuro mais ou menos mediato, mas é mais difícil especular no campo do Direito Internacional. O que se pode dizer é que nenhuma grande potência aceitou assinar o Estatuto de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional – ou melhor, os EUA o haviam assinado, mas depois o “desassinaram” –, ou o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, assim como outras potências médias sequer aderiram ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (e aqui cabe lembrar que o Brasil demorou 30 anos para fazê-lo, por conhecidas razões de soberanismo explícito, mas que também tinham a ver, numa primeira fase, com considerações militares de capacitação nessa área). O Acordo de Paris de 1928,

ou Pacto Briand-Kellog, de renúncia à guerra, assinado por todas as grandes potências da época e por mais duas dúzias de países, foi formalmente integrado à Carta da ONU, mas ele, e ela, não impediu que essas mesmas potências recorressem à guerra quando lhes aprouvesse. A Rússia, aliás o fez frequentemente, e não apenas no período soviético contra rebeldes no Afeganistão, chechenos em seu próprio território, em antigas satrapias do finado império soviético na fase pós-socialista, ou ainda recentemente, na Ucrânia ou mais exemplarmente na anexação da Crimeia teoricamente ucraniana.

Os EUA também conduziram suas pequenas guerras “coloniais”, ou de retificação de regimes recalcitrantes, de caça a terroristas nos lugares mais inóspitos do planeta, em operações autorizadas ou não pelo Conselho de Segurança, o que é apenas um detalhe no caderno de tarefas do único grande poder imperial com capacidade de projeção simultânea em diversos teatros de operação em cantos recuados do globo. Não se imagina que a China tenha a mesma vontade de limpar o terreno para o triunfo da democracia ou para o estabelecimento do livre comércio e para abrir portas para seus investidores, como o fizeram os EUA durante todo o período subsequente a 1947, o início efetivo da antiga Guerra Fria geopolítica.

O que os EUA pretendiam fazer agora numa fase aparentemente de nova Guerra Fria, mas desta vez Econômica? Ao que parece continuam com a mesma atitude de cruzados em busca do Santo Graal, que seria a segurança absoluta, pela intimidação, mais do que pela cooperação ou pela conformação de entendimentos mínimos quanto às condições de paz e de segurança internacionais. Desse ponto de vista, que é o da hubris imperial, o campo do Direito Internacional se encontra extremamente reduzido, e só estão abertos os exercícios de cálculo estratégico na versão mais crua da *Realpolitik*. Os planejadores militares e diplomáticos americanos, seus homens de Estado e mesmo seus acadêmicos mais brilhantes não conseguem conceber um mundo em que os EUA não sejam mais um *primus*

inter pares, pois eles requerem um Hegemon absoluto. Eles até já foram buscar na guerra do Peloponeso a *rationale* para a paranoia insana da “armadilha de Tucídides”, pretendendo fazer do grande historiador da Antiguidade o conselheiro do que deve, e do que não deve ser feito, para não sofrer o destino de Atenas.

Pode-se concluir dizendo que, nessas condições, a China capitalista e inovadora já ganhou essa Guerra Fria Econômica e também a preeminência econômica e tecnológica, pois que ela tem a estratégia correta, aliás a mesma que foi seguida pela Grã-Bretanha no século XIX e pelos Estados Unidos no século XX para estabelecerem suas respectivas hegemonias: o livre comércio, portas abertas para os investimentos (nos dois sentidos), uma adesão irrestrita à globalização, à imigração, aos intercâmbios culturais, à importação não só de capitais, mas de cérebros, um trabalho ingente para criar e sustentar o “modo inventivo de produção” que esteve na base da supremacia britânica e depois americana. Mesmo que a China não quisesse competir com os EUA, ela desenvolve todo o poder e energia de sua imensa capacidade de trabalho e de inovação em favor do seu próprio povo. Ela busca, sim, adquirir independência tecnológica em relação aos EUA, mas não é para se impor estrategicamente à potência americana – que é uma espécie de benchmark para o seu próprio progresso material, ainda que não político ou cultural –, e sim para dar bem-estar ao seu povo, para trazer prosperidade em seu entorno, e para garantir que ela nunca mais será humilhada, como já foi, pelas grandes potências de um século atrás.

Os Estados Unidos, ao elegerem a China como adversária, já perderam esse “embate”, se o conceito se aplica (certamente não do ponto de vista da China), porque tanto o Congresso quanto o Executivo adotaram uma postura defensiva e restritiva em relação à China. Numa linguagem futebolística, os EUA estão jogando na retranca, o que nunca é uma boa tática para ganhar o jogo, e tampouco constitui uma estratégia de qualquer espécie.

Mesmo que os EUA empreendam, como estão começando a fazer agora, um gigantesco programa de soerguimento tecnológico e de infraestrutura, e também educacional e científico, eles estão motivados pelo seu programa defensivo de manutenção da supremacia, o que não deveria ser um objetivo em si, já que isso já representa um dirigismo inadequado do ponto de vista econômico e empresarial. A China, diga-se de passagem, também faz a mesma coisa, ou seja, planejamento estatal para o progresso tecnológico, mas a julgar pelo “pensamento” de Xi Jinping, se trata de assegurar ao seu povo um status mais elevado de bem-estar, uma vez que a China ainda é, de certa forma, um país “em desenvolvimento”.

Em resumo, o que move os EUA é, eminentemente, a política, e o que move a China é, essencialmente, a economia. A China, ainda que bem mais atrasada do que os EUA em diversos terrenos de capacitação tecnológica, está mais bem aparelhada do que o gigante americano para enfrentar certos desafios das novas fronteiras da revolução industrial e tecnológica.

O que tem a ver o Direito Internacional com tudo isso? Provavelmente pouco, muito pouco: ele é o terreno no qual precisam se resguardar países menos relevantes, como o Brasil, para defenderem com certa legitimidade seus direitos e interesses nacionais. O Direito vem depois das guerras e das conquistas econômicas e estratégicas, e deveria servir para consolidar um horizonte de paz e de cooperação entre todos os países da comunidade internacional. Deveria, mas talvez ainda seja cedo: não estamos tão distantes assim da guerra de Troia, ou das guerras do Peloponeso. Em todo caso, mesmo o universo mais duro da *Realpolitik* seria menos custoso pela cooperação do que pela confrontação. Mas esta é uma opinião de um sociólogo, não de um estrategista militar ou de um planejador político.

Paulo Roberto de Almeida

O pensamento econômico de Roberto Simonsen: uma breve resenha

Bernardo F. E. Lins*

Resumo

A produção intelectual de Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), engenheiro, empresário e professor de economia, representou uma forma de pensar o país que divergiu, nas décadas de 1930 em diante, do pensamento liberal das elites da República Velha. Foi a expressão acabada das convicções de uma geração de brasileiros empreendedores, nascidos na alvorada do regime republicano, entusiasmados com as possibilidades que o Brasil oferecia e engajados no confronto com os problemas que então limitavam nosso crescimento.

Palavras-chave: crescimento econômico, economia brasileira, industrialização, política econômica, Roberto Simonsen.

Abstract

The text examines the main ideas of Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), engineer, businessman, and professor of economics. They represent a way of thinking Brazilian economic policies that diverged, in the 1930s and beyond, from the liberal propositions of the elite of the Old Republic. His legacy portrays the ideals of a generation of Brazilian entrepreneurs, born in the dawn of the republican regime, that were enthusiastic about the possibilities offered by the country and engaged in solving the economic and social challenges that limited the Brazilian economic growth.

Keywords: Brazilian economy, economic growth, economic policy, industrialization, Roberto Simonsen. JEL classification: L52, N66.

* Engenheiro civil e doutor em economia. Consultor legislativo da Câmara dos Deputados.

Introdução

O surgimento da indústria no Brasil na década de 1880 e a sua evolução até a crise de 1929 ocorreram durante um apogeu do setor primário-exportador da economia que conduziu o País a uma situação de dependência em relação à exportação de bens de sobremesa, em especial o café. A indústria desenvolveu-se em virtude do desejo de diversificação dos investimentos dos comercializadores desses bens, como forma de reduzir os riscos decorrentes das variações do câmbio, impostas pela flutuação nos preços dos produtos primários (VERSIANI e SUZIGAN, 1990: 17).

Além do interesse dos intermediários do mercado de bens primários, contribuíram igualmente para viabilizar o nascimento da indústria brasileira a disponibilidade de recursos dos cafeicultores, oriundos das exportações, e a entrada de capital estrangeiro. Outro fator relevante foi a vinda de imigrantes com qualificação técnica e empresarial. O investimento em infraestrutura associado ao surto cafeeiro, com a expansão da rede ferroviária, e o crescimento da capacidade instalada de energia elétrica foram também motivadores do investimento em indústrias.

O crescimento da indústria no período guardou íntima relação com o comportamento das exportações, pois as receitas originadas por estas alavancavam a demanda interna e disponibilizavam recursos para a compra de bens de capital. A política fiscal do governo nesse período, que iria ditar a elevação de tarifas sobre importações, orientada mais à busca de receitas do que propriamente à proteção da indústria local, também contribuiu, ainda que involuntariamente, para o desenvolvimento desta (SIMONSEN, 1973: 11). A virtual inexistência de uma política industrial começou a ser superada durante a década de 1920, quando a formação de uma elite de empresários da indústria forçou o governo a reconhecer, pragmaticamente, as suas necessidades, ainda que

este continuasse atrelado a uma política econômica de cunho liberal.

Um certo número de indústrias fundadas nesse período manteve-se em atividade por longo tempo. No último ano da Monarquia (1889), havia no país registro de 636 estabelecimentos industriais com capital estimado em 400 mil contos de réis, 65.000 cavalos-vapor instalados e o emprego de 54.169 operários. O censo de 1920 identificou, ainda em operação, 150 indústrias fundadas entre 1880 e 1884, correspondendo a um capital total de cerca de 58.000 contos de réis, e 248 estabelecimentos fundados entre 1885 e 1889, correspondendo a um capital de 203.000 contos de réis (SIMONSEN, 1973: 16).

Na república, a indústria, de 1896 a 1903, sofreria uma estagnação, devido, principalmente, à queda de receita de exportações decorrente de superprodução do café, o que levou a uma diminuição da renda nacional, e à política contracionista do governo Campos Sales. Já entre 1904 e 1913, com a recuperação das exportações brasileiras de produtos primários, a indústria pode realizar investimentos e expandir a capacidade produtiva.

É nesse ambiente de industrialização ainda incipiente que nasce, cresce e desenvolve sua atuação empresarial e intelectual o engenheiro, empreendedor e professor universitário Roberto Cochrane Simonsen. Sua vida coincide com a expansão e consolidação da indústria nacional. Sua obra é a projeção mais reconhecida do ideário da classe empresarial que ajudou a alavancar essa expansão da indústria, transformando de modo incontornável a atividade econômica do Brasil, a organização institucional do país e a própria mentalidade e o modo de vida dos brasileiros.

A atuação profissional de Roberto Simonsen desdobrou-se em uma continuidade de projetos que refletiam não apenas seu ímpeto e sua capacidade de liderança, mas também o período repleto de oportunidades e desafios que então se vivia. Simonsen

foi um intelectual orgânico e um representante icônico de uma geração inteira de empresários e políticos que transformariam o país, levando-o de uma sociedade predominantemente rural e tradicionalista para uma efervescente amálgama de grupos de todos os matizes, atuando em uma economia dinâmica e em um ambiente predominantemente urbano, no espaço de uma geração.

Esses brasileiros que nasceram no alvorecer da república viram o mundo se transformar pela sucessão de inovações técnicas, pela incorporação dos métodos de organização industrial, pelas migrações em massa de pessoas vindas da Europa e do Oriente em busca de oportunidades na América, pela transformação de valores sociais após o ciclo vitoriano, pelos conflitos armados que assolaram a Europa em 1914-1918 e em 1939-1945, pela ascensão dos EUA como maior potência econômica e industrial do planeta. Mais que isso, essa geração foi portadora e promotora dessas transformações no Brasil, movida, em igual medida, pela ambição de poder e riqueza, pelo entusiasmo intelectual e pelo desejo de fazer o país avançar.

O retrato de Roberto Simonsen é, portanto, o retrato do Brasil de seu tempo. É o retrato da sua geração. É o retrato do ambiente de efervescência política e econômica que mudou as feições do nosso país. Pelo envolvimento direto nas grandes questões nacionais que testemunhou, Simonsen merece ser revisitado como alguém que, com suas qualidades e defeitos, é um guia ímpar desse Brasil e da forma de ver o mundo desses brasileiros. E alguém que, apesar das enormes transformações que ocorreram nas décadas posteriores à sua morte, ainda tem muito a nos dizer.

Os anos 20: formação e primeiros passos como empresário

Simonsen nasceu em 18 de fevereiro de 1889, meses antes da Proclamação da República, no Rio de Janeiro. Seu pai, Sidney

Martin Simonsen (1850-1930), era britânico, e sua mãe, Robertina Cochrane Simonsen, nascida Velasco da Gama Cochrane (1862-1942), neta de escocês. Ele, engenheiro. Ela, educadora, compôs a primeira diretoria da Associação Feminina Santista, entidade mantenedora do Liceu Feminino Santista. A família de Simonsen pertencia à alta sociedade santista e vários de seus parentes estavam vinculados à produção, comércio e corretagem de café (SANTANA, 1956: 135-136; CAMPOS, 2018: 33).

Nascido no Rio de Janeiro, ainda criança acompanhou os pais a Santos, cidade em que fazia o curso primário. Completou o liceu em São Paulo e ingressou na Escola Politécnica com menos de 15 anos, obtendo o diploma de engenheiro civil na turma de 1909. Iniciou-se na profissão trabalhando na empresa ferroviária Southern Railway, concessionária da linha que ligava o porto de Santos a Juquiá, localidade do norte do Vale do Ribeira, passando por São Vicente, Itanhaém e Peruíbe². Posteriormente, trabalhou na prefeitura de Santos em 1911 e 1912, como engenheiro da Comissão de Melhoramento do Município de Santos (MAZA, 2002: 92-93).

Em 1912, fundaria junto com alguns colegas sua primeira empresa, a Companhia Construtora de Santos, destinada a realizar estudos urbanísticos, que perduraria até 1940. Criaria pouco depois a Companhia Santista de Habitações Econômicas, destinada à construção de habitações populares (CARONE, 1971: 23; MAZA, 2002: 94; SESI, 2012: 67-68). Tais empreendimentos refletiam um movimento modernizador calcado na urbanização que seria um projeto político relevante para a elite brasileira do início do século XX. A combinação de uma mudança institucional que dava maior autonomia a estados e municípios e de acesso a recursos para promover obras públicas, graças à expansão cafeeira, assegurou o

2 A empresa, Southern San Paulo Railway Co. (SSPR), construiu a linha entre 1913 e 1915, operando regularmente a partir de então. Em 1926, a empresa foi adquirida pelo governo estadual e a linha incorporada à rede da Estrada de Ferro Sorocabana.

ambiente para a condução generalizada de projetos de reformas urbanas e de melhorias nos serviços públicos. A eletrificação da iluminação pública e dos transportes públicos, o saneamento de áreas de palude e o calçamento das vias foram algumas das iniciativas que se reproduziram nas cidades brasileiras de maior porte (CURI e SAEZ, 2014: 318-319; LEÃO et al, 2015: 182-183).

Data desse período a primeira participação de Roberto Simonsen na criação de uma entidade associativa, o Centro de Construtores Industriais de Santos, entidade que cadastrava empregados da construção civil para prover serviços sociais e assistenciais e manter uma escola técnica.

Entre 1922 e 1923, Simonsen obteve contratos para a construção de cerca de cem quartéis para o exército, destinados ao serviço militar obrigatório, em nove estados. Estenderia essa atuação até 1925.

Também desenvolveu, no período, uma variedade de atividades relacionadas à indústria. Em 1924, passa a dirigir a Cerâmica São Caetano. Envolveu-se no comércio do café, atividade em que vários membros da família atuavam, tornando-se sócio da Casa Comissária Murray Simonsen, que representava os interesses ingleses nesse mercado. Carone aponta, nesse sentido, o alcance de suas iniciativas:

Também as atividades industriais o preocupam: em 1912 já fundara a Companhia Frigorífica de Santos (que dura até 1919) e, logo depois torna-se presidente da Companhia Frigorífica e Pastoral de Barretos (1919-24). É eleito diretor da Companhia Nacional de Artefatos de Cobre (1926-28), presidente da Companhia Nacional de Borracha (1926-27) e presidente do Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos (1923-28).

(CARONE, 1971: 23-24)

Revela-se, em suma, nesse período, seu perfil de executivo agressivo e de sucesso, com crescente patrimônio e projeção social.

Simonsen, embora seguisse uma trajetória predominantemente empresarial, era conhecedor e apreciador da boa técnica de engenharia da época. Implantaria em seus empreendimentos uma organização taylorista do trabalho, sendo talvez o primeiro empresário a instituir no Brasil uma construção civil em bases industriais. Em seus memoriais, relatórios e recursos, utilizava argumentos técnicos, resultados de ensaios laboratoriais e recomendações de normas técnicas, inclusive para fundamentar suas reivindicações na participação em concorrências. A esse respeito, merece ser destacado o comentário de Fábio Maza:

Em vários textos, Simonsen demonstra ser um admirador da pesquisa tecnológica. E não poderia ser de outra maneira. Portador de uma cultura técnica que tinha a ciência e a tecnologia em grande apreço, nada mais justo do que considerar a pesquisa tecnológica como um dos fatores básicos de sustentação desta cultura. Deste modo, Simonsen não se cansa de citar os exemplos de laboratório públicos ou das empresas americanas. A engenharia norte-americana também é alvo de seus elogios.

(MAZA, 2002: 95)

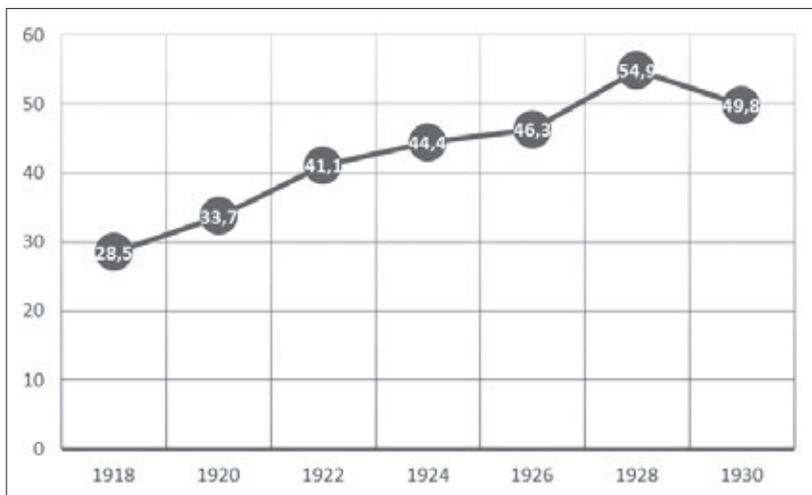
Maza ressalta, entre os exemplos em que essas menções são evidenciadas, os vários relatórios no período de atuação na prefeitura de Santos e um memorial redigido em colaboração com o vereador Luiz Augusto de Pereira Queiroz, em 1923, questionando o diretor de obras da prefeitura de São Paulo a respeito de contratos para asfaltamento em que competia, junto com outros empreiteiros menores, com a empresa Monteiro Aranha. No texto, além de questionar o asfalto utilizado nas obras de calçamento, defende a aceitação de testes de laboratório para os materiais utilizados e a adaptação de normas norte-americanas às condições climáticas e de uso locais (MAZA, 2002: 96).

Simonsen seria, portanto, um dos precursores de uma transição que a engenharia brasileira iria enfrentar nos anos trinta, da aplicação de uma técnica a partir da experiência episódica de profissionais, para uma técnica baseada em experimentação e confirmação de dados em laboratório, que então começava a se impor em nosso país. Embora, por exemplo, Paula Souza³ tivesse criado um gabinete de resistência de materiais em 1899, em um anexo da Escola Politécnica, somente em 1928 teríamos no Brasil os primeiros laboratórios de ensaios voltados ao mercado, entre os quais o Laboratório de Ensaios de Materiais – LEM, embrião do atual Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo – IPT.

No período compreendido entre o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918 e a crise mundial de 1929, a indústria brasileira passou por um processo de modernização e diversificação de seu parque, associado a um moderado crescimento da produção. Contribuíram para essa modernização e diversificação a profissionalização de atividades iniciadas durante o período da guerra, tal como a transformação de oficinas de reparos em indústrias e a entrada de capital estrangeiro, em especial na produção de cimento e na montagem de bens de consumo duráveis. O período foi caracterizado por elevados níveis de importação de bens de capital, que teriam incluído, também, a compra de partes e peças para manutenção e atualização de maquinário. O setor têxtil, por exemplo, realizou significativos investimentos, com o objetivo de atualizar-se em termos de tecnologia e reduzir os custos operacionais para concorrer com os produtos importados, ainda que a sua produção se mantivesse em nível uniforme durante a década de 1920 (BAER, 1996: 48).

3 Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917) foi engenheiro e político paulista, descendente da elite cafeeira do estado, tendo-se dedicado profissionalmente à construção de ramais ferroviários. Foi um dos fundadores da Escola Politécnica, tendo sido seu diretor por duas décadas.

Figura 1 – Índice de produção industrial (1918-1930)



Fonte: IBGE, 1987: 343-344.

Quanto ao comportamento da produção industrial no agregado, esta apresentou, no período, uma taxa média de crescimento próxima da taxa média de crescimento do produto real total da economia. Note-se que o índice para o período de 1922 a 1926 retrata uma desaceleração do crescimento da indústria, conforme pode ser observado na figura 1. O setor têxtil, em especial, sofreu forte concorrência do produto importado, tendo diminuído a sua participação relativa, no quadro da produção industrial brasileira.

Por outro lado, novos setores surgiram. O setor moveleiro e a siderurgia⁴ começam a se expandir a partir de 1921, a

⁴ Por exemplo, na década de 1920 a indústria brasileira, que produzia ferro gusa atendendo a cerca de 5% do mercado interno, com apenas uma empresa de porte, a Usina Esperança, inicia a produção de aço e de laminados leves. Entre 1917 e 1930 são criadas 14 novas empresas no setor, entre as quais as mais importantes seriam a Cia. Belgo Mineira, de capital luxemburguês e de investidores brasileiros, entre os quais os Guinle, a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia e a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, vinculada à família Elkin (BARROS, 2015: 163).

produção de cimento⁵ inicia-se em 1926, a fabricação de pneus em 1930.

Simonsen não era um caso isolado, mas uma liderança em um meio empresarial que se transformava rapidamente. A relevância da indústria no espaço econômico brasileiro crescia e, em 1928, os empresários do setor tomavam a iniciativa de criar uma representação institucional própria, o Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP, afastando-se da tutela do Clube Comercial do estado. O CIESP tinha o objetivo de consolidar e disseminar uma mentalidade cientificista de gestão e influir na formação da opinião pública acerca da importância da indústria para o desenvolvimento do país. Simonsen assumiria a vice-presidência da entidade na sua primeira diretoria (SESI, 2012: 69).

Seu discurso de posse na diretoria do CIESP explicita aqueles que seriam os grandes temas do seu credo político nos anos seguintes. O papel da indústria na promoção do crescimento econômico. A importância do letramento do operariado e sua integração à atividade econômica. A adoção de medidas protecionistas para viabilizar o desenvolvimento das empresas industriais. Eram, à época, posições controvertidas, nascidas das suas leituras e da vivência empresarial, que costumavam gerar reações e protestos. Simonsen havia-se transformado. De engenheiro e empreendedor mercantil, preocupado com a eficiência fabril e com a adoção de uma abordagem científica do trabalho, já transitava para se tornar um formulador do pensamento industrialista.

5 A Cia. Brasileira de Cimento Portland, em Perus – SP, que começou a operar em 1926, era controlada pela Light e manteve-se como a principal produtora brasileira até a década de 1960.

Os anos 30: engajamento político e interesse pela economia

Em 1930, o Brasil enfrentaria uma ruptura política que iria modificar as relações de influência dos diversos grupos da elite brasileira com o governo central. A Revolução de 30, que impediria a posse do presidente eleito, o paulista Júlio Prestes, e levaria Getúlio Vargas ao poder, foi precipitada pela crise mundial de 1929, mas teve suas raízes em dissidências entre as oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais e as dos demais estados, no descontentamento do empresariado urbano e da classe média com a força dos ruralistas junto à República Velha e no crescente envolvimento dos militares de baixa patente com a política, o tenentismo. Tal conflito de poder já se expressara, anteriormente, pela Revolta Paulista de 1924 e pelo episódio da Coluna Prestes. Com o fim da República Velha e o início do período getulista, as elites urbanas, associadas à indústria, passariam a gradualmente influenciar as decisões do governo⁶.

Getúlio Vargas chegou ao poder apoiado por uma aliança das oligarquias dissidentes, das quais era membro e representante, com grupos reformistas associados aos movimentos revolucionários da década de 1920 e ao tenentismo. Os conflitos de interesses entre essas bases de apoio conduziram a inúmeras atribuições políticas que marcariam o período Vargas. De 1930 a 1934, Getúlio Vargas conduziu um governo provisório, marcado pela Revolução

6 A insatisfação com a política de defesa do café foi central na quebra da coalizão entre São Paulo e Minas Gerais, que sustentara a República Velha. Em 1928, os mineiros fundariam o Instituto Mineiro do Café, em uma demonstração da cisão da política café-com-leite. O interesse em desenvolver a mineração do ferro, que confrontara Minas a trustes estrangeiros, sem apoio paulista, foi outro fator de desagregação. O Rio Grande do Sul, por sua vez, com uma economia baseada na pecuária e em propriedades de menor porte, também não encontrava suporte no governo federal. No ambiente urbano, as intensas mobilizações e greves de trabalhadores e desempregados no período de 1917-1920 haviam sido reprimidas com dureza e as condições de moradia e subsistência eram precárias, devido à dispensa de trabalhadores com a crise do setor cafeeiro. (LIMA, 1970: 349-350).

Constitucionalista de 1932; em 1934, uma Assembleia Constituinte promulgaria uma nova Carta e Getúlio Vargas seria eleito pelo voto indireto para um mandato até 1938; em 1935 o Brasil assistiria ao episódio da intentona comunista e a um atentado a Getúlio pelos integralistas; em 1937, enfim, Getúlio Vargas daria um golpe e outorgaria uma nova Constituição, criando o Estado Novo, que se estenderia até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

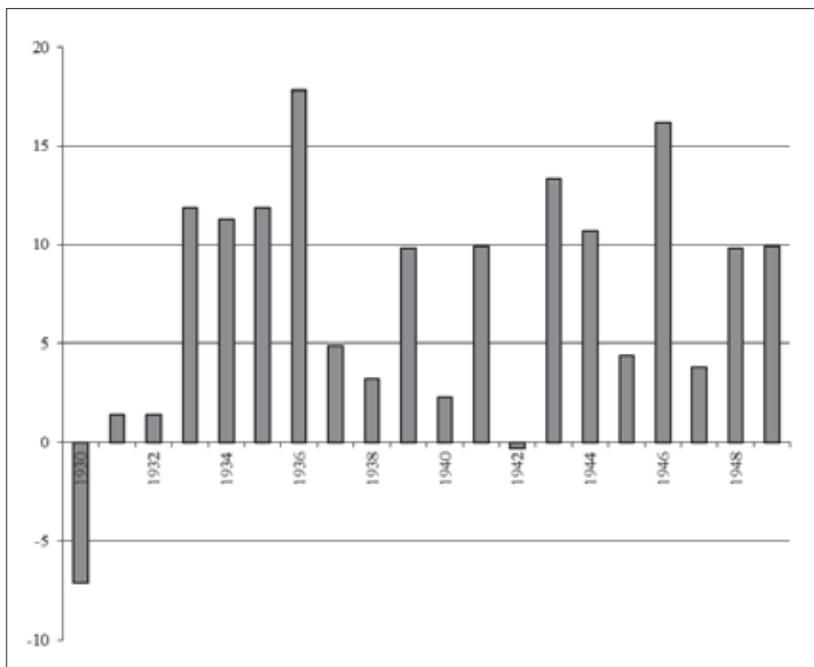
Uma das iniciativas que se consolidaria ao longo do governo de Getúlio Vargas foi a instituição de um modelo de relações trabalhistas coordenadas por sindicatos patronais e de empregados, com supervisão governamental, como mecanismo para apropriar ganhos políticos junto ao operariado e manter sob controle as mobilizações populares. Nesse contexto, em 1931, o CIESP torna-se a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, entidade que congregaria a partir de então os sindicatos das categorias patronais do estado. O CIESP seria recriado como entidade autônoma em 1939 para constituir um centro de estudos e de levantamento de indicadores econômicos, mantendo a FIESP seu caráter de entidade de mobilização industrial.

No período de 1930 a 1932 a indústria sofreu o impacto da Grande Depressão. As taxas de crescimento, conforme mostra a figura 2, foram negativas ou próximas de zero. Tal comportamento decorreu de uma combinação de fatores: a crise política interna, a redução de receitas de exportações, em virtude da crise mundial, o preço deprimido do café, principal produtos de exportação, devido às seguidas supersafras, e a política ortodoxa implantada nesse breve período.

O governo provisório, nesses primeiros dois anos, conduziu uma política conservadora, combatendo o déficit público e buscando controlar a expansão do meio circulante. “A política de contenção só não foi bem-sucedida em virtude da redução na arrecadação governamental e da interveniência de fatores excepcionais, como a

Revolução Constitucionalista de 1932 e secas no nordeste, tornando necessário promover aumentos não previstos nos gastos do governo e no meio circulante” (MUELLER,1995: 101).

Figura 2 – Taxas de crescimento industrial no Brasil (1929-1949)



Fonte: IBGE, 1987: 343-344.

A Revolução Constitucionalista de 1932 teve início com um levante armado em 9 de julho daquele ano, em São Paulo, motivado pelas reações à morte de quatro jovens (um quinto, ferido, viria a falecer meses depois), em confronto com a guarda getulista, em protesto ocorrido em 23 de maio. O ressentimento contra Vargas era alimentado pela forma discricionária com que era conduzido o governo provisório, que impusera interventores nos estados, tomava decisões por decretos e mantinha suspensos os legislativos estaduais

e federal. A insatisfação decorria, também, das perdas pecuniárias dos cafeicultores paulistas e seus efeitos na economia do estado. Os paulistas tiveram a adesão de Mato Grosso e o apoio de tropas do Rio Grande do Sul. No entanto, devido ao despreparo militar dos revoltosos, que precisaram improvisar uma defesa contra as tropas federais, a revolução foi sufocada em pouco mais de três meses, após intensos combates. As baixas totalizaram cerca de mil mortos entre as forças do governo e dois mil e quinhentos entre as forças insurgentes. O número de civis paulistas falecidos foi mais elevado, mas ficou indeterminado.

Roberto Simonsen posicionou-se contra a eleição de Vargas e alinhou-se àqueles que defendiam o mandato de Júlio Prestes. Atuou, também, ativamente na Revolução de 1932, presidindo a Comissão de Cadastro e Mobilização Industrial e integrando o Conselho Consultivo Econômico do estado, o Departamento Central de Munições e o Conselho de Assistência Civil (CURI, 2014: 34-35).

Encerrada a participação revolucionária, Simonsen exila-se em Buenos Aires por um período relativamente curto. Na volta, participa da consolidação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, que fora criado em 1931. A iniciativa contava com o apoio de diversas figuras de destaque no ambiente empresarial de então, como Roberto Mange⁷, Lourenço Filho⁸, Fernando de

7 Roberto Mange (1885-1955), suíço, era engenheiro e veio para o Brasil em 1913 a convite de Antônio de Paula Souza para ser professor de engenharia mecânica na Escola Politécnica. Foi, posteriormente, diretor do Senai após sua fundação.

8 Lourenço Filho (1897-1970) foi professor e pedagogo. Lecionou pedagogia e psicologia na Escola Normal de São Paulo a partir de 1924. Foi, em 1932, com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Cecília Meirelles, entre outros, signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propunha um modelo de ensino público, laico e gratuito e a adoção de métodos de ensino que valorizassem a participação discente, a chamada Escola Nova.

Azevedo⁹ e Anísio Teixeira¹⁰, e propunha-se a estabelecer um centro de estudos sobre métodos de produção, adestramento profissional e higiene no ambiente fabril. A entidade priorizava a consolidação de um ensino primário e profissional voltado à qualificação do operariado, dentro dos preceitos da administração científica proposta por Frederick Winston Taylor (1856-1915)¹¹. Também mantinha atividades de divulgação de oportunidades profissionais de nível técnico nas escolas primárias do estado e de orientação vocacional, colaborando com a estruturação de cursos de educação profissional (BATISTA, 2015: 42).

Roberto Mange também participaria, em 1934, da criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – CFESP, com orientação semelhante. Essas experiências seriam determinantes para a criação e organização, em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, iniciativa liderada por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi¹².

9 Fernando de Azevedo (1894-1974) foi professor e sociólogo, catedrático e professor emérito da USP. Ocupou cargos de diretor de instrução pública do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, do estado e do município de São Paulo. Foi um dos fundadores da Companhia Editora Nacional, que dirigiu por quinze anos.

10 Anísio Teixeira (1900-1971), jurista e educador, foi inspetor-geral de ensino na Bahia, diretor de instrução pública do Distrito Federal, sucedendo a Fernando de Azevedo, sendo um dos criadores da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, em 1937. Foi, também, um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB) e seu reitor em 1963-64.

11 Taylor dedicou-se, nas duas últimas décadas do século XIX, a estudar a organização das tarefas e os tempos e movimentos gastos por um operário em sua execução, desenvolvendo procedimentos para sua racionalização e supervisão. Fazem parte das práticas por ele defendidas a remuneração por produtividade, a organização racional do ambiente fabril e o adestramento do operário. Na sua obra *Princípios da Administração Científica*, de 1911, propunha a supervisão funcional, a padronização de procedimentos, ferramentas e instrumentos, a especialização profissional e a administração pela exceção (LINS, 2001: 56-57).

12 Euvaldo Lodi (1896-1956) foi engenheiro de minas e empresário do setor siderúrgico. Elegeu-se deputado classista em 1934. Foi o primeiro presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, deputado federal em 1947 e presidiu a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL.

A consolidação de uma nova elite industrial era, também, uma preocupação do grupo de empresários e intelectuais de que Simonsen fazia parte. Uma das iniciativas mais relevantes, nesse sentido, foi a criação, em 1933, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP, centro de estudos que ainda existe, na forma de fundação autônoma, e que esteve integrado à USP entre as décadas de 1950 e 1980. O projeto, apoiado em sua fundação por uma centena de figuras de destaque da sociedade paulista, contou com uma intensa participação de Simonsen, que se tornaria professor de história econômica do Brasil nos seus cursos.

Os projetos pedagógicos da elite industrial brasileira dos anos 30, portanto, refletiam ainda a continuidade de uma dualidade socioeducativa construída desde o Império. Por um lado, o ensino básico e técnico oferecido à população de menor renda. Se, anteriormente, tratava-se de formar artífices, agora o objetivo seria o de formar uma força de trabalho qualificada para o ambiente industrial e capaz de compreender a disciplina e a padronização de procedimentos do processo fabril. Por outro lado, a oferta de cursos de ensino superior em faculdades isoladas, voltados à elite. Se, antes, prestigiava-se a formação bacharelesca, tratava-se agora de preparar uma massa crítica de supervisores, dirigentes e executivos, tanto para atividades empresariais quanto para a administração pública.

Gradualmente, no entanto, impôs-se a percepção de que construir um corpo de intelectuais que pudesse refletir os interesses do empresariado e conformar um conjunto de políticas públicas adequado aos seus objetivos impunha a criação de universidades. A fundação das primeiras universidades, a partir da década de 1930, é um reflexo dessa preocupação, que reconhecia a necessidade de um ambiente de formação que pudesse, nas palavras de Fernando de Azevedo, ultrapassar a formação profissional especializada e cultivar um saber livre, capaz de contribuir para a nacionalidade em formação e de pensar a educação (DE PAULA, 2009: 74).

Simonsen tendia a professar uma visão mecanicista e evolucionista da sociedade, aplicando por similaridade leis newtonianas e darwinianas aos fatos sociais. Vários de seus textos da década de 1930 refletem essa visão da organização social assemelhada à natureza e explicada por leis físicas. Também tendia a justificar a hierarquia na sociedade como decorrente dessa visão mecanicista, com instâncias de elite voltadas a comandar e resolver as questões econômicas e os demais destinados a ser dirigidos. A fundação da ELSP é comemorada por Simonsen, em seu discurso, precisamente como formadora dessas instâncias, uma nova elite que iria se contrapor ao bacharelismo das décadas precedentes.

O resultado das aulas de história econômica dadas por Roberto Simonsen na ELSP foi consolidado em sua magna obra, o livro *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1937. O texto manteve-se por décadas como uma contribuição relevante para o estudo da formação econômica de nosso país e reflete não apenas uma pesquisa histórica disciplinada, mas também uma agenda política bem definida, como explica Simonsen na introdução:

Procuramos ser objetivistas, realistas, examinando os fatos econômicos, tais como se apresentaram na formação do Brasil, comentando-os ou os comparando com os que se processaram concomitantemente em outros povos, esforçando-nos, à luz das realidades econômicas, saber dos “porquês” dos acontecimentos verificados.

Ninguém, mais do que nós, reconhece a insuficiência do que conseguimos fazer. Mas as contribuições que hão de vir, de outros e muitos, mais doutos que nós, permitirão, com o tempo, que se estratifique um conceito mais exato de nossa evolução, da nossa ecologia, verificada através da história, e então surgirá uma sociogenia brasileira.

Esta facilitará aos nossos elementos de direção impregnar a grande massa da “consciência nacional” – que daí diffluirá, e de que tanto carecemos, para que possamos ser realmente ativos – na elaboração de nosso progresso, tirando todo o partido de nosso “possibilismo”, ao invés de nos subordinarmos, em grande parte, aos determinismos do meio.

(SIMONSEN, 2005: 35)

Um aspecto da visão de Simonsen ressaltada em sua *História Econômica* é a relação do homem com a natureza como ambiente hostil, a ser desvendado e domado para que se estabeleça um aproveitamento de seus recursos. Contrariamente à América do Norte, cujo clima temperado seria amigável ao europeu, o Brasil ofereceria um clima pouco atraente e uma população autóctone primitiva e adversa ao europeu, dificultando a tarefa de transferir uma civilização para cá. (SIMONSEN, 2005: 49).

Nesse contexto, Simonsen reafirma a importância de se adotar cultura e técnica apropriadas à adequação ao meio físico. Em sua argumentação, a política colonial teria sido fixada em bases científicas disponíveis à época, para adaptar-se às condições locais.

Trata-se de um aspecto central à ideologia industrialista que buscava construir nos anos trinta. A indústria seria a atividade produtiva que, em um sentido, fazia uso de avanços científicos e da sua adequação como tecnologia em uso. As invenções, dizia, são o princípio vital das grandes indústrias. Em sentido inverso, seria a atividade produtiva que, por sua racionalidade e pela demanda por educação de seu operariado e seus supervisores, produziria uma irradiação de inteligência e progresso. A escala de produção levaria ao alcance dos bolsos mais modestos mercadorias e utilidades que antes eram privilégio de uns poucos. A competição entre empresas estimularia novas pesquisas e descobertas. A máquina afastaria o homem de atividades manuais, trazendo oportunidades de instrução.

Destaca em várias ocasiões, também, o papel da produção industrial em grande escala sobre a criação de infraestrutura para sua distribuição no mercado interno. Desse modo, Simonsen busca estabelecer um discurso que retrata a indústria como uma atividade do interesse do país, ajudando na expansão do mercado de trabalho, na integração entre as várias regiões, na melhoria dos termos de troca no comércio exterior.

Os anos que se seguiram à Revolução Constitucionalista, entre 1932 a 1937, foram um período de liberalismo político e econômico. O governo constitucional de Getúlio Vargas impôs limitações às importações e conduziu uma política de defesa do café, com o objetivo de equilibrar o setor externo da economia. A continuação do combate à queda do valor das exportações, praticado na República Velha, com a política de defesa do café, consistia na intervenção no mercado, com a aquisição, armazenamento e queima do produto. Paralelamente, a redução das importações foi viabilizada por meio de um controle cambial.

A indústria nacional passou, a partir de então, a dispor de um mecanismo de proteção claro, ainda que provavelmente colateral. O controle cambial resultava em uma proteção de mercado que viabilizava o crescimento da produção industrial e a acumulação de reservas assegurava a importação de equipamentos e a realização de investimentos no aumento da capacidade produtiva. Paradoxalmente, o próprio Getúlio Vargas, comungando com a postura das oligarquias rurais dissidentes, não era nacionalista e tinha uma visão crítica da indústria doméstica. O enfoque nacionalista seria adotado por Vargas a partir do golpe de 1937, em parte por conveniência política.

Essa política cambial acabou, portanto, por estimular um forte surto de industrialização. O crescimento do produto real da indústria foi especialmente elevado entre 1933 e 1936, atingindo a taxa média anual de 12,2%. No entanto, deve-se apontar que

essas taxas expressivas refletem, em parte, o excesso de capacidade industrial acumulado na década de 20 (MUELLER, 1995: 126).

A industrialização acelerada da década de 1930 daria origem a novos problemas sociais, tais como a concentração de trabalhadores de baixa renda nas capitais, especialmente em São Paulo. A agitação de grupos comunistas, anarquistas e integralistas marcou a política no período.

Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte foi composta de representantes eleitos pelo voto direto e de representantes classistas, eleitos pelos sindicatos. Simonsen tornou-se deputado para representar a indústria. O setor, e o próprio Simonsen, manifestava-se contrário a essa modalidade de representação parlamentar, mas não deixou de formar uma bancada para defender seus interesses.

Como deputado, Simonsen engajou-se ativamente na defesa de uma proteção para a indústria, reclamando-a para criar aparelhamentos econômicos que a protegessem e garantissem que sobrevivesse à concorrência internacional. Apontava, no livre comércio, o predomínio dos mais fortes, sendo necessário que o Brasil criasse situações em que pudesse aproveitar em seu favor os princípios econômicos, consolidando uma economia diversificada¹³.

Simonsen não se opõe às atividades do setor primário. Ao contrário, reconhece a necessidade de políticas anticíclicas, inclusive a proteção ao café. Por um lado, essa posição é pragmaticamente determinada por sua própria atuação no comércio e na intermediação do produto. Por outro lado, resulta da observação de que uma indústria brasileira voltar-se-ia ao atendimento do mercado

13 Veja-se, portanto, que Simonsen possui uma visão de engenharia econômica: compreender os princípios da economia é o passo para conceber políticas que permitam operar sobre o mercado e intervir na realidade, resultando no crescimento econômico dirigido. Nesse sentido, embora antecipe a visão de nacionalismo e de política de substituição de importações da década de cinquenta, não comunga com a visão cepalina de teoria da dependência, usando o argumento da deterioração dos meios de troca de forma esparsa e eventual.

interno. O setor primário-exportador seria, portanto, o gerador da riqueza disponível ao consumo de bens industriais. Desse modo, a proteção do mercado era a resposta para que essa riqueza se voltasse ao consumo e ao investimento domésticos e alavancasse o crescimento dos demais setores. Simonsen aponta a inevitabilidade desse processo, que pode ser administrado e racionalizado com uma política clara, como ilustra este pronunciamento parlamentar de 1935, reproduzido por Igor Leão e outros (LEÃO et al, 2015: 183-184):

E a conclusão que se me depara é a de que, racionalizada a nossa produção agrícola, devemos seguir, no que concerne às indústrias, uma política abertamente protecionista. Temos que fomentar a criação de indústrias basilares à nossa economia e segurança. Na entrosagem das relações econômicas do exterior, não há dúvida de que não podemos, com nossos produtos tropicais, garantir, de modo permanente, uma importação cujo consumo cresce em proporção geométrica com a civilização do povo, que demanda urgentemente uma elevação em seu padrão de vida. [...] Se nos ativermos a uma política econômica dúbia, mesmo assim o nosso parque industrial crescerá, irregularmente, é verdade, à sombra da desvalorização de nossa moeda. Esta se desvaloriza forçosamente, pelo desequilíbrio do balanço das contas, porque um povo civilizado não pode viver sem determinados produtos e não temos a possibilidade de importar mercadorias suficientes em artigos industriais.

Em 1937, as dificuldades econômicas decorrentes da falência do modelo liberal exportador que vinha sendo praticado e as movimentações políticas extremistas abrem espaço para que Getúlio Vargas dê um golpe e implante no Brasil a ditadura do Estado Novo. A partir de então, uma política de maior intervenção na atividade econômica é desenvolvida.

O golpe de 1937 dissolveria a Câmara dos Deputados e Simonsen perderia o mandato. No ano seguinte, seria eleito para a presidência da FIESP, em um episódio controvertido, que levaria a uma cisão na entidade e que comentaremos na próxima seção.

Internacionalmente, o período que coincide com a implantação do Estado Novo em nosso país foi caracterizado por uma intensa crise mundial, que desaguaria na Segunda Guerra Mundial. O Brasil enfrentava naquele momento dificuldades no setor externo, com um saldo devedor acumulado de cerca de 250 milhões de libras. A partir de 1937, com o Estado Novo, o pagamento da dívida externa perde prioridade e é declarada uma moratória. O saldo da balança fica próximo de zero e o governo assume uma política nacionalista de estímulo à produção local. A política de restrição às importações se consolida com o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil e a definição de uma escala de prioridades na destinação das divisas. Em primeiro lugar, o pagamento das dívidas, a seguir as importações essenciais (certas matérias-primas, combustíveis, equipamentos), finalmente as demais operações cambiais.

O período de 1930 a 1939 caracteriza-se, portanto, como uma fase de transição em termos de políticas públicas, em que a política econômica evoluiu de um modelo liberal exportador para um modelo que se aproximava do desenvolvimento pela substituição de importações. Inicialmente, essa proteção foi involuntária, decorrendo da política de reequilíbrio do setor externo da economia. Posteriormente, tornou-se intencional. Nesse período, a indústria, aproveitando-se da disponibilidade de capacidade ociosa, passa a produzir os bens cuja importação está limitada.

A demanda interna estimulou uma produção industrial doméstica que compensava as restrições de importados. O excesso de capacidade no setor industrial e a existência de uma pequena indústria de bens de capital asseguraram os elementos para um ciclo

de expansão industrial que, por sua vez, também contribuiu para manter e, depois, aumentar a renda interna (BAER, 1996: 53).

Na dimensão da construção de um ideário político, a crise de 1929 marcou o fim de uma época em que a indústria brasileira vicejou à sombra do setor primário-exportador da economia. Os anos trinta encontrariam a elite empresarial já institucionalmente aparelhada para demandar um maior compromisso do governo com uma política industrial. A indústria começará, então, a se tornar o setor dinâmico da economia brasileira, posição que sustentaria até o início do século XXI.

Os anos de guerra: Simonsen professor, intelectual e líder classista

A eleição de Roberto Simonsen para a presidência da FIESP em 1938 merece um registro a parte, tanto por se tratar do fato inaugural de uma nova etapa da sua vida quanto pelas manobras controversas de que fez uso para impor-se.

Contrariando os interesses de uma parte expressiva dos associados, Roberto Simonsen negociou a montagem de uma chapa única que, no dia da votação, foi eleita por unanimidade com 190 votos. No entanto, apontava reportagem do Diário Popular, de 13/1/1938, haveria mais de 800 associados na FIESP e a maioria se absteria de votar.

Declarada vitoriosa a chapa, 51 associados requereram desligamento. Nos dias que sucederam à eleição, outras 102 empresas pediram cancelamento do quadro social da federação¹⁴. No total, a FIESP perderia, no episódio, 248 associados. Quatro membros da diretoria eleita pediram imediatamente renúncia aos

14 "FIESP: a eleição do Dr. Roberto Simonsen para presidente". Matéria paga veiculada em O Globo, 19/1/1938, p. 7.

seus cargos. Simonsen minimizou o episódio, declarando que “está comigo a grande maioria dos industriais paulistas” e lamentando que algumas firmas não se conformassem com a chapa organizada pelas grandes forças eleitorais da federação. Eventualmente, a crise foi contornada e Simonsen consolidou sua posição.

Na presidência da FIESP, Simonsen conduziu medidas administrativas e negociações políticas em defesa da indústria de São Paulo. Enfrentou, também, os desafios impostos pelo início da Segunda Guerra Mundial em 1939 e pela entrada do Brasil no cenário do confronto junto aos Aliados, a partir de 1942.

Simonsen concentrou-se em administrar problemas como o racionamento do álcool para a indústria e a redução do consumo de combustíveis no período da guerra. Defendeu, também, a expansão da infraestrutura de eletricidade. Em entrevista concedida em 1939 a O Globo, assim resume o repórter essas preocupações¹⁵:

A deficiência de capitais, a ausência de indústrias básicas e a falta de combustíveis têm embaraçado sobremaneira nossa evolução industrial. Mas o uso da eletricidade veio facilitar a nossa evolução manufatureira. Cita a propósito, o trabalho gigantesco realizado pela Light and Power na serra do Cubatão. Em seu entender, o que se levou a efeito, próximo à capital bandeirante, é um fenômeno excepcional. Criou para esse estado brasileiro uma situação semelhante à existente, no século passado, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, no entorno de suas grandes hulheiras.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, foi nomeado para o conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica, que cuidava da economia de guerra do país. Tornou-se membro, também, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

15 “História do esplendor do Brasil”. O Globo, 4/8/1939, p. 5.

– CNPIC, um dos conselhos que Vargas criaria para centralizar as decisões de política econômica¹⁶, como parte de um aparato consultivo destinado a justificar iniciativas de intervenção estatal e coordenar atividades privadas relacionadas com o esforço de guerra. Ao final do conflito, Vargas buscava, também, fazer uso dessas instâncias para negociar garantias com os vários setores empresariais e assegurar a sobrevivência do regime do Estado Novo.

O período da Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, foi caracterizado pelas enormes dificuldades de importar produtos europeus e norte-americanos, em decorrência dos riscos do transporte marítimo, agravados pelo uso intensivo de submarinos pelos países do Eixo. Tal situação propiciou uma efetiva proteção à indústria nacional e viabilizou a exportação de manufaturados para países periféricos, em especial da América Latina. A produção industrial cresceu, durante a Guerra, a uma taxa média anual de 5,4%. Baer (1996: 54) enumera, dentre os setores mais beneficiados, as taxas médias de crescimento anual de produtos de metal (9,1%), têxteis (6,2%), calçados (7,8%), bebidas e fumo (7,6%).

Tal situação restringiu, por outro lado, a importação de insumos e de bens de capital, prejudicando determinados setores, como é o caso da indústria de equipamentos de transportes, que enfrentou no período uma queda de 11% ao ano. Levou, também, a uma rápida obsolescência do parque industrial brasileiro. Dessa maneira, no final da guerra, uma grande parte da capacidade industrial do País se encontrava em estado de deterioração e obsolescência (BAER, 1996: 55).

Simonsen percebe com clareza esse processo e o explicita em seus artigos elaborados durante a guerra, como esclarece Edgard Carone:

16 Outros seriam, por exemplo, o Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE, a Coordenação de Mobilização Econômica – CME e a Comissão de Planejamento Econômico – CPE.

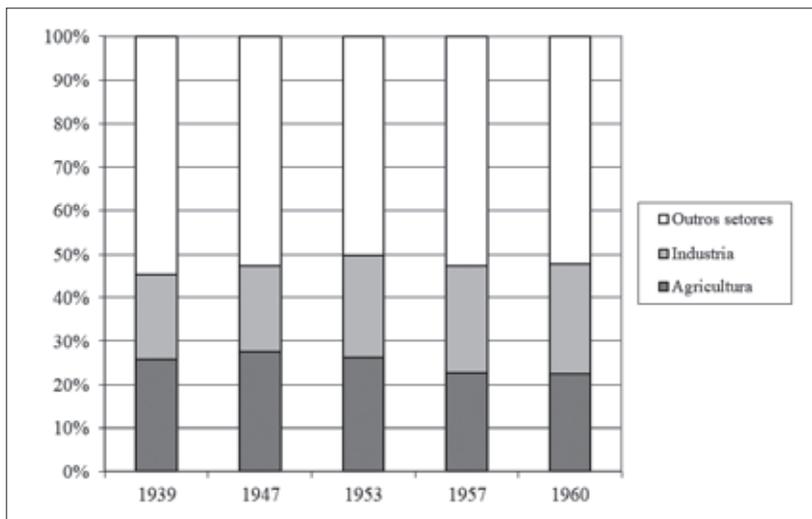
É nos textos escritos durante a 2ª Guerra Mundial, momento crucial de um impasse econômico, que encontramos melhor desenvolvido o seu pensamento. Simonsen, em 1943, mostra que o ritmo do progresso brasileiro, num aparente momento de prosperidade, é ilusório, pois não dispomos de “combustíveis, de indústrias básicas, de máquinas, capitais e técnicos em número suficiente para levarmos a mobilização industrial a um nível capaz de assegurar um volume de produção, na mesma escala da inglesa ou norte-americana”.

Por sua vez, afirma lucidamente que o “saldo de dívidas estrangeiras de que dispomos representa a diferença dos valores exportados, em relação ao que podemos importar, o que, aliás, não correspondeu às nossas necessidades efetivas. No terreno da relatividade nos empobrecemos, de fato, comparativamente com os índices de enriquecimento das potências democráticas”.

(CARONE, 1971: 26)

Durante a guerra, o câmbio permanece fixo e a elevação dos preços internos provoca uma aceleração inflacionária. A política cambial, por pressão dos Estados Unidos, voltara a uma linha liberal. “Parte das divisas das exportações ainda tinha que ser vendida ao Banco do Brasil para garantir recursos às amortizações da dívida externa, mas uma grande parcela passou a ser negociada no mercado livre. Esse regime cambial permaneceu em vigor até o fim do período, tendo sido modificado apenas em 1946” (MUELLER, 1995: 23).

Figura 3 – Participação relativa da indústria (1939-1960)



Fonte: Baer (1997: 80)

O estímulo à indústria não se limitou, porém, à proteção cambial. No início dos anos quarenta, o governo realiza também investimentos estatais em diversos setores, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda – CSN (1941), da Cia. Vale do Rio Doce – CVRD (1942), da Fábrica Nacional de Motores – FNM (1942) e da Cia. Nacional de Álcalis (1943). Inicia os investimentos também na geração de energia, com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF (1945). No entanto, como aponta a figura 3, o período de guerra resultou em aumento relativo do setor primário na economia e uma manutenção da participação da indústria, tendência que mudaria a partir dos anos 50.

Ao final da Segunda Guerra, desenvolveu-se um dos debates mais relevantes para a compreensão dos pontos de vista de Simonsen, conhecido como “controvérsia do planejamento na economia brasileira”, que o confrontou a Eugênio Gudín¹⁷.

17 Eugênio Gudín (1886-1986) era engenheiro civil, empresário e professor de economia monetária. Foi ministro da Fazenda (1954-55), diretor do Banco Mundial e do FMI.

O contexto desse debate inicia-se com a constituição da Missão Cooke, em 1942, para oferecer um diagnóstico da situação econômica brasileira e propor oportunidades de colaboração caso os EUA contassem com o apoio do Brasil na guerra. Rosa Chieza e Danielle Gasparly comentam, a tal respeito:

A Missão, composta por técnicos norte-americanos (e brasileiros) apontou a necessidade de investimentos em infraestrutura na indústria de base em geral, e a favor da industrialização do Brasil. Conclusões que atendiam aos interesses de Vargas na construção da “ossatura” do Estado brasileiro.

Foi neste contexto político e econômico, que se iniciou o debate sobre Planejamento no Brasil no âmbito do CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, do qual Simonsen era membro. E, na sequência, o debate continuou na CPE – Comissão de Planejamento Econômico, da qual Gudin era integrante.

Em 1944, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ao qual o CNPIC era subordinado, solicitou um estudo sobre as bases da política comercial e industrial do Brasil. Coube a Roberto Simonsen, apresentar estudos e propostas para o fortalecimento da economia brasileira através do documento Planificação da Economia Brasileira (agosto de 1944). Na sequência, como relator da CPE e a pedido do presidente da referida Comissão, Eugênio Gudin emite Rumos de Política Econômica (março de 1945) analisando o parecer do referido membro da CNPIC. Em junho de 1945, Roberto Simonsen apresenta réplica a Gudin, através do documento intitulado: O Planejamento da Economia Brasileira. Por fim, a quarta publicação, de Eugênio Gudin, intitulada Carta à Comissão de Planejamento, (agosto de 1945) encerra a sequência de publicações sobre planejamento que deu origem ao que se convencionou na História do Pensamento Econômico Brasileiro de “A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin”.

(CHIEZA e GASPARY, 2014: 22)

O CNPIC, instalado em 1944, agia sob o controle de Simonsen e representava os interesses da FIESP junto ao governo. Em certa medida, a criação da CPE teria sido uma manobra de Getúlio Vargas para criar um contraponto ao CNPIC.

Gudin era um pensador de formação e convicções diametralmente opostas às de Simonsen. Embora autodidata, tinha uma educação teórica sólida em teoria econômica, em contraposição à abordagem historicista de Simonsen. Gudín era um liberal em sentido estrito, advogando a defesa da eficiência econômica e da livre iniciativa como objetivo de política, a mínima intervenção do Estado na economia, a busca persistente de equilíbrio monetário e fiscal pelo governo, o reconhecimento da vocação primário-exportadora do Brasil. Era, portanto, um ferrenho opositor de quaisquer medidas de suporte ao projeto de industrialização vislumbrado por Simonsen. Desse modo, Gudín emergia como um representante da oligarquia agrária.

Inicialmente, Simonsen assina um parecer intitulado *A Planificação da Economia Brasileira*¹⁸, em agosto de 1944, em que defende quatro pontos de vista. Em primeiro lugar, destaca as vantagens econômicas da industrialização, que resulta em rendimentos do trabalho mais elevados. Aponta inclusive que a renda nacional brasileira era reduzida e seria preciso aumentá-la, até para conter intranquilidades sociais¹⁹. Defende a planificação, nos moldes do *New Deal*, como uma forma de selecionar as indústrias prioritárias, apontando, entre estas, aquelas ligadas ao beneficiamento mineral e agropecuário.

Em segundo lugar, alerta quanto à precariedade da acumulação de reservas durante a guerra, decorrentes dos saldos favoráveis de balanço de pagamentos, na medida em que estes decorrem tanto de altas de preços circunstanciais das exportações quanto da redução do

18 Os textos de Gudín e Simonsen relativos à controvérsia encontram-se em IPEA (2010).

19 Nesse sentido, curiosamente, levanta a hipótese de aplicar novos métodos, uma “mobilização nacional”, para combater o pauperismo e elevar a renda da população. Possivelmente se referisse a alguma forma de “big push”.

consumo interno. Com o fim da guerra, essa situação se realinharia e os termos de troca rapidamente se reajustariam, corroendo esses recursos. Desse modo, um planejamento seria necessário, pelo menos para assegurar uma aplicação no reequipamento do capital fixo e da infraestrutura do país.

Um terceiro ponto de vista é o de que seria necessário criar um banco que propiciasse linhas de financiamento para investimento na indústria, seja em novos empreendimentos, seja na expansão da capacidade produtiva.

Finalmente, defende a capacitação da mão de obra, sugerindo na oportunidade a criação do SENAI.

Em termos do financiamento dessas iniciativas de investimento, previstas em um planejamento quinquenal, Simonsen faz uma proposta algo ingênua de combinar parte das reservas internacionais acumuladas com transferências na forma de empréstimos oriundos dos EUA, substituindo o pagamento do serviço da dívida por participações nos saldos comerciais das exportações²⁰.

Ao final do trabalho, Simonsen defende a realização de um planejamento econômico centralizado, com a participação das classes produtoras, propondo a transição para uma nova estrutura econômica²¹.

20 Essa mesma visão o levaria, anos depois, a lamentar que os EUA não oferecessem ao Brasil e a outros aliados de regiões menos desenvolvidas, uma ajuda nos moldes do Plano Marshall preparado para os países europeus.

21 As assertivas de Simonsen, simpáticas ao planejamento centralizado soviético, podem parecer absurdas aos ouvidos atuais, em vista da visão conservadora do empresário. É preciso lembrar que o planejamento vinha sendo tentado na URSS de modo racionalizado a partir do final dos anos 20, com os estudos de Grigory Feldman (1884-1958). A Índia tentaria uma administração planificada nos anos 50, sob a gestão de Prasanta Chandra Mahalanobis (1892-1972). Jan Tinbergen prêmio Nobel de economia de 1969, foi um formulador de modelos de planejamento nos anos 50. Wassily Leontief, prêmio Nobel de economia de 1973, formulou os modelos de matrizes insumo-produto em 1949 que serviriam de referência a processos de planejamento e gestão setorial dos EUA. Tratava-se, então de um debate que permeava o ambiente acadêmico *mainstream*.

Gudin, em sua réplica, de março de 1945, em parecer intitulado *Rumos da Política Econômica*, reconhece que o diagnóstico de Simonsen apontava “considerações irrefutáveis” a respeito da fragilidade da economia brasileira e do pauperismo da população. Gudin, porém, critica enfaticamente os números utilizados por Simonsen para determinar a renda nacional e estimar o esforço de intervenção na economia.

Gudin discorda da relação entre industrialização e níveis salariais apontada por Simonsen, sugerindo que a real correlação dá-se entre taxa de salários e produtividade. Aumentos da produtividade no setor agrário resultariam em melhores salários, sem a necessidade de uma industrialização. Indústrias protegidas, se ineficientes, remunerariam com baixos salários sua força de trabalho.

Mais importante, porém, é a crítica de Gudin à proposta de planejamento econômico. Afirma que a situação brasileira não resultou da aplicação de políticas liberais, mas da sucessão de episódios políticos no século XX, como a Guerra de 1914, a crise mundial de 1929, o ocaso do sistema financeiro britânico e a transição da supervisão internacional para os EUA. Condena, principalmente, a sugestão de se realizar planos quinquenais, que levariam a um grau de intervencionismo coletivista incompatível com a livre concorrência.

Aponta, ainda, que o Brasil já sofria de elevada intervenção do setor público e que a participação estatal nas empresas iria resultar em seu uso político e em ineficiência administrativa. Aponta com palavras duras episódios de colusão entre governo e empresas, inclusive contra a FIESP. Finalmente, faz uma crítica contundente à proposta de financiamento de Simonsen, explicando que o modelo sugerido iria criar incentivos à fuga de investimento privado. Aponta, enfim, que em uma situação de pleno emprego (que Gudin sempre presumia existir no Brasil), esse tipo de planificação

resultaria em pressão inflacionária, pois não haveria como expandir a produção apesar da maior liquidez.

A sugestão final de Gudin é precisamente a oposta: reduzir investimentos ao limite dos fatores de produção e transporte disponíveis, atendendo à demanda interna, e controlar a expansão monetária, para combater surtos de inflação. Quanto à proteção aduaneira, sugere que seja limitada tanto nas alíquotas quanto no tempo de aplicação.

Simonsen responderia a Gudin em junho de 1945, em novo e extenso relatório, *O Planejamento da Economia Brasileira*, em que amplia sua análise, apontando as baixas taxas de crescimento do comércio exterior do Brasil em comparação aos países que se haviam industrializado. Lembra que o esforço de guerra levou os países envolvidos a adotar um planejamento extensivo, que teria de ser substituído por outro quando se voltasse aos tempos de paz.

Em relação à intervenção estatal no Brasil, observa que esta é mais observada no comércio dos artigos de natureza “colonial”, para financiá-los, assegurar preços mínimos e regularizar sua produção. Essas intervenções são iniciadas a pedido e com o aplauso dos produtores rurais. Ressalta que câmbio, crédito e moeda estão sob controle do Estado por uma situação de fato. E que essa intervenção seria mais eficaz se fosse planejada e alcançasse os “interesses em jogo”.

“O Estado liberal vem planejando, de há muito e progressivamente”, afirma. O planejamento tornou-se visível porque as economias tornaram-se complexas e sua técnica se aperfeiçoou. É uma técnica, não uma forma de governo. Não exclui o setor privado. Antes, cria a segurança para melhor aproveitamento da iniciativa privada, afirma. Simonsen iria, no relatório, apresentar um vasto rol de exemplos de planejamento adotados pelos EUA. E pontua:

É possível que, num planejamento total, sofra restrições, sob certos aspectos, a liberdade individual. Mas no Estado moderno, mesmo sem esse sistema, existem numerosas restrições à liberdade. Nunca porém, dentro desse planejamento nos regimes democráticos, poder-se-á admitir o cerceamento das liberdades essenciais. A experiência vem demonstrando que os direitos políticos de um cidadão livre não são usufruídos em sua plenitude se ele não puder ter uma relativa segurança de ordem econômica. E todo o planejamento econômico, em ambiente democrático, deve ser orientado no sentido de ser alcançado um máximo de segurança econômica para o indivíduo, em consonância com o máximo de respeito às liberdades essenciais.

Simonsen aproveita para encerrar o relatório com uma longa crítica aos termos usados por Gudin contra autoridades e contra a indústria, apontando-lhe sua adesão à agricultura, “mostrando não compreender, no seu alto, verdadeiro sentido, o crucial entrosamento das duas atividades – rural e industrial”. Defende, enfim, os números e cálculos apresentados.

Gudin rebate as posições de Simonsen em um último texto, de agosto de 1945, uma *Carta à Comissão de Planejamento*. Questiona mais uma vez os cálculos e a réplica de Simonsen. Curiosamente, não se insurge contra qualquer planejamento em princípio, mas o limita às fronteiras operacionais das atividades de governo:

É, a meu ver, função privativa do Estado planejar: a saúde e a educação; a moeda, o crédito, as finanças públicas, o regime tributário; as obras públicas; os serviços de utilidade pública, com execução por concessão ou delegação, especialmente os de transportes, comunicações e energia hidroelétrica; a política de fomento à produção industrial, agrícola e mineira; a defesa e segurança nacionais; a organização do serviço público civil; a imigração, a legislação e o seguro sociais; as medidas de proteção

ao solo, de fiscalização de gêneros alimentícios, de combate aos abusos do capitalismo etc., etc. Tudo, em suma, que é necessário fazer e que não cabe à iniciativa privada.

Os elementos da luta política e das convicções econômicas de Roberto Simonsen estão consolidados nesse confronto. A busca incessante de oportunidades para a indústria. A pressão sobre o governo para obtenção de garantias e proteção. A preocupação em melhorar os fatores de produção. O alerta a respeito dos conflitos sociais em potencial e a busca de soluções para contorná-los. A valorização do planejamento econômico como instrumento de gestão. A desconfiança em relação aos reais interesses por trás da doutrina liberal.

O pós-guerra: Simonsen senador e acadêmico

Nova fase na vida de Simonsen inicia-se em 1945, com a projeção social e intelectual da maturidade. Em 9 de agosto de 1945 é eleito para ocupar a cadeira nº 3 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é Artur de Oliveira (1851-1882), poeta parnasiano e professor carioca. Era membro, também, da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico de Santos e do Clube de Engenharia.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, torna-se inevitável a redemocratização no Brasil. Em outubro de 1945 um golpe militar depõe Getúlio Vargas e determina a realização de eleições diretas, ficando Vargas impedido de candidatar-se à presidência. Elegeu-se deputado federal e se exilou em São Borja.

O general Eurico Dutra, ministro da guerra de Getúlio, é eleito Presidente da República e adota, inicialmente, uma política liberal para o comércio exterior. O câmbio é mantido fixo e

supervalorizado à taxa vigente desde 1939, de 18,60 Cr\$/US\$. As reservas de ouro e de moeda estrangeira aumentaram de US\$ 67 milhões em 1939 para US\$ 760 milhões em 1946. Assim, havia espaço para a condução de uma política de liberalização do consumo, gastando-se reservas acumuladas durante a guerra para atender à demanda reprimida por produtos importados. Outros motivos eram o controle da inflação, uma constante preocupação que justificava o incentivo às importações, e o estímulo à entrada de capital estrangeiro (HUDDLE, 1977:358).

A gestão deficiente dessa supervalorização do câmbio, porém, levou as reservas em moedas conversíveis a se esgotarem rapidamente, gerando uma escassez de divisas e uma deterioração no saldo do balanço de pagamentos.

Este desequilíbrio, entretanto, foi útil à indústria no tocante ao investimento em bens de capital, em especial equipamentos para que esta se recuperasse do desgaste e da obsolescência sofridos durante a guerra. As críticas a essa política cambial, entretanto, dizem respeito ao fato que parte expressiva das importações se constituía predominantemente de bens de consumo. Cálculos efetuados pelo Banco do Brasil indicam que pelo menos 16% de todas as importações de 1947 era de produtos não essenciais (HUDDLE, 1997: 362). Algumas iniciativas de política pública, como a aquisição de empresas ferroviárias inglesas com infraestrutura muito desgastada, resultaram também em um surto de remessa de divisas (TEIXEIRA, 1995: 66).

A perda de mercado doméstico, em virtude da maior liberdade para importar, e a perda de mercados no exterior, que retornaram a seus fornecedores tradicionais após a guerra, refletiram-se em menor crescimento da indústria em 1947. Nos anos seguintes, com o restabelecimento do controle cambial e a implantação de critérios seletivos de importação, o setor industrial seria duplamente favorecido. Por um lado, a concorrência externa se reduzia ao

mínimo através do controle das importações. Por outro lado, a importação de matérias primas e de bens de capital entrava nas quotas de câmbio favorecido.

A partir de 1948, com essas regras cambiais, ocorre um ciclo de reequipamento da indústria nacional e de expansão da sua oferta. A taxa de crescimento do PIB que, durante a guerra, entre 40 e 45, fora de 4,75%, sobre nos cinco anos seguintes para 7,35% e o crescimento médio anual do produto industrial cresce nesse mesmo período, de 6,2% para 8,9%. (TEIXEIRA, 1994: 67).

Em 1945, com a reforma partidária, Roberto Simonsen filiou-se ao Partido Social Democrático – PSD. Após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, passou a integrar a executiva nacional do partido. Iria eleger-se senador da República por São Paulo em 1946.

Como senador, sua atuação política volta-se, naquele momento, à promoção de uma planificação da economia e ao combate ao pensamento liberal, defendendo uma iniciativa que conduzisse a uma mobilização coordenada das forças vivas do país. Nessa visão, os conflitos sociais têm um caráter desagregador e são prejudiciais à democracia (MAZA, 2002: 19).

Na fundação do Serviço Social da Indústria – SESI, em 1946, essa visão é claramente explicitada. Em sua defesa do atendimento ao trabalhador da indústria e da rede de proteção social, envolvendo alimentação, treinamento e saúde, Simonsen pretendia encontrar um modo de resolver conflitos sociais oferecendo uma instituição formal para encaminhá-los. Tentava oferecer, assim, um caminho alternativo à mobilização sindical e ao discurso comunista, cuja ação mistificadora e estranha à formação histórica brasileira, em sua avaliação, subvertia os fundamentos da ordem pública e política. Iniciativas como o SESI e o SENAI, então, a par de explicitar uma visão de formação profissional seletiva e baseada na meritocracia, em oposição a uma formação escolar universal que soava extravagante, tinham o condão de atender à demanda da

indústria por um ambiente de paz coletiva, necessário à sua operação eficaz e lucrativa.

Em seus pronunciamentos, externa por mais de uma vez suas convicções a serviço da classe industrial brasileira e de uma visão organicista e integradora da sociedade. A política tem a função de orientar os fatores de produção e os grupos de interesse no sentido de somarem suas componentes, resultando em um alinhamento de esforços em um mesmo sentido. Forças despendidas em sentidos opostos irão se anular reciprocamente, em manifestações estéreis. Desse modo, trata-se de uma visão de solução do contraditório e de desqualificação da oposição.

Em 25 de maio de 1948, Simonsen morre ao sofrer uma síncope²² enquanto discursava na Academia Brasileira de Letras, em recepção oferecida ao senador belga Paul van Zeeland, que viera em visita ao Brasil (MAZA, 2002: 1; SESI, 2012: 89-90). A circunstância simbólica do homem que cai discursando, rodeado por seus pares, coberto pelo manto do prestígio, levado de súbito, não deixou de ser explorada pela imprensa e pelos amigos. “Tombou para sempre, como o roble ferido pelo raio no seio da floresta”, noticiaria no dia seguinte o *Correio Paulistano*²³.

Considerações finais

Roberto Simonsen deixou uma produção de obras publicadas relativamente extensa, com cerca de trinta livros, ensaios e

22 Infelizmente, não houve uma identificação clara da natureza do ataque sofrido, que ficou registrado como colapso cardíaco. Provavelmente, pelos sintomas relatados pelos presentes, pode ter sido um AVC isquêmico ou um rompimento de aneurisma. Os registros foram de que Simonsen sofreu desorientação e incapacidade de ler corretamente o discurso, para em seguida perder a consciência e tombar sobre o púlpito, sendo amparado e retirado da sala. Daria o último suspiro poucos minutos depois.

23 “Faleceu ontem no Rio, subitamente, o senador Roberto Simonsen”. *Correio Paulistano*, 26/5/1948,

estudos. Muitas de suas ideias foram desenvolvidas também em pronunciamentos públicos, discursos em solenidades e comentários que permanecem registrados em coletâneas. Trata-se de produção característica do intelectual que, extrapolando o espaço analítico e a produção discursiva, engaja-se na ação, no embate das ideias, na vida prática do trabalho, dos negócios e da política.

Desse conjunto de obras, há quatro textos que representam contribuições significativas para a literatura econômica e expressam as ideias de desenvolvimento do empresário: *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1937 e reeditado por diversas vezes, *A Planificação da Economia Brasileira*, de 1944, *Direito Internacional Social*, de 1948, e a coletânea *A Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*, de 1973.

Alexandre Teixeira e Denise Lobato reconhecem na análise econômica de Roberto Simonsen três argumentos predominantes. O primeiro é o de que a industrialização é o processo pelo qual o país poderia desenvolver-se e superar a pobreza. O segundo, de que esse projeto de industrialização teria que ser integrado e alcançar as indústrias de base, na linha da teoria do “big push” que entraria em voga nos anos 50²⁴. O terceiro, de que a participação do Estado seria indispensável a esse processo por alguns motivos: proteger a indústria nascente para garantir um mercado interno para sua produção, coordenar o crescimento dos vários setores e, finalmente, investir em atividades de infraestrutura e deter a propriedade de empresas naturalmente monopolistas, evitando-se um controle privado sobre atividades essenciais. (TEIXEIRA e GENTIL, 2010: 14-15).

24 “Big push” é uma hipótese de política de desenvolvimento de países não industrializados, proposta originalmente por Paul Rosenstein-Rodan, que advoga um investimento exógeno de grande porte para que se possa prover um impulso ordenado de industrialização, para que o país possa vencer as barreiras de atraso e ingressar em um ciclo de crescimento autônomo.

A planificação como instrumento de política econômica é um quarto tema recorrente nos anos finais de sua vida, sendo amplamente discutida em relatórios e discursos.

Embora Simonsen tenha antecipado a visão keynesiana que iria predominar na política econômica da maior parte dos países ocidentais nos anos 50, inclusive na participação do governo na economia, na criação de empresas públicas de infraestrutura e na proteção à indústria local, sua avaliação ficou aquém das mudanças que se dariam na dimensão social. Simonsen foi vítima, nesse aspecto, do seu próprio conservadorismo e da doutrina professada pelos industrialistas brasileiros da sua geração.

Em particular, sua visão tradicionalista de dirigismo de uma elite minoritária e de atendimento às expectativas do operariado por instituições patronais, que escamoteavam os conflitos no ambiente de trabalho e sufocavam suas reivindicações, não logrou antecipar os avanços do sindicalismo e da construção de sistemas de bem-estar social promovidos, principalmente, na Europa ocidental e copiados nos países latino-americanos após a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, o ideário protecionista defendido por Simonsen avançou na política econômica. A partir de meados da década de 50, as regras do câmbio seriam periodicamente revistas, mas este não era mais um mecanismo para simplesmente lidar com dificuldades no balanço de pagamentos, mas sim um instrumento consciente de promoção da industrialização, passando a conviver com sistemas racionalizados de sobretaxas alfandegárias²⁵. Tais medidas passaram

25 A Lei Tarifária, Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, estabeleceu imposto de importação sobre mercadoria estrangeira que entrasse em território nacional. As alíquotas mínimas e máximas passaram a ser estabelecidas por classe de mercadoria e o câmbio preferencial seria oferecido para importações de papel de imprensa, trigo, petróleo e derivados, e bens de capital, partes e peças sem similar nacional, destinados à extração de petróleo e à indústria gráfica.

também a ser combinadas com regras de estímulo à entrada de capital estrangeiro²⁶.

A partir da década de 50, em suma, a política cambial deixa de ser o principal instrumento de estímulo à industrialização. Com a criação do BNDE o Brasil passa a dispor de um banco de investimentos e com a Lei Tarifária, passa a exercer uma proteção tarifária efetivamente voltada à proteção de setores específicos. Em 1950, com o SALTE, inaugura-se no País a preocupação com o planejamento dos gastos públicos, que amadurecerá, até que Juscelino Kubitschek, em 1956, viesse a determinar a preparação de um plano de metas propriamente dito. Mas será apenas nos anos 60, durante a ditadura militar, que o Brasil passará a dispor de instituições compatíveis com o porte e a complexidade de sua economia e com uma política explícita de proteção de mercado.

O sonho de Roberto Simonsen tornar-se-ia realidade, portanto, mais de uma década após a sua morte.

Simonsen foi um ideólogo do industrialismo, pela defesa enfática dos interesses dos empresários do setor, seja em seus pronunciamentos e escritos, seja em sua vivência como representante classista e liderança política. Em vários momentos, a afirmação de seus princípios funde-se aos interesses privados de empresário. Na análise da sua obra e da forma como evolui dos estudos técnicos e operacionais de engenheiro e de pensar a modernização urbana, nos anos 20, para a construção de um ambiente favorável aos negócios como empresário e industrialista, nos anos 30, e, enfim, para a formulação de um ideário coletivo de formação do país, nos anos

26 Um exemplo foi a entrada direta de bens de capital para incorporação ao patrimônio da empresa, sem sobretaxas, livrando o investidor estrangeiro da perda decorrente da diferença entre o câmbio de venda, utilizado para internar o valor a investir e transformá-lo em cruzeiros, e o de compra, usado na compra do equipamento em dólares, adquiridos com os cruzeiros internalizados, constante da Instrução 113 da SUMOC, de 1955, editada durante a gestão de Eugênio Gudín na pasta da Fazenda.

40, há o retrato do amadurecimento de uma visão nacionalista, conservadora e comprometida com o Brasil.

Simonsen, em suma, representa o paradigma de empreendedor tão caro a Joseph Schumpeter, um agente movido pelo desejo hedonista de “construir seu próprio domínio”, de “provar sua superioridade” e de exercitar o “prazer de criar, de fazer, ou simplesmente de exercitar sua energia e engenhosidade” (SCHUMPETER, 1934: 73-74, 82, 92-93).

Ironicamente, a família Simonsen perdeu espaço na elite industrial de São Paulo, sendo hoje formada predominantemente por profissionais liberais de classe média alta. Merece ser apontado que esse afastamento do protagonismo empresarial foi provocado, em grande medida, por uma perseguição implacável da ditadura militar. Em 1964, Mário Wallace Simonsen, sobrinho de Roberto Simonsen, era talvez o homem mais rico do Brasil. Em seu império empresarial brilhavam a Panair, maior empresa aérea do país, a TV Excelsior, emissora de notáveis resultados para a época, e a Comal, maior exportadora de café. Havia montado a primeira rede de supermercados do país e instalado o primeiro link de micro-ondas entre Rio e São Paulo. Em oito meses de uma investigação difamatória conduzida na Câmara dos Deputados, ele foi extirpado das concessões que detinha e seus negócios foram abocanhados por empresários amigos do regime. Foi assim que os “brigadeiros variguistas” da época promoveram a Varig a empresa de bandeira brasileira, que a TV Globo iniciou sua ascensão irresistível a principal emissora do país e que os distribuidores norte-americanos de café passaram a controlar a corretagem do produto. Mário Wallace morreu no exterior, um ano após o seu expurgo²⁷.

27 Ver, por exemplo, “Um empresário que ninguém quer lembrar”, IstoÉ/Dinheiro, 14/4/2004; “Seis clãs perderam a fortuna”, Exame, 18/2/2011.

É interessante examinar, enfim, o legado de Roberto Simonsen para a geração atual. Vivemos hoje um momento muito diferente daquele em que Simonsen elaborou suas reflexões e empreendeu suas atividades. O Brasil de hoje, apesar das facetas de atraso, de violência social e de precariedade do seu mercado interno, é um país muito diferente do Brasil de cem anos atrás. Nosso desenvolvimento foi, em todos os sentidos, impressionante. Nosso território foi amplamente ocupado e explorado, fomos capazes de desenvolver soluções de ponta para inúmeros problemas, desde técnicas de cálculo estrutural até o plantio no cerrado, de procedimentos de cirurgia plástica à fabricação de foguetes lançadores, de métodos de educação fundamental à produção de softwares para otimização industrial, de cabos de fibra ótica a aviões cargueiros a jato. Em comparação com as duas ou três universidades então nascentes, temos um vasto sistema de milhares de instituições de ensino superior públicas, privadas e confessionais.

Experimentamos, no entanto, nos últimos anos, crises comportamentais que merecem ser cotejadas à postura e às convicções de Roberto Simonsen. Uma destas é a crise que vive hoje a engenharia brasileira. A engenharia que Roberto Simonsen vislumbrou e ajudou a consolidar, com projetos fundamentados em evidências laboratoriais, com decisões baseada na ciência, com escolas que disseminassem conhecimento sólido e boas práticas, uma engenharia que já ficou situada por várias vezes entre as melhores, vem sendo ameaçada pelo desinteresse em criar tecnologia no país, pela supervisão burocrática do Estado e, infelizmente, pelo descompromisso dos praticantes. Simonsen situa-se no extremo oposto desse espectro²⁸:

28 Conferência no colégio Mackenzie, proferida em 19 de novembro de 1920.

Os cultores das chamadas profissões liberais admitem que o fim imediato de seus trabalhos não seja o ganho de dinheiro, ainda que do seu exercício tirem os meios de subsistência; reclamam para si ideais mais alevantados. Esses ideais, que constituem fundamentalmente a alma de suas profissões, inspiram e dirigem soberanamente sua vida... A alma da Engenharia, eu a definiria como sendo a preocupação de servir a humanidade, proporcionando-lhe o máximo conforto pelo uso inteligente das grandes forças da natureza, que ela pesquisa incessantemente.

E quanto ao papel do empresário:

No entanto, quando se pergunta a um homem de negócios: “Para que fim trabalhas?”, quase por certo responderá: “Para ganhar dinheiro”. Esta réplica, oriunda da falta de compreensão da ação que ele exerce na sociedade, não exprime absolutamente a alma, o ideal, o fim superior dos que abraçam com consciência a carreira dos negócios.

O capitalista é indispensável para tomar decisões estratégicas e alimentar o estímulo a empreender. A burocracia estatal é indispensável para inspecionar a aderência a princípios, técnicas e normas de engenharia, ou seja, assegurar o uso da boa técnica, dentro dos limites legais. O engenheiro, por sua vez, precisa manter a visão de que seu trabalho, por mais desimportante que seja em dado momento, carrega o ônus da responsabilidade profissional. Quando a decisão gerencial ou a intervenção estatal tornam-se irracionais ou abusivas, impondo decisões equivocadas, coibindo a iniciativa empreendedora ou impedindo o exercício profissional responsável, corroem a profissão. Quando o engenheiro cede a pressões, flexibiliza cálculos ou decide em desfavor da melhor alternativa, corrói sua ética. Em não poucos episódios, isto pode levar a desastres e perdas de vidas, como foi o caso de quedas de

edifícios no centro do Rio de Janeiro, de rompimentos de barragens de rejeitos em Minas Gerais ou de acidentes aéreos em São Paulo.

Outra crise tem um caráter mais geral e diz respeito a perspectivas pessoais que se consagraram na última década. Vivemos um momento em que a apropriação do Estado por interesses de todos os matizes gerou um passivo impossível de administrar, resultando no desastre orçamentário da década que se encerra. No entanto, mais grave do que o efeito sobre as contas públicas, a mentalidade patrimonialista é destruidora do espírito empreendedor e do estímulo realizador. Com o risco de generalizar escolhas de certos grupos, aponta-se que há empresários que se acostumam a fazer negócios apenas com o dinheiro do governo e há trabalhadores que investem sua melhor capacidade aplicando-se a concursos públicos. A aversão ao risco torna-se um credo.

Simonsen tinha uma visão protecionista e de planejamento centralizado de estado, algo que hoje seria de difícil aplicação, que combinava com um ideário evidentemente conservador. Mas não deixava de ser um empresário de iniciativa e de espírito arrojado.

Suas convicções nos trazem a um tema final que segue hoje relevante, a aplicação de recursos e benefícios aos vários setores da economia e as prioridades a serem consideradas no equilíbrio setorial.

A dificuldade de se impor, hoje, os mecanismos protecionistas de política econômica e industrial que Simonsen defendera, decorre, em parte, de fatos da vida atual: os transportes são fáceis e rápidos, a transferência de dados é instantânea, os sistemas de controle de propriedade industrial são rigorosos, os mercados são globalmente integrados e fortemente regulados. Mas o protecionismo ainda existe, e prova disso é a combinação de privilégios que o setor primário-exportador administra. Porém, requer um ordenamento institucional protetivo cujo sustento é oneroso e um sistema de

favores adquirido a peso de ouro. Envolve riscos políticos elevados e os ganhos expressivos escondem o fato de que o setor vive no fio da navalha.

Por outro lado, o planejamento se impõe em muitas áreas de política pública em que se exige coordenação de fatores e interesses, como reconhece Gudin em sua carta à Comissão de Planejamento. É preciso planejar e operar de modo preciso o sistema elétrico nacional, a expansão e manutenção de estradas, a infraestrutura de acesso à internet, a distribuição de vacinas, as operações de defesa civil, o deslocamento de enfermos entre unidades de saúde, a realização de exames de acesso ao ensino superior, a execução do orçamento governamental, a distribuição de benefícios previdenciários, só para citar algumas das obrigações de política pública do Estado. A falha em executar qualquer uma dessas atividades planejadas vira notícia de primeira página: apagões, bloqueios em rodovias, colapso das comunicações, superlotação de hospitais, epidemias, filas de pessoas na porta de repartições públicas, suicídios.

O liberalismo de estado mínimo, embora atraente em sua concepção, flerta com o risco desses episódios. Olhar com ligeireza para os inúmeros problemas que compete ao governo coordenar e resolver traz em seu bojo a semente da desordem.

Se descascarmos o pensamento de Simonsen de seus matizes conservadores, de seu colorido positivista, de sua defesa intransigente do industrialismo, de suas convicções preconceituosas, restam ainda elementos que devem nos servir de alerta nestes tempos: a defesa do espírito empreendedor, a preferência pela política pública construída sobre decisões de engenharia econômica, o respeito à evidência dos fatos e à racionalidade das leis que os governam, a busca de soluções sensatas para os problemas do país, sobretudo a defesa da nação. Essa lição parece, em 2021, esquecida.

Referências bibliográficas

- BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel. 1996.
- BARROS, Gustavo. “O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações”. *Estudos Econômicos*, 45 (1): 153-183. 2015.
- BATISTA, Eraldo L. “O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil”. *Revista ISTEDBR on-line*, 63: 33-44. 2015.
- CARONE, Edgard. “Roberto C. Simonsen e sua obra”. *Revista de Administração de Empresas*, 11 (4): 23-28. 1971.
- CHIEZA, Rosa A. e Danielle GASPARY. “A atualidade da controvérsia do planejamento entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín e os paradoxos do modelo econômico de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010)”. *Iberian Journal of the History of Economic Thought*, 1 (1): 19-41.
- CURI, Luiz F. *Entre a História e a Economia: o Pensamento Econômico de Roberto Simonsen*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica para obtenção do título de mestre em história econômica. São Paulo: USP. 2014.
- CURI, Luiz F. e Alexandre M. SAEZ. “Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na primeira república”. *história econômica & história de empresas*, 17 (2): 313-352. 2014.
- DE PAULA, Maria F. “A formação universitária no Brasil: concepções e influências”. *Avaliação*, 14 (1): 71-80. 2009.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. 1987.
- GUDIN, Eugenio. “Rumos de política econômica”. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Roberto Simonsen e Eugênio Gudín*. Brasília: IPEA. 3ª ed. 2010.

GUDIN, Eugenio. “Carta à comissão de planejamento”. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. Brasília: IPEA. 3ª ed. 2010.

HUDDLE, Donald L. “Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: diretrizes políticas e história, 1946/1954”. In VERSIANI, Flávio R. e José R. M. BARROS (orgs.). *Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva. 1977.

LEÃO, Igor Z., Thiago L. PINTO e Newton G. SILVA. “Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro”. *Economia e Sociedade*, 24 (1): 177-199.

LIMA, Heitor F. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

LINS, Bernardo E. “Breve história da engenharia da qualidade”. *Cadernos Aslegis*, 4(12):53-65. 2001.

MAZA, Fabio. *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen: Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social para obtenção do título de doutor em história. São Paulo: USP. 2002.

MUELLER, Charles C. *Antecedentes da Grande Transformação – Evolução da Economia Brasileira da Proclamação da República ao Fim da Segunda Guerra Mundial*. Brasília: Editora UnB. 1995.

SANTANA, J. Gabriel. “Genealogia da Ilha de São Sebastião: os Felicianos da Silva”. *Revista Genealógica Latina*, nº 8, pp. 133-144. 1956.

SCHUMPETER, Joseph A. *The Theory of Economic Development*. New Brunswick (EUA): Transaction Publishers. 2008. Trad. da 3ª ed. alemã, 14ª reimpressão. (1934).

SESI-SP – Serviço Social da Indústria (São Paulo). *Roberto Simonsen: Guardados de Oswaldo Mariano*. Revista Bibliográfica e Cultural do SESI-SP. São Paulo: SESI-SP. 2012.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1973.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal. 3ª ed. 2005.

SIMONSEN, Roberto C. “A planificação da economia brasileira”. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. Brasília: IPEA. 3ª ed. 2010.

SIMONSEN, Roberto C. “O planejamento da economia brasileira”. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. Brasília: IPEA. 3ª ed. 2010.

TEIXEIRA, Alberto. *Planejamento Público: de Getúlio a JK (1930-1960)*. Fortaleza: IPLANCE. 1997.

TEIXEIRA, Aloísio e Denise L. GENTIL. “O debate em perspectiva histórica: duas correntes que se enfrentam através dos tempos”. In TEIXEIRA, Aloísio, Gilberto MARANGONI e Denise L. GENTIL. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA. 2010.

VERSIANI, Flávio e Wilson SUZIGAN. *O Processo Brasileiro de Industrialização: uma Visão Geral*. Brasília: Editora UnB. 1990.



Memória

A poesia e a prosa de Clóvis Sena

João Carlos Taveira*

Réquiem para um anjo

Exaudi orationem meam

Clóvis Sena não está morto. Depois de uma vida inteira dedicada à família, ao trabalho e aos amigos, foi convocado para seguir rumo à outra dimensão. Insisto. Clóvis Sena não está morto. Depois de uma vida inteira dedicada ao jornalismo, ao cinema, à literatura, à música, às artes plásticas, partiu para outra dimensão em 15 de fevereiro de 2011, conduzido pela “indesejada das gentes”. Mas sua missão estava cumprida. Não deixou nada por fazer entre os homens nem algum débito entre os anjos. Seu crédito agora transcende céus e estrelas. E provavelmente já tenha se transformado em uma delas.

Nascido na cidade de Carutapera, Maranhão, em 4 de março de 1930, esse menino travesso cedo se transferiu para São Luís, onde deu prosseguimento aos estudos e começou a trabalhar como jornalista. Alguns anos mais tarde, por força da profissão, Sena foi para o Rio de Janeiro, onde viveu intensamente, com participação ativa, o processo cultural e político da antiga capital. Ali conviveu com a nata da intelectualidade brasileira, fazendo amigos (como Oswaldo Costa e Pascoal Carlos Magno) e admiradores, tanto numa área quanto na outra. E, não esqueçamos, a Cidade Maravilhosa

* Mineiro de Caratinga, é poeta, crítico e melômano incorrigível. No IHGDF ocupa a Cadeira nº 70, patrono Tomás Antônio Gonzaga. Tem alguns livros publicados, entre eles: *A Flauta em Construção* (1993) e *Arquitetura do Homem* (2005).

naqueles fins da década de 1950 vivia um dos seus períodos mais efervescentes. Grandes artistas, como Portinari, expunham as suas obras que eram recebidas com entusiasmo por escritores, jornalistas e intelectuais renomados. Na literatura surgiam livros e autores de grande importância no cenário brasileiro. O Teatro Municipal recebia e montava grandes espetáculos operísticos e populares, com Nelson Rodrigues no topo, revolucionando tudo, sob os aplausos calorosos ou as vaias estridentes de uma sociedade inquieta mas participativa.

Por outro lado, fervilhava pelas ruas uma grande euforia coletiva: uns, contrários à mudança da capital, incendiados e capitaneados pelas raposas da velha UDN, ficavam de um lado, mastigando seu ódio; outros, seduzidos pela audácia de JK, não viam a hora da inauguração da Nova Capital, pois sabiam que ali um sonho estava se realizando. Estavam certos de que uma nova identidade para o Brasil estava se construindo, mesmo com o sacrifício de certas mordomias. A verdade é que o processo mudancista trazia no seu âmago dois aspectos terríveis: a certeza dos contrários e a incerteza dos favoráveis. Mas Clóvis Sena não teve dúvida: essa história tinha de acabar bem. Afinal, vinha de uma modernização iniciada pelo governo de Getúlio Vargas e que naquele momento estava sendo levada a cabo pelo destemido presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. E isso era incontestável!

Novos ares e novas missões participativas

Assim, em abril de 1960, Clóvis Sena veio para o Planalto Central cobrir a inauguração de Brasília, movido pela firmeza de seus propósitos e pela força de seus ideais. E nunca mais voltou. (Ainda bem que Gladys aceitou deixar o Maranhão, casar com ele e vir para cá.) Era, em essência, um idealista. E sabia que nos ermos de Goiás se construía mais que uma nova capital para o

País — que precisava urgentemente sair do litoral e adentrar pelas veredas de seus descampados. Sim, o Brasil precisava conhecer sua gente simples e tomar posse de suas riquezas. Precisava construir uma capital que pudesse divisar o horizonte, sem perder de vista as estratégias de sua nacionalidade e assegurar a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia. E Brasília, além do arrojado de seu urbanismo, da beleza de sua arquitetura, da profundidade de seu céu, acabava de nascer sob a égide de uma espiritualidade nunca vista, depois da Inconfidência mineira. Nem Palmares, nem Canudos, nem a Coluna Prestes! Brasília conseguiu unir o sonho e a realidade sob o traço da esperança, não de um homem, mas de toda uma nação. Este é o seu maior legado!

Nos mais de cinquenta anos que viveu em Brasília, Clóvis Sena conquistou uma legião de amigos em todos os setores culturais da cidade. Construiu uma sólida reputação entre professores, jornalistas, políticos, artistas e intelectuais, que poucos, como o poeta Cassiano Nunes e o artista plástico Athos Bulcão, puderam e souberam desfrutar, com trânsito livre entre as pessoas. Foi um profissional carismático e contundente, embora manso no gesto e nas palavras.

Trabalhou no “Jornal do Povo”, como repórter, redator, cronista e crítico de assuntos culturais; no “Jornal de Brasília”, no “Diário de Brasília”, no “Correio Braziliense” e no semanário “José”. Durante vinte e cinco anos, foi correspondente político-parlamentar do “Correio do Povo”, de Porto Alegre. Nessa mesma época, serviu como redator nos “Cadernos do Terceiro Mundo”, do Rio de Janeiro. Também atuou como redator da Câmara dos Deputados, em que se aposentou. Clóvis Sena foi tesoureiro da UNE, presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, no período da reabertura política (1985-86), presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal (1987-88), vice-presidente da Fundação Claudio Santoro, fundador do Clube de Imprensa e do

Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, membro do Conselho de Cultura do Distrito Federal, do Júri Nacional de Cinema e de diversos júris do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e do Festival de Gramado. Foi crítico de cinema, de teatro e de música erudita. Pertenceu à Academia Maranhense de Letras, à Associação Nacional de Escritores, ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e à Academia Brasiliense de Letras.

A persistência de um livre-pensador

Clóvis Sena insistia sempre numa coisa: o Brasil moderno e consciente de seu papel como nação que Getúlio tornou realidade, alguns anos antes, e que Juscelino, corajosamente, estava entregando ao povo brasileiro nunca mais seria o mesmo depois da construção de Brasília. (Pena que as forças negativas da nossa nacionalidade ainda continuam a combater os nossos heróis!) E Clóvis Sena sabia exatamente onde estava e está o problema, de difícil solução, mas não impossível de ser resolvido. E ele deu sua prestimosa contribuição, tanto como cidadão e pensador quanto como jornalista e escritor. Deixou uma obra que fala por si mesma.

Livros como “Neiva Moreira: Testemunha de Libertação” (Movimento Brasileiro pela Anistia, 1979), “Flauta Rústica”, romance (Thesaurus Editora, 1984) e “Fronteira Centro-Oeste”, depoimentos de viagens (Editora Kelps, 1999) hão de ficar para nós como vigorosos testemunhos de um homem sábio, que nos deixou uma cristalina percepção de Virgílio e, ao mesmo tempo, traçou, palmo a palmo, o mapa de alguns recantos na imensidão do Centro-Oeste brasileiro, viajando por terra e em contato direto com o homem autóctone, antevisto por Paulo Bertran (1948-2005) em seu “História da Terra e do Homem no Planalto Central”, livro também admirável. E a busca dessa compreensão de seu país, de

sua gente, em Clóvis Sena, não era exatamente compulsiva, ou obsessiva, mas transcendia sua visão pessoal, ideológica. Em síntese, este homem que amava a música de Vivaldi, de Beethoven, de Brahms e do amigo amazonense Claudio Santoro, tanto no gesto quanto na palavra, há de permanecer vivo e atuante em nossas mentes, em nossos corações.

Sua obra publicada é pequena, mas deixou razoável material inédito que compreende quatro ou cinco livros, sendo um deles premiado fora do Brasil. Na verdade, continuam à espera de serem editados. Vamos aos títulos de alguns desses trabalhos que o poeta Clóvis Sena deixou prontos para publicação: “O senhor da cerimônia” (poesia), 1985; “A queda de Ovídio” (poesia), distinguido com o 1.º lugar do Prêmio Nacional de Literatura da Fundação Cultural do Distrito Federal, 1987; “O arquipélago” (poemas), 1989; “Muitos cajus da vida” (poesia), 1990; “Poema do continente e das ilhas”, também de 1991. Com os poemas “Mitolavratura”, “Descobrimento”, “Tetos do Mundo” e “Scherzo 13”, reunidos sob o título “Depoimento”, conquistou o primeiro prêmio para poeta de língua portuguesa em concurso promovido pela revista cultural “Xicóatl (Ziehender Stern)”, de Salzburg, Áustria, em 1996, com tradução simultânea para o alemão e o espanhol.

Clóvis Sena sempre nos fará incomensurável falta. Tanto pela mansidão de sua presença física quanto pela impetuosidade de suas exposições verbais. Tudo o que pensava, graças aos anjos, arcanjos e querubins, ficou bem registrado nos seus livros, nas páginas dos jornais em que trabalhou, nas palestras que proferiu. E, sobretudo, nos artigos críticos de teatro, artes plásticas, música e cinema — que ele tanto amava! —, que ficarão guardados em nossas lembranças, como marca indelével de seu talento e de sua extremada visão crítica da realidade. E principalmente, repito, em nossos corações, que ele sabia compreender muito bem. Clóvis Sena,

embora pequeno na estatura, era um gigante na generosidade. Foi um marido exemplar, um pai e um avô amoroso e atento. E um amigo fiel até as últimas consequências.



Clóvis Sena

Escritor e jornalista, pertenceu à Academia Brasileira de Letras, à Associação Nacional de Escritores (ANE) e ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Antônio Paim: do marxismo ao liberalismo

Paulo Roberto de Almeida

A trajetória intelectual de Antônio Ferreira Paim (nascido na Bahia em 1927) é ímpar na cultura e na história das ideias políticas e filosóficas no Brasil, tendo emergido no marxismo – com curso de filosofia na Universidade do Brasil e depois na Universidade de Moscou –, e realizado ao longo da vida uma guinada política e filosófica que o levou ao liberalismo. Numa primeira etapa de sua carreira acadêmica, empreende estudos sobre as ideias filosóficas no Brasil, seguindo as correntes de pensamento desde a fase colonial até a atualidade, trajetória que ele reconstitui em dois de seus primeiros livros: *História das ideias filosóficas no Brasil* (1967) e *O estudo do pensamento filosófico brasileiro* (1979).

Nessa primeira fase já se ocupa igualmente da questão do estatismo na formação da nação brasileira, na qual debate – em seu livro *A querela do estatismo* (1978) – a formação do Estado brasileiro como Estado patrimonial, notadamente através da obra de Oliveira Vianna e pelo estudo das influências pombalinas e positivistas sobre as elites dirigentes. Notadamente, ele adota o conceito difundido por Simon Schwartzman de “patrimonialismo modernizador”, que teria sido o da era Vargas e do regime militar, mesmo se a burocracia tradicional tenha conseguido manter sua supremacia sobre as elites técnicas mais identificadas com os militares e outros impulsionadores do progresso econômico. Na segunda edição desse seu livro sobre o estatismo (1994), Paim se afirma mais conclusivo e argumenta que “a estratégia mais aconselhável à sociedade consiste

em tentar reduzir as funções do Estado, cuidando de retirá-lo da economia e de todas as esferas não seja imprescindível” (p. 20).

Nesse mesmo livro, ela já recusava a caracterização de “capitalista” para a formação econômica e social do Brasil, assim como tentava interpretar o fracasso da construção de um sistema representativo no país e se propunha traçar uma “estratégia para enfraquecer o patrimonialismo e favorecer o capitalismo” (capítulo VII, pp. 193-200). No plano puramente teórico e conceitual, Paim acreditava que se deveria “obter algum arejamento na Universidade e conseguir quebrar o monólito da dominação marxista-positivista” nela existente (p. 194). Entre as tarefas básicas desse desmantelamento do patrimonialismo no Brasil, ele sugeria algumas que em grande medida se confundiam com as preleções liberais de Roberto Campos:

- 1) “Eliminar todas as burocracias estatais devotadas aos programas oficiais de combate à pobreza”, na medida em que essas políticas, “como tudo mais, transformaram-se em mero pretexto para justificar a voracidade fiscal e permitir ao patrimonialismo apropriar-se de verbas sem o menor controle da opinião pública” (pp. 195-6).
- 2) “Levar a bom termo o programa de privatização, empenhando-se no sentido de transformá-lo num novo projeto de desenvolvimento” (p. 196).
- 3) Efetuar um “reexame específico da estrutura dos vários órgãos integrantes da União”, que atendem “precisamente ao jogo do patrimonialismo” e do empreguismo (p. 196).
- 4) Examinar concretamente as ações de que poderia resultar a dignificação do servidor, por um lado, e profissionalizar as FFAA, reduzindo suas dimensões (p. 197).

Não obstante a boa análise de Paim quanto aos fundamentos do atraso brasileiro, a partir da consolidação do patrimonialismo (ainda que modernizador), ele parece acreditar na existência de uma classe empreendedora sinceramente comprometida com a construção de um capitalismo competitivo no Brasil, o que parece desmentido por quase dois séculos de extrema subserviência desses “capitalistas” (se o termo se aplica) ao Estado onipotente e onipresente. Nas próprias palavras de Paim, registre-se que ele estava

... naturalmente supondo que a liderança empresarial brasileira estaria convencida de que só tem a ganhar se conseguir obstar a atuação do patrimonialismo e lograr que o capitalismo alcance um novo patamar. Estaria voltada para pactuar com aquelas forças que, no interior do Estado, se dispusessem a abdicar das tradições patrimonialistas – isto é, de estabelecer a tutela do Estado sobre a sociedade –, aceitando o penoso caminho de buscar a constituição do Estado Liberal de Direito. (...)

Ao enfrentar a questão do patrimonialismo brasileiro cumpre-nos reconhecer francamente que as tradições culturais prevalentes em nosso país são francamente desfavoráveis ao capitalismo. (...)

A tradição liberal é débil e descontínua e sofreu tão fortes constrangimentos, sob a República, que a afetariam mesmo se se tratasse de algo mais bem estruturado.

(A querela do estatismo, 2ª edição, 1994, pp. 197-8)

Considerando-se que a primeira edição do livro (1978) foi publicada em plena vigência do “patrimonialismo modernizador” do regime militar, e que o prefácio à sua segunda edição (1993) vem datado da grande deterioração inflacionária da redemocratização, pode-se argumentar que a análise acadêmica de Paim carece de

uma percepção mais realista a respeito da extrema dependência desses “capitalistas” das políticas setoriais desenhadas pelos dirigentes políticos, mais exatamente pelas corporações estatais, que constituem precisamente o cerne e o coração do patrimonialismo conservador no Brasil. A partir dessa época, justamente, Paim se dedica a compendiar, analisar e sintetizar o pensamento político brasileiro, contribuindo para tornar mais conhecidos de pesquisadores acadêmicos e da opinião pública bem informada um conjunto importante de pensadores brasileiros (e portugueses), inserindo suas teses e propostas analíticas no contexto de um outro conjunto de pensadores estrangeiros, aqueles que, nos dois últimos séculos, influenciaram os estudos e as discussões políticas e constitucionais no Brasil.

Nos anos 1990, Paim publicou praticamente um livro por ano, sempre sobre seus temas preferidos: o pensamento político brasileiro, a trajetória e a agenda do liberalismo, no mundo e no Brasil, assim como cursos de introdução a esses grandes temas, em colaboração com colegas e mestres nas mesmas áreas: Francisco Martins de Souza, Ricardo Vélez Rodríguez, Ubiratan Borges de Macedo, José Guilherme Merquior, Gilberto de Mello Kujawski, Carlos Henrique Cardim e Leonardo Prota, entre outros. O objetivo comum de todos esses intelectuais sempre foi a busca das bases morais de um amplo consenso nacional em torno de um sistema político liberal representativo e de um regime econômico dotado das mais amplas liberdades competitivas, propenso à inserção do país na interdependência global. Mas, a sombra do patrimonialismo se interpõe de maneira obstinada a essa conformação de uma democracia de mercado no país.

Aliás, países não são exatamente condomínios, onde vizinhos se conhecem e podem se reunir para discutir benfeitorias na propriedade comum. Nações não costumam reunir-se em assembleia, de tempos em tempos, para debater tranquilamente qual

caminho adotar em face de ofertas igualmente interessantes quanto às melhores políticas para guiar o seu processo de desenvolvimento, frente às quais cabe decidir sobre as de menor custo relativo e de maior retorno possível. Isso só acontece em momentos de ruptura, guerras, revoluções, golpes, quando uma nova elite sobe ao poder, e precisa adotar condições mínimas de governabilidade, para assentar as bases mais ou menos aceitáveis de sua legitimidade política (ou não). Existem também fases menos felizes, quando um país pode sair de um tipo de dominação racional-legal, para usar a terminologia weberiana, para descambar numa administração de tipo carismática, que nos remete aos piores exemplos da tradição latino-americana de caudilhos e golpes de estado; por sinal, a Argentina só decaiu durante praticamente 80 anos seguidos porque em 1930 se derrocou uma república “oligárquica” para inaugurar um ciclo de governos autoritários, e depois populistas, supostamente identificados com a “soberania” do país e “projetos nacionais” de desenvolvimento, geralmente alinhados ao protecionismo e à industrialização substitutiva, como o Brasil, aliás.

Pois bem, sem fazer qualquer história virtual do Brasil, Antônio Paim, um dos grandes pensadores da nacionalidade, examina no seu livro, *Momentos Decisivos da História do Brasil* (2000), três momentos decisivos de nossa história, quando poderíamos, teoricamente, ter “escolhido” um caminho melhor, mas falhamos, terrivelmente – ou nossas elites falharam –, em adotar aquela via que poderia ter nos levado a um estágio mais elevado de desenvolvimento econômico e social, a um sistema político mais representativo e a uma organização institucional menos conspurcada pelo patrimonialismo tradicional. Não tenho certeza de que o Brasil, como nação, tenha tido essas chances, essas janelas abertas às suas elites, para debater, de forma consciente e deliberada, essas vias “progressistas”, mas cabe mencionar as “teses” de Antônio Paim, para verificar, o que perdemos como oportunidades históricas.

A primeira, ainda na fase colonial, foi o fato de ter constituído precocemente uma economia florescente, ligada ao açúcar e outras atividades paralelas, que poderia ter sido a base de um desenvolvimento ulterior mais estruturado. Tendo sido mais rico do que as colônias inglesas na América do Norte nos séculos XVI a XVII, em grande parte devido aos cristãos novos, os judeus portugueses convertidos forçadamente que se tornaram os grande financistas do comércio internacional do açúcar, a chance perdida se explica pelo papel da Contra Reforma e da Inquisição na repressão desses “capitalistas mercantis”, o que bloqueou, portanto, a possibilidade de uma economia vinculada de maneira mais “decisiva” – o termo se aplica – aos mercados internacionais.

A segunda oportunidade perdida foi no século XIX, com a nação independente e já na fase de construir seu estado nacional, quando Paim acredita que as elites trataram de assegurar a unidade nacional, com certo sucesso até (comparativamente à completa desagregação da hispano-América, por exemplo), mas a um alto custo, perdendo, no mesmo movimento, a iniciativa de consolidar um sistema representativo eficiente. O *Regresso*, nos anos 1840, e, mais tarde, as teses positivistas, inspiradas em Comte, “conspiraram” para manter o Brasil um sistema político pouco funcional tanto para fins da “ordem”, quanto do “progresso”. As frequentes intervenções militares desde o início da República se encarregam de eliminar a possibilidade de constituição de uma “moral social de tipo consensual”, que nunca tivemos entre nós, nas palavras de Paim.

A terceira, em pleno século XX, foi a consolidação, que ele chama de “estruturação”, do Estado patrimonial, sob Getúlio Vargas, e o abandono do sistema representativo. Nessa terceira parte de sua obra, Paim é bastante crítico daquilo que ele chama de “lixo historiográfico”, a maior parte de extração pretensamente marxista, que produziu alguns delírios sobre o “caráter da revolução brasileira” pelos representantes dessa corrente. Já na queda da monarquia,

o Brasil perdeu a oportunidade de constituir um “Estado liberal de Direito”, enveredando depois pelas “oligarquias dos estados”, mais até que a chamada “política dos governadores”. Mas, o castilista Getúlio Vargas conseguiu implantar um Estado nacional unitário, ao mesmo tempo em que fixou o patrimonialismo, no conceito weberiano da palavra, realidade já estudada por Simon Schwartzman. O feito de Vargas, resumido por Paim, foi “retomar o projeto formulado no Império, de constituição do Estado Nacional, abdicando de dar-lhe a feição democrático-representativa e dele fazendo um autêntico Estado patrimonial. O projeto Vargas seria retomado pela Revolução de 64” (p. 217-18).

O último capítulo desse livro de Paim tem por título, de forma otimista, “Como sair do patrimonialismo”, mas não devemos esquecer que o livro deve ter sido terminado em 1999 para ser publicado no ano seguinte. Apoiando-se na experiência das privatizações daquela década, ele concorda com Roberto Campos em que “o problema reside na adequada formulação das políticas” (p. 315), e não só econômicas. Quinze anos depois, no entanto, no livro que ele organizou e publicou, com colaborações de Paulo Kramer e de Ricardo Vélez-Rodríguez, *O patrimonialismo brasileiro em foco* (Campinas: Vide Editorial, 2015), ele tem de constatar, tristemente, a “sobrevivência da estatização brasileira”, e se pergunta como enfrentá-la (capítulo II, p. 35-43). Se formos ainda mais pessimistas, não há como discordar do mesmo Ricardo Vélez-Rodríguez, em seu livro *A Grande Mentira: Lula e o patrimonialismo petista* (Campinas: Vide Editorial, 2015), em que o patrimonialismo tradicional brasileiro foi transmutado, pelas mãos e pés dos companheiros, em um patrimonialismo de tipo criminoso. Como é mesmo que dizia Lavoisier? Na natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma. A despeito de basicamente político, este último livro possui um importante capítulo sobre as “desgraças do intervencionismo no Brasil”, que

também começa pelas desgraças de Mauá, aliás recorrendo ao livro de Jorge Caldeira.

Os grandes obstáculos à conformação do capitalismo brasileiro continuaram a ser examinadas por Antônio Paim num pequeno livro publicado na passagem do milênio: *O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação* (2000). Em outros termos, o autor reconhece que o Brasil ingressou decisivamente na Revolução industrial, processo notadamente acelerado a partir da segunda metade do século XX, de forma que nas últimas décadas do século esse atraso tornou-se apenas *relativo*, sobretudo porque o país não logrou superar sua histórica má distribuição de renda, assim como não conseguiu “estruturar a pesquisa científica, que corresponde ao motor do progresso ininterrupto” observado nos países avançados (p. 10). O que ele procura argumentar nesse seu livro é que o relativo atraso brasileiro é de “difícil superação” porque o Brasil ainda não é um país capitalista, e sim patrimonialista, tendo estruturado sua revolução industrial sem deixar de ser patrimonialista. Outras duas razões desse relativo atraso e das dificuldades em superá-lo residem no “cientificismo” – que consiste na importação de um positivismo mal digerido – e no “contra-reformismo”, que impede a mudança de arraigadas tradições culturais (como o ódio ao lucro e à riqueza), de transformação muito lenta em função da persistência de hábitos longamente arraigados na população.

No primeiro quesito, o industrialismo patrimonialista, sobressai-se o poderoso intervencionismo do Estado na esfera econômica, que antecede o próprio keynesianismo como doutrina ou guia prático a orientar a principais medidas regulatórias do Estado na vida econômica do país. Paim localiza num antigo manual do engenheiro Aarão Reis, *Economia política, finanças e contabilidade* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, 2 vols.), adotado oficialmente na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e que durante longos anos constituiu a base do ensino formal de economia no país. Antônio

Paim transcreve nada menos de 11 atribuições que cumpriria ao Estado observar (pp. 16-17), que se desdobrariam na era Vargas e mais além, como prescrições incontornáveis a um processo de desenvolvimento econômico, seguidos desde a implantação do Conselho Federal do Comércio Exterior, nos anos 1930, seguidos pelas ações do Estado Novo e, já na redemocratização de 1946, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e seus corolários no BNDE, na criação de algumas estatais e no Plano de Metas de JK. O regime militar representou a culminância desse processo, colocando o Brasil entre as maiores economias do mundo, mas agravando algumas distorções típicas de todo o período, como a estatização de amplos setores da economia, o nacionalismo extremo, que ambos confirmaram e consolidaram o patrimonialismo tradicional.

O cientificismo, por sua vez, está estreitamente vinculado à penetração e difusão do pensamento positivista a partir de meados do século XIX, exemplifica por Antônio Paim na obra de Luís Pereira Barreto (1840-1923), que publica dois livros correspondendo às três filosofias do mestre francês, nomeadamente *Filosofia teológica* (1874) e *Filosofia metafísica* (1876). Posteriormente, em nome da Igreja positivista, Teixeira Mendes (1855-1927) também demonstra preconceito contra as instituições universitárias, o que reforçou, segundo Antônio Paim, as recomendações dos positivistas, que “lograram influenciar a maioria dos componentes dos órgãos decisórios e [que] por isso mesmo são responsabilizados diretamente pelo abandono sistemático da ideia de implantar-se a Universidade, nos decênios iniciais da República” (p. 39). A oposição só começa a arrefecer a partir da criação da Associação Brasileira da Educação (ABE), nos anos 1920, em especial na década seguinte, com a criação da USP, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, no ano seguinte. O grande idealizador e fundador dessas inovações é Anísio Teixeira (1900-1971), que luta por instituições claramente

identificadas com objetivos práticos de formação de recursos humanos para o desenvolvimento nacional.

Simon Schwartzman, no livro *Formação da comunidade científica no Brasil* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979), trata da questão da integração das escolas tradicionais – faculdades de Direito, Medicina, escolas de Farmácia, Odontologia, Agronomia, Politécnica – às novas universidades, o que não se fez sem grandes dificuldades. Antônio Paim volta a registrar a permanência do cientificismo pombalino, prolongado pelo positivismo, como um dos obstáculos ao desenvolvimento do espírito científico no Brasil, e que para ele prolongou-se inclusive na formação de uma “versão positivista do marxismo”, que ele analisou em seu livro *História das ideias filosóficas no Brasil* (5ª. ed.; Londrina: UEL, 1997). Para ele, o varguismo, pela ação de personalidades como Francisco Campos, deformou o espírito propositor dos antigos pais fundadores da ABE, como explicitado por ele na passagem seguinte:

Desse modo, a Universidade seria estruturada como uma federação de escolas isoladas, voltadas para a formação profissional. O projeto da ABE é inteiramente abandonado e as Faculdades de Filosofia, desmembradas após 1964, também são enquadradas na consecução de tais objetivos limitados. Há casos extremos, como os cursos de Filosofia, formalmente destinados a diplomar professores para o ensino secundário, disciplina que deixou de existir naquele nível de ensino. Assim, a atividade está voltada para si mesma, mesmo no que toca a pós-graduação, transformada em simples exigência para as promoções estatutárias.

O marxismo positivista, por sua vez, não tem interesse no desenvolvimento de qualquer espécie de pesquisa, porquanto se trata apenas de enquadrar a realidade em

determinados esquemas, não obstante a circunstância de que sua obsolescência haja transitado em julgado. (...)

E assim, consagrou-se a vitória do cientificismo, derrotando o projeto de estruturar no país pesquisa científica digna de nome, reconhecida internacionalmente...

(*O relativo atraso...*, op. cit., pp. 58-59)

No terceiro e penúltimo capítulo desse seu importante pequeno livro, Paim aborda a questão da persistência da moral contra-reformista, herdada de Portugal e que “atravessou sem percalços as centúrias subsequentes” (p. 64), constituindo, ao que parece, uma das bases do ideário nacional, em especial com respeito às questões da pobreza, do lucro, do espírito capitalista. Em suas palavras:

São muito eloquentes as evidências de que a moral contra-reformista se tornou um dos ingredientes fundamentais de nossa moralidade social básica. O ódio ao lucro e à riqueza são sentimentos amplamente difundidos, sendo muito generalizada a condenação ao capitalismo. Defendê-lo, ainda hoje, não deixa de ser uma temeridade. (p. 75)

Mesmo entre militares, politicamente adversários do socialismo, a repugnância do capitalismo, do espírito de lucro, não deixou de prevalecer, sobretudo nas estatais que vários deles comandaram durante o regime autoritário de 1964-1985. No seu último capítulo, Paim indaga se conseguiremos vencer o patrimonialismo, o cientificismo e o contra-reformismo. Ele se revela moderadamente pessimista, por várias razões, entre elas “porque a massa da população não associa a péssima distribuição de renda à persistência do patrimonialismo” (p. 122). A grande audiência de que dispõem os patrimonialistas no Brasil “é impeditiva do pleno florescimento do capitalismo, que seria a única forma de disseminar no país focos

de desenvolvimento econômico” (idem). Paim termina essa sua pequena grande obra, registrando o pensamento de uma grande historiadora americana:

Na seleção dos eventos que considerou no magnífico livro intitulado *A marcha da insensatez*, Barbar Tuchman (1912-1989) adotou como critério que o erro representado por aquele passo tivesse sido denunciado antes de que a elite decidisse empreendê-lo. Quando mais não seja, a nossa denúncia, se não revelar maior eficácia, servirá ao menos para evidenciar, perante o historiador do futuro, que nem todos estavam cegos. Certamente que é pouco. Mas não deixa de representar mais um estímulo à nossa persistência. (p. 122)

Obras de Antônio Paim

A filosofia da Escola do Recife. Rio de Janeiro: Saga, 1966.

História das ideias filosóficas no Brasil. São Paulo: Grijalbo-USP, 1967 (5ª. ed.: 1997).

Cairu e o liberalismo econômico. RJ: Tempo Brasileiro, 1968.

Tobias Barreto *na cultura brasileira: uma reavaliação* (com Paulo Mercadante). SP: Grijalbo-USP, 1972.

Evolução histórica do Liberalismo (com Francisco Martins de Souza, Ricardo Vélez-Rodríguez, e Ubiratan Borges de Macedo). 1977.

A querela do estatismo: a natureza dos sistemas econômicos: o caso brasileiro. RJ: Tempo Brasileiro, 1978. 2ª ed.: 1994.

O estudo do pensamento filosófico brasileiro. RJ: Tempo Brasileiro, 1979.

História do Liberalismo brasileiro (1ª ed. 1998; nova edição: SP: LVM, 2018).

Momentos Decisivos da História do Brasil (São Paulo: Martins Fontes, 2000).

O Richard Burton que não conheceu Elizabeth Taylor

Danilo Gomes

Muita gente se lembra do ator galês Richard Burton, que foi marido da bela atriz Elizabeth Taylor. Em filme famoso, baseado em peça de Shakespeare, ele foi Marco Antônio e ela Cleópatra, ficando Rex Harrison com o papel de Júlio César.

Mas não é esse ator o personagem deste artigo. Nosso personagem é seu homônimo Richard Francis Burton, que nasceu há 200 anos, em 19 de março de 1821, em Torquay, Devon, na Inglaterra.

Foi ele um dos maiores aventureiros de todos os tempos. Mas não um simples aventureiro. Inscreve-se na categoria dos grandes exploradores de recônditos e exóticos países da Ásia e da África, vindo também parar na América do Sul.

Tornou-se um famoso desbravador e estudioso de terras, rios e lagos. Suas proezas e sua cultura classificaram-no como uma das figuras mais fascinantes do século XIX, um século de figuras fascinantes. Falava vários idiomas e complicados dialetos. Falava até o nosso tupi-guarani! Estudou usos e costumes, muitas vezes de natureza sexual e ritual, de povos asiáticos e africanos. Era notável sua versatilidade para lidar com culturas exóticas. Corajoso, audaz, gostava do perigo. Estudou a vida dos ciganos. Ele próprio tinha um aspecto cigano, o que muito o auxiliou nas suas missões de espionagem. Perito na arte do disfarce, desde que servira na Índia como militar, no posto de capitão, visitou a cidade sagrada de Meca, proibida a não-muçulmanos, disfarçado de afeção (ele falava

árabe). Visitou também, sob disfarce, a sagrada Harar (perto de Adis Abeba), capital da Somália, de onde nenhum outro homem branco havia saído com vida.

Esse homem extraordinário foi escritor, tradutor, linguista, geógrafo, arqueólogo, orientalista, diplomata, poeta, espião e agente secreto do Império Britânico. A esses títulos, acrescente-se o de exímio espadachim, à Errol Flynn (aquele do cinema).

Foi um Indiana Jones do século XIX. (Quem sabe serviu de um dos modelos para o moderno personagem de cinema?) Mas um jornalista brasileiro, creio que Luís Nassif, escreveu que, perto de Burton, Indiana Jones não passa de um escoteiro...

Burton serviu como cônsul da Inglaterra na ilha de Fernando Pó (atual Bioko, hoje território da Guiné Equatorial), Damasco, Santos (Brasil) e Trieste (Itália). No Brasil, percorreu o rio São Francisco, passando boas temporadas em Minas Gerais e na Bahia. Visitou a cachoeira de Paulo Afonso e a foz do Velho Chico, entre Alagoas e Sergipe.

Em matéria para a *Folha de S. Paulo*, sucursal de Minas Gerais, em 2-11-2017, Túlio Santos relatou que, em 7-8-1867, Richard Burton entrava no rio das Velhas, em Minas, num par de velhas canoas remendadas. Escreveu o jornalista: “Tratava-se de uma das últimas grandes aventuras de Burton, descendo o rio mineiro e seguindo pelo rio São Francisco até o mar, entre junho e novembro, cruzando o interior de um Brasil que profetizava como país do futuro.”

Em Minas, o explorador aventureiro visitou São João del-Rey, Diamantina, Sabará, Matozinhos, Mariana e outras localidades.

Realizou viagens sob os auspícios da célebre e respeitada Royal Geographical Society, sediada em Londres, a conservadora e vitoriana Londres dos romances de Charles Dickens. Procurou as nascentes do rio Nilo, que ficam no lago Victoria. Com John Haning Speke explorou a região dos Grandes Lagos, no tórrido

coração da África (mais tarde os dois exploradores se tornaram raivosos rivais). Burton descobriu o lago Tanganica. Muitas vezes viajou, sob sigilo e enfrentando vários perigos, ao misterioso reino de Daomé.

Richard Francis Burton traduziu para o inglês *Os Lusíadas*, de Camões, bem como livros escritos em árabe e persa, dentre eles *As mil e uma noites*, numa versão não censurada, acrescentando numerosas notas de natureza sexual e até mesmo de cunho pornográfico. Sob o risco de ser preso (como Oscar Wilde), traduziu do árabe e de outras línguas manuais eróticos, dentre eles o *Kama Sutra*, impressos às suas custas. Era um curioso obcecado, um *voyeur*. Foi muito combatido por isso, numa severa comunidade britânica vitoriana, tornou-se uma figura polêmica, mas apesar disso a própria rainha Victoria o agraciou com o título de Sir, cavaleiro do reino, em 1886.

Ele casou-se com Isabel Arundell, uma católica inglesa. O casal não teve filhos. Ela batalhou para que o marido saísse de foco e fosse nomeado cônsul em Santos, na província de São Paulo. Nessa época, o casal fez amizade com José de Alencar e sua mulher, Georgiana Cochrane Alencar. Isabel Arundell (ajudada pelo marido poliglota) traduziu *Iracema* para o inglês.

No seu primoroso livro *A vida de José de Alencar* (José Olympio, 1979), Luís Viana Filho nos informa, à pág. 209:

“Conta Sussekind de Mendonça que certa vez, em 1867, tendo Alencar embarcado para Santos, encontrou-se a bordo com Salvador de Mendonça, então na floração dos trinta anos, e puseram-se a disreterear até se darem conta de que chegara a hora do desembarque. Tinham varado a noite.”

Um dos livros do nosso personagem intitula-se *Os altiplanos do Brasil*, decorrência da viagem de 1867. A obra foi publicada em

1941, pela Companhia Editora Nacional, sob o título de “Viagem aos Planaltos do Brasil”.

Richard Burton não gostou da longa temporada na Itália, na cidade de Trieste. Sua mulher estava por trás dessa manobra política. O aventureiro e inquieto intelectual recebeu aquela missão como um exílio, comparando-se ao poeta romano Ovídio, o autor de *Tristia*, obra gestada durante seu exílio numa modesta cidade portuária no delta do rio Danúbio. O cônsul, notório aventureiro condenado a uma vida sedentária, fez uma analogia entre *Tristia* e Trieste... Era um peixe fora d'água, um cosmopolita explorador de mundos acorrentado a um rochedo.

Quando foi publicado pela Companhia das Letras, em 1991, li a biografia de Sir Richard Francis Burton, esplendidamente escrita por Edward Rice. O robusto volume está metido na minha livralhada, em lugar incerto e não sabido. O público leitor brasileiro conta também com um livro que não li: *O Brasil de Richard Francis Burton (1865-1868)*, de Leonildo José Figueira (Novas Edições Acadêmicas). Nessa obra, o autor se refere aos trabalhos de Burton sobre a Guerra do Paraguai, que ele acompanhou, tendo até viajado com o Duque de Caxias.

Nosso brilhante personagem morreu em Trieste, de ataque cardíaco, em 20-11-1890. Tinha 69 anos de uma vida vivida intensamente.

Existe no mercado mineiro uma cerveja nossa, nacional, chamada Captain Burton. O capitão, como bom inglês, era um apreciador entusiasmado da festejada loura...

Brasília, 19-3-2021,
bicentenário do nascimento de
Sir Richard Francis Burton

O maoísmo internacional e os comunistas brasileiros. A história de uma crise permanente que levou a China de Mao Tsetung a abandonar a guerrilha do Araguaia e optar pela aliança com a ditadura militar

Hugo Studart*

Introdução: A crise do PCB

A morte do líder soviético Josef Stalin, em 1953, levaria as organizações de esquerda de o mundo a tomar novos rumos, incluindo o Partido Comunista Brasileiro, PCB. Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o novo chefe político Nikita Krushev resolve denunciar, de forma espetacular, os crimes hediondos e a crueldade do antecessor. Buscava derreter sua mística, erguida ao longo de três décadas de culto à personalidade. Os comunistas daquele tempo, espalhados por todas as latitudes e longitudes do planeta, cultuavam uma fé inabalável nos rumos

* É jornalista, historiador e professor. Mestre e doutor em História Política pela Universidade de Brasília. Trabalhou como jornalista nos principais veículos do país, como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, revistas Veja, Dinheiro e IstoÉ. Atuou como professor de Jornalismo, Ciência Política e História em instituições como Universidade Católica de Brasília, Ibmecc, Fundação Casper Líbero – SP e UnB. Sua dissertação de mestrado em História foi publicada em livro sob o título de *A Lei da Selva* (2006); já a tese de doutorado foi publicada sob o título de *Borboletas e Lobisomens* (2018). Juntas, as obras foram adquiridas e indexadas no Catálogo Mundial (WorldCat) de obras referências por 41 universidades estrangeiras, tais como Harvard, Yale, Princeton, nos EUA, e Cambridge, Inglaterra. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Este artigo foi construído a partir da pesquisa para a tese de doutorado.

apontados por aquele profeta do socialismo, o “Guia Genial dos Povos”.

Ademais, Krushev passou a apontar o caminho pacífico para a tomada do poder pelos comunistas, aderindo às teses do filósofo italiano Antonio Gramsci, um dos mais originais e importantes pensadores marxistas do Ocidente, autor da ideia de revolução pacífica dentro do aparelho do Estado². Em pouco tempo, o ídolo ruiu. Na Praça Vermelha de Moscou, incitados por Krushev, populares derrubam a marteladas a estátua de Stalin. Assustados com os rumos de sua própria revolução, a delegação chinesa sai do Congresso e deposita uma vistosa coroa de flores no túmulo do ditador falecido. Hannah Arendt jamais acreditou nas boas intenções do novo líder soviético; ao contrário, segundo explica em *Origens do Totalitarismo*, não era necessário que Krushev proferisse um “discurso secreto” para que “soubéssemos que Stalin havia cometido crimes” (ARENDDT, 1990).

A partir desse episódio, teria início uma divisão irreversível entre o PC soviético e o chinês, cujas consequências até hoje são sentidas na geopolítica global. Simbolicamente, o corpo de Stalin foi removido no túmulo de Lenin, santuário nacional. “A crise do stalinismo se arrastaria dentro do movimento comunista brasileiro, minando-o, destruindo-o, esgarçando sua unidade de décadas, irreversivelmente”, escreve o historiador Luís Mir (MIR, 1994, p. 17).

O fato é que, no Brasil, tanto a direção do PCB quanto suas bases entraram em forte alvoroço com as revelações de Krushev. No início, o Comitê Central queria evitar o debate mantendo-se em obsequioso silêncio. “O partido se manteve na muda e queda, com

2 Em sua obra principal, *Cadernos do Cárcere*, redigidos durante sua prisão pelo regime fascista italiano, defende a tese de que na sociedade industrial moderna o controle não é exercido pela força bruta, mas pela “manipulação sutil com que a classe dominante conquista a aceitação de sua ideologia por intermédio das normas e das instituições da sociedade burguesa” (FERREIRA, 1986, p. 10-17).

a cabeça enfiada na areia, esperando que a tempestade passasse” – observaria Osvaldo Peralva, um dos dirigentes do PCB na ocasião, e autor do verbete oficial sobre Luiz Carlos Prestes que constava na *Grande Enciclopédia Soviética*. “O dirigente máximo do PCB estava atordoado e não sabia ou não podia discutir um tema, para o qual não existiram ainda as muletas da frase feita e das fórmulas consagradas” (PERALVA, 1962, p. 185).

Repentinamente, Prestes tornou-se ausente nas reuniões do Comitê Central. E Prestes não era um dirigente qualquer, eventualmente exercendo o cargo de Secretário-Geral do PCB. Naquela época, o PC brasileiro era o partido de esquerda mais importante da América Latina e Prestes o dirigente comunista mais famoso da região. No Brasil, era o nosso *Cavaleiro da Esperança*, apelido que lhe dera Jorge Amado e pelo qual era conhecido nas camadas populares de todo o país³.

Assim, foi um baque dentro do PCB quando Prestes optou pelo silêncio diante do debate sobre o stalinismo aberto por Krushev. Aninharam-se com ele e contra o debate, em “barricada”, segundo a expressão de Peralva, cinco dos dirigentes: Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Carlos Marighella, todos eles membros do *Presidium*, como então era chamada a Executiva do partido (PERALVA, 1962, 184). Chamo a atenção para o fato de que quatro desses cinco dirigentes mais tarde deixariam o PCB para fundar o PC do B: Arruda, Amazonas, Grabois e Pomar. A exceção é Carlos Marighella, que também sairia em 1967 para fundar sua própria organização, a Aliança Libertadora Nacional, ALN.

Depois de muitas pressões, o Cavaleiro da Esperança por fim sai do silêncio, mas para divulgar um documento intitulado “Carta

3 Ao tecer a biografia d’*O Cavaleiro da Esperança*, publicada em 1942, Amado ajudou a construir o mito Prestes no imaginário da esquerda brasileira.

Aberta de Luiz Carlos Prestes aos Comunistas”, que acabou célebre no imaginário político brasileiro por conta do apelido corrosivo forjado pela ala não ortodoxa do partido – “Carta Rolha”. Nela, Prestes estabeleceu o fim da discussão. Estavam proibidos, entre outras coisas, “quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética”.

Os quadros dirigentes médios, contudo, os intelectuais e jornalistas liderados por Agildo Barata Ribeiro, militar e comunista histórico, um dos tenentes mais atuantes da Revolução de 30⁴, forçaram o debate à revelia dos altos dirigentes. Assim, as gerações mais jovens de intelectuais entraram em rebelião quase aberta – como os intelectuais soviéticos, ao mesmo tempo, faziam em Moscou. Por aqui, exigiam a autocrítica radical.

Em outubro de 1956, oito meses após o XX Congresso do PC soviético, o Comitê Central do PC brasileiro finalmente sucumbiria, oficializando a discussão através de um documento interno, “Projeto de Resolução do CC do PCB sobre ensinamentos do 20º Congresso, Culto à Personalidade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil”⁵. Em verdade, a discussão já era fato consumado. O “Projeto” apenas veio a reconhecer uma situação estabelecida e irreversível. Nesse documento, dentre outros pontos, dá a entender que o tradicional “centralismo democrático” seria

4 Uma mera curiosidade: Agildo Barata, como era chamado, é o pai de um dos comediantes mais conhecidos da televisão brasileira, Agildo Ribeiro.

5 A série de documentos que tem início com a divulgação do “Projeto de Resolução do CC do PCB sobre ensinamentos do 20º Congresso, Culto à Personalidade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil”, prossegue com as resoluções do PCB que resultaram na fundação do PC do B, e desaguam em outra série de documentos do PC do B produzidos ao longo das décadas de 60 e 70, e que foram reunidos e compilados em um documento militar “Confidencial” do Centro de Informações da Marinha, CENIMAR, produzido assim que as Forças Armadas descobriram a Guerrilha do Araguaia, em abril de 1972: esses documentos encontram-se dispersos em livros e arquivos públicos, contudo, optei por acessá-los e analisá-los, em seu conjunto, através desse documento militar. *In*: Centro de Informações da Marinha. *“Ação Subversiva no Brasil”*. Brasília, Maio de 1972.

abolido, garantindo a discussão interna e abrindo a liberdade de expressão aos militantes.

* * *

Pertinente, neste ponto, uma explicação sobre dois conceitos até então adotados pelas organizações marxistas-leninistas de todo o mundo: “ditadura do proletariado” e “centralismo democrático”. O Ocidente sempre conheceu muitas formas de opressão e despotismo. Entretanto, reconheceria uma forma de governo forte, de plenos poderes, mas que guardava uma conotação positiva nos estudos da política. Trata-se da ditadura da republicana romana. Quando havia uma forte crise na República, chamavam um patrício probo e de bons costumes para exercer a ditadura provisória, de seis meses em média, cumprindo função de *dictator administrativus*. Depois ele ia embora.

Marx, no ensaio *As lutas de classe* (1986), publicado depois da primeira Comuna de Paris, começou a teorizar sobre um novo tipo de ditadura, a do proletariado. Tratava-se da ditadura dos comissários do povo, em nome do povo, em nome da virtude. Também deveria ser uma ditadura provisória. Mas enquanto em Roma a ditadura máxima era de seis meses, em Marx era sem limites. Marx vai dizer que Estado é sempre o Estado de um grupo social dominante. Portanto, o Estado é sempre ditatorial, pois sempre atende aos interesses da classe dominante.

Mas sua ditadura, segundo Marx, poderia ser democrática, na acepção clássica de “governo do povo”. Mas, para isso, as classes operárias teriam que usar meios da revolução violenta para instaurar uma ditadura do proletariado, que seria uma ditadura provisória, mas que só terminaria quando não mais houvesse sociedade de classes. Assim, a ditadura marxista torna-se permanente. Totalitária, Arendt criticaria. É de Lenin, por sua vez, o conceito do “centralismo

democrático”, resultado direto da palavra de ordem “todo poder aos soviets dos comissários do povo” (BACZKO, 1987, p. 147).

* * *

Quando o PCB começou a sua abertura democrática, em fins de 1956, esses dois conceitos, “ditadura” e “centralismo”, eram dogmas quase religiosos, por demais arraigados no imaginário messiânico de seus dirigentes⁶. Assim, o Projeto de Resolução do Comitê Central é, desde seus estertores, fortemente rejeitado por uma ala do partido liderada por Diógenes Arruda, em cujas fileiras perfilavam-se João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois. Ao longo de todo o ano de 1957, o grupo negou-se a aceitar o processo de desestalinização do partido, deflagrando uma violenta luta interna.

Um fato novo ocorreria na União Soviética em junho daquele ano, quando o secretário-geral do PC, Nikita Krushev, alcançaria a vitória final sobre os ortodoxos, conseguindo afastar outros dois membros da *troika* que dividia o poder no Politburo desde a morte de Stalin⁷. Arendt interpreta esse episódio como um *coup d'état*, um golpe perpetrado por Krushev, exatamente igual ao golpe que alçou Stalin ao poder total em 1925, derrubando a “liderança coletiva”⁸ que fora instaurada em 1925, quatro anos após a morte de Lenin (ARENDDT, 1990).

No Brasil, por sua vez, estimulado pelo exemplo do camarada Krushev, o líder Prestes acabaria mudando de posição. Assim, concluiu que também chegara a hora do PCB expurgar seus

6 Uso a expressão “messiânica” segundo os conceitos de Walter Benjamin, ou seja, de luta no tempo do agora pela almejada sociedade sem classes preconizada por Marx (BENJAMIN, 1994; et LOWY, 2005).

7 Além de Krushev, faziam parte da *troika* Lazar Moiseyevich Kaganovich e Georgy Malenkov.

8 Expressão criada por Stalin.

stalinistas. Dois meses depois do golpe no PC soviético, Prestes consegue arrancar um voto de confiança do Comitê Central para afastar quatro dos nove dirigentes do *Presidium*⁹. Desta forma, os dirigentes Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar e Calil Chad são rebaixados a exercerem “tarefas em outras organizações intermediárias”, segundo o eufemismo usado na resolução assinada por Prestes.

Era o início de um racha irreversível, numa demonstração de que os dirigentes comunistas brasileiros buscavam reproduzir a história política das metrópoles socialistas. Primeiro, da União Soviética; mais tarde, como veremos adiante, o modelo da China.

A fundação do PC do B

No início de 1958, o PCB ratifica a linha política pacífica através de um documento que ficou conhecido por “Declaração de Março”. Era a linha oficial, mas apenas uma linha proforma, posto que, nos bastidores, Prestes jamais desistira da tomada do poder pelas armas, via o tal “socialismo por decreto”¹⁰. Ou seja,

9 Como já esclarecido, o nome que então se dava à Comissão Executiva do partido.

10 Segundo explica Luís Mir em *A revolução impossível*, os novos dirigentes do PC soviético ligados a Krushev defendiam a participação dos militares nacionalistas (ou seja, antiamericanistas) no processo revolucionário como força fundamental no Terceiro Mundo, já que não poderiam contar com uma classe operária organizada. A ideia central era a de que, nesses países, os militares seriam uma força real com origens populares, constituídas, em sua maioria, por egressos dos proletariados. Essa política era conhecida entre os governantes comunistas como “socialismo por decreto”. Desta forma, teve início o treinamento pelo Exército Vermelho soviético de membros das Forças Armadas e de militantes comunistas do Terceiro Mundo. Paralelamente, a Academia Militar de Pequim começaria a patrocinar o treinamento de seus próprios revolucionários. Ressalte-se que, apesar da adoção do discurso oficial gramsciano de tomada do poder pela linha pacífica, uma das diretrizes do PC-URSS era transformar militantes em militares de um futuro exército revolucionário. Nesse contexto, o Brasil continuava ocupando uma atenção destacada. Assim, Manoel Messias, secretário do PCB em Pernambuco, foi o primeiro brasileiro a concluir o curso de oficial do Exército Vermelho, em 1961. Em paralelo, ainda

atingir a revolução através de golpes de Estado, exatamente como fizeram os bolcheviques na Rússia em outubro de 1917 quando, comandados por Leon Trotsky e liderados por Wladimir Lenin, tomaram de assalto o poder dos mencheviques, os socialistas moderados liberados por Alexander Kerensky, força política hegemônica que havia de fato derrubado o czar, para, a seguir, decretarem o socialismo (VOLIN, 1980).

Mas a minoria stalinista passa a opor-se abertamente à nova orientação. Contudo, Prestes avança. Entre agosto e setembro de 1960, promove o V Congresso do PCB no qual, em síntese, é oficializada a linha pacífica de tomada do poder, como também um programa nacionalista – em oposição ao tradicional programa internacionalista preconizado pelo marxismo-leninismo.

As decisões do PCB sempre foram muito lentas – característica que seria herdada pelos dissidentes que fundariam um novo partido, o PC do B. Para cada decisão, pelo menos um ano de preparação. Assim, mais um ano e, a 11 de agosto de 1961, durante o curto governo de Jânio Quadros, o jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do Comitê Central, publica a decisão de mudar o nome que a organização ostentava desde a sua fundação, em 1922. O tradicional Partido Comunista do Brasil vira Partido Comunista Brasileiro. Manteve, contudo, a mesma sigla PCB. Do novo estatuto do partido, foram expurgadas as expressões “marxismo-leninismo”

de acordo com Mir, Prestes passou a se dedicar, prioritariamente, à cooptação nas Forças Armadas de oficiais e sargentos “nacionalistas” para uma luta de “libertação nacional”, que serviria de base para um futuro governo “anti-imperialista”, não importando se a tomada do poder fosse pela via pacífica ou violenta. Em toda a sua caminhada como líder dos comunistas brasileiros, para Prestes, a militarização do PCB sempre foi uma vertente básica de seu funcionamento e organização (MIR, 1994, p. 17 a 19). Sobre a militarização do PCB, observo que, até a década de 1970, a quase totalidade dos membros da Executiva do PCB era constituída ou por militares tenentistas, ou por remanescentes do levante de 1935. Nada menos que 18 militares, sendo 16 oficiais e dois cabos, fizeram parte do Comitê Central do PCB, incluindo o ex-oficial do Exército Maurício Grabois, que mais tarde tornar-se-ia o comandante-em-chefe da Guerrilha do Araguaia. A lista completa desses 18 dirigentes encontra-se em: STUDART (2006, p. 2006).

e “internacionalismo proletário” – até então considerados dois dogmas do comunismo internacional.

Ato contínuo, a Comissão Executiva Nacional, sempre sob controle absoluto do Líder Prestes, decide expulsar três dos principais dissidentes stalinistas, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Carlos Nicolau Danielli, por “atividades indisciplinadas e desagregadoras”, e por “atividades fracionistas e anti-partidárias” (PERALVA, 1962). Só faltou, suprema ironia, que o camarada-capitão Prestes os acusasse de “atividades subversivas”.

* * *

Prestes estava apenas dando início à faxina interna. Dos 25 membros do Comitê Central, 12 terminariam expulsos naquele ano. Em resposta, um grupo de oito ex-dirigentes do PCB – tendo à frente uma *troika* em construção formada por Amazonas, Pomar e Grabois – envia carta aberta aos diversos órgãos internos tecendo críticas aos novos rumos e declarando-se, agora oficialmente, em dissidência¹¹.

Em 18 de fevereiro de 1962, início do governo de João Goulart, os dissidentes realizam uma Conferência Extraordinária, em São Paulo, para fundar uma nova organização. Tomam para si o antigo nome do partido que Prestes abandonara para trás, Partido Comunista do Brasil, e criam uma nova sigla, PC do B. Dentre os 12 membros do Comitê Central da nova organização, cinco deles teriam papel de destaque na futura Guerrilha do Araguaia¹².

11 Os oito dirigentes: João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, José Duarte, Calil Chade e Walter Martins. Quanto a Diógenes Arruda Câmara, não assina a carta. Tudo indica que foi a partir desse momento que ele começa a perder o poder interno para a *troika* formada por Amazonas, Pomar e Grabois (PERALVA, 1962).

12 Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Elza Monerat e Ângelo Arroyo. Também foram ungidos para o Comitê Central: Diógenes Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oeste, José Duarte e Walter Martins.

Desde a sua fundação, o PC do B preconizava uma linha política radical de tomada de poder através da luta armada, conforme resta exposto em seus documentos de fundação, Estatuto e Manifesto-Programa. Também já acenava com a aliança estratégica com o Partido Comunista da China, na ocasião, em divergência cada vez mais aberta com o PC soviético. Em seu Estatuto, o novo partido informa que tem por “objetivo programático final o socialismo e o comunismo”.

Também, o estatuto deixa claro e cristalino a ortodoxia e dogmática, fundamentadas nos conceitos da ditadura do proletariado de Marx e no centralismo democrático de Lenin. Já no segundo parágrafo, informa o Estatuto de Fundação que o PC do B que é “uma organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita e obrigatória para todos os seus membros. Orienta-se pelo marxismo-leninismo e pelos princípios do internacionalismo proletário”. Com essas linhas, o novo partido restaurava os dois dogmas stalinistas exorcizados um ano antes pelo PCB de Prestes.

Na ocasião, foi lançado ainda um Manifesto-Programa, que afirmava que as classes dominantes não cederão suas posições voluntariamente, o que tornava “inviável o caminho pacífico da revolução”; e defendia um “governo popular revolucionário que instaure um novo regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista”.

Esse documento continha objetivos muito semelhantes aos definidos pela Aliança Nacional Libertadora liderada por Prestes em 1935. E descartava, por ser considerada “burguesa”, a principal palavra de ordem da ocasião, “Luta pelas reformas de base”, imaginada pelo PCB e encampada pelo governo João Goulart. Por fim, o Manifesto-Programa definiu o camarada Joseph Stalin como “O Quarto Clássico do Marxismo”, ao lado de Marx, Engels e Lenin.

A opção pelo maoísmo

Em sua obra *O Poder Simbólico*, Pierre Bordieu apresenta a ideia de um “poder quase mágico”, o “poder de fazer e de fazer crer”, de “confirmar ou de transformar a visão do mundo” – como aquele poder que mobilizou um punhado de dissidentes do PCB para fundar uma nova organização que pretendia pegar em armas, ou de jovens voluntaristas determinados a enfrentar um Exército bem armado e organizado, empunhando basicamente a tocha sagrada da revolução. Enfim, “o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a subverter” (BORDIEU, p. 15).

Foi com esse imaginário coletivo que, desde a sua fundação, os chefes políticos do PC do B buscaram a aproximação com um novo movimento internacional que começava a exercer o “poder de fazer e de fazer crer”, segundo as palavras de Bordieu – o maoísmo. Nascidos órfãos de Stalin, buscavam-se adotados pela China de Mao Tsetung à medida que precisavam se afastar da União Soviética de Krushev e do PCB de Prestes.

Já em seu Manifesto-Programa, de 1962, o partido tecia elogios à China Popular. No ano seguinte, em junho de 1963, o Partido Comunista Chinês, através de um documento que ficou conhecido como a “Declaração dos 25 Pontos”, deu a conhecer oficialmente ao Movimento Comunista Internacional o seu rompimento com Moscou. Com esse documento, oficializou-se um cisma irreversível, definitivo.

A partir daquele momento, as revoluções socialistas passariam a ser classificadas em todo o mundo como de “linha chinesa” ou de “linha soviética”. A linha chinesa preconizava, em suma, que a revolução deveria partir da conquista do campo até o cerco final das cidades. Foi assim que os stalinistas da nova organização, o PC do B, começaram a se familiarizar com o pensamento de seu

novo líder, Mao Tsé-tung. E da mesma forma que Stalin fazia questão se ser anunciado internacionalmente como o “Guia Genial dos Povos”, naquela ocasião, Mao procurava fazer crer que era o “Grande Timoneiro”.

Outra razão que empurrou o PC do B para o maoísmo era de ordem prática. O PC soviético ainda cultuava o dogma do “partido único”. Ou seja, não admitia a existência, em um mesmo país, de mais de um partido dirigente da classe operária. E, no Brasil, o partido que representava desde 1922 o proletariado agora se chamava Partido Comunista Brasileiro, PCB, então absolutamente hegemônico, com cerca de 17 mil militantes atuantes dentro do tecido social, prontos para deflagrar a revolução pacífica preconizada por Gramsci.

Maurício Grabois oficializaria a adesão ao maoísmo ao publicar um artigo na edição de julho de 1963 do jornal *A Classe Operária*, veículo oficial do novo partido, definindo o PC chinês como “destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial”. No mesmo artigo, qualificou Mao Tse-tung como “o maior teórico do Movimento Comunista Internacional”. Não chegou a chamá-lo de “Grande Timoneiro”. A partir de então, o maoísmo penetrava no Brasil para não mais sair.

Chamo a atenção para o fato de que o maoísmo avançava, *paripassu*, em outros países do mundo. Em Portugal, por exemplo, as lutas internas no Partido Comunista Português (PCP), por conta da nova linha pacífica preconizada por Kruschev, tiveram início em 1958; os stalinistas começaram a ser expulsos em 1963, e uma nova organização de orientação maoísta, a Frente da Ação Popular (FAP) seria fundada em 1964, em uma cronologia que, em quase tudo, coincide com a do PC do B (CARDINA, 2010, p. 35 e 44).

Foi assim que, em meados de fevereiro de 1964, cerca de 40 dias antes do golpe que instauraria um regime militar de duas décadas, o primeiro contingente de militantes do PC do B seguiu

para a China, a fim de iniciar o treinamento, na Academia Militar de Pequim, o treinamento em guerra de guerrilhas, preparando-se para a futura luta que seria desencadeada no Brasil¹³.

Faziam uma rota tortuosa para despistar os agentes da repressão brasileira e, também, os espões da agência de inteligência dos Estados Unidos, a CIA. Do Rio de Janeiro, partiam rumo a Zurique, Suíça, e de lá para Genebra, Cairo (Egito), Karachi e Dacca (Paquistão), Cantão e Xangai (China), até desembarcar em Pequim. Treze deles chegaram a ser fotografados pela CIA em Karachi e, depois, acompanhados no desembarque em Pequim (FLOSI, 1968, p. 10).

Lá, fizeram faziam cursos intensivos de cinco meses, com uniforme da milícia comunista, e em companhia de futuros guerrilheiros de outros países do terceiro mundo. Nos dois anos subsequentes, 1965 e 1966, outros grupos do PC do B também seguiriam ao treinamento militar na China. Ao longo desse período, pelo menos 41 militantes do PC do B fizeram o curso. Sendo que 14 deles acabaram deslocados para o Araguaia¹⁴.

A China também convidou para o treinamento na Academia Militar de Pequim alguns militantes da Ação Popular, a AP, organização de linha pacífica, nascida a fevereiro de 1963 de uma costela da Igreja Católica. De volta ao Brasil, esses militantes da AP

13 O treinamento na China só seria tornado público em 1968, a partir de informações levantadas pela agência de Inteligência dos Estados Unidos, CIA, e repassadas às autoridades brasileiras. Foi então elaborado um dossiê sobre o assunto, entregue por um delegado do DOPS paulistano ao jornalista Edson Flosi, da Folha de S. Paulo. A reportagem foi publicada sobe o título de “China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país – I”, em 21 Nov 1968, 1ª pág; e também no dia seguinte, 22 Nov 1968, p. 10.

14 São eles: André Grabois, Ângelo Arroyo, Arildo Valadão, Daniel Ribeiro Callado, Divino Ferreira de Souza, Elza de Lima Monerat, Líbero Giancarlo Castiglia, João Carlos Haas Sobrinho, José Huberto Bronca, Manoel José Nurchis, Micheas Gomes de Almeida, Miguel Pereira dos Santos, José Lima Piauhy Dourado e Osvaldo Orlando Costa (FLOSI, 1968, p.10).

começariam a introduzir Brasil afora o pensamento do novo profeta do comunismo, Mao, O Grande Timoneiro. Mais tarde, esse grupo originalmente católico formaria mais uma dentre tantas outras dissidências, a Ação Popular Marxista Leninista, APMML. Assim, tiraria do PC do B o monopólio da representação do maoísmo no Brasil, que deixava os dirigentes stalinistas absolutamente enfurecidos¹⁵.

* * *

Quatro meses depois de enviar os primeiros militantes para o treinamento militar em Pequim, o Comitê Central do PC do B se reuniria, em junho de 1964, a fim de estabelecer a tática revolucionária a ser empreendida. Essa tática centrava-se no deslocamento do trabalho de massa para as áreas rurais, como forma de preparar o início da Guerra Popular Prolongada.

15 Chama atenção o fato de que, entre 1966 e 1974, quando termina a luta armada, o Brasil chegaria a somar nada menos que 47 organizações de esquerda, sendo 15 delas engajadas na luta armada – de acordo com um documento *Secreto* produzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, CISA. E essas organizações, todas as 47 juntas, chegaram a mobilizar cerca de 25 mil militantes no período. O tradicional PCB era, sem dúvida, a maior delas, com cerca de 17 mil militantes no período. Há muito que havia optado pelo caminho da luta política pacífica dentro das instituições sociais, seguindo a estratégia apontada por Gramsci. A segunda maior, com cerca de 1,7 mil militantes, era a Ação Popular, AP. Também professava a linha gramsciana. A terceira organização em tamanho era a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, liderada pelo capitão Carlos Lamarca, com cerca de 1 mil militantes em seu apogeu; seguida da Ação Libertadora Nacional, ALN, liderada por Carlos Marighella, com cerca de 600 militantes. Optaram pela guerrilha urbana, com ações armadas de propaganda e de intimidação ao regime, como fez Lenin na Rússia. O quinto maior grupo rebelde era o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCB-R, que chegou a abrigar 380 militantes. A seguir, como sexto maior, vinha o Partido Comunista do Brasil, PC do B, com “um pouco mais de 300 militantes”, segundo o documento do CISA. Estava, então, no mesmo patamar de outras duas facções que sempre foram consideradas nanicas dentro dos grupos da esquerda armada: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8, e o Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores, PORT, ambos com cerca de 300 militantes cada um.

Na sequência, seria divulgada a primeira avaliação sobre a nova situação política do país, na qual o golpe de 31 de março seria considerado uma “quartelada conduzida por um grupelho de generais fascistas, retrógrados e aproveitadores”, concluindo que “os problemas do país não serão resolvidos pela via pacífica”.

Exatos dois anos depois, em junho de 1966, o Comitê Central do PC do B emitiria mais um documento. Com um título retumbante – “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista” – o documento convocava seus militantes à “guerra popular revolucionária no campo”. Foi nessa ocasião que os primeiros militantes foram enviados à região do Araguaia.

Na virada de 1966 para 1967, militantes decididos a deflagrar a revolução armada criaram duas novas facções da costela do PC do B. Primeiro, o Partido Comunista Revolucionário, PCR, abrigando estudantes e remanescentes das Ligas Camponesas de Francisco Julião, em Pernambuco¹⁶.

Na sequência, foi criada a Ala Vermelha, AV, facção formada basicamente por militantes recém-chegados do treinamento em Pequim que estavam revoltados pelo fato de que ainda não haviam sido chamados à revolução¹⁷. Como nada sabiam sobre as movimentações no Araguaia, os militantes passaram a acreditar que os chefes partidários estariam tendendo ao pacifismo revisionista pregado pelo velho Partidão.

16 O PCR foi constituído basicamente Pernambuco, com ramificações nos Estados vizinhos. Em sua “Carta-Programa de 12 Pontos”, falava da imperiosa necessidade da deflagração da “guerra popular”, em “cerco da cidade pelos campos”. As áreas industriais de São Paulo e Rio de Janeiro seriam a cidade. O resto do país, o campo.

17 O documento programático da Ala Vermelha argumentava que a preparação política das massas camponesas seria impossível nas condições “fortemente repressivas da ditadura militar”. Assim, não vislumbrava outro caminho senão o de começar a guerra popular com um pequeno contingente, organizado na mais absoluta clandestinidade, ao qual caberia a implantação do “Foco Revolucionário” no campo, para depois ganhar as massas camponesas.

Somente em 1968 era tornado público, através do jornal *Folha de S. Paulo*, que turmas de militantes do partido já haviam recebido treinamento na Academia Militar de Pequim, retornado ao Brasil e se deslocado para o interior do país¹⁸. A reportagem chegou a revelar detalhes do treinamento na China, em duas matérias de página inteira, baseada em um dossiê fornecido por fonte policial do DEOPS paulista. Revelava ainda o nome de 18 brasileiros que haviam feito o treinamento em Pequim.

* * *

Em dezembro de 1969, com o cerco da repressão militar nas cidades, o Comitê Central do partido divulgaria entre seus militantes mais um documento – “Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo” – no qual assinalava que os diversos Comitês Regionais deveriam adotar medidas que assegurassem “o envio de elementos para o campo”, com o objetivo de “organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas”. Era o chamamento oficial ao recrutamento de novos quadros à luta revolucionária que finalmente seria desencadeada, de acordo com a linha chinesa de luta. Foi assim que, entre 1970 e 1971, o total de 79 militantes, em sua maioria jovens estudantes ou profissionais liberais, chegariam ao sul do Pará.

Naquele ano de 1971, acelerou-se a aproximação entre o PC do B e os dissidentes católicos da Ação Popular, que haviam criado a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, APML do B.

18 Como já dito, trata-se de um “furo jornalístico” do repórter Edson Flosi. Entre 2010 e 2011, tive o prazer de ser colega de Flosi como professores de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero, São Paulo. Na ocasião, Flosi adiantou-me um longo relato sobre os bastidores dessa reportagem, redigido como parte de um livro que estava a preparar. Pelo relato, a decisão de publicar a reportagem foi de Cláudio Abramo, então editor-chefe da *Folha*. Repórter e editor então passaram a receber pressões dos militares para revelar a fonte. Mas mantiveram o sigilo.

Promoveram então uma reunião na qual foram definidos os “princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo”. Na ocasião, decidiram que o maoísmo era a “terceira etapa do marxismo”, o caminho estratégico como o da “luta armada, através da Guerra Popular”. Só então, depois de definidos os fundamentos doutrinários, como regia o imaginário revolucionário de então, os militantes da AP aprovaram o início de entendimentos para a unificação com o PC do B¹⁹.

A fusão se daria quase um ano depois, véspera da chegada dos militares ao Araguaia. O PC do B contava, então, com um pouco mais de 300 militantes. A APML do B contava, na ocasião, com menos de 100 militantes. A fusão significava um crescimento imediato de mais de 30% nos quadros revolucionários, ou seja, de 300 para 400 militantes.

Relação conturbada com a China

Na aparência, o casamento sempre esteve muito bem, obrigado. Só na aparência, da porta de casa para fora. Nos bastidores, contudo, as relações políticas entre o PC do B e a China seriam sempre conturbadas, como nesses casamentos de conveniência e ódio, no qual ora se aproximam, por vezes se respeitam, nunca se amam – mas nos momentos essenciais acabam se afastando.

Enquanto durou a luta no Araguaia, os problemas conjugais do PC do B com a China estiveram escondidos. Tanto dos militantes do partido, como também ocultos da repressão militar. Somente em 1976, quando foi invadida uma casa onde a direção do PC do B promovia uma série de reuniões de avaliação sobre a experiência na Guerrilha do Araguaia, dentre outros temas, no bairro da Lapa, zona oeste de São Paulo – episódio que ficou conhecido como

19 O documento de unificação da APML do B com o PC do B recebeu o nome de “Tese do Comitê Central sobre o Partido da Classe Operária no Brasil”.

“Chacina da Lapa” – começou a ser descortinada a antiga crise com a China.

Com a queda da casa da Lapa, os órgãos de inteligência militar apanharam centenas de páginas de documentos do partido – a maior parte, manuscritos que terminaram por serem transcritos para documentos secretos militares. Havia um longo relato de Ângelo Arroyo, vice-comandante da guerrilha e sobrevivente do Araguaia, detalhando a experiência da luta armada, documento que ficou conhecido por *Relatório Arroyo*. Seu autor seria morto na invasão da casa. Havia também um documento no qual Pedro Pomar tecia críticas contundentes aos comandantes da guerrilha, batizado de *Relatório Pomar*. Ele também faleceria na invasão.

E perdido em meio aos documentos principais, relatórios sobre as relações com a Albânia e com a China – entre outros de menor importância, como relatos de uma longa viagem de Arroyo ao interior de Rondônia. O maior desses documentos, com 100 páginas, era uma análise histórica sobre as relações com a Albânia e a China, produzidas pelo dirigente Haroldo Lima, ex-AP, depois de uma viagem longa a aqueles países em dezembro de 1975.

* * *

O chinês sempre se notabilizou por um imaginário pragmático. Hoje isso é muito claro quando se analisa a política industrial da China e suas estratégias de posicionamento de produtos no mercado global. Naqueles tempos de Mao Tsé-tung, o pragmatismo já existia, ainda que diáfano. Quem de fato comandava o PC chinês era um militar, político e diplomata hábil e astuto, Chu Enlai, primeiro-ministro desde a fundação da República Popular, em 1949, até sua morte, em 1976.

Ele é apontado como o principal responsável pela modernização da China e pela abertura para o Ocidente, a partir de 1972. Chu

Enlai tinha um discípulo e sucessor, Deng Xiaoping, mentor do atual socialismo-de-mercado chinês e autor de antológica frase sobre a necessidade de pragmatismo nas relações políticas e internacionais: “Não importa a cor dos gatos, desde que cacem ratos”.

* * *

Quando foram abertos os documentos da Lapa, uma série de revelações surpreendentes então veio à tona. Pela análise de conjunto de documentos, percebe-se que o Partido Comunista da China jamais empenhou apoio efetivo ao PC do B. Nem mesmo emprestou qualquer tipo de apoio em seu momento mais decisivo, durante a Guerrilha do Araguaia. Nem armas, muito menos dinheiro. Nem mesmo um mero apoio moral.

O único apoio efetivo registrado nos anos de relação foi logo no início do casamento – o treinamento na Academia Militar de Pequim, onde estiveram presentes ao longo de três anos entre 40 e 50 brasileiros de duas organizações distintas, PC do B e AP – e ainda assim diluídos e perdidos em meio a milhares de militantes comunistas de outros países do Terceiro Mundo. Aquele treinamento, é preciso reconhecer, teve todas as despesas financiadas por Pequim. Foi o primeiro e último apoio efetivo.

Pela análise dos documentos, descobre-se também que os chineses sempre foram de um pragmatismo desconcertante nas relações com as nossas organizações de esquerda.

Em síntese, desde a sua fundação, em 1963, os dirigentes chineses nunca consideraram o PC do B uma organização realmente relevante para liderar a revolução brasileira²⁰.

20 A maior parte desses documentos permaneceria oculta nos arquivos secretos das Forças Armadas. Contudo, alguns deles já foram tornados públicos por jornalistas, a partir de fontes militares, como no caso da jornalista Tais Morais, que conseguiu meia centena de páginas dos “Documentos da Lapa” e os entregou em 2001 ao jornal *Correio Braziliense*, que publicou uma série de reportagens premiadas. Em minhas pesquisas junto

Primeiro, porque não era o partido majoritário. O mais representativo era o PCB, seguido da AP – ambos de linha pacífica. Engajados na luta armada, vinham a seguir a VPR de Lamarca e a ALN de Marighella. O PC do B era apenas a sexta organização em importância, embolada entre as nanicas. Enfim, uma organização com um pouco mais de 300 militantes, número sem expressão para os padrões chineses.

No Brasil, o partido que de fato representava o maoísmo e os interesses de Pequim era a APML do B, dissidência armada da AP, principal suspeita do Atentado de Guararapes, e que tinha entre seus líderes o sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho. Apesar de ser três vezes menor do que o pequeno PC do B, a APML do B era muito mais disciplinada às orientações de Pequim.

Para a cúpula do PC do B, a existência dessa organização era considerada uma “tentativa sub-reptícia do PC Chinês de organizar outro partido no Brasil, transformando a AP numa organização concorrente do PC do B” – registra documento da Lapa. Ademais, os chineses estavam acolhendo e estimulando “fracionistas da chamada Ala Vermelha, um grupo de aventureiros expulso do partido”, segundo o mesmo documento.

O grande ponto de divergência entre o PC do B e o PC chinês dizia respeito ao partido-único, um dos dogmas do marxismo-leninismo. Ainda em 1963, Mao Tsetung passou a admitir a possibilidade de coexistência de tendências e diferentes linhas de esquerda, de centro (e até mesmo de direita) no interior dos partidos comunistas.

a militares para a dissertação de mestrado e, depois, para a tese de doutorado, ambas em História, também obteve uma parte do acervo da Lapa, tanto fotocópias de manuscritos, quanto de transcrições datilografadas. Esclareço, por fim, que as análises abaixo sobre o processo de divergências entre o PC do B e a China foram formuladas a partir da leitura desse acervo. Por conta da dificuldade de identificação dos respectivos documentos, sem título ou assinatura, como já dito, as referências serão apresentadas sob a denominação genérica de “Documentos da Lapa”.

O que importava, segundo a nova concepção pragmática de Mao, era a chamada “frente-única”. Para os stalinistas do recém-fundado PC do B, essa tese era absolutamente inaceitável para os cânones do marxismo-leninismo, pura heresia. Somente eles, acreditavam, poderiam ser os verdadeiros e exclusivos representantes da revolução proletária no Brasil. Ao longo de 15 anos, as divergências foram se acirrando.

Em 1967, o PC chinês difundiu que o pensamento de Mao Tsé-tung constituía uma “nova etapa do marxismo-leninismo”, superando Marx, Engels, Lenin e Stalin. O PC do B passou a considerar a obra de Mao “ecclética e, portanto, não marxista-leninista” – de acordo com um dos Documentos da Lapa.

Depois, é divulgado um documento de Mao intitulado “Apelo em Favor dos Negros Norte-Americanos”, no qual o Grande Timoneiro escreveu que “o sistema colonialista e imperialista desaparecerá com a libertação dos povos da raça negra”. Ora, isso estava em franca oposição a Lenin. Segundo o líder bolchevique, “o imperialismo e o colonialismo terminarão, não com a emancipação dos povos da raça negra ou de qualquer outra raça, mas com a destruição do capitalismo e a implantação da ditadura do proletariado em escala mundial”. A direção do PC do B, mais uma vez, considerou que Mao estava se desviando do verdadeiro e único caminho – de acordo com os Documentos da Lapa.

Outro golpe foi quando a China se autoproclama nação do Terceiro Mundo, na virada dos anos 70, afastando-se de vez do bloco socialista liderado pela União Soviética. Para o PC do B, a divisão das nações em três blocos era “contrarrevolucionária e oportunista”. E o fato da China querer pertencer ao Terceiro Mundo, significava a “traição completa à revolução e ao socialismo”, já que as classes sociais não poderiam desaparecer. Pior: tentavam atrair Cuba para sua órbita, fato severamente criticado pelo PC do B, posto que seus dirigentes discordassem diametralmente do regime de Fidel Castro.

A partir daí, a direção do partido passou a chamar a política de Pequim como “revisonismo chinês”²¹.

Aqueles corações vermelhos sangrariam em 1972, quando Chu Enlai convidou Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, para uma visita oficial a Pequim²². De acordo com os documentos do PC do B apreendidos na Lapa, a China estava “renegando suas posições anteriores de combate ao imperialismo ianque”. Pior ainda ocorreria no ano seguinte, quando a China emprestou respaldo ao “regime tirânico e assassino de Pinochet”, que acabara de tomar o poder no Chile.

* * *

Em fins de 1972, o partido enviaria emissários do Comitê Central para conversações com os dirigentes comunistas da Albânia e da China. No Araguaia, a guerrilha já havia estourado. As Forças Armadas já haviam desfechado duas campanhas – a primeira entre abril e maio de 1972; a segunda entre setembro e outubro do mesmo ano.

Na volta, no início de 1973, os emissários redigiram um longo relatório. Não há registro do nome dos emissários, nem do redator. Mas, pelo documento – que também faz parte do conjunto apreendido na Lapa²³ – sabe-se que os brasileiros discutiram a situação do Araguaia com os albaneses e, depois, com os chineses. O nome do interlocutor chinês está registrado, Y Chian Ting. Segundo o documento, Ting estaria falando em nome de “Mao e Chu”.

21 Ainda de acordo com os Documentos da Lapa.

22 Quem acabaria visitando Pequim, ainda em 1972, em visita histórica e badalada pela imprensa de todo o mundo, seria o secretário de Estado Henry Kissinger.

23 Na transcrição militar, o documento recebeu o título de “Relatório do CC/PC do B sobre contatos mantidos na Albânia e na China (1972 – 1973?)”.

Ting teria dito que os camaradas Mao e Chu estariam analisando, “com particular interesse”, um relatório do Comitê Central do PC do B sobre as 200 milhas marítimas, que o governo do general Emílio Médici acabara de decretar ser território brasileiro. Ting teria informado que outro relatório do PC do B, este sobre a “luta no Araguaia”, fora “cuidadosamente examinado” pela Comissão Militar do Comitê Central do PC chinês, “inclusive com base em mapas da região”. Ou seja, na avaliação chinesa, a questão das 200 milhas marítimas, analisada por Mao e Chu, seria mais importante do que a luta armada no Araguaia. Registra o documento:

Em nome de Mao, externou a satisfação pelas grandes vitórias do Partido em apenas 10 anos e a alegria pelo início da luta armada num prazo mais curto do que esperavam. Após essas declarações, passou a fazer inúmeras perguntas concretas sobre a região do Araguaia: dimensões e características geográficas; vias de comunicação; população e sua composição social; reivindicações mais sentidas dos diversos setores das massas trabalhadoras do campo e das cidades; formas de tensões sociais e tradições de lutas; hábitos e costumes; facilidades e dificuldades ao abastecimento de alimentos; roupas e armas; trabalho do partido e suas vinculações com as massas pobres; fatores determinantes do surgimento da luta guerrilheira e formas de como essa foi acolhida pelas massas camponesas; distribuição das forças armadas inimigas; proporção entre as baixas do inimigo e as nossas, etc.²⁴.

O documento não relata quais as respostas que os emissários brasileiros deram a tantas perguntas. É bem provável que não tivessem muitas respostas a dar. Afinal, quando os dirigentes do partido enviaram um punhado de estudantes para a guerrilha,

24 Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Relatório sobre contatos mantidos na Albânia e China”. São Paulo: 1972. Documento apreendido no aparelho do PC do B ma Lapa, em Dez 1976.

acreditavam que as armas seriam levadas pelo Exército; e, quanto aos alimentos, a selva lhes proveria²⁵. Contudo, o documento registra ainda que o camarada Y Chian Ting, mostrando sempre grande interesse pelo início da luta armada no Araguaia, terminou externando a opinião oficial:

Confiamos no desenvolvimento com êxito da luta armada e esperamos que sistematizem periodicamente as experiências e que nos transmitam, pois precisamos enriquecer nossa compreensão com as novas experiências de luta já que a nossa terminou há 23 anos²⁶.

Depois disso, só discussão teórica. Nenhum aceno de possível apoio chinês em armas, dinheiro ou consultoria militar. Na sequência, Ting muda de assunto. E o relatório também.

A punhalada mais profunda nas relações do PC do B com a China ocorreria em 1974, quando o governo de Mao e Chu restabeleceu relações diplomáticas com o Brasil. Punhalada pelas costas, diga-se, com requintes de crueldade. Era início do governo do general Ernesto Geisel. E justamente naquele ano – em paralelo aos salamaleques diplomáticos entre os dois países – o Exército brasileiro estava terminando de caçar e de executar os guerrilheiros do Araguaia.²⁷ Seis meses antes de deixar o poder, Emílio Médici

25 Referência ao episódio no qual o estudante de Medicina João Carlos Wisnesky é convocado à revolução no Araguaia, em meados de 1971, e vai receber instruções de Carlos Danielli, então Secretário de Organização do PC do B. Wisnesky pergunta sobre as armas: “Não se preocupe, o Exército vai levar as armas para nós” – respondeu Danielli, segundo as lembranças de Wisnesky. Perguntou então sobre as provisões: “A selva proverá”, teria respondido o dirigente comunista (STUDART, 2014, p. 201).

26 Trecho do referido documento.

27 Registro que no livro *A Lei da Selva* revelei a existência de duas equipes militares de execução de prisioneiros, a Zebra e a Jibóia, informando ainda que entre 25 e 30 guerrilheiros teriam sido executados no Araguaia. Para a pesquisa de doutorado, aprofundi o trabalho de prospecção das execuções.

havia dado a ordem de não fazer prisioneiros – ordem esta que Geisel tomara ciência e ratificara em janeiro de 1974, vésperas de subir a rampa do Palácio do Planalto²⁸.

Escondidos em aparelhos nas cidades, os dirigentes do PC do B nada sabiam sobre o massacre que seus camaradas estavam sofrendo em algum lugar das selvas amazônicas. Contudo, para eles, era insuportável aguentar os elogios que o governo de Mao e Chu tecia “à ditadura militar fascista brasileira” – de acordo com um dos documentos da Lapa. Em outro documento, registraram a falta de solidariedade política dos chineses durante os “quase três anos de resistência do PC do B no Araguaia”.

Em meados de 1975, ocorreria uma reunião do Comitê Central do PC do B, na qual foram avaliadas as permanentes relações divergentes entre a ortodoxia dos comunistas brasileiros e o pragmatismo dos chineses. Foi aprovado um documento, batizado de “Sobre as Relações”, que deixava explícito que o reatamento chinês com o governo militar brasileiro era considerado ainda mais injustificável do que a aliança da União Soviética de Stalin com a Alemanha de Hitler:

Embora o PC do B e o PC Chinês estejam juntos no fundamental, é normal que surjam divergências em questões determinadas. O reatamento de relações China-Brasil é uma atitude concreta e incorreta. Não se pode dizer que está no quadro da coexistência pacífica. As relações da União Soviética com a Alemanha de Hitler tinham o objetivo de abrir caminho. As da Albânia com a Grécia são para tratar de problemas de fronteiras. Mas a China não tem nada disso com o Brasil. Não se deve apagar as fronteiras da luta de classes na questão da relação entre países.

28 Ver detalhes da participação de Geisel em: (STUDART, 2006, p. 270-271).

Por que a China não reconhece a Coréia do Sul, o Camboja, o Vietnã do Sul, e reconhece a ditadura brasileira? Como entender isso? Não se compreende como a China pode continuar a manter relações com o Chile e com o Brasil. No Terceiro Mundo, a China colocou tudo num saco: ditadura, governos democráticos, etc. A China passa a ser aliada de Geisel e não compreende que a ditadura só estabeleceu relações, não porque seja progressista, mas porque os patrões americanos mandaram²⁹.

Em outro trecho, o documento constatava que a China mudara suas posições fazia quatro anos, retirando seu apoio a iniciativas revolucionárias, como a Guerrilha do Araguaia, e passando fazer alianças com ditaduras militares:

A partir de 1971, a China mudou: não mais se fala em apoio à luta armada. A repercussão do reconhecimento da ditadura é ruim em diversos setores aqui. A opinião de Mao sobre a existência de tendências no partido é errada. Na questão do Chile, chega a ser chocante. A China se isola do povo. Quem nos ajuda são os que levantam a voz contra a ditadura, e não os que estabelecem relações com ela. Na Rádio, a China não tem espaço para denunciar a ditadura e suas tropelias. As relações foram estabelecidas à base de elogio à ditadura.

Outros golpes menores ainda viriam pela frente. Um deles foi o apoio ao Pacto do Atlântico Sul, concebido pelos Estados Unidos e encarado pelos chineses como “um fator positivo a ser estimulado”, e sobre o qual o PC do B já se havia manifestado contrário. O PC chinês também se esforçou para boicotar a iniciativa dos partidos

29 Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Sobre as Relações”. São Paulo, 1975. Documento apreendido na “Chacina da Lapa”, em 1976.

marxistas-leninistas da América Latina de editar, no Chile, uma revista de âmbito continental, objetivando difundir “as experiências de luta dos povos latino-americanos”.

Em determinado momento o PC do B desistiria de vez de manter aliança com a China. Aparentemente, isso ocorreu após o término da Guerrilha do Araguaia, provavelmente em 1975, quando então foi elaborado o documento “Sobre as Relações”. Os comunistas brasileiros então deixariam de apontar um suposto “revisionismo” do PC da China, para começar a acusar seus governantes de “direitistas empedernidos e inimigos do socialismo, que aspiram transformar a China, com a ajuda do capital estrangeiro, numa superpotência social-imperialista”.

Contudo, o PC do B tentaria, mais uma vez, a aproximação – ou pelo menos a compreensão do estado das coisas. Em dezembro de 1975, a Executiva enviou dois dirigentes a Tirana, Diógenes de Arruda Câmara e Haroldo Rodrigues Lima³⁰, como delegados do partido às solenidades do aniversário de Libertação da Albânia. Em seguida, a dupla esticou a viagem até Pequim. No regresso, em janeiro de 1976, Haroldo Lima produziu um longo documento, de 100 páginas, analisando as dolorosas relações entre o partido e o governo de Mao e Chu. No capítulo “Opiniões do delegado sobre a China”, Haroldo registra:

A perspectiva de unidade tende a estar sempre presente, mas os chineses não dão perspectivas de quando se poderão realizar ações multilaterais. Quais as razões? Eles não dão. A autoridade dos chineses é fonte de dificuldades. Os fatos constatados de ação contra a unidade têm raízes na China. O cara vai lá e volta para fracionar. A China jogava com a possibilidade da AP se transformar em partido e fracionar.

30 Arruda Câmara, conforme já relatado, egresso do PCB. Haroldo Lima, por sua vez, ex-APML do B.

Havia forças lá que lutavam contra a unidade da AP com o partido (PC do B). Eles apoiam mais de um partido em cada país. Dizem que se relacionam com todos, mas que dão apoio especial a um. As posições da China turvam o ambiente e puxam para o divisionismo.

Talvez por herança do velho Partidão, ou ainda pela dificuldade de se reunirem para tomar decisões, o fato concreto é que naqueles tempos todo e qualquer movimento do PC do B era extremamente lento. Houve a “Chacina da Lapa”, em dezembro de 1976, quando os documentos foram apreendidos. Mais dois anos e, em 1978, finalmente o PC do B tornaria público suas divergências de 15 anos consecutivos com a República Popular da China, através do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do partido.

Na edição de dezembro de 1978, seria publicado um artigo intitulado “Breve Histórico das Divergências com o PC da China”. Nesse artigo são utilizados vários qualificativos para definir o Partido Comunista da China: “falsos amigos”, “revisionistas”, “capitalistas”, “direitistas”, “imperialistas”, “contrarrevolucionários”, “oportunistas”, “aliados do imperialismo”, “incoerentes”, “pragmatistas”, “inimigos do socialismo”, e por aí vai³¹. Era a oficialização do divórcio litigioso.

Considerações finais

Toda essa discussão sobre as relações conturbadas entre a China de Mao e uma das muitas organizações da luta armada brasileira, o PC do B, com debates apaixonados sobre filigranas ideológicas como revisionismo, partido único ou frente única, no tempo do agora, soa entre o cômico e o grotesco. Em verdade, trata-se de uma tragédia no outrora, provocada por sucessão de erros de avaliação

31 Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Breve Histórico das Divergências com o PC da China”. São Paulo: Jornal *Classe Operária*, ed. Dez 1978.

política que ajudou a levar à morte e ao desaparecimento nada menos que 47 cidadãos brasileiros, quase todos jovens estudantes universitários ou secundaristas.

Ora, esses fatos ocorreram no contexto internacional da guerra fria e no ápice do imaginário revolucionário do Século XX, aquele período no qual Eric Hobsbawm conceituou como a “era dos extremos” e o Isaiah Berlin definiu como o “mais terrível da história”³². Naquele imaginário social da virada dos anos 60 para 70, a juventude estava em estado de rebeldia em todo o Ocidente; não admitia contemporações em relação ao *establishment* vigente e entendia a revolução como um processo profundo de transformação do mundo e da vida.

De um lado, a proposta de rebeldia representada, sobretudo, pelos *hippies*, hedonista e festiva, apartidária, mas fundamentada em um radicalismo político e cultural efetivado por transgressões comportamentais e da linguagem, baseada na paródia, no humor e na ironia, e que teve entre seus momentos memoráveis de guerrilha cultural uma teatral levitação coletiva sobre o Pentágono, em 1967.

A segunda proposta foi proveniente de organizações marxistas-leninistas “ultramilitares” que, influenciadas pela “crença na necessidade da revolução violenta” e por considerarem-se uma “vanguarda composta por células secretas”, disposta ao sacrifício pessoal com a própria vida, “trocaram a guerrilha teatral pela guerrilha rural”, segundo as expressões de Cardina (2010, p. 33 e 34). O Brasil obviamente fazia parte desse imaginário coletivo internacional.

32 Quando escrevia *A Era dos Extremos*, no início da década de 1990, o historiador Eric Hobsbawm pediu ao filósofo lituano Isaiah Berlin que lhe apresentasse um olhar panorâmico sobre o Século XX. Berlin, que viveu a maior parte do século, disse: “Lembro-o apenas como o século mais terrível da história” (HOBSBAWM, 2001, p. 11).

Desta forma, quando o PC do B começou a recrutar quadros para a guerrilha rural, encontrou um terreno fértil entre os jovens daquela virada dos anos 1960-70. Pois falar em ambiente das esquerdas universitárias apenas em “preparação da luta armada”, era um caminho seguro para sofrer a acusação de “pacifismo”, “oportunismo”, “revisionismo”, “capitulação” ou mesmo “traição à revolução”.

A proposta que aquela organização maoísta, o PC do B, apresentava aos jovens voluntaristas era *ipsis litteris* o caminho percorrido por Mao Tsetung na China. Ademais, o pré-requisito obrigatório para ser aceito como militante do partido era estudar a brochura “Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil”, no qual era detalhado o modelo chinês de guerra popular, com o campo cercado as cidades (BRUM, 2012, p. 117). Mais que isso, antes de ser oficialmente aceito, o candidato era sabatinado sobre os cânones do maoísmo.

Assim, da mesma forma que a Cuba de Fidel Castro apoiava explicitamente as organizações da luta armada urbana, estava subentendido, implícito – quase explícito – que o PC do B contava com o apoio logístico da China para deflagrar a guerrilha rural. Os jovens estudantes partiram para a luta armada no campo acreditando que contavam com o apoio logístico do Grande Timoneiro, em armas, munições, mantimentos e dinheiro.

Mas a direção do PC do B não havia estabelecido qualquer aliança concreta com a China antes de enviar seus militantes para o Araguaia. Pelo que se conclui do conjunto de Documentos da Lapa, os dirigentes da organização só tomariam a providência de procurar os chineses para tentar acertar o jogo em dezembro de 1972, oito meses depois da chegada dos militares no Araguaia.

E a China de Mao, que há muito dava sinais de não estar apostando suas fichas no PC do B, estava mais interessada em firmar uma aliança pragmática com a ditadura militar brasileira

do que em apoiar um punhado de dirigentes vanguardistas, mais apegados aos cânones da fé stalinista do que à realidade do mundo.

Curiosamente, quem de fato empenhou algum apoio aos guerrilheiros foi Enver Hoxha, ditador ultraortodoxo da pequena Albânia, na época (e ainda hoje) a nação mais pobre da Europa. Hoxha mandou que a Rádio Tirana – nome da capital da Albânia – transmitisse em ondas curtas, voltadas para o sul do Pará, um noticiário diário em português.

Hoxha havia batizado seu regime de “Farol da Humanidade”. Era assim que ele se sentia, como o último bastião de Stalin. Hoxha era, naquele momento, o último profeta do marxismo-leninismo a iluminar o caminho que levaria a humanidade ao fim da História. No Brasil, os comunistas da linha pacífica costumavam se referir aos albaneses, de forma pejorativa, pelo título de “Faróis da Humanidade”. E aos militantes do PC do B, em fina ironia, como “albaneses”.

Longe da intelectualidade urbana, havia um punhado de homens e mulheres lançados nas selvas amazônicas que acreditavam no caminho apontado antes por Stalin e, naquele momento, por Mao Tsetung e por Enver Hoxha. Nas noites quentes ou mornas do Araguaia, enquanto aguardavam com esperança a chegada das armas e provisões chinesas, as transmissões da Rádio Tirana passaram a ser o principal programa dos guerrilheiros. Vez por outra escutavam notícias sobre a “gloriosa jornada de luta revolucionária dos camponeses do sul do Pará”. Eram eles!

Pode até ser que – pelo menos em sã consciência – jamais tenham chegado a se verem como faróis da humanidade. Mas aquelas auspiciosas notícias sobre a “gloriosa jornada” acalentavam o ego e levantavam o moral da trupe. Ajudavam a nutrir a fé de que, finalmente, estavam começando a desencadear a tão sonhada revolução. Contudo, faltaram-lhes as armas e provisões que os camaradas do partido se esqueceram de acertar com os pragmáticos

chineses. Um amadorismo que acabou por se tornar corresponsável pelo desaparecimento de 47 brasileiros em algum lugar das selvas amazônicas.

Referências

Documentos:

ARROYO, Ângelo. “Relatório Arroyo”. Paulo: 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, pp. 249-290.

CENIMAR, Centro de Informações da Marinha. “Secreto: Ação Subversiva no Brasil”. Brasília, Maio de 1972.

CISA, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica: “Secreto: Conferência proferida pelo Sr. Brigadeiro Newton Vassallo da Silva, Chefe do Cisa, para o Alto Comando da Aeronáutica, no Gabinete do Ministro da Aeronáutica”. Brasília, 11 Ago 1972.

DOI-Codi. Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna. “Relatório Especial de Informações Nº 1/77”. São Paulo, 1977.

PCB, Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Projeto de Resolução do CC do PCB sobre ensinamentos do 20º Congresso, Culto à Personalidade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil”. Rio de Janeiro, Outubro 1956.

PC do B, Partido Comunista do Brasil. “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”. São Paulo, Jun. 1966.

PC do B, Partido Comunista do Brasil. “Estudo crítico acerca da violência revolucionária”. São Paulo, 1966 (Documento aprovado na assembleia final do VI Congresso do PC do B.).

PC do B e APML do B. “Tese do Comitê Central sobre o Partido da Classe Operária no Brasil”, São Paulo, 1971 (Documento de unificação do Partido Comunista do Brasil com a Ação Popular Marxista Leninista do Brasil).

PC do B, Partido Comunista do Brasil. “A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil”. Edições Maria da Fonte, 1974.

PC do B, Partido Comunista do Brasil. “Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil”. Edições Maria da Fonte, 1974.

PC do B, Partido Comunista do Brasil. “Para a reconstrução do Partido Comunista Marxista-Leninista”. Edições Maria da Fonte, 1975.

PC do B, Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Sobre as Relações”. São Paulo, 1975 (Documento apreendido na Lapa, 1976).

PC do B, Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Relatório sobre contatos mantidos na Albânia e China”. São Paulo: 1972 (Documento apreendido na Lapa, 1976).

PC do B, Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Breve Histórico das Divergências com o PC da China”. In São Paulo: *Jornal Classe Operária*, ed. Dez 1978.

SNI, Serviço Nacional de Informação – Agência Rio de Janeiro. “Assaltos a Bancos: Documento Confidencial SS16 nº 130/69”. Rio de Janeiro, 11 Ago 1968.

Bibliografia:

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Eunadi, Vol. V., Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRUM, Liniane Haag. *Antes do Passado*. Rio de Janeiro: Arquipélago Editorial, 2012.

CARDINA, Miguel. *A esquerda radical*. Coimbra, Portugal: Angelus Novus, 2010.

FERREIRA, Oliveira S. *Os 45 cavaleiros húngaros – Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec, 1986.

zerem guerrilha em nosso país”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 21 e 22 Nov 1968.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad.: Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *As Lutas de Classes*. Ed. Cátedra, 1986.

MIR, Luís. *A Revolução Impossível – A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller; Círculo do Livro, 1994.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006.

STUDART, Hugo. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014 (Tese).

VOLIN, Vsevolod Eichenbaum. *A Revolução Desconhecida*. São Paulo: Global, 1980.

Réquiem para uma ilusão: a trajetória do comunismo no Brasil, 1922-1992

Gustavo Marques

Este artigo é uma versão resumida dos Capítulos 1, 2 e 3 d’*O Livro Negro do Comunismo no Brasil: mitos e falácias sobre a história da esquerda brasileira*, de minha autoria, cujo lançamento se deu por ocasião do seminário “A Trajetória do Comunismo no Brasil”, realizado no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF) em 11 de dezembro de 2019, do qual participei, juntamente com os professores Paulo Roberto de Almeida (que escreveu o prefácio do livro) e Hugo Studart. Tratarei aqui, num esforço de síntese, dos primórdios do movimento comunista no país, desde suas origens no anarquismo (tema do Capítulo 1 do livro) até a dissolução do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no começo dos anos 1990, passando por suas várias fases (objeto dos Capítulos 2 e 3, em um total de sete Capítulos).

Inicialmente, vale observar que a abordagem crítica do tema aqui proposto – como evidenciado pelo próprio título da obra, inspirada em *Le Livre Noir du Communisme* – continua a ser um tabu, mesmo após mais de 30 anos depois da queda do Muro de Berlim e da implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como afirmo na Introdução ao livro (MARQUES 2019: 25-34), persistem, *grosso modo*, duas percepções antagônicas a respeito do comunismo no Brasil: 1) de um lado, à esquerda, a visão heroica, voltada para a glorificação e/ou para a justificação das ações da esquerda radical, invariavelmente mostrada como vítima e defensora da democracia e da liberdade; e 2) de outro lado, à direita, a narrativa diametralmente oposta, direcionada para a demonização

dos comunistas e seus aliados, igualmente eivada de preconceitos e simplificações típicos da Guerra Fria (e mesmo anteriores a esta). Ambas as concepções se caracterizam pelo caráter proselitista e panfletário, privilegiando a propaganda político-ideológica em prejuízo do compromisso com a verdade histórica. Como tal, apenas repetem, muitas vezes, mitos e inverdades que até hoje contaminam o ambiente político (e, inclusive, acadêmico) brasileiro.

Foi por discordar desses dois pontos de vista parciais e reducionistas que resolvi escrever o livro. Para tanto, utilizei, como fontes, memórias, entrevistas e depoimentos de ex-militantes, tais como Agildo Barata, Apolônio de Carvalho, Armênio Guedes, Astrojildo Pereira, Dinarco Reis, Edgard Carone, Elias Chaves Neto, Giocondo Dias, Gregório Bezerra, Heitor Ferreira Lima, Hércules Corrêa, Jacob Gorender, João Falcão, Joel Silveira, Leandro Konder, Leôncio Basbaum, Luiz Carlos Prestes, Marco Antônio Tavares Coelho, Moacir Werneck de Castro, Moisés Vinhas, Nelson Werneck Sodré, Osvaldo Peralva, Otávio Brandão, Paulo Cavalcanti, Pedro Motta Lima, Samuel Wainer, Victor Konder, entre outros, bem como estudos analíticos de pesquisadores e *scholars*, tanto brasileiros como estrangeiros, como John W. F. Dulles, Robert Levine, Ronald Chilcote e Stanley Hilton, sem incorrer em maniqueísmos ou partidarismos de qualquer espécie. Procurei guiar-me, em minha análise, pela frase de Stéphane Courtois, na introdução a *O Livro Negro do Comunismo*: “não se pode deixar a uma extrema direita cada vez mais presente o privilégio de dizer a verdade; é em nome dos valores democráticos, e não dos ideais nacional-fascistas, que se devem analisar e condenar os crimes do comunismo” (COURTOIS 1999: 45).

Feitas essas observações preliminares, vejamos como se deu a gênese, o desenvolvimento, o apogeu e a decadência do comunismo, em sua versão soviética – “a maior utopia política que a história já registrou”, segundo Norberto Bobbio (1995: 17) – no Brasil.

1. O preâmbulo anarquista, 1900-1922

Já em meados do século XIX aparecem movimentos que se apresentam como socialmente reformadores no Brasil. A Revolta Praieira em Pernambuco (1848-9) trouxe reivindicações vagamente inspiradas em conceitos socialistas utópicos então em voga na Europa. Alguns jornais da época e livros como *O Socialismo* (1855), do general pernambucano Abreu e Lima, tentaram aproximar-se das ideias de Pierre-Joseph Proudhon, Charles Fourier e Robert Owen. No entanto, sendo o Brasil ainda uma sociedade predominantemente rural, de economia agrário-exportadora (“semifeudal”, como seria classificada pelos ideólogos comunistas), de indústria pouco desenvolvida e praticamente sem proletariado (a “classe revolucionária”), o comunismo “científico”, na forma das ideias marxistas, somente chegaria ao país tardiamente, na virada do século XIX para o século XX. Apenas em 1883, em Recife (PE), haveria a primeira citação pública a Karl Marx, pelo filósofo Tobias Barreto – que considerava o comunismo “o mais alto grau de servidão” (BARRETO 2013: 9). Alguns anos depois, em 1889, o médico Silvério Fontes fundaria o primeiro círculo de estudos marxistas do país, em Santos (SP) (DULLES 1977: 21-2).

Mas foi somente com a vinda dos imigrantes europeus, sobretudo italianos e espanhóis, junto com os primeiros sinais de industrialização após a abolição da escravatura e a proclamação da República, que as ideias radicais de revolução social aportaram definitivamente no país, sob a forma de anarquismo e seu derivado, o anarco-sindicalismo, correntes rivais do marxismo no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional, 1864-72). As primeiras duas décadas do século XX foram marcadas por intensas lutas e agitações operárias, quase sempre fomentadas por anarquistas, em cidades industriais como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife. Sobretudo no alvorecer da República,

multiplicaram-se greves e mobilizações sindicais, que, diante da repressão policial (“a questão social é um caso de polícia”, dizia-se), degeneraram, muitas vezes, para a violência insurrecional, com choques sangrentos com a polícia, explosões de bombas, atentados e atos de sabotagem. Em 1906, foi fundada a Confederação Operária do Brasil (COB), processando-se, a partir de então, a divisão entre lideranças sindicais anarquistas e os moderados, ou “amarelos”, como eram chamados pejorativamente por seus adversários mais radicais. O auge da agitação operária ocorreu com a greve geral de 1917 em São Paulo – a primeira do país – e a tentativa de insurreição anarquista no Rio de Janeiro (1918), abortada devido à delação de um agente policial infiltrado (DULLES 1977: 65-6). Desde então, o movimento anarquista entrou em declínio, sendo suplantado pela nova ideologia oriunda da vitória da revolução bolchevique em 1917 na Rússia – o comunismo.

2. O PCB – primeiros tempos, 1922-1935

A hegemonia anarquista no movimento operário brasileiro chegaria ao fim nos anos 1920, mas deixou marcas profundas nos revolucionários brasileiros. Diferentemente do que se verificou nos países europeus, os primeiros comunistas no Brasil vieram não do socialismo (que se transmutou, após a crise da Segunda Internacional, em 1914, em social-democracia), mas das fileiras anarquistas. Isso se deveu, em parte, à ausência de uma tradição socialista e, também, à confusão ideológica reinante nos primeiros anos após o golpe bolchevique na Rússia em 1917. Em um primeiro momento, os anarquistas enxergaram no movimento revolucionário comandado por Lênin e Trotsky uma revolução “libertária”, em conformidade com seus ideais antiautoritários, e não como a instauração de um regime ditatorial, de partido único, sem lugar para o dissenso (uma “ditadura do proletariado”).

Intitulando-se maximalistas (pois defendiam o “programa máximo” da revolução, em contraposição ao “programa mínimo” dos reformistas), os anarquistas não tardariam a se desencantar com o caráter totalitário do Estado revolucionário soviético. Com a chegada das notícias sobre a repressão soviética aos anarquistas, na esteira da Guerra Civil Russa (1918-21), a cisão entre esses últimos e os partidários dos bolcheviques tornou-se inevitável. Na imprensa operária, foi intensa a guerra de palavras, com ofensas e acusações mútuas, entre os fiéis ao ideal libertário e os adeptos do socialismo russo, descambando, às vezes, para a agressão física e mesmo mortes (DULLES 1977: 132-4 e 285). Após algumas tentativas efêmeras, um grupo de nove dirigentes, a maioria ex-anarquistas convertidos ao credo bolchevique, como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, formariam, em março de 1922, em Niterói (RJ), o Partido Comunista do Brasil (PCB) (CARONE 1982: 19-23).

Nas décadas seguintes, o PCB foi apresentado por seus militantes e por muitos historiadores como uma agremiação política autenticamente nacional, independente de quaisquer ingerências externas. Essa afirmação não corresponde aos fatos históricos. O próprio ato da fundação do partido – de forma apressada, para dar tempo para que pudesse enviar um representante ao IV Congresso da Terceira Internacional ou Internacional Comunista (IC ou *Komintern*, criada por Lênin em 1919 para promover a revolução comunista em nível mundial), bem como as 21 condições de admissão à IC (aprovadas por unanimidade) (DULLES 1977: 146-7) –, revelam que o PCB foi, *desde a origem*, uma organização estreitamente vinculada à – e controlada pela – URSS. Isso fica claro, também, pela presença de um representante do Birô Sul-Americano da IC na fundação do partido, e está explicitado no próprio nome da nova legenda (surgida legalmente, com registro no Diário Oficial da União): Partido Comunista do Brasil – *Seção Brasileira da Internacional Comunista* (PCB-SBIC) (BANDEIRA et alli 1980: 274-7).

Com o tempo, essa relação umbilical com Moscou – aspecto comum a *todos* os partidos comunistas, no mundo inteiro, na época – só faria se acentuar, transformando-se em vassalagem e submissão pura e simples. Já na primeira crise de sua história, o “caso Canellas” (1922-3), o recém-nascido PCB deixou claro de que lado estava sua lealdade: um militante, Antônio Bernardo Canellas, enviado a Moscou como delegado do partido ao IV Congresso da IC, fazendo jus à sua formação anarquista, ousou divergir, por conta própria, de algumas decisões ali tomadas. Como resultado dessa indisciplina, os líderes da IC recusaram a admissão do PCB à organização, reconhecendo no partido influências “maçônicas e pequeno-burguesas”. De volta ao Brasil, Canellas foi sumariamente expulso do PCB, sendo submetido a uma violenta campanha de difamação e ofensas pessoais (SALLES 2005) – prática que se tornaria rotina nos PCs em geral, e no PCB em particular.

A subordinação incondicional do PCB à URSS, via IC, manifestar-se-ia principalmente nas sucessivas reviravoltas ou zigzagues da linha oficial soviética. Em meados dos anos 1920, os comunistas, seguindo fielmente as diretrizes da IC, buscaram aproximar-se dos “tenentes”, os jovens oficiais militares que se levantaram em armas contra o governo de Artur Bernardes (1922-26). Em 1927, Astrojildo Pereira foi à Bolívia, onde se encontrou com o ex-capitão Luiz Carlos Prestes, já celebrizado como o “Cavaleiro da Esperança”, considerado o principal líder (embora não o fosse oficialmente) da “Coluna Prestes” que, entre 1924 e 1927, percorreu o interior do país, fugindo das forças legalistas e cometendo violências contra as populações sertanejas (DRUMMOND 1986; BRUM 1994; MEIRELLES 1996).¹

1 Em 1926, um grupo de comunistas pernambucanos, chefiado pelo tenente Cleto Campelo, tentou uma revolta armada no interior de Pernambuco, com vistas a unir-se à Coluna, sendo rapidamente desbaratada pelas tropas do governo – foi a única vez que os comunistas se envolveram diretamente em um levante tenentista (MEIRELLES 1996: 491-2; DULLES 1977: 204-5).

O PCB faria outros contatos com Prestes na Argentina, onde estava exilado, em 1929. Por essa época, Prestes, que já mantinha contatos com comunistas argentinos e russos, aderiu ao marxismo-leninismo – o agente russo do Komintern Abraham Guralski chamou-o de “minha maior aquisição” (WAACK 1993: 32-3). Em pouco tempo, Prestes se tornaria o maior nome do comunismo no Brasil.

Obediente às determinações da IC, que então preconizava a aliança com outras classes como a “pequena burguesia”, o PCB, de volta à legalidade em 1927 (fora declarado ilegal após a primeira revolta tenentista, em 1922), resolveu participar das eleições, criando o Bloco Operário, mais tarde Bloco Operário e Camponês (BOC). Nessa primeira experiência “frentista”, o partido elegeu um prefeito (o de Santos) e dois vereadores no Rio de Janeiro (Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, também candidato à presidente da República em 1930) (DULLES 1977: 297). Brandão, um dos fundadores do PCB, foi também o primeiro ideólogo do partido, publicando a primeira tentativa de interpretação da realidade nacional segundo os cânones comunistas então em voga no PCB (*Agrarismo e Industrialismo*, 1928) – fato apresentado por alguns autores como sinal da “independência” teórica do PCB nesse período (ZAIDAN 1988). (Brandão logo seria reduzido ao silêncio pela direção partidária, tendo sido expurgado na onda de perseguição aos intelectuais ordenada pelo Komintern.)

A participação eleitoral dos comunistas teve, porém, pouca duração, pois daria lugar, a partir de 1929, a uma das políticas de maior sectarismo e radicalismo do PCB, chamada de “proletarização”. Mais uma vez, o catalisador da mudança esteve fora do Brasil: a linha política sectária então adotada não foi mais do que a aplicação da nova virada política da IC após seu VI Congresso (1928) que, em contraste com a linha anterior, determinou a radicalização total dos PCs, com base na política sectária batizada de “terceiro período”.

O III Congresso do PCB (1928-29) apenas ratificou essa nova orientação, sem qualquer autocrítica em relação à linha anterior – o que seria uma praxe dali em diante. Corolário dessa reviravolta sectária da IC, a “proletarização” levaria ao “obreirismo”, ou seja, ao expurgo dos intelectuais dos cargos de direção no PCB (Astrojildo Pereira, Otávio Brandão, Leôncio Basbaum), rebaixados na hierarquia partidária e obrigados a passar por longas e humilhantes sessões de “autocrítica” pelos “erros e desvios” na aplicação da linha anterior. Os intelectuais seriam afastados de seus cargos de direção e substituídos por “operários autênticos”, trabalhadores “de preferência sujos, mal-vestidos e que falassem errado” (WAACK 1993: 31; BASBAUM 1976: 75-6).

No mesmo ano de 1929, realizou-se em Buenos Aires uma primeira conferência dos PCs latino-americanos, na qual foi sacralizada a caracterização do Brasil, assim como de todos os demais países da região, com o rótulo de “semicolonial” (CABALLERO 2002: 54-8) – mera transposição mecânica e superficial das análises da IC para as realidades nacionais e continental. Para garantir a aplicação dessas diretrizes, foram enviados agentes do Komintern (o casal Abraham e Inês Guralski), que passaram a controlar *de fato* o PCB (LIMA 1982; WAACK 1993). Na prática, a IC interveio diretamente no partido, assim como fez em outros PCs, acabando com qualquer resquício de autonomia dos comunistas brasileiros.

Não surpreende que, precisamente nessa época, tenha surgido a primeira cisão, ou “racha”, do PCB: em 1927, um grupo (encabeçado por João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa e Rodolfo Coutinho), refletindo a disputa hegemônica na URSS entre Stálin e Trotsky, foi expulso do partido. No ano seguinte, intelectuais como Mario Pedroso e Lício Xavier, divergindo do autoritarismo interno no partido e da submissão à IC – àquela altura já convertida num simples instrumento da vontade de Stálin –,

romperam com a agremiação (alguns iriam aproximar-se, mais tarde, do trotskismo) (FERREIRA 2002: 151; DEL ROIO 1990: 102). A subserviência a Moscou também se traduziria na apatia do PCB diante da Revolução de 1930 – na visão do PCB e da URSS, um simples embate entre os imperialismos inglês e norte-americano.² Totalmente controlado por Moscou, por meio de seus emissários, o partido atingiria um dos pontos mais baixos de sua existência, sem nenhuma influência sobre os acontecimentos e sobre as “massas trabalhadoras”. Reflexo dessa ingerência da IC, de 1929 a 1934 o PCB teve nada menos do que *onze* secretários-gerais (AARÃO REIS 2018: 156).

É nesse momento que se processa nova transformação no PCB, com a entrada em suas fileiras de Luiz Carlos Prestes. Após o “namoro” inicial, em 1927-29, os comunistas brasileiros mudaram radicalmente de posição, passando a ver no “Cavaleiro da Esperança” mais um inimigo do que um aliado, combatendo ferozmente o “prestismo”. De forma esquizofrênica, o PCB acusava Prestes de ser um “caudilho pequeno-burguês”, ao mesmo tempo em que Prestes rompia com os “tenentes” e anunciava sua conversão ao comunismo soviético, exposta em dois manifestos (1930 e 1931) e em seu próprio movimento, a Liga de Ação Revolucionária (LAR) (DULLES 1977: 349). Paralelamente, Prestes aproximou-se da IC e, segundo o jornalista William Waack (1993: 26 e 43-4), usou o dinheiro que recebera de Getúlio Vargas e de Osvaldo Aranha (cerca de 800 contos de réis, com os quais Vargas esperava cooptá-lo para liderar militarmente a Revolução de 1930) para *comprar* sua entrada no QG do movimento comunista mundial. Em 1931, Prestes embarcou para a URSS, onde permaneceu por quatro anos. Nesse

2 Fiel à orientação de Moscou, o PCB se manteve alheio ao movimento de 1930. Houve apenas uma exceção: um pequeno grupo de militares, em contraste com a linha do partido, aderiu à insurreição em Itaquí, Rio Grande do Sul, criando um soviete (o “soviete de Itaquí”) (DULLES 1977: 357-8).

período, foi eleito para o importante cargo de membro da Comissão Executiva da IC (EKKI, na sigla em alemão) – *contra a vontade* do PCB. Talvez o único caso, na história do Komintern, de alguém que se tonou dirigente do EKKI antes de ser membro do PC de seu país (CABALLERO 2002: 112). Somente em agosto de 1934, por imposição do dirigente da IC Dimitri Manuilski (ele resolveu a situação “dando um murro na mesa”, diria depois o próprio Prestes), Prestes foi finalmente admitido no PCB (VIANNA 1991: 94).

3. A sangrenta aventura de 1935 e os anos do Estado Novo varguista (1935-1945)

O partido em que Prestes entrou era bem diferente daquele fundado doze anos antes. Da influência anarquista dos primeiros tempos, o PCB passara ao sectarismo obreirista, descambando no militarismo. Fiel a suas origens tenentistas, o antigo comandante da Coluna via a revolução comunista essencialmente como *golpe* militar. Essa influência militarista e golpista (*putschista*, como muitos a definiram) se fez presente, de forma dramática, na maior aventura da história do PCB (e da IC): a *Intentona* Comunista de novembro de 1935.

Fato central na história do PCB, o movimento sedicioso de 1935 ainda é motivo de controvérsia. Até hoje, historiadores simpáticos ao comunismo, em resposta à demonização da insurreição pela historiografia “oficial”, “de direita”, repetem a tese bastante duvidosa de que os levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro “não foram comunistas”, ou que “não houve ordem de Moscou”. A maioria dos relatos e análises produzidos pela esquerda tende a minimizar ou a relativizar o caráter ideológico da rebelião, preferindo classificá-la como “revolução nacional-libertadora” ou “antifascista” (VIANNA 1991; PRESTES 2015), ou como a última rebelião “tenentista” (PINHEIRO 1992). Os registros históricos, porém, apontam para

outra direção: não somente o movimento sedicioso foi obra dos comunistas – e não da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que após sua extinção por Vargas em julho de 1935 tornou-se um mero apêndice do PCB (PRESTES 2015: 175) –, como foi orquestrado, planejado e financiado pela IC. Esta enviou agentes e recursos (o “ouro de Moscou”, ao contrário do que se convencionou dizer, não era uma lenda) para sublevar os quartéis e derrubar o governo brasileiro.

Diferente do que se pode imaginar, a tática de “frentes populares” aprovada no VII (e último) Congresso da IC (julho-agosto de 1935) – resposta tardia à ascensão dos nazistas na Alemanha, para a qual contribuiu decisivamente a linha anterior de “classe contra classe”³ –, não estava em contradição com a concepção militarista da revolução defendida por Prestes e seus seguidores. Pelo contrário, as duas táticas se complementavam: ao mesmo tempo em que via a tomada do poder como ação militar, como quartelada, Prestes e os comunistas enxergavam a ANL como uma frente de massas, a ser homogenizada e instrumentalizada pelos PCB (como de fato foi) – bastaria que o nome de Prestes fosse pronunciado, como no manifesto de 5 de julho de 1935 (“Todo Poder à ANL” – uma imitação grosseira do slogan leninista de 1917), para que as portas e os arsenais dos quartéis se abrissem e o povo saísse às ruas. Daí viria um “governo popular nacional revolucionário”, com Prestes à frente (DULLES 1985; WAACK 1993; AARÃO REIS 2018).

Sabe-se, claro, que nada disso aconteceu. Na hora da verdade, o tão louvado “gênio militar” de Prestes – um dogma repetido à exaustão nas décadas seguintes – não apareceu. Em vez disso, as

3 Decorrente da política do “terceiro período” adotada pela IC em seu VI Congresso (1928), a linha de “classe contra classe” levou à sectarização dos comunistas, que passaram a ver como principais inimigos os social-democratas (chamados de “social-fascistas”). O resultado foi a vitória eleitoral do Partido Nazista de Adolf Hitler na Alemanha, em 1932. (SERVICE 2007: 167-178).

três rebeliões foram rapidamente sufocadas – a última delas, no Rio, ordenada por Prestes quando os outros levantes já estavam derrotados, numa demonstração de incompetência militar imperdoável num ex-oficial do Exército. No final, a rebelião de 1935 – mal planejada, mal organizada e mal executada – serviu apenas para fornecer o pretexto que Vargas desejava para desfechar o autogolpe de 10 de novembro de 1937, que inaugurou a ditadura do Estado Novo (1937-45) – um favorecimento tão evidente que alimentou, durante décadas, rumores de provocação governamental, algo que, dado o notável despreparo demonstrado por Prestes e seus camaradas, seria desnecessário. Outro efeito colateral do *putsch* malogrado de 35 foi o início oficial do anticomunismo nas Forças Armadas, alimentado pelos crimes – reais ou imaginários – cometidos pelos revoltosos. A partir daí, gerou-se no Exército “um fortíssimo sentimento anticomunista e a desconfiança contra proponentes de reforma socioeconômica” (McCANN 2007: 476), que teria profundas consequências na vida política nacional.⁴

Seguindo um padrão na história do PCB, a derrota de 35 não levou a nenhuma avaliação crítica, por parte dos comunistas, da linha política que levou ao desastre. Pelo contrário, o PCB recusou-se a admitir a derrota, enquanto em Moscou houve uma verdadeira inquisição contra os agentes envolvidos na malfadada aventura (WAACK 1993: 223; ROSE & SCOTT 2010: 300). A busca de bodes expiatórios atingiu o paroxismo no assassinato da jovem Elza Fernandes (Elvira Cupelo Coloni), companheira

4 Para se ter uma ideia do descabro em que os insurretos de 35 se movimentavam, o então secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, em seus “relatórios-baluartes” em Moscou, convenceu seus patrões soviéticos de que os cangaceiros do Nordeste – inclusive o famoso Lampião – eram uma força guerrilheira aliada aos comunistas, “defensores da liberdade, defensores da vida do camponês”... (VIANNA 2003: 76). Mimetizando a visão mecanicista importada da URSS, o PCB preconizava, ainda, a criação, no Brasil, de “repúblicas de índios e de negros” independentes (DEL ROIO 1990: 212-3).

do então secretário-geral Miranda, executada a mando de Prestes (o “caso Garotá”) – um crime cuja responsabilidade ele jamais admitiu. Pelo menos mais cinco casos semelhantes (chamados pelos comunistas, eufemisticamente, de “justiçamentos”) ocorreram na época (LAFAYETTE 1946; GORENDER 1998). Inclusive no exterior: um dos voluntários brasileiros que lutaram no lado republicano na Guerra Civil Espanhola (1936-39), o tenente Alberto Besouchet, participante da revolta de 35 em Recife, foi provavelmente executado pela polícia política soviética (a NKVD, precursora da KGB) na Espanha, em data e local incertos. Acusado de “trotskismo” – o que equivalia, então, a uma sentença de morte –, seu corpo jamais foi encontrado (BASBAUM 1976: 154; CARVALHO 1997: 123; KAREPOVS 1999). Trata-se, portanto, do primeiro caso de “desaparecido político” brasileiro, décadas antes do termo entrar para o vocabulário político latino-americano.

Vale a pena, aliás, comparar a relativamente pouca atenção dada geralmente a esses casos com o da mais famosa vítima comunista do período: a agente alemã do serviço secreto militar soviético, Olga Benario. O fato de ter mantido um relacionamento amoroso com Prestes e de ter sido deportada, grávida, para a Alemanha nazista, onde viria a ser morta num campo de concentração, cobriu Olga de uma imagem e aura de mártir, de heroína romântica, fartamente explorada em livros e filmes (MORAIS 1985). Pouca importância se dá ao fato de que ela veio ao Brasil como agente de uma conspiração internacional, bancada por uma potência estrangeira, para participar de um golpe militar contra um governo que, naquele momento, não era ditatorial. Tampouco se costuma lembrar que, pouco antes de ser presa, juntamente com Prestes (março de 1936), ela pedira a Moscou para deixar o Brasil. Menos atenção se dá, ainda, ao fato de que Moscou pouco se mobilizou para libertá-la da prisão, deixando a “campanha Prestes” aos cuidados de sua sogra, Leocádia Prestes, e de outras personalidades. Mais importante: poderia tê-lo

conseguido, sobretudo após o Pacto Hitler-Stálin de agosto de 1939, que transformou as duas ditaduras em aliadas, permitindo-lhes trocar prisioneiros (Olga morreu em 1942) (AARÃO REIS 2018: 204-6). Olga poderia ter sido salva, mas a máquina repressiva do stalinismo deixou-a morrer nas mãos dos nazistas – talvez porque, morta, seria mais útil à causa do comunismo.

Esmagados em 35, nem mesmo a repressão estatal impediu os comunistas brasileiros de perseguir seus adversários à esquerda. Em 1937-38, a pretexto de divergências quanto a que candidato apoiar na eleição presidencial marcada para 1938 (que seria cancelada por causa do golpe do Estado Novo), a direção clandestina do PCB, liderada por Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”) e seguindo, como sempre, ordens da URSS, promoveu um expurgo em suas fileiras. Reproduzindo, em escala menor, os “processos de Moscou” stalinistas, a direção partidária interveio no Comitê Regional de São Paulo, expulsando vários militantes, acusados de “trotskistas”, e publicando seus nomes verdadeiros na imprensa partidária – um presente para a polícia (KAREPOVIS 2003).⁵ Pouco depois, a infâmia suprema: em nova (e surpreendente) virada política, o PCB, mais uma vez obedecendo cegamente às determinações de Moscou, e seguindo o exemplo dos demais PCs submetidos à influência soviética, apoiou o infame Pacto Molotov-Ribbentrop, determinando que escritores ligados ao partido, como Jorge Amado e Oswald de Andrade, colaborassem com o jornal pró-nazista *Meio-Dia*, publicado no Rio de Janeiro e financiado pela embaixada alemã (SILVEIRA & MORAES NETO 1990). E assim se processou o “milagre” de que, durante quase dois anos, intelectuais comunistas, cumprindo uma tarefa do PCB, escreveram para uma publicação que enaltecia o Terceiro Rei.

5 A acusação de “trotskismo” seria das mais infamantes nas fileiras do PCB. O artigo 13 dos estatutos do partido proibia os militantes até mesmo de manter relações pessoais com trotskistas (FERREIRA 2002: 162).

4. Legalidade e populismo, 1945-1948

Duramente perseguido após 1935, o PCB voltaria à superfície dez anos depois, em 1945, dessa vez em uma conjuntura internacional favorável, com a reviravolta propiciada pela vitória dos Aliados contra o Eixo nazifascista na Segunda Guerra Mundial. Getúlio Vargas, antes inimigo e ditador, era agora aliado e democrata: reestruturado em 1943, após a chamada “Conferência da Mantiqueira”, o PCB declarou apoio a Vargas, endossando, de fato, o “queremismo”, movimento político para que o ditador permanecesse no poder. Na prática, os comunistas se tornaram uma linha auxiliar do populismo varguista.⁶

Anistiado em abril de 1945, Prestes conclamou seus seguidores a “esquecer o passado” e a ajudar o governo, sob o argumento da “união nacional” – arremedo da política stalinista de aliança de guerra. Desse modo, o partido se opôs à queda de Vargas, em outubro (CARONE 1982b: 59-63). Pouco depois são convocadas eleições gerais e o PCB, já legalizado, consegue eleger 14 deputados federais, a quarta maior bancada do Congresso Nacional, com Prestes como senador. Nas eleições presidenciais de 2 de dezembro, o partido lança candidato próprio, o desconhecido Yedo Fiúza, que consegue cerca de 10 por cento dos votos.

Essa época marca o apogeu da existência legal do PCB, que alcança cerca de 180 mil filiados, com duas editoras e oito jornais diários, tornando-se o maior partido comunista da América Latina (HILTON 1991: 208; CABALLERO 2003: 109-120). É o auge, também, do culto da personalidade de Prestes, com a realização de comícios multitudinários do “Cavaleiro da Esperança”, no Rio

6 Quase ao mesmo tempo, o partido aliava-se a políticos populistas e notadamente corruptos, como o governador de São Paulo Adhemar de Barros, com quem firmou um acordo em 1947. Vigorava “a venda de votos a quem mais pagar, nas vésperas das eleições”, segundo Leôncio Basbaum (Apud MAGALHAES 2012: 226).

de Janeiro e em São Paulo. Na Assembleia Nacional Constituinte, os parlamentares pecebistas, entre os quais Jorge Amado, Carlos Marighella, Gregório Bezerra e João Amazonas, defendem causas consideradas populares e progressistas (como a lei de liberdade religiosa), mas também propostas retrógradas e mesmo racistas, como a proibição da imigração japonesa. Também se opuseram à ideia de criar uma estatal do petróleo (a futura Petrobras), pois pretendiam beneficiar uma empresa soviética... (MAGALHÃES 2012: 187-8). Em seus discursos na tribuna do Senado, Prestes travou alguns duelos verbais com representantes da direita, nos quais deixou entrever seu pouco tato político e seu pouco apreço pela democracia. Em um deles, em 1947, justificou o enforcamento de Nikolai Petkov, opositor ao regime comunista da Bulgária. Para Prestes, “a pena tinha sido justa”, e o enforcamento fora “merecido”, pois Petkov “fora julgado de acordo com a lei do país”. Um ano antes, em outro pronunciamento, que teria consequências funestas para ele e seu partido, afirmou desajeitadamente, ao responder a uma provocação feita por outro senador, que, em caso de guerra entre o Brasil e a URSS, ficaria do lado dos soviéticos (AARÃO REIS 2018: 249).

Declarações inábeis e desastradas como essas, mais do que a influência de fatores externos como o início da Guerra Fria,⁷ contribuíram para criar o clima político necessário à cassação do registro legal do PCB, por 3 votos a 2, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em maio de 1947, com base no argumento de que

7 Tornou-se comum a afirmação de que a cassação do registro do PCB e o rompimento de relações diplomáticas com a URSS, no mesmo ano, teriam sido o resultado direto de pressões dos EUA. Trata-se de um mito, que a propaganda comunista e certo antiamericanismo, que vê a mão de Tio Sam em tudo, só fizeram reforçar. Na realidade, a Casa Branca colocou-se *contra* a decisão de romper com a URSS (SILVA 1976: 479). Na mesma época, militares brasileiros, desde 1935 imbuídos de forte sentimento anticomunista, queixavam-se do que viam como a “excessiva tolerância americana em relação ao comunismo” (HILTON 1991: 211).

se tratava de uma organização política obediente a um centro de poder estrangeiro (a URSS). Embora tenha havido sanha política na decisão, é inegável que ela esteve amparada legalmente (VILLA 2011: 86). O próprio nome do partido – Comunista *do Brasil* – denotava o pertencimento a um movimento internacional (àquela altura, não mais o Komintern, extinto em 1943, mas a Kominform, igualmente servil a Moscou).⁸ Apesar de certo exagero dos militares brasileiros quanto ao perigo real representado pelos comunistas, o fato é que o PCB era, inquestionavelmente, um instrumento da política exterior soviética.⁹ Um ano depois, em 1948, os mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB, como o próprio Prestes, foram cassados, dessa vez numa decisão juridicamente questionável. Em ambas as ocasiões, Prestes, revelando incrível imprudência e falta de visão política, duvidou até o último instante que o partido teria o registro cassado e os mandatos seriam extintos, nada fazendo para enfrentar essa possibilidade – o que, mais uma vez, facilitou o trabalho da repressão, custando a prisão de muitos militantes (PERALVA 1962: 192).

5. O período sectário, 1948-1958

Começava aí uma nova reviravolta na trajetória do PCB, marcada – mais uma vez – pelo extremismo e pelo sectarismo. De volta à ilegalidade, o partido radicaliza e, num giro de 180 graus, troca a moderação dos anos 1945-47 pelo apelo à revolução armada e à tomada imediata do poder, sem qualquer intermediação,

8 A Constituição de 1946, artigo 141, parágrafo 13, dizia: “É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem” (Apud VILLA 2011: 86).

9 Leôncio Basbaum escreveu, em suas memórias, que nessa época o PCB era “incapaz de espirrar sem pedir a permissão de Moscou” (BASBAUM 1976: 181).

adotando, nas palavras do próprio Prestes, “a política mais stalinista e rígida de toda a sua existência” (Apud OIKAWA 2011: 131, nota 140). Em dois manifestos (1948 e 1950), rompe radicalmente com a orientação anterior, advogando a derrubada violenta do governo do marechal Eurico Dutra (1946-51), a quem chama de “fascista”. Sobretudo no último documento (o “Manifesto de Agosto”), defende a criação de uma “frente democrática de libertação nacional” e de um “exército popular de libertação nacional” nos moldes do exército maoista recém-vitório na China em 1949 (CARONE 1982b: 108-112).

Esse delírio ultraesquerdista tomou forma prática com a realização de movimentos grevistas de cima para baixo, “na marra”, por decreto do partido – “greves pela greve”, como os classificou o dirigente comunista Hércules Corrêa (1980: 63) –, e com a implantação, no final dos anos 1940, de uma guerrilha na região de Porecatu, próxima a Londrina (PR). Inicialmente um conflito local pela posse de terras, o confronto assumiu um caráter político depois que o PCB deslocou militantes para a área (entre os quais, o jornalista João Saldanha), com vistas a transformar o movimento dos lavradores numa luta pela tomada do poder, sem o consentimento daqueles. O resultado, após alguns assassinatos e choques com a polícia, foi um fracasso total (OIKAWA 2011).

Sob a égide dessa linha sectária adotada nos anos 1948-58, o PCB transformou-se, nas palavras de Agildo Barata (1978: 361-2), “numa espécie de seita mística, fanatizada, a obedecer cegamente a um chefe único ao qual tecem os mais alucinantes elogios e endeusamentos”. Nesse contexto de sufocamento intelectual, o marxismo era considerado “uma ‘doutrina completa e acabada’, e transformado numa coleção de dogmas, defendido pelo escolástico princípio de autoridade: *magister dixit*” (PERALVA 1962: 251). Essa atitude traduziu-se, ironicamente, em velhas práticas “burguesas”, como o mandonismo e o autoritarismo nas relações

entre os dirigentes e os militantes de base, tratados muitas vezes com desprezo. A intolerância com opiniões divergentes, o controle da vida privada e a falta de democracia interna – características comuns a partidos e movimentos de ambos os extremos ideológicos – encontraram um representante perfeito no então número dois do PCB, Diógenes Arruda Câmara. Responsável pela segurança de Prestes, Arruda se impôs como o chefe, na prática, do partido, agindo como um “mini-Stálin”, exigindo obediência cega, punindo dissidentes e censurando intelectuais (FERREIRA 2002: 287). Nesse ambiente deletério, foram frequentes as vinganças e ajustes de contas pessoais, disfarçadas de divergências ideológicas. Houve, inclusive, assassinatos – um exemplo horripilante foi a execução de um militante anônimo, acusado de traição, cujo corpo foi derretido com ácido numa banheira (CORRÊA 1994: 73). Mais tarde, em mais uma ironia do destino, o “arrudismo” seria transformado em bode expiatório dos “erros e desvios” do PCB nesse período, enquanto Prestes alegaria nada saber dos abusos que ocorriam no partido, pois estaria, como faria questão de dizer posteriormente, em completo isolamento – uma desculpa conveniente, posta em dúvida por alguns dirigentes (REIS 1982: 123).

Essa postura radical e sectária do PCB – descrito por Agildo Barata como uma “máquina infernal” (PERALVA 1962: 245) – levou ao afastamento dos comunistas das massas operárias que dizia representar, fato comprovado em movimentos feitos à revelia do partido, de forma quase espontânea, como a “greve dos 300 mil” em São Paulo (1953) e, principalmente, na crise política que resultou no suicídio de Vargas (agosto de 1954). Nessa ocasião, a falta de sintonia do partido com a classe trabalhadora ficou evidente, com os comunistas colocando-se ao lado dos “reacionários” da UDN contra o “pai dos pobres”. Jornais do PCB foram atacados pela massa furiosa, em reação ao apoio dado pelo partido de Prestes ao movimento para depor Getúlio. Mesmo assim, o IV Congresso

(1954) manteve a linha sectária, com poucas alterações (CARONE 1982b: 126-136). Nas eleições de 1955, os comunistas ensaiaram uma mudança, dando apoio à chapa de Juscelino Kubitschek, mas continuaram incapazes de intervir na realidade, apesar das bravatas de seus representantes em Moscou sobre o papel (nulo) por eles exercido na “novembrada” de 1955, tal como narrado em *O Retrato*, crítica pioneira – e demolidora – do PCB escrita por Osvaldo Peralva (1962: 140-8).

Mas a verdadeira tempestade ainda estaria por vir e, quando veio, foi fulminante: a revelação (parcial) dos crimes de Stálin por Nikita Krushev, no XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, abalou o PCB até os alicerces. Inicialmente recebido com negativas veementes pelos comunistas, o “relatório secreto” de Krushev, divulgado na imprensa, e o processo de “desestalinização” desencadeado, a partir de então, no movimento comunista internacional levaram à maior crise da história do partido, particularmente séria por atingir o maior mito vivo do comunismo nacional – Prestes. Seguiu-se uma enxurrada de desabafos e críticas internas, uma verdadeira “lavagem de roupa suja” nas páginas da imprensa comunista.

Após meses de silêncio, em novembro de 1956 a direção partidária resolveu encerrar de vez o debate, na forma de um documento apelidado apropriadamente de “carta-rolha”, no qual proibiu qualquer crítica ao socialismo e à URSS. A crise teve como efeito a saída ruidosa do PCB, por um lado, de antigos militantes, como Agildo Barata (líder da revolta do 3º Regimento de Infantaria no Rio de Janeiro, em 1935), em 1957, por discordar dos rumos stalinistas da sigla, e, por outro lado, o afastamento gradativo de dirigentes fiéis ao stalinismo, como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar (em 1962, esse grupo, inconformado com o abandono do stalinismo e usando como pretexto a mudança de nome oficial da sigla por motivo de registro eleitoral, rompeu

com o PCB, formando o PCdoB, que desde então reivindica ser o partido fundado em 1922). Outros comunistas conhecidos, como o romancista Jorge Amado, logo se afastaram da militância: enojado, o autor de *Gabriela* escreveu que se sentia “cercado de sangue e lama” (Apud VAIA 2013: 69; e KONDER 1980: 100).

6. A miragem do poder, 1958-1964

A mudança de rumo foi concretizada em 1958, com a publicação da chamada “Declaração de Março”, documento no qual o partido abandonou a visão estreita e dogmática do stalinismo em favor de uma abordagem pragmática e mais moderada, centrada na necessidade de tecer alianças com setores “progressistas” da “burguesia nacional”, com base na ideia de “revolução nacional-democrática” (CARONE 1982b: 176-196). Era o PCB tentando adaptar-se aos novos tempos, de ascenso do nacional-populismo.

Beneficiado pelo clima de semilegalidade dos anos JK, o partido entrou, assim, em uma nova fase ascendente. Seu V Congresso (1960), realizado de forma legal, aprofundou a linha tática e estratégica da Declaração de Março de 1958, parecendo prenunciar a conquista pacífica do poder, via reformas. O PCB, embora pequeno e enfrentando a concorrência de outras correntes políticas de esquerda (Ação Popular, PCdoB, Política Operária, Ligas Camponesas), viu crescer substancialmente sua influência, sobretudo durante o governo reformista de João Goulart (1961-64). No entanto, tal como ocorrera em outros momentos de sua história, o radicalismo retórico, aliado ao reboquismo à liderança janguista (os dois fenômenos não se excluíam), o triunfalismo etc. levaram o partido a superestimar suas próprias forças e a subestimar as do adversário, enveredando por uma atitude golpista, a exemplo da esquerda radical e do próprio Goulart (VINHAS: 1982; REIS 1982). Essa postura revelou-se em fatos como a entrevista de

Prestes à TV Tupi, em janeiro de 1964, na qual ele confirmou, de forma jactanciosa, frase a ele atribuída anteriormente (“já somos governo; falta-nos, porém, o poder”), flertando perigosamente com a ideia de reeleição de Goulart (o que era inconstitucional). Em outra ocasião, em palestra em Moscou, Prestes foi ainda mais enfático: indagado sobre o que os comunistas e seus aliados fariam caso os “reacionários” se levantassem contra o governo Jango, ele disse: “se a reação levantar a cabeça, nós a cortaremos de imediato” (MAGALHÃES 2012: 278-280). Coerente com essas palavras, o PCB apoiou a revolta dos sargentos em Brasília (setembro de 1963) e o motim dos marinheiros no Rio (março de 1964), chancelando a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas (AARÃO REIS 2018: 313-4).¹⁰ Quando veio o golpe, em 31 de março-1º de abril de 1964, os comunistas, mais uma vez, foram pegos de surpresa.

7. De “Partidão” a partidinho, 1964-1992

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, o PCB sofreu mais um duro golpe, que deu início a um longo declínio. Enfraquecido desde 1956, e abalado por novas quedas de segurança como o “caso das cadernetas” (MAGALHÃES 2012: 327-8), o mito Prestes perderia cada vez mais seu antigo brilho, e a hegemonia do partido sobre a esquerda, desafiada desde 1961, chegaria ao fim, nos anos seguintes, com o surgimento de diversos “rachas” ou dissidências, em especial de setores que se opunham à linha “pacifista” e “reformista” do PCB, a qual responsabilizavam (esquecendo do tom belicoso da atuação das esquerdas durante o

10 Exemplo do apoio do PCB à radicalização dos setores militares subalternos, o discurso do líder da revolta dos marinheiros, o “cabo” José Anselmo dos Santos, na assembleia em que se amotinaram, foi escrito pelos dirigentes comunistas Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira (MAGALHÃES 2012: 295).

governo Goulart) pela derrota em 64. Coube à direção partidária tentar recolher os cacos do partido, buscando inutilmente manter a coesão interna enquanto se multiplicavam as cisões favoráveis à luta armada, inspiradas nos exemplos revolucionários de Cuba, da Argélia, do Vietnã e da China maoísta (ALN, PCBR, MR-8 etc.).

Esse processo se tornou irreversível após o VI Congresso (1967), que basicamente manteve a orientação do congresso anterior (CARONE 1982c: 49-80). A partir de então, o PCB viu sua influência minguar rapidamente, embora esta continuasse forte junto a intelectuais e artistas (inclusive em parte da imprensa e na jovem e pujante mídia televisiva). Em 1968, destoante das novas agremiações radicais de esquerda, o partido praticamente não teve qualquer papel decisivo nas agitações estudantis e nos protestos de rua contra o regime militar, mantendo-se à margem da onda de libertarianismo que tomava conta de parte do mundo ocidental: pelo contrário, o PCB, obediente a Moscou, apoiou a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia naquele ano (como o faria novamente em 1979, com a invasão soviética ao Afeganistão). Mais: em um “namoro escandaloso”, alguns membros do PCB chegaram a publicar, em 1970, um jornal, *Fato Novo*, que enaltecia o governo... Médici! O órgão louvava, em especial, a política externa nacionalista e anti-EUA do governo militar, consubstanciada em medidas como o mar territorial de 200 milhas (PRESTES 2015: 432).

Os elogios de parte de sua militância à ditadura militar e a oposição à luta armada – por motivos puramente táticos e políticos – não livrou o PCB de ser alvo da repressão política, que se concentrou, nos anos 1968-74, nos grupos guerrilheiros de esquerda. Extintas as guerrilhas, a máquina repressiva do regime dos generais voltou-se, nos anos 1974-75, para o partido, que teve vários de seus dirigentes e militantes mortos ou nas listas de “desaparecidos” políticos. Forçado a se exilar na Europa, o Comitê

Central acabou dividindo-se em duas frações: a “eurocomunista” (liderada por Armênio Guedes), sediada em Paris, adepta das teses reformistas dos partidos comunistas espanhol, italiano e francês; e a “ortodoxa”, chefiada por Prestes, no exílio em Moscou desde 1971 – onde era desprezado pelos líderes soviéticos por causa da derrota de 64 (PRESTES 1992; AARÃO REIS 2018: 355-8). Esses grupos se distanciaram cada vez mais, à medida que a influência de Prestes decrescia e o PCB buscava uma aliança com o partido de oposição legal ao regime, o MDB (alguns membros do partido foram eleitos pela legenda). Abriu-se uma crise interna, cujo ponto mais baixo foi o “caso Salles” (1978), quando um dirigente do partido, José Salles, protegido de Prestes, envolveu-se num rumoroso escândalo de tráfico de drogas, supostamente para ajudar nas finanças do partido (AARÃO REIS 2018: 390 e 402-416).

Com o prestígio seriamente abalado, já de volta ao Brasil após a decretação da Anistia (1979), Prestes publicamente rompeu com a direção do PCB, publicando uma ressentida “Carta aos Comunistas” (PRESTES 1980), na qual acusou os demais dirigentes de “abandonar o marxismo-leninismo” e retornou ao radicalismo e à fraseologia revolucionária dos anos 1930. Afastado da secretariageral (na qual foi substituído por Giocondo Dias, por sua vez sucedido por Salomão Malina) e, em 1983, do próprio partido, Prestes terminaria seus dias de forma melancólica, recusando-se a apoiar a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República – ele não via diferença fundamental entre o político mineiro e Paulo Maluf (AARÃO REIS 2018:439; PRESTES 2015: 525-6) – e aproximando-se do PDT de Leonel Brizola. Teve a sorte de morrer pouco antes da dissolução da URSS, cujo regime político, assim como as ditaduras socialistas do Leste Europeu, defendeu até o fim.

A morte poupou Prestes do constrangimento de testemunhar o esfacelamento de seu sonho comunista. Também o poupou de ver o

fim do PCB, extinto em 1992 após seu IX Congresso (os VII e VIII Congressos ocorreram em 1982 e em 1988). Ao contrário do que muitos esperavam, o PCB definhou após conquistar a legalidade, em 1985. O “Partidão” se transformara em partidinho.

8. Algumas conclusões

Nascido na esteira de uma revolução que pretendia ser mundial, o comunismo, apesar da política adotada por Stálin a partir do final dos anos 1920, jamais pretendeu ser um movimento nacional, restrito às fronteiras de um único país. Sua encarnação no Brasil, o PCB, jamais foi um movimento autônomo, independente da URSS: sempre seguiu, de uma forma ou de outra, os ditames da política exterior soviética, que era a política da revolução comunista internacional, via Komintern ou diretamente por Moscou. Tampouco foi um movimento democrático, nos moldes parlamentares ou liberais: pelo contrário, sua relação com a democracia pautou-se, sempre, por uma visão instrumental, e não por um compromisso filosófico; como um meio para chegar ao poder ou, caso o tomassem, como um obstáculo para exercê-lo.

Em todos os momentos em que o PCB aderiu ao jogo eleitoral e parlamentar (em 1927-29, 1945-47 e após 1985), o objetivo era valer-se das instituições democráticas, não para defendê-las, mas para superá-las, de modo a fazer avançar o programa socialista, tendo em vista, em última instância, o socialismo, a ditadura do proletariado. Mesmo após a aparente “conversão” do PCB à ideia democrática, sobretudo após a publicação, em 1979, do artigo de Carlos Nelson Coutinho, “A Democracia como Valor Universal”, na *Revista Civilização Brasileira* (ligada ao PCB), os comunistas, enquanto permaneceram fiéis ao credo leninista, jamais enxergaram na democracia mais do que uma forma de dominação “burguesa”, no que não se distinguiram, no essencial, das correntes de esquerda

que pegaram em armas contra o regime militar (RIDENTI, 1993; GASPARI: 2002).

Apesar disso, a história do comunismo no Brasil continua a ser contada pela ótica do heroísmo e da vitimização, com ênfase não na luta, mas nas perseguições e no sofrimento em nome da “causa” – como se o fato de ter sido perseguido por uma ideia a tornasse válida e mesmo moralmente superior. Certamente, não fossem as repressões que sofreram – sobretudo nos anos 1937-45 e 1964-85 –, os adeptos de Marx, Lênin e Stálin (e de Trotsky, e de Mao, e de Castro) não seriam vistos por esse olhar generoso, mas pela ótica mais fria e menos emocional de sua ideologia – e de sua prática. O que permite concluir que a repressão e a censura, alimentadas por um anticomunismo primário e irracional, foram suas maiores aliadas. O comunismo no Brasil não se distinguiu, no essencial, das ideias totalitárias que lhe deram origem. Atualmente, sobrevive como mito, relíquia ou fantasma, alimentando as ilusões e os delírios dos dois extremos ideológicos.

Talvez nenhum outro autor brasileiro tenha sintetizado de maneira tão clara e objetiva o caráter totalitário do PCB – e do comunismo em geral – quanto Osvaldo Peralva. As palavras que seguem foram escritas no começo dos anos 1960. No entanto, creio não ser absurdo afirmar que elas valem para todo o período que foi aqui abordado. Por isso, é com elas que encerro este artigo:

O Partido Comunista sempre foi um corpo estranho na vida nacional, devido a que nunca teve estratégia própria, e sim apenas objetivos táticos, enquadrados na estratégia geral do movimento comunista, ou melhor, da União Soviética, através do Komintern, do Kominform (ou do Bureau de Praga).

O PCB sempre apoiou incondicionalmente os atos soviéticos e sempre subordinou os interesses brasileiros aos interesses do Kremlin. Por isso, embora participando de muitas campanhas

progressistas, tinha um fundo negativista e reacionário, constituindo-se assim na maior fraude política da História do Brasil (PERALVA 1962: 266-7).

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. (2018). *Luís Carlos Prestes, um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BANDEIRA, Moniz et alli. (1980) *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- BARATA, Agildo. (1978) *Vida de um revolucionário (memórias)*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega.
- BARRETO, Tobias. (2013) *Um discurso em mangas de camisa*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro. (Coleção biblioteca básica brasileira; 25)
- BASBAUM, Leôncio. (1976) *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega.
- BOBBIO, Norberto. (1995) *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP.
- BRUM, Eliane. (1994) *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- CABALLERO, Manuel. (2002) *Latin America and the Comintern, 1919-1943*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press.
- CARONE, Edgard. (1982) *O PCB. Vol. 1: 1922-1943*. São Paulo: Difel.
- _____. (1982b) *O PCB. Vol. 2: 1943-1964*. São Paulo: Difel.
- _____. (1982c) *O PCB. Vol. 3: 1964-1982*. São Paulo: Difel.
- CARVALHO, Apolônio de. (1997) *Vale a pena sonhar*. São Paulo: Rocco.
- CORRÊA, Hércules. (1980) *A classe operária e seu partido: textos políticos do exílio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- _____. (1994) *Memórias de um stalinista*. Belo Horizonte: Ópera Nostra.
- COURTOIS, Stéphane et all. (1999) *O Livro Negro do Comunismo: crimes, terror, repressão*. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DEL ROIO, Marcos. (1990) *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- DRUMMOND, José Augusto. (1986) *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal.
- DULLES, John W. Foster (1977) *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Tradução de César Parreiras Horta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1985) *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FERREIRA, Jorge. (2002) *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói/Rio de Janeiro: EDUFF/Mauad.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GASPARI, Elio. (2002) *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GORENDER, Jacob. (1998) *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática. 5ª ed.
- HILTON, Stanley. (1991) *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press.
- KAREPOVIS, Dainis. (2003) *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- _____. (1999) “O caso Besouchet ou o lado brasileiro dos ‘Processos de Moscou’ pelo mundo”. In: Pós-História, Assis, 1999, 7: 179-195.

Disponível em <http://oohodahistoria.org/artigos/ESPANHA-0%20caso%0besouchet-dainis%karepov.pdf>.

KONDER, Leandro. (1980) *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

LAFFAYETTE, Pedro. (1946) *Os crimes do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Editora Moderna.

LIMA, Heitor Ferreira. (1982) *Caminhos percorridos (memórias)*. São Paulo: Brasiliense.

MAGALHÃES, Mario. (2012) *Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

MARQUES, Gustavo. (2019) *O Livro Negro do Comunismo no Brasil: mitos e falácias na história da esquerda brasileira*. Rio de Janeiro: Jaguaritica.

McCANN, Frank D. (2007) *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

MEIRELLES, Domingos. (1996) *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record.

MORAIS, Fernando. (1985) *Olga*. São Paulo: Alfa-Omega.

OIKAWA, Marcelo Eiji. (2011) *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular.

PERALVA, Osvaldo. (1962) *O Retrato*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1992) *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

PRESTES, Anita Leocádia. (2015) *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo.

PRESTES, Luiz Carlos. (1980) *Carta aos Comunistas*. São Paulo: Alfa-Omega.

PRESTES, Maria. (1992) *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco.

- REIS, Dinarco. (1982) *A luta de classes no Brasil e o PCB: volume 1*. São Paulo: Novos Rumos.
- RIDENTI, Marcelo. (1993) *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- ROSE, R.S. & SCOTT, Gordon D. (2010) *Jonny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record.
- SALLES, Iza. (2005) *Um cadáver ao sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- SERVICE, Robert. (2007) *Comrades: history of world communism*. Cambridge: Harvard University Press.
- SILVA, Hélio. (1976) *1945: porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- SILVEIRA, Joel & MORAES NETO, Geneton. (1990) *Hitler/Stálin: o pacto maldito*. Rio de Janeiro: Record.
- VAIA, Sandro. (2013) *Armênio Guedes, sereno guerreiro da liberdade*. São Paulo: Barcarolla.
- VIANNA, Marly de A. Gomes. (1991) *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2003) “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VILLA, Marco Antônio Villa. (2011) *História das constituições brasileiras*. São Paulo: Leya.
- WAACK, William. (1993). *Camaradas: nos arquivos de Moscou – a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ZAIDAN, Michel. (1988) *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice.



Resenhas

A diplomacia blindada do Brasil e o golpe militar no Chile em 1973

Paulo Roberto de Almeida

Roberto Simon:

O Brasil contra democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul

São Paulo: Companhia das Letras, 2021, 491p.

ISBN: 978-85-359-3434-2; Coleção Arquivos da Repressão no Brasil; coord.: Heloisa M. Starling.

Em duzentos anos de diplomacia nacional, em raras ocasiões o Brasil interferiu diretamente, ou deliberadamente, nos negócios internos de outros países. Todas as nossas fronteiras foram resolvidas pela via pacífica das arbitragens ou das negociações diplomáticas, a começar, ainda na colônia, por Alexandre de Gusmão, o “avô da diplomacia brasileira”, agora contemplado por uma belíssima biografia de Synesio Sampaio Goes (que deveria ter sido publicada pela Fundação do Itamaraty que leva o seu nome, se não fosse pela sua ocupação pelos novos bárbaros da bolsodiplomacia). Quando ocorreram disputas, como no caso da Colônia de Sacramento e da Cisplatina, não era o Brasil, e sim projetos expansionistas do antigo colonizador português.

O princípio da não interferência nos assuntos domésticos dos outros Estados faz parte, atualmente, das cláusulas constitucionais inscritas no artigo 4º. da Carteira de 1988, mas mesmo que não estivessem ali expressas, tal postura faz parte de princípios consagrados de Direito Internacional que existem desde longo tempo – talvez desde Vestfália – e que devem ser defendidos por todos os

Estados membros da ONU, independentemente da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) ou de outros atos internacionais nessa área. Nem sempre foi assim, contudo, como os bons (e honestos) livros de história diplomática no ensinam: no século XIX, seja pela herança conflituosa entre os impérios castelhano e lusitano na América do Sul, seja em consequência das tribulações políticas na região do Prata, proprietários brasileiros nas fronteiras meridionais forçaram, de certa forma, a mão da diplomacia imperial na eleição de seus aliados políticos nos países vizinhos – geralmente contra os interesses de Buenos Aires –, o que nos levou a diversos conflitos armados na região: em território uruguaio, na derrocada do ditador argentino Rosas, até a “maldita guerra” da Tríplice Aliança contra o ditador do Paraguai. Houve, é verdade, uma “diplomacia do patacão”, operada por Mauá a serviço da chancelaria imperial, mais sutil do que imperialista.

A “guerra do Paraguai” foi a última contenda em que o Brasil se envolveu, militarmente e diplomaticamente, no continente. Depois consolidamos um padrão de cordialidade respeitosa, por vezes de distanciamento, que marcaram toda a construção da moderna diplomacia brasileira, confirmada por Rio Branco e reafirmada em todas as ocasiões e oportunidades, mesmo quando resolvemos participar da Grande Guerra – contra os Impérios centrais – e da Segunda Guerra Mundial – contra as forças do nazifascismo, ainda que sendo uma ditadura de direita –, postura reafirmada nas diversas ocasiões em que atuamos como mediadores nos conflitos regionais, em especial na guerra do Chaco (Paraguai e Bolívia) e nos litígios fronteiriços entre o Peru e o Equador. Recusamos envolvimento na Guerra da Coreia e na guerra do Vietnã, resistindo aos apelos do Grande Irmão hemisférico, já na época da Guerra Fria, mesmo quando nossa “solidariedade ocidental” na luta contra o comunismo era constantemente reafirmada. Só rompemos esse princípio quando do envolvimento na guerra civil da República

Dominicana, ao participar da Força Interamericana de Paz, em 1965, um disfarce para a mobilização dos Estados Unidos contra a vitória dos movimentos de esquerda naquele país, o que constituiu uma espécie de “imposto a pagar” pelo potencial apoio americano ao golpe militar de 1964; ainda assim, exigimos um “aval” multilateral para essa operação, sob a forma de uma resolução da OEA em torno do assunto.

Mas data justamente dessa época uma conversão indesejada e infeliz de nossa diplomacia no sentido de assumir uma postura militantemente anticomunista no âmbito regional, o que tínhamos recusado, mesmo sob intensa pressão americana, quando da consideração da questão cubana no foro da mesma OEA, em 1961-62: a liderança ímpar de San Tiago Dantas naquela ocasião retomou a tradição consagrada desde Rio Branco, sustentada doutrinariamente por Rui Barbosa, reafirmada na prática por Oswaldo Aranha e seguida invariavelmente por quase todos os chanceleres da primeira metade do século XX. A caminhada do Brasil para o que foi chamado, no título desta resenha, de “diplomacia blindada” vai ocorrer nos anos 1960, quando o anticomunismo, enquanto postura oficial do Estado brasileiro, inaugurado desde a Intentona de 1935, passa a fazer parte dos princípios diretivos da diplomacia brasileira, orientando a ação regional de todos os governos do regime militar. O golpe de Pinochet no Chile é, provavelmente, a expressão maior dessa “diplomacia blindada”, a mais conspícua e a mais vergonhosa para nossas tradições diplomáticas, quase que sempre guiadas por uma observância escrupulosa dos princípios do Direito Internacional e da não interferência, justamente.

O livro de Roberto Simon é a maior, até agora a melhor, e provavelmente a mais completa história desse período de truculência ideológica carregada para dentro da Casa de Rio Branco pelos militares “prussianos” do Brasil, exatamente o estilo do uniforme de Pinochet ao desembarcar em Brasília para a posse de Geisel, dez

anos depois do início da ditadura, quando ela conseguiu alcançar o máximo de crescimento do PIB: os dez anos seguintes foram de descenso, finalizando por uma crise da qual nunca nos recuperamos, passados mais de trinta anos. Que o livro seja a maior pesquisa, o provam quase cem páginas de notas (remetendo a todos os arquivos oficiais e acadêmicos, matérias da mídia, entrevistas) e mais vinte páginas de índice remissivo, remetendo à mais importante documentação e fontes primárias. O embaixador Câmara Canto, o homem que acompanhava Pinochet em cavalgadas matinais antes do golpe contra Allende, e ativo promotor deste, com pleno acordo da chancelaria em Brasília, recebe extensas notas e páginas nesse índice, mais até que o chanceler Gibson Barboza.

Os sete anos de trabalho de pesquisa e cuidadosa redação poderiam representar apenas mais uma consolidação historiográfica de uma triste época já passada e enterrada, no Chile e no Brasil, um livro de “história” e nada mais. Mas não: com a volta de um apoiador explícito das catacumbas do regime militar, que nunca escondeu sua admiração e apreço por um torturador desprezível, essa História ganhou indiscutível atualidade, também triste, pois que o autor teve de deixar no anonimato os diplomatas da ativa que colaboraram com a sua pesquisa. Golpe, tortura, repressão, violações de direitos humanos, crimes contra a humanidade voltaram à atualidade, se ainda não na prática, pelo menos em intenção. Bolsonaro já confessou mais de uma vez que a “sua” ditadura matou pouca gente, ele queria mais, talvez um cenário que o autor descreve para o Chile, em setembro de 1973: um “universo de execuções sumárias, torturas, aprisionamentos em massa, exílio e expurgos do funcionalismo público, já familiar em outros cantos do Cone Sul” (p. 13).

Que a sua extraordinária história seja a melhor, até o momento, disso tampouco restam dúvidas, uma vez que ele corrige um viés propagado na historiografia até os nossos dias, que está inclusive

consagrado nos relatos e na interpretação da própria esquerda sobre a vigência dos regimes militares na América do Sul: a de que o Brasil tenha representado uma espécie de “sub-imperialismo”, ou seja, apenas um aplicador local da tutela e da dominação do imperialismo americano na região. Roberto Simon prova que não: os militares e diplomatas brasileiros, ainda que partilhando com os americanos – da CIA, dos serviços de inteligência militar, do Departamento de Estado – uma coordenação sobre os “avanços do comunismo” no continente, atuavam também com autonomia e voo próprio, na busca de seus próprios objetivos nacionais e interesses muito concretos no esforço (que se estendeu a vários outros países, mas sobretudo no Cone Sul) de estender o “modelo brasileiro” (de repressão, entenda-se) a todos os países que ousassem desviar-se da linha do “Ocidente cristão e conservador”. As provas que Simon apresenta sobre essa independência de ação do “novo imperialismo brasileiro” – o do Império tinha ficado esquecido nos anais da diplomacia brasileira desde o início da República – são claras e contundentes. O Brasil dos generais vigiava estreitamente os países democráticos do continente desde o início: Chile e Uruguai, por exemplo, tinham partidos comunistas historicamente fortes e bastante atuantes desde décadas, com forte penetração nos meios sindicais, da imprensa e nos grêmios estudantis.

Quando eu escrevi, mais acima, que o livro de Simon é “provavelmente a mais completa história desse período de truculência ideológica carregada para dentro da Casa de Rio Branco”, foi porque detectei uma “inadequação cronológica” não intencional em seu relato. Ele diz, por exemplo, que nos meses seguintes à vitória de Salvador Allende nas eleições de 1970, o ditador brasileiro Médici “passara a se referir ao presidente de saída, o democrata-cristão Eduardo Frei, como o ‘Kerenski chileno’ – em alusão ao primeiro-ministro russo que, ao ajudar a implodir o império czarista, abriu caminho ao bolchevique” (p. 17; menção

reafirmada na p. 58 e em nota da p. 373). Aparentemente, pois, a caracterização do democrata Frei (pai do presidente do mesmo nome na fase pós-Pinochet) teria vindo apenas com a vitória de Allende em eleições altamente disputadas e que terminaram apenas no Congresso, com uma parte dos centristas apoiando o eleito da Unidade Popular. Ora, esse paralelo – que Simon reconhece como uma “aberração” – tinha sido feita com pelo menos quatro anos de antecedência, comunicado diretamente a interlocutores do Departamento de Estado, na embaixada dos EUA em Brasília, pelo então Secretário Geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa, em 1966.

Ele não consta das memórias bastante sinceras e elucidativas de um dos mais antigos (desde o Estado Novo) e mais efetivos anticomunistas do Itamaraty – *O mundo em que vivi* (Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, 2 v.) –, mas está em um dos despachos feitos da embaixada americana em Brasília, dirigidos ao então subsecretário de Estado para o Hemisfério Ocidental, ninguém menos que o “embaixador do golpe”, Lincoln Gordon, já de volta a Washington, depois de exercer o cargo de representante do império no Rio de Janeiro, de 1961 a 1966, justamente. Depois de colaborar com os “serviços secretos” da ditadura brasileira durante seu período como embaixador no Uruguai – justamente onde estavam Jango Goulart, o presidente deposto, Leonel Brizola, o mais incendiário dos opositores do novo regime, e muitos outros exilados –, Pio Corrêa foi alçado como Secretário Geral do Itamaraty tão pronto tomou posse, no final do mandato de Castelo Branco, o novo chanceler, militar de pijama e longevo revolucionário de 1930, Juracy Magalhães, o homem da frase tremendamente infeliz, copiada do presidente da General Motors, segundo a qual “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Faço um relato de memória, pois não consegui encontrar entre meus papéis, uma cópia de um expediente coletado nos National Archives dos EUA, em Maryland, quando eu me encontrava como ministro-conselheiro

na embaixada em Washington, preparando, ao mesmo tempo, um *Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil* (disponível na Biblioteca Digital da Funag).

Trata-se de um relato feito pelo ministro-conselheiro e Encarregado de Negócios na embaixada em Brasília ao seu antigo chefe, o embaixador Lincoln Gordon, pouco depois do golpe do general Juan Carlos Onganía contra o presidente Arturo Illia, da Argentina (em junho de 1966). Recebendo o diplomata americano em seu gabinete, o SG Pio Corrêa, ante um estupefato jovem diplomata, convidou os Estados Unidos para um golpe no Chile, mais ou menos nestes termos: “agora que já resolvemos a questão na Argentina, está na hora de nos livrarmos do Kerenski chileno”. O presidente Eduardo Frei, um cristão-democrata centrista, tinha sido eleito em 1964, na sucessão do ultraconservador Jorge Alessandri, e executava um programa moderado de reformas que estava inteiramente na linha do que preconizavam as administrações Kennedy e Lyndon Johnson para o continente: reforma agrária, educacional, administrativa e abertura ao comércio e investimentos estrangeiros (americanos de preferência). Os diplomatas americanos, certamente progressistas em sua maior parte, já preocupados com a sucessão de aventuras militares na região, certamente não esperavam receber um convite tão direto para um golpe de Estado, inclusive porque tanto a CIA quanto os serviços de inteligência militar possuíam bastante latitude de ação, com projetos e intenções nem sempre coincidentes com os da diplomacia tradicional.

Esta foi, portanto, a origem do paralelo com Kerenski, aplicado primeiramente a um presidente democrata e não ao socialista Allende. Pio Corrêa, que montou sob sua supervisão exclusiva – inclusive mais em contato com os militares brasileiros do que com os seus próprios colegas de carreira – um serviço paralelo de informações (que corria à margem das novas DSIs, as Divisões de Segurança e Informações, que o SNI instalava em todos os

ministérios) e que participou intensamente de todos os golpes baixos e dos atos sórdidos perpetrados nas catacumbas do regime militar, bem antes que se generalizassem os atos horríveis de repressão e eliminação de militantes da oposição perpetrados durante os “anos de chumbo” da ditadura militar (pós-AI-5, portanto). Cabe, nesse sentido, uma correção, pelo menos conceitual, ao que escreveu Roberto Simon sobre a cooperação, ou colaboracionismo, do Itamaraty durante essa fase sombria da nossa história: nem sempre foi “o Itamaraty”, no seu conjunto, ou seus chefes, que participaram de todas as operações policiais e repressivas contra os exilados brasileiros, no Chile ou em outros países, mas sim um grupo até reduzido de “devotos” cumpridores de tarefas dentro da carreira, uma pequena tribo de funcionários que depois seriam objeto de certo ostracismo numa fase posterior.

Alguns agiam por comprometimento com a causa, um anticomunismo entranhado e fanático – como foi o caso do próprio embaixador Câmara Canto ou o ministro Marcos Camillo Cortes, que Simon descreve como “pupilo de Pio Corrêa”, o primeiro chefe do CIEX criado por este (p. 236) –, outros por puro oportunismo carreirista: conseguiam uma promoção ou duas, mas depois estacionaram no processo de ascensão funcional e só conseguiram postos secundários até a aposentadoria. Um reduzido número até se “sacrificou” pela Casa, assumindo, por exemplo, a DSI do MRE, a pedido do chanceler, apenas para ela não fosse dirigida por um coronel qualquer do Exército (eles, de toda forma, circulavam intensamente pelo Itamaraty, a serviço da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, em todas as áreas nas quais pudesse haver algum risco de “penetração comunista”). Como se vê, o “comunavirus” tem uma história bem mais antiga, o que não impediu as cifras do Itamaraty de serem penetradas pelos cubanos e soviéticos em pelo menos duas oportunidades (como relatado no segundo volume do “Mitrokhin Archive”: *The World Was Going*

Our Way: The KGB and the Battle for the Third World; Christopher Andrew and Vasili Mitrokhin; Nova York: Basic Books, 2005).

Independentemente de um ou outro ponto de detalhe, como o aqui relatado, Roberto Simon, com base em despachos de chancelarias e relatos de observadores outros que não apenas chilenos e brasileiros, efetua um relato completo, até íntimo, do bom relacionamento entre diplomatas, militares, homens de negócios e agentes da repressão dos dois países, nos meses imediatamente antecedentes ao sangrento e selvagem golpe de Pinochet, e nas semanas e meses seguintes, quando os “gorilas” e “tigres” dos dois regimes militares se empenharam na caça aos comunistas nacionais e emigrados em cada um dos países e nos países vizinhos. Ele relata, por exemplo, que o deputado Rubens Paiva desapareceu em 1973, sequestrado por oficiais da Força Aérea, pouco depois de receber cartas de parentes de exilados brasileiros no Chile, objeto de informantes da esquerda brasileira trabalhando para a ditadura brasileira no Chile (p. 101). Assim como essa, o livro é uma mina abundante de informações relevantes sobre os nossos anos de chumbo e sobre o envolvimento completo da alta cúpula da diplomacia brasileira com o golpe no Chile. Gibson Barboza sai bastante chamuscado de todo o seu relato, com revelações que não fazem parte, obviamente, de suas memórias politicamente corretas, recentemente republicadas pela Funag (Na diplomacia, o traço todo da vida. 4ª. edição, 2020). Gibson é por ele descrito como o “arquiteto do cerco diplomático a Allende”, o que é comprovado pela transcrição de suas conversas altamente comprometedoras com os mais diversos interlocutores chilenos, entusiasmado pelo sucesso de seu “colaboracionismo” com duas ditaduras nos anos e nas ações mais exacerbadas da bárbara repressão às esquerdas nos dois países.

Uma leitura linear de todo o livro – acompanhada de uma consulta frequente, necessária, a despeito de enfadonha, às cem

páginas das notas agrupadas ao final do livro – revela a mastodôntica pesquisa de Roberto Simon em praticamente todos os arquivos e fontes disponíveis aos olhos e registros de um grande jornalista investigativo doublé de historiador rigoroso. Uma simples resenha, mesmo uma resenha-artigo, não consegue dar conta dos detalhes e minúcias que ele conseguiu ordenar, apresentar e conectar praticamente todos os personagens relevantes dessa dupla história dramática de colaboração intensa entre duas das mais longevas ditaduras do Cone Sul, só superadas, na sanha selvagem, ainda mais bárbara, da eliminação generalizada de opositores (e de muitos inocentes) perpetrada pela ditadura militar argentina, entre 1976 e 1982. Roberto Simon consegue, inclusive retrazar a fileira “genealógica” de vários desses personagens: Fulano era pai (ou filho) de Sicrano, que foi comandante militar e depois embaixador no Brasil ou chanceler de Pinochet; Beltrano foi o capitalista que apoiou as operações de um quarto indivíduo na preparação do golpe, etc. Um trabalho desse tipo merece um Jabuti antecipado, ou algum prêmio da Anpuh; seu livro, requer, aliás, tradução para o inglês e publicação por alguma editora de prestígio, uma vez que ele revoluciona não apenas as historiografias dos dois países – e não só sob seus dois regimes militares –, mas também boa parte da historiografia estrangeira (sobretudo dos EUA) sobre o regime Pinochet e, em especial, sobre a nova dimensão, extranacional, da ditadura brasileira, relativamente relutante em participar da Operação Condor, mas absolutamente engajada na montagem de regimes similares na região.

Sabe-se, por exemplo, que os militares brasileiros não apreciavam seus colegas da Bolívia e do Peru, que pecavam por excesso de “nacionalismo anti-imperialista”, e preferiam que eles fossem substituídos por gorilas mais conformes à sua imagem e semelhança. Eles, com uma “pequena ajuda” de diplomatas compreensivos, conseguiram que fosse afastado o nacionalista Juan José Torres, da

Bolívia, instalando em seu lugar o mais acomodado general Hugo Banzer. Da mesma forma, mantinham intensa troca de informações – e até de exilados sequestrados – com seus colegas uruguaiois – sobretudo depois do sequestro de um diplomata brasileiro em Montevideu, em 1970, que depois veio a se converter em diligente espião dos serviços de inteligência militares (um agente da CIA, Dan Mitrione, sequestrado na mesma operação, foi morto pelos Tupamaros, assim como um possível informante americano, o capitão Charles Chandler, tinha sido eliminado por guerrilheiros brasileiros, ainda numa fase anterior, em 1968, pouco antes do recrudescimento da repressão contra os movimentos armados).

Seu livro vai inclusive mais além do que uma história das tribulações diplomáticas e golpistas das duas ditaduras do Cone Sul, pois penetra fundo, em determinadas passagens, na história política interna de cada um dos países; assim, por exemplo, Roberto Simon trata exaustivamente do caso do deputado Chico Pinto, que chamou Pinochet de “fascista” e “assassino”, que “desonrou a farda que o agasalha”, e que amargou seis meses de cadeia, antes de ser absolvido pelo STF três anos depois. Em 25 capítulos divididos em três partes – O Brasil contra Salvador Allende, O apoio ao golpe e Do entusiasmo à cautela –, o autor examina todas as peripécias e todos os personagens dessa infeliz dupla história de repressão selvagem contra movimentos de esquerda, que não necessariamente estavam a serviço da União Soviética, mas que eram considerados, pelos Estados Unidos e pelos militares da região, como peças relevantes do grande jogo da Guerra Fria que deveria favorecer o grande urso bolchevique. Alguns elementos desse jogo se reproduziram pouco depois no processo revolucionário de Portugal, cuja capital, durante algum tempo, parecia uma Leningrado sobre o Tejo. Ali também, militares brasileiros – um deles foi embaixador em Lisboa – colaboraram com seus colegas americanos – sob a batuta do Secretário de Estado Henry Kissinger e do coronel do

golpe de 1964, Vernon Walters, para esfriar os ardores socialistas dos capitães de Abril de 1974.

A história que é contada em *O Brasil contra a Democracia* talvez não seja a definitiva, mas é a mais completa, até aqui, sobre uma das fases mais constrangedoras do itinerário do Itamaraty, e não apenas em relação à submissão dos diplomatas às obsessões anticomunistas dos seus colegas militares, mas igualmente no tocante à renúncia, que muitos fizeram, de se aterem à simples legalidade institucional, à própria dignidade do serviço público, para se entregarem de corpo e alma a práticas clandestinas de violações amplas dos direitos humanos, atos colaboracionistas ou omissões de serviços que levaram vários concidadãos a uma morte obscura ou ao sofrimento de sequer desfrutarem de algum apoio consular, como a Constituição e os estatutos obrigam esses mandarins do Estado. Simon afirma que não se pode creditar esse colaboracionismo apenas como “excessos” de “alguns radicais dentro do regime, pessoas que agiam isoladamente”. Ele considera, ao contrário, que tal tipo de “racionalização”, esconde o “papel institucional do Itamaraty no aparato de repressão da ditadura” (p. 22). Ele é bem mais contundente:

Centenas de documentos apresentados... desmentem essa versão [do papel marginal da diplomacia]. O Itamaraty era parte fundamental da repressão a brasileiros fora do território nacional, espionando e perseguindo exilados. A chancelaria tinha recursos, funcionários e órgãos especializados para fazer esse trabalho clandestino; cooperava com as agências de repressão de modo ‘constante, leal e competente’, conforme saudava um chefe da Agência Central do SNI [general Sebastião Ramos de Castro, em 1978, “o mesmo que, anos antes, ainda coronel, comandara a missão de agentes brasileiros ao Estado Nacional de Santiago.” Nota 31, p. 365]; e se ocupava da luta contra todo e qualquer movimento de

denúncia à ditadura no exterior, fosse na América do Sul, na Europa ou nos Estados Unidos. (p. 23)

Alguns brasileiros, exilados ou no Brasil, “desapareceram”, como resultado dessa participação ativa no trabalho de informação, ainda que não diretamente de repressão. Existem antecedentes a esse tipo de colaboracionismo, e eles se encontram em todos os tipos de ditaduras ou de ocupações por forças estrangeiras. Um dos exemplos mais eloquentes é o do colaboracionismo francês não apenas com o regime de Vichy, mas diretamente com o com ocupante nazista, como já relatado numa historiografia não exatamente francesa (penso, por exemplo, em Tony Judt, em *Past Imperfect: French Intellectuals, 1944-1956*). Como informado na contracapa do livro de Roberto Simon, “[b]aseado em extensa pesquisa documental e escrito com brilho,... é um livro impossível de largar e um divisor de águas na historiografia do período”. Na verdade, ele vai um pouco mais além do que simplesmente tratar de um passado hoje distante, antes do nascimento da maior parte dos historiadores agora ativos na academia brasileira; ele pode também tratar do presente, como explica o próprio Roberto Simon, ao tratar no final, do significado do seu livro:

Quando iniciei a pesquisa, em 2013, palavras como ‘golpe’, ‘ditadura’, ‘tortura’ ou ‘Pinochet’ não despertavam grande controvérsia no Brasil. Eu pensava que o livro seria, sobretudo, uma reflexão acerca de um passado relativamente protegido pelo presente democrático. Vi, porém, a evolução política brasileira conferir à pesquisa uma contemporaneidade e relevância inesperadas. Se o livro expõe a obscenidade das atuais tentativas de falsificação da história, não era esse seu objetivo inicial. Agora talvez seja sua principal contribuição. Nova York, julho de 2020 (p. 360-61)

Para um jovem estudante que saiu do Brasil no período mais duro da repressão policial e militar – depois que seus professores nas Ciências Sociais da Fefelech-USP foram aposentados compulsoriamente pelo AI-5, e que passou boa parte dos anos de chumbo do regime militar em autoexílio na Europa, protestando contra os regimes de direita do Cone Sul, e que depois ingressou no serviço diplomático na fase final da ditadura – o livro de Roberto Simon traz lembranças amargas, não exatamente de constrangimentos físicos, mas sobretudo de ordem moral. A despeito de ter sido fichado pelo SNI como um “diplomata subversivo”, minha resistência consistiu sobretudo em ter publicado material eventualmente “subversivo” contra a ditadura, sob outros nomes, um recurso que eu imaginava, até há pouco, devidamente “enterrado”. A mensagem acima parece recomendar que precisamos estar prontos para retomar a resistência, não só intelectual, mas sobretudo ativamente preventiva, contra novas descidas nas catacumbas de “gorilas” e “tigres”. Nenhum país está ao abrigo dessas recaídas no obscurantismo torpe dos autoritários, ou nas idiotices terraplanistas e antiglobalistas de ideólogos tresloucados, como ainda provado pelas recentes surpresas “tribais” na supostamente “maior democracia do mundo”.

Alguns acham que podem provocar um “tsunami autocrático” na base da retórica ao estilo mussoliniano, o que não parece ter chance de ocorrer com as Forças Armadas da atualidade. Por uma dessas ironias do destino, mas não sem precedentes – pois temos o exemplo do cabo que ascendeu a tirano –, o golpe não seria feito por generais com seus tanques, mas por simples suboficiais e policiais dotados de armas leves, o que é mais uma demonstração de que a história pode, sim, andar para trás. Pinochet redivivo?

A vitória da vida sobre a política. A relação entre necessidade, trabalho e totalitarismo no pensamento de Hanna Arendt

Ronaldo Poletti

Adahlton Dourado Júnior:

*A vitória da vida sobre a política. A relação entre
necessidade, trabalho e totalitarismo no pensamento
de Hanna Arendt*

Belo Horizonte: Dialética, 2021

Com o título em epígrafe e prefácio de Gerson Brea¹, a Editora Dialética, de Belo Horizonte, lançou este ano, livro de autoria de Adahlton Dourado Júnior, o qual se propõe a fazer a exegese hermenêutica da obra de Hanna Arendt, o que longe está de ser tarefa fácil.

À obviedade, revela-se o espírito do autor sempre inquieto e multifacetado, de acordo, aliás, com sua formação interdisciplinar nos seus cursos de engenharia, direito e filosofia.

O tema do livro mais as leituras de Hanna Arendt a que ele se refere mostram o amplo espectro a que se propõe dissertar.

O problema do texto e, ao mesmo tempo, o seu mérito, é que o autor não se limita a expor o pensamento de Hanna Arendt a propósito de determinado tema ou a restringir sua interpretação a um dos substanciosos livros da filósofa, mas ambiciona sintetizar

1 Gerson Brea é Professor da Universidade de Brasília e Doutor em Filosofia pela Universidade de Augsburg

e fazer a exegese de seu pensamento. Com isso, o trabalho abarca a exposição da obra da notável pensadora contemporânea e com isso desperta a atenção para o conjunto de toda a construção cultural de Hanna Arendt, sob o prisma da sua filosofia política.

Dotada de grande inteligência, Hanna Arendt se armou de sólida formação cultural, desde a juventude na Alemanha, aluna de Heidegger, de Karl Jaspers e estudante nas Universidades de Marburgo, de Freiburg e de Heildelberg. Dessa maneira, ela incursionou pela cultura grega clássica, pela língua e literatura latinas, além da inserção no ambiente cultural alemão.

Ao lado dessa sólida formação intelectual, Hanna Arendt viveu a tragédia do século 20, como alemã e judia, exilada na França e, depois, na América do Norte. Sua obra contém escritos anteriores, durante e depois da guerra que marcou toda a sua vida² e incursões no Cristianismo e na teologia³. Refere-se com indisfarçável entusiasmo ao Papa João XXIII.⁴ Há inúmeras referências a Jesus de Nazaré em *A Condição Humana*.⁵ Em *A Vida do Espírito*⁶, que parece ser a grande síntese de seu pensamento filosófico (semelhança com Kant, Crítica da Razão Pura, da Razão Prática e a do Juízo) há muitas páginas sobre Jesus, São Paulo, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino.

Essas referências ao Cristianismo explicam-se por que em *A Condição Humana*, estão resumidas as ideias de Hanna Arendt acerca de “Karl Marx e a Tradição do Pensamento Político”.

2 *Escritos Judaicos*, São Paulo, Editora Manola, Ltda., 2016.

3 Tese de doutorado sobre o amor em Santo Agostinho, 1929.

4 “Ângelo Giuseppe Roncali no trono de São Pedro de 1958-1963” in *Homens em tempos sombrios*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

5 *A Condição Humana*, Rio de Janeiro – São Paulo, Editoras Salamandra e Forense Universitária, 1981. Jesus ensinou a perdoar. Os fariseus se impressionavam menos com os milagres do que com os perdões.

6 *A Vida do Espírito. O Pensar/O Querer/O Julgar*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 3 ed. 1995.

Basta, portanto, anotar a mencionada formação universitária alemã de nossa filósofa para compreender a relação entre Marx e o Cristianismo, não obstante as suas recíprocas oposições, certo de que muito das ideias marxistas foram colhidas na religião cristã e outras foram, posteriormente, admitidas até pela Igreja. Significativa a epígrafe de Étienne Gilson, em um trecho de *A Vida do Espírito*: “Se é devido às Escrituras que há uma filosofia que é cristã, é devido à tradição grega que o cristianismo possui uma filosofia.”

Hannah Arendt dotada de forte personalidade, demonstrada em vários episódios de sua vida, como no livro *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*,⁷ Essas referências são necessárias, embora conhecidas, para realçar o estímulo oferecido por Adahilton Dourado Júnior.

O tema da liberdade se insere na vida política, como parece claro no livro *Entre o passado e o futuro*.⁸ A liberdade, sem considerações metafísicas ou religiosas, mas com significado político. Sobre a liberdade é possível longa incursão histórica, desde a Grécia até as revoluções americana, francesa e soviética. O pensamento da liberdade como razão de ser da política, como Celso Lafer salientou.⁹ Sem dúvida trata-se da liberdade dos antigos, identificada com a participação nas decisões do governo, segundo a explicação de Benjamin Constant, por oposição ou contraste com a liberdade dos modernos, fruto das declarações de direitos.

A liberdade na ação, de certa forma, resulta do *homo laborans* e da sua criatura o *homo faber*, uma espécie de substituto do *homo sapiens*. A liberdade seria não estar a pessoa sujeita às necessidades da vida, nem ao comando de outro, nem governar, nem ser governado.

7 São Paulo, Cia. das Letras, 1999, resumo de sua reportagem sobre aquele julgamento, enfrentando questões que desagradaram parte da comunidade judaica.

8 São Paulo, Perspectiva, 1972, esp. Cap. 4. Que é Liberdade?

9 Cf. “A liberdade segundo Hannah Arendt” in Gérard Lebrun, *Passeios ao léu*, São Paulo, Brasiliense, s.d.

Colocados nesses termos, o *homo laborans* está condenado a trabalhar em face da natureza, como asseveram Marx e Santo Tomás. Trata-se da sobrevivência pelo trabalho manual, processo biológico inerente à própria vida.

Ocorre que o *homo faber*, é quem faz os instrumentos. A ação dele, sempre social, cria toda a realidade nas diversas fases da história, como na modernidade, com todos os seus percalços e consequências problemáticas nem sempre positivas (industrialização, capitalismo e acumulação do capital, sociedade de massas, consumo, dinheiro como mercadoria, etc.) e, às vezes, trágicas, como a ocasião para a não participação do povo nas decisões do governo da Pólis, apesar dos disfarces da Ágora. Tais desdobramentos negativos do *homo faber* estão presentes no século 19, o totalitarismo, o antissemitismo, o imperialismo e a desconstrução do Estado-nação (apesar do paradoxo do nacionalismo que no século 20 deu nas guerras; para não falar da inspiração hegeliana fascista) e o desraizamento das pessoas de seus grupos naturais e na diminuição da coesão da família e das comunidades.

Daí a Pólis ser contra a liberdade, o espaço público duvidável, a ponto de sustentar-se que a morte da Cidade enseja o nascimento da “liberdade”.

A temática da relação da Pólis com a liberdade revela certa complexidade, porque, de um lado, a Pólis ofereceu a liberdade, com a igualdade dos homens, em uma oposição à família, onde nenhuma igualdade ou liberdade existia, todos subordinados ao chefe com clara divisão de encargos na economia da casa; de outro lado, a Pólis absorveu todo o direito e subordinou tudo a seus desígnios, sendo a democracia na Ágora insuficiente à participação efetiva do povo nas decisões do governo. O direito público passou a predominar em relação ao chamado direito privado presente na família. Assim, a Pólis gerou a liberdade, mas a suprimiu no totalitarismo e no autoritarismo.

O homo *laborans*, apesar de ser quem determina a escolha dos instrumentos, órgãos para o exercício da vida, passa a ser servo das criações do *homo faber*. Não é difícil projetar formas de dominação. Não obstante os direitos que o capitalismo foi forçado a conceder-lhe, mais o acesso relativo a bens materiais (menor e às vezes inexistente no subdesenvolvimento), o operário torna-se peça da engrenagem decorrente do trabalho criativo do *homo faber*. O trabalhador não tem tempo para participar do seu sindicato ou do seu partido e, salvo honrosas exceções, torna-se refém do progresso tecnológico da televisão (novelas, notícias, jogos de futebol, programas de shows ao vivo, etc.). Isso para não falar de extensas camadas populacionais de excluídos ou vivendo em situação de significativa miséria. Desenha-se, assim, um quadro de alienação do próprio homem, que por motivos diversos pode ensejar desde a tirania até o disfarce da liberal democracia, com sutis meios de dominação.

Está criado o quadro a respeito do qual Marx fará as análises e a projeção de sua doutrina da exploração pela classe dominante da força do trabalho, com a necessária acumulação do capital.

Com todas as variedades históricas, Hannah Arendt perquire aspectos possíveis de solução para o problema democrático da participação.

A ameaça totalitária pode nascer na contradição do *homo laborans* e do resultado do seu trabalho por intermédio do *homo faber*, sendo insuficiente a busca da imortalidade, até na vida contemplativa do ócio, e o surgimento de Jesus com sua pregação e o ensinamento do perdoar. O perdão exaltado e praticado por Jesus causava maior espanto do que os milagres.

Em consequência, Hannah Arendt vivencia a ideia da participação política. Imagina-se que essa tenha sido base da proposta de solução para a perseguição dos judeus pelo nacional socialismo, que se expandia pela

Europa e, mais tarde, após a guerra pelo próprio Partido Comunista, como foi amplamente revelado.¹⁰

A resistência à opressão seria a organização dos judeus como povo. O povo seria alternativa para a integração que os judeus vivenciavam nos diversos países, uma forma para substituir a vocação de eles se associarem aos lugares onde viviam. Em ambas as hipóteses, a necessidade democrática. Isso ela acentua com a lembrança dos Conselhos nas experiências americana, francesa e depois soviética (lembremos Lênin: todo o poder aos soviets – proposta que ele abandonou).

Nesse sentido, a *actio*, como elemento da *vita activa*, sucedendo em termos lógicos ao *labor* (*homo laborans*) e ao trabalho (*homo faber*), seria o caminho da política, meio para a salvação.

A ação é a única faculdade que o homem possui. Jesus de Nazaré a vislumbrou. O milagre salva o mundo. O nascimento de novos seres humanos constitui o novo começo, a ação de que são capazes em virtude de terem nascido. “Só o pleno exercício dessa capacidade pode conferir aos negócios humanos fé e esperança, as duas características essenciais da existência humana que a antiguidade ignorou por completo...Esta fé e esperança no mundo talvez nunca tenham sido expressas de modo tão sucinto e glorioso como nas breves palavras com as quais os Evangelhos anunciaram a ‘boa nova’: Nasceu uma criança entre nós.”¹¹

Há de louvar-se o autor pelo extraordinário sucesso da sua pretensão de síntese ao lado do notável esforço ao percorrer toda a obra da filósofa, cujas reflexões estão no pensamento da contemporaneidade.

10 O antisemitismo pelo Partido Comunista foi testemunhado por um importante membro, ainda que ele tenha se desligado da organização. Ver Jorge Amado, em seu livro de memórias, *Navegação de Cabotagem* (1992).

11 *A Condição Humana* cit. pp. 258-9

O Constitucionalismo e o fim do absolutismo régio

Ronaldo Poletti

José Theodoro Mascarenhas Menck (organizador)
*O Constitucionalismo e o fim do absolutismo régio:
Obra comemorativa dos 200 anos da Revolução
Constitucionalista do Porto de 1820*
Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara,
2020

A Câmara dos Deputados editou a obra em epígrafe, organizada por José Theodoro Menck. Trata-se de reunião de textos notáveis a respeito daquele evento que, tão próximo à independência do Brasil, merece a atenção dos historiadores.

Elucidativos e valiosos para a edição do livro são a Apresentação de Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; o Prefácio de Enrico Misasi, Coordenador da Comissão Especial Curadora Responsável pelos Festejos do Bicentenário da Independência; e a Introdução do organizador da obra.¹

1 A respeito do tema da Revolução do Porto de 1820, a Revista do Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência, do Ministério das Relações Exteriores, outubro/dezembro de 2018, publicou volume com valiosos estudos sobre o período histórico em tela, dentre outros alguns que cuidaram daquele movimento, como os de Márcia Regina Berbel, “Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa”; de Raymundo Faoro, “A Revolução Constitucionalista de 1820. A representação brasileira às Cortes Gerais”; de Carlos Lima Junior, “...’desta tribuna até os reis têm que me ouvir’ – Sobre o quadro Sessão das Cortes de Lisboa”. Além disso, a edição trouxe os prefácios de Pedro Calmon, Petrônio Portella e José Sarney ao livro de M. E. Gomes de Carvalho, *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*, Edições do Senado Federal, volume 12.

Assinala Menck que “o objetivo último, deste texto, a par de continuarmos a preparação para os festejos dos duzentos anos de Independência do Brasil, é difundirmos o conhecimento dos eventos que sacudiam Portugal quando da permanência de D. João no Rio de Janeiro, e que profundamente iriam marcar os eventos que nos levaram à Independência, bem como a profundidade e relevância dos conceitos que então se instalavam na construção do mundo em que vivemos.”

O livro contém verdadeiras monografias, dentre elas as subscritas por membros do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal: do próprio organizador “Parte I – A Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 [vários capítulos] e Parte II – Constitucionalismo”; a da lavra de Paulo Roberto de Almeida, “Formação do constitucionalismo luso-brasileiro no contexto das revoluções ibero-americanas no início do século XIX”; a de autoria de Luiz Henrique Cascelli de Azevedo, “Ideias na Igreja no Brasil no século XIX”; e a escrita por Bernardo Felipe Estellita Lins, “A educação no Brasil na época da Independência e a reafirmação monarquista no debate político”.

Aspecto relevante do livro está em que ele revela de forma consistente toda a atmosfera, o panorama e os elos entre os fatos que vão desde a situação de Portugal e do Brasil, que antecedeu a vinda da família real e suas consequências (cf. o texto de Luiz Almeida Miranda, “Insurreição no Brasil: antecedentes à Revolução do Porto”), como a instituição do Reino Unido do Brasil – Portugal – Algarves até a Revolução Portuguesa do Porto que redundou por forçar o retorno de D. João VI a Portugal e, por fim, o constitucionalismo lá e aqui.

Caminhávamos para a independência e dávamos os passos para a representação política, tendo em vista a eleição de deputados brasileiros às Cortes-Gerais.

O volume em tela contém extensa bibliografia decorrente das referências feitas pelos autores dos ensaios.

Destaque-se o estudo sobre a Casa da Suplicação, criada no Brasil, em substituição ao Tribunal da Relação que havia no Rio de Janeiro, quando da vinda da família real, com todos os desdobramentos judiciais decorrentes (cf. Marcelo Rocha de Mello Martins, “A Revolução do Porto no Brasil: passagem da Casa de Suplicação ao Supremo Tribunal de Justiça”).

A relação entre os acontecimentos de Portugal e os fastos brasileiros posteriores é objeto do estudo elaborado por Evandro Gussi, “Revolução do Porto, constitucionalismo e independência do Brasil”.

Integram o volume as dissertações sobre a imprensa (Ricardo José Pereira Rodrigues, “Situação e oposição nos primórdios da imprensa no Brasil”) e a propósito da saúde (Gustavo Silveira Machado, “A condição da saúde no Brasil às vésperas da Independência”).

O livro cobre um período significativo de nossa história, com todos os antecedentes e desdobramentos, tanto dos fatos relevantes em Portugal como nos do Brasil.

De Portugal, desde a situação da guerra napoleônica, das relações de então como o Brasil; a vinda da família real; a Revolução no Porto e suas repercussões aqui; o retorno de D. João VI a Portugal.

Do Brasil, os movimentos insurrecionais, antecedentes da independência; a abertura dos portos; a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves; o “fico” do príncipe D. Pedro; a Constituição de 1824.

Em todo esse período, visto pelos autores sob inúmeras perspectivas, verifica-se a repercussão do liberalismo e do constitucionalismo.

Paulo Roberto de Almeida, em seu texto, traça o itinerário desde a Constituição de Cádiz (1812) até a Revolução liberal do Porto (1820) e a Carta liberal de 1822 e suas consequências para

o Brasil. Ele faz, ainda, referências documentadas às colocações de Hipólito José da Costa, à época dos fatos e de observatório privilegiado. Assim, a propósito do constitucionalismo nascente, fruto do racionalismo hegemônico e das ideias iluministas, são anotadas valiosas observações jurídicas e históricas, lembradas, também, as dos autores contemporâneos.

O volume em tela incorpora-se aos editados pela Câmara dos Deputados da autoria de José Theodoro Mascarenhas Menck: *D. Leopoldina, Imperatriz e Maria do Brasil; D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional; José Bonifácio de Andrada, patriarca da nacionalidade*, em comemoração, respectivamente, dos 200 anos da vinda da Imperatriz, da aclamação de D. João e do retorno ao Brasil do Patriarca.

Interessante anotar o epíteto “constitucionalista” apostado à Revolução do Porto de 1820, uma vez que o objetivo, pelo menos de muitos revolucionários, era o de uma Constituição, embora essa pudesse ter várias direções. Pouco depois de um século (1932), houve a Revolução Constitucionalista de São Paulo, que derrotada pelas armas foi vitoriosa no seu propósito, pois uma Constituinte produziu a Carta de 1934. Mais do que isso, a necessidade de constitucionalização jurídica se impôs para sempre no Brasil, mesmo nos regimes de exceção. Esse foi grande legado de 32, ainda mais se considerarmos a movimentação popular em torno da ideia inafastável de uma Carta Política. Tal circunstância torna irrelevante outras considerações econômicas, sociológicas e políticas para explicar a Revolução Paulista, nem sempre valorizada como deveria ser.

O livro resenhado é de grande relevância tanto do prisma histórico como do jurídico.

Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

SÓCIOS ACADÊMICOS

ADALBERTO LASSANCE

Patrono: Antônio Americano do Brasil
Cadeira 38

ADIRSON VASCONCELOS

PATRONO: Francisco Adolfo de Varnhagen
Cadeira 27

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO

PATRONO: Elias Brito Sobrinho
Cadeira 44

AFONSO LIGÓRIO

PATRONO: Mário Augusto Teixeira de Freitas
Cadeira 35

ALAOR BARBOSA DOS SANTOS

PATRONO: Domingos Velasco
Cadeira 68

ALARICO VERANO

PATRONO: Guimarães Rosa
Cadeira 104

ALBENE MIRIAM MENEZES KLEMI

PATRONO: Tiradentes
Cadeira 20

ALBERTO MARTINS DA SILVA

PATRONO: Deodoro da Fonseca
Cadeira 10

ALDO PAVIANI

PATRONO: Francesco Tosi Colombina
Cadeira 127

AMADOR DE ARIMATHÉA

PATRONO: Salviano Guimarães
Cadeira 91

ANDERSON BATISTA DE MELO

PATRONO: Djalma Polli Coelho
Cadeira 22

ANDERSON BRAGA HORTA

PATRONO: Medeiros e Albuquerque
Cadeira 46

ANTÔNIO FLÁVIO TESTA

PATRONO: Cândido Mariano Rondon
Cadeira 5

ARNALDO SERAFIM

PATRONO: Aires da Mata Machado
Cadeira 115

BERNARDO FELIPE ESTELLITA LINS

PATRONO: Roberto Simonsen
Cadeira 43

BRUNO DA SILVA ANTUNES CERQUEIRA

PATRONO: OLIVEIRA VIANA
Cadeira 40

CARLOS EDUARDO VIDIGAL

PATRONO: Viriato Correia
Cadeira 120

CARLOS EULER CURRLIN PERPÉTUO

PATRONO: Lauro Müller
Cadeira 32

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA

PATRONO: João Capistrano de Abreu
Cadeira 11

CARLOS HENRIQUE CARDIM

PATRONO: Duarte da Ponte Ribeiro
Cadeira 106

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

PATRONO: Ribeiro da Costa
Cadeira 51

CARLOS VALOUSSIÈRE DE CASTRO BRANDÃO

PATRONO: Machado de Assis
Cadeira 83

CLÁUDIO QUEIROZ

PATRONO: Oscar Niemeyer
Cadeira 64

CLEUSA NEVES DA SILVA LOPES

PATRONO: Altamiro de Moura Pacheco
Cadeira 96

CRISTINA MARIA COSTA LEITE

PATRONO: Israel Pinheiro da Silva
Cadeira 98

DANILO GOMES

PATRONO: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo
Cadeira 54

DARIO DE SOUZA CLEMENTINO

PATRONO: Pedro Aleixo
Cadeira 105

DEMOSTENES TRES ALBUQUERQUE

PATRONO: Gen. Ernesto Dornelles
Cadeira 28

DINAIR ANDRADE DA SILVA

PATRONO: Pedro Ludovico
Cadeira 56

DINIZ ESTEVES

PATRONO: Aurélio de Lyra Tavares
Cadeira 114

EUGÊNIO GIOVENARDI

PATRONO: Gilberto Freyre
Cadeira 94

FÁBIO DE SOUSA COUTINHO

PATRONO: Eurico Gaspar Dutra
Cadeira 74

FAGUNDES DE OLIVEIRA

PATRONO: Lauro Sodré
Cadeira 61

FILIPE RIZZO OLIVEIRA

PATRONO: Cyro dos Anjos
Cadeira 110

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

PATRONO: Joaquim Nogueira Paranaguá
Cadeira 58

FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES

PATRONO: Adroaldo Mesquita da Costa
Cadeira 59

GUSTAVO HENRIQUE MARQUES BEZERRA

PATRONO: Luís da Câmara Cascudo
Cadeira 75

HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES

PATRONO: Santiago Dantas
Cadeira 14

HUGO STUDART

PATRONO: Monteiro Lobato
Cadeira 47

INNOCÊNCIO VIÉGAS

PATRONO: Antônio Gonçalves Dias
Cadeira 97

JAIRO VALLADARES PINTO

PATRONO: André Malraux
Cadeira 66

JOANISVAL BRITO GONÇALVES

PATRONO: Pandiá Calógeras
Cadeira 67

JOÃO CARLOS TAVEIRA

PATRONO: Thomaz Antônio Gonzaga
Cadeira 70

JOAQUIM CAMPELO MARQUES

PATRONO: Hipólito José da Costa
Cadeira 30

JORGE GUILHERME DE MAGALHÃES FRANCISCONI

PATRONO: Bernardo Sayão
Cadeira 9

Pe. JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO

PATRONO: Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota
Cadeira 72

JOSÉ CARLOS GENTILI

PATRONO: Dario Cardoso

Cadeira 73

JOSÉ LUIZ DE MOURA PEREIRA

PATRONO: Barão de Mauá

Cadeira 1

JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK

PATRONO: José Sette Câmara

Cadeira 118

LÉLIO VIANA LÔBO

PATRONO: Santos Dumont

Cadeira 79

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA

PATRONO: Silvio Romero

Cadeira 82

LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

PATRONO: Alvarenga Peixoto

Cadeira 116

LUIZ AUGUSTO ROCHA DO NASCIMENTO

PATRONO: Visconde de Taunay

Cadeira 112

LUIZ HENRIQUE CASCELLI DE AZEVEDO

PATRONO: João Camilo de Oliveira Torres

Cadeira 2

LUIZ SOLANO

PATRONO: Gelmires Reis

Cadeira 86

LUSITANO ABRANTES MALHEIRO

PATRONO: Vasco da Gama

Cadeira 88

MARCELO GRANGEIRO QUIRINO

PATRONO: Benjamin Constant

Cadeira 103

MARCOS ROBERTO TORRES DA SILVEIRA

PATRONO: José Clemente Pereira

Cadeira 87

MARISTELA DE MELO NEVES

PATRONO: Jerônimo Coimbra Bueno
Cadeira 57

MERCEDES GASSEN KOTHE

PATRONO: Florestan Fernandes
Cadeira 108

MOACI ALVES CARNEIRO

PATRONO: Alceu Amoroso Lima
Cadeira 39

NAPOLEÃO VALADARES

PATRONO: Carlos de Laet
Cadeira 42

NINA TUBINO

PATRONO: Jofre Mozart Parada
Cadeira 95

OSMAR ALVES DE MELO

PATRONO: Barão do Rio Branco
Cadeira 130

PAULO CASTELO BRANCO

PATRONO: Pedro Calmon
Cadeira 81

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

PATRONO: Tobias Barreto
Cadeira 4

PEDRO JORGE DE CASTRO

PATRONO: Luiz Cruls
Cadeira 7

PEDRO WILSON CARRANO DE ALBUQUERQUE

PATRONO: Bartolomeu Bueno da Silva
Cadeira 12

RENATO RAINHA

PATRONO: Euclides da Cunha
Cadeira 36

RICARDO WAHRENDORFF CALDAS

PATRONO: Raymundo Faoro
Cadeira 122

ROBERTO CARLOS BATISTA

PATRONO: José Dilermando Meireles
Cadeira 124

ROBERTO CASTELLO

PATRONO: Marechal José Pessoa
Cadeira 117

ROGÉRIO DE SOUZA FARIAS

PATRONO: Afonso Arinos de Melo Franco
Cadeira 21

ROMILDO TEIXEIRA DE AZEVEDO

PATRONO: Frei Caneca
Cadeira 129

RONALDO COSTA COUTO

PATRONO: Antônio Francisco Lisboa
Cadeira 128

RONALDO PINHEIRO ROCHA

PATRONO: Pe. Antônio Tomaz
Cadeira 71

RONALDO POLETTI

PATRONO: Donald Belcher
Cadeira 48

RUY MONTENEGRO

PATRONO: Cláudio Santoro
Cadeira 92

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

PATRONO: Duque de Caxias
Cadeira 18

TÂNIA BATTELLA DE SIQUEIRA

PATRONO: Joaquim Cardozo
Cadeira 25

TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS

PATRONO: José Bonifácio de Andrada e Silva
Cadeira 6

VAMIREH CHACON

PATRONO: Joaquim Nabuco
Cadeira 121

VERA RAMOS

PATRONO: Ernesto Ule
Cadeira 34

VICTOR ALEGRIA

PATRONO: Fernão Dias Paes Leme
Cadeira 15

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

PATRONO: Parsifal Barroso
Cadeira 69

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO

walmeida@embratel.net.br
PATRONO: Joaquim Felício dos Santos
Cadeira 111

WILON WANDER LOPES

PATRONO: Íris Meinberg
Cadeira 50.

SÓCIOS EMÉRITOS

Maria Luiza Dornas
Pedro Henrique Lopes Bório

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio Soares Neto
Arno Wehling

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antonio José Matias de Sousa
Eliana Pedrosa
Elson Cascão
Laudenor de Sousa Limeira
Luiz Imbroisi
Oswaldo Sergio Balbino dos Santos (Dinho)

SÓCIOS LICENCIADOS

Adison do Amaral
Branca Bakaj
B. de Paiva
José Santiago Naud
Luiz Van Beethoven Benício de Abreu
Marccone Formiga

Sumários dos números anteriores da Revista do IHG-DF

Revista nº 1

- Editorial
- Homenagem
- Lúcio Costa – In Memoriam – José Santiago Naud
- Alguns Pensamentos, Sentimentos e Opiniões de Lúcio Costa
- O Inventor da Cidade – Ernesto Silva
- Lúcio Costa – Geraldo Mayrink
- As Três Capitais: Salvador, Rio de Janeiro e Brasília – Lourenço Fernando Tamanini
- Lúcio Costa – Tânia Batella de Siqueira
- O Plano Piloto de Brasília – Adirson Vasconcelos
- Posses no Instituto Histórico e Geográfico do DF
- Kurt Pessek Saúda Novos Sócios do IHG-DF – 14 de agosto de 1997
- Newton Egydio Rossi Fala em Nome dos Novos Sócios do IHG-DF – 14 de agosto de 1997
- Guido Mondin Saúda os Empossados Augusto E. Lins, Áureo Mello, Rui Rasquilho e Miguel Setembrino E. de Carvalho – 2 de outubro de 1997
- Discurso de Augusto Estellita Lins na Posse de Novos Sócios do IHG-DF – 2 de outubro de 1997
- João Carlos Taveira Fala aos Novos Sócios Acadêmicos Branca Bakaj, Maria Duarte e Léo da Silva Alves, em 19 de março de 1998
- Discurso de Branca Bakaj na Posse de Novos Sócios do IHG-DF – 19 de março de 1998
- Registro iconográfico
- Necrológio
- Em Memória do Acadêmico José Dilermando Meireles – Lincoln Magalhães da Rocha
- De Bolívar a Kubitschek – O Despertar da América Latina – Affonso Heliodoro dos Santos
- Monteiro Lobato, Admirador de Euclides da Cunha – Um Estudo Comparativo entre os Dois Escritores – Cassiano Nunes

- Brasília no Contexto Social – A Complexidade Geográfica e a Unidade Geopolítica – Lucídio Guimarães Albuquerque
- Subsídios à Construção Cartográfica do Brasil – Rui Rasquilho
- Como Dom João II Enganou os Reis Católicos da Espanha – José Hélder de Souza
- Migração, Integração, Identidade – Mercedes Gassen Kothe
- Brasília, Capital Federal – Adalberto Lassance
- As Deformações Geopolíticas, Sociais e Econômicas do Distrito Federal e as Alternativas para sua Integração – José Dilermando Meireles
- Pequena História das Liberdades no Brasil – Kurt Pessek
- Testemunho da Mensagem de Anápolis – Carta Endereçada a Antônio Soares Neto, o Toniquinho – Antoninho Rapassi
- O Homem da Serra do Cafezal – Paulo Bertran
- Missão Universal da Língua Portuguesa – José Santiago Naud
- Soberania, “Soberania Limitada”, “Dever de Ingenrência”, “Intervenção Humanitária” – Manoel Soriano Neto
- Relação Nominal dos Sócios Efetivos do IHG-DF

Revista nº 2

- Editorial
- Guido Mondin: A Própria História do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – Entrevista concedida a João Carlos Taveira
- Três Poemas de João Carlos Taveira
- No 31º Aniversário do IHG-DF – José Santiago Naud
- Similitude entre a Proposta de Luiz Cruls e os Estudos Posteriores Sobre o Sítio Ideal para a Capital do Brasil – Ernesto Silva
- O Centenário de Bernardo Sayão: O Último Bandeirante Brasileiro – Jarbas Silva Marques
- O Cerrado e o Planalto Central: Transfigurações – Paulo Bertran
- A Influência Árabe na Língua Portuguesa – Dad Squarisi
- O Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Dois Poemas de Anderson Braga Horta
- A Influência da Cartografia na História de Brasília – Adalberto Lassance
- Memórias Lusitanas no Magrebe – Rui Rasquilho

- JK – De Diamantina ao Memorial – Affonso Heliodoro dos Santos
- O Exército e a Mudança da Capital Federal – Manoel Soriano Neto
- Uma Vida em Brasília – Antônio Carlos Osório
- Registro
- Luiz Cruls, Explorador do Céu e da Terra – Ronaldo Rogério de Freitas Mourão
- Interpretando Canudos – Alberto Martins da Silva
- Carlos de Laet – Napoleão Valadares
- San Tiago Dantas e sua Significação para o Direito e a Política no Brasil – Hermenegildo Gonçalves
- Meus Sessenta e Seis Anos... de Praça – Affonso Heliodoro dos Santos
- Registro Iconográfico
- Necrológio
- Volta a um Velho Tema (A Correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva) – Cassiano Nunes
- Machado de Assis, Se Santo Fosse, Profeta Seria – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- As Razões Ocultas da Crise Mundial – William Almeida de Carvalho
- De Marselha a Campinas – Antoninho Rapassi
- O Projeto Rondon e a Associação Nacional dos Rondonistas – Estanilau Monteiro de Oliveira
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Revista nº 3

- Editorial
- Compromissos Assumidos – Nina Tubino
- Tradição Cultural Brasileira (Discurso de Posse no IHGDF) – Vamireh Chacon
- Crônica de um Otimista Inabalável, aos 500 Anos do Brasil – Nestor dos Santos Lima
- O Atlântico Sul e o Brasil – José Santiago Naud
- O Descobrimento do Brasil (Acaso ou Intencionalidade?) – Manoel Soriano Neto
- A Armada de 1500 e as Singularidades de Arribada na Escala do Atlântico Sul – Fernando Lourenço Fernandes
- Os Espanhóis Descobriram o Brasil – José Hélder de Souza

- Sonetos de Descobrimentos – Anderson Braga Horta
- Aires Gomes, Capitão de Caravela – Danilo Gomes
- Outros Quinhentos – Napoleão Valadares
- O Sonho de Dom Bosco – Jarbas Silva Marques
- Histórias do Pai da História – Armando José Buchmann
- Registro sobre Jofre Mozart Parada – Nina Tubino
- Breve Leitura do Livro *Lisábria de Jesus*, de Alan Viggiano – João Carlos Taveira
- O Brasil de JK e o FMI – Luiz Manzollilo
- Discurso de Recepção do Título de Cidadão Honorário – Romeu Barbosa Jobim
- O Artista (Lembrança de Guido Mondin) – Dario Abranches Viotti
- Necrológio
- Registro Iconográfico
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do IHGDF

Revista nº 4

- Editorial
- Amazônia – O Grande Desafio
- Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, escritor, Coronel Affonso Heliodoro dos Santos – Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho
- História: A Fonte e a Prova – um ensaio sobre a Iconografia do Pau-brasil – Fernando Lourenço Fernandes
- Desfazendo Inverdades sobre a FEB – Gen. José Moretzsohn
- A Criação da Arquidiocese de Brasília – Lourierdes Fiúza dos Santos
- A Grande Hidrovia – Moacyr Santos França
- Segurança Nacional, Reconciliação e Plano Colômbia – Nestor dos Santos Lima
- A Preservação de Brasília – Ernesto Silva
- Armando Câmara e a Renúncia – Aldo Vinholes de Magalhães
- Sobre a Necessidade e Urgência de um Projeto de Futuro para o Brasil – Augusto Estellita Lins
- Palavras do Ex. Presidente Juscelino Kubitschek pronunciadas durante o Sepultamento de Pedro Aleixo

- Distrito Federal: Município ou Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Leon Frejda Szklarowsky
- Dilermano Reis: O Livro que vem – Antoninho Rapassi
- Escorço Histórico da Unidade de Vizinhança 07/08 Sul – José Hélder de Souza
- Estátua a Justiça – Paulo de Azevedo Marques
- Everardo Adolfo Backeuser – Manoel Soriano Neto
- Hipólito José da Costa: Um Maçom Brasileiro que foi Grã-mestre Provincial na Inglaterra – William Almeida de Carvalho
- História da ortografia da Língua Portuguesa – Nonato Silva
- Juscelino Kubitschek cantou com o Tenor do Planalto – Jarbas Silva Marques
- José Bonifácio de Andrada e Silva – Armando J. Buchmann
- JK: O Grande Estadista Brasileiro – Affonso Heliodoro
- Discurso Homenagem aos Febianos – Affonso Heliodoro
- O Centenário de Germano Roriz – Jarbas Silva Marques
- O Centenário de Nascimento de JK – Nina Tubino
- O Maior de todos os Brasileiros – Márcio Cotrim
- Os Trabalhadores e as Forças Armadas – Ensaio – José Antônio Prates
- Pátria e Juventude na Poesia Brasileira – Anderson Braga Horta
- Recompondo a Jornada Realizada – Juscelino Kubitschek
- Repensando a Nacionalidade – José Santiago Naud
- Tributo aos Jornalistas Goianos – Sebastião de Barros Abreu
- Homenagens
- Registro Iconográfico
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Revista nº 5

- Editorial – Affonso Heliodoro dos Santos
- O Entorno e a sua Integração com o Distrito Federal – Adalberto Lassance
- Reforma Agrária – Affonso Heliodoro dos Santos
- O Pioneiro Esquecido – Afonso Ligório Pires de Carvalho
- O Farmacêutico da Missão Cruis – Alberto Martins da Silva
- JK e os Estudantes – Aluísio Pimenta
- Domingos Carvalho da Silva e seus Universos Paralelos – Anderson Braga Horta
- Língua e Poder Político – Antônio Carlos Elizalde Osório

- JK e a Educação – Arnaldo Niskier
- A Primavera em Brasília – Arthur Natividade Seabra
- Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea – Branca Borges Góes Bakaj
- Nossa Senhora da Esperança a Devoção de Pedro Álvares Cabral – Fernando Lourenço Fernandes
- A Origem da Linguagem e da Poesia – Henriques do Cerro Azul
- O Centenário de uma Mulher que ajudou a criar Brasília – Jarbas Silva Marques
- Luiz Manzanillo Vive – João Carlos Taveira
- A Geopolítica e a Geoestratégica dos Descobrimientos Portugueses – João Ribeiro da Silva
- As “Invasões” e um Novo Estado – José Hélder de Souza
- O índio – Kurt Pessek
- Brasília, Planalto Central e Geopolítica – Lucídio Guimarães Albuquerque
- JK: o Exilado, o Amigo, o Brasileiro – Luiz Adolfo Pinheiro
- Presença de Tiradentes na Rocinha da Negra – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Fortificações Históricas do Brasil – Manoel Soriano Neto
- Rosa na Estrada – Napoleão Valadares
- Angola – Reflexões – Nina Tubino
- Brasília e sua Vocação para a Arte – Oswaldo Sergio (Dinho)
- O Acadêmico de Direito nas Origens de Brasília – Paulo de Azevedo Marques
- Cidadão Honorário de Brasília – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Epítome da Primeira Imprensa no Distrito Federal – Nonato Silva
- O Brasil que dava certo – Ronaldo Costa Couto
- Relação Nominal dos Sócios do IHG-DF

Revista nº 6

- Editorial – Affonso Heliodoro dos Santos
- De Bolivar a Kubitschek: O Despertar da América Latina – Affonso Heliodoro dos Santos
- Os Vaqueiros que mudaram a Geografia do Brasil – Afonso Ligório Pires de Carvalho
- O Primeiro General Médico Goiano – Alberto Martins da Silva

- Os “Erros” de Castro Alves – Anderson Braga Horta
- Marcha Terrestre no Itinerário Salvador-Brasília por Destacamento da 6ª Região Militar para participar da Inauguração da Nova Capital em 21 de abril de 1960 – Cel. Cláudio Moreira Bento
- Saudades de Lucio Costa – Ernesto Silva
- O Poder da Periferia – Eugênio Pedro Giovenardi
- Antônio Cândido: 90 Anos de Dignidade – Fábio de Sousa Coutinho
- O Conceito Tático de Villegagnon – A Olaria e Henriville – Fernando Lourenço Fernandes
- Brasília – A Capital do Olhar – Francisco Seixas da Costa
- Ernesto Silva – Um Paradigma de Honestidade e Coerência – Jarbas Silva Marques
- Altino Caixeta de Castro e a Coroa de Sonetos – João Carlos Taveira
- Ilha de Trindade – As pretensões inglesas e outras curiosidades – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Roberto Burle Marx – Luiz Van Beethoven Benício de Abreu
- A Problemática Indígena no Brasil – Manoel Soriano Neto
- Memória e Brasília – Maria de Souza Duarte
- A Capital no Vale – Napoleão Valadares
- O Negro no Brasil – Uma sinopse histórico-sociológica – Nylson Reis Boiteux
- Candango! Super Herói: Homônimo e Anônimo – Oswaldo Sergio
- Brasília nos tempos do Zé Aparecido – Paulo Timm
- Origem Histórica da Fundação Universidade de Brasília – Raimundo Nonato da Silva
- Projeto Rondon 0 A Concepção Política Estratégica dos Campi Avançados – Sérgio Mário Pasquali
- As Chaves de Ouro do Padre Antônio Tomás – Henriques do Cerro Azul
- Relação Nominal do Sócios do IHG-DF

Revista nº 7

- Editorial – Vera Ramos
- Caravana de Integração Nacional – Affonso Heliodoro dos Santos
- Bicentenário de Nascimento do Visconde de Porto Seguro – Adirson Vasconcelos
- Tenente-Coronel Louis Ferdinand Cruls – Alberto Martins da Silva

- Por uma Política de Cidadania: Um Estudo de Caso sobre o “Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão” – Alcidéa Vieira Coelho
- Cem Anos de Domingos Carvalho da Silva – Anderson Braga Horta
- Fona Flora Meneses – Antônio Temoteo dos Anjos Sobrinho
- JK em Ouro Preto – Danilo Gomes
- Desapropriações em Goiás para a Construção de Brasília (1955 a 1958) – Darcy Dornelas de Farias
- Lago Paranoá – a Origem – Denise Coelho Silva Rabello
- Direitos Invioláveis da Natureza e Direitos Históricos do Homem – Eugênio Giovenardi
- Um Brasileiro nas Abas do Mar de Atlas – Fontes de Alencar
- Aspectos da Operação Pan-americana – José Carlos Brandi Aleixo
- Arte de Furtar – José Carlos Gentili
- O Cometa de 1941 – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- As Glórias da FEB – Manoel Soriano Neto
- Breves Notas sobre Rios e Redes Hidrográficas do Distrito Federal – Mário Diniz de Araújo Neto
- Festa de Casamento – Napoleão Valadares
- Emilio Kemp Larbeck – Nina Tubino
- Jeitinhos de Brasília – Osmar Alves de Melo
- Oração de Ronaldo Rebello de Britto Poletti, na ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em 29 de setembro de 2010.
- Brasília, Patrimônio Nacional e Mundial – Vera Ramos
- A Verdadeira Data da Independência do Brasil – William Almeida de Carvalho
- O Editorial que mudou o GDF para Taguatinga – Wílon Wander Lopes
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos

Revista nº 8

- Editorial – Orgulho e Compromisso – Afonso Ligório
- Paranoá, Um Lago Multissecular – Adalberto Lassance
- As Três Capitais do Brasil – Adirson Vasconcelos
- Doutor Antônio Martins de Azevedo Pimentel – Alberto Martins da Silva
- Do Plano Piloto de Brasília à Metrópole Polinucleada – A Cidade Desejada – Aldo Paviani

- Altiplano – Anderson Braga Horta
- Uma Cidade Mágica no Sertão de Goyaz – Danilo Gomes
- Brasília: Asas ao Desenvolvimento do Raciocínio Geográfico – Denise Mota Pereira da Silva
- Prece Natalícia a Brasília – Fagundes de Oliveira
- Poema da Maturidade – João Carlos Taveira
- Brasília Revisitada a Adirson Vasconcelos – João Carlos Taveira
- Sob o Signo da Cruz – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Sonho Realizado nº 193, OP. 187 – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Soneto nº 59, OP. 127, Nº 1 – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Para Entender o Tombamento de Brasília e a Portaria 314 do IPHAN – Maria Elisa Costa
- Patrimônio Cultural da Humanidade – Napoleão Valadares
- Carta da Água: Da Escassez à Transição Hídrica – Newton Castro e Eugênio Giovenardi
- Brasília – Nina Tubino
- Imagens da Corte – Nina Tubino
- Brasília e o Jeitinho Brasileiro – Osmar Alves de Melo
- Da Generosidade de Brasília – Silvestre Gorgulho
- Você Conhece Brasília? – Vera Ramos
- Uberaba e a Profecia de D. Bosco – William Almeida de Carvalho
- Nosso Governo sempre foi do Distrito Federal. Afrontando a Constituição e a Lei Orgânica, Rollemberg Mudou para Governo de Brasília – Wílon Wander Lopes
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos

Revista nº 9

- Apresentação – Ronaldo Poletti
- O Entorno e sua Integração com o Distrito Federal – Adalberto Lassance
- Os 60 Anos de Brasília, em 2020 – Adirson Vasconcelos
- Doutor Antônio Americano do Brasil (1892-1932) – Adalberto Martins da Silva
- Nótulas Filosofantes – Anderson Braga Horta
- Tropicais, Tropas & Boiadas – Danilo Gomes
- Um Paraíso a Preservar – Eugênio Giovenardi

- O Sono da Biblioteca – Innocência Viégas
- Um Homem e Seus Poemas: Em Tradução Primorosa – João Carlos Taveira
- Discurso da Recepção ao Professor Moaci Alves Carneiro no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Fazenda Cachoeiras da Boa Vista – José Carlos Gentili
- A Leitura como Autorresgate da Própria Existência – Luiz Serra
- Estudo Tentativo de Periodização da História da Educação: Uma Abordagem Diacrônico-Conceitual-Evolutiva – Moaci Alves Carneiro
- Dos Filhos – Napoleão Valadares
- Ô, Seu Coronel! – Paulo Castelo Branco
- Historiografia das Relações Internacionais do Brasil – Paulo Roberto de Almeida
- Anhanguera, Luiz Cruis, Rondon e Prestes pelas Calçadas de Brasília – Pedro Jorge de Castro
- Affonso Heliodoro: exemplo e Desafio – Ronaldo Costa Couto
- Roma e Brasília – Ronaldo Poletti
- Tragédia na Floresta Amazônica – Tarcízio Dinoá Medeiros
- O Duque de Caxias Maçônico – William Almeida de Carvalho
- Um Artigo Histórico – Cassados sem Culpa – Wílon Wander Lopes

Revista nº 10

- Apresentação – Ronaldo Poletti

Primeira Seção – Assuntos Gerais

- Da História dos Ideais de Eduardo Mora-Anda – Anderson Braga Horta
- Introdução à Egiptologia – Carlos Valoussiére de Castro Brandão
- Napoleão Bonaparte, Ator Teatral – Danilo Gomes
- Brasília 60 Anos – Eugênio Giovenardi
- Causos – Innocência Viégas
- Anderson Braga Horta e a Tradução Literária – João Carlos Taveira
- Elos Internacionais de Brasília – José Carlos Brandi Aleixo
- História e Estética de um Beato Urbano: O Profeta Gentileza – Luiz Serra
- A Origem do Jogo do Bicho – Marcelo Grangeiro Quirino
- Contos – Napoleão Valadares
- O Quarteto Iluminado da Missão Goiana – Nina Tubino
- Otaviano Augusto. *O Imperium Populi*. O Império do Brasil – Ronaldo Poletti

- O “Território Sagrado Kalunga”. Um Quilombo na Chapada dos Veadeiros – Sebastião Fontenele França
- Chefe Bazil Águia Branca – Iroquês/Sioux Anglo-Amazônico-Roraimense – Tarcízio Dinoá Medeiros

Segunda Seção – Discursos de Posse

- Roberto Simonsen: Um Empreendedor – Bernardo Felipe Estellita Lins
- Oliveira Viana e a Defesa das Elites: Tecnoocracia e Aristocracia – Bruno da Silva Antunes de Cerqueira
- Propostas para o Novo Século – José Theodoro Mascarenhas Menck
- Brasília: Acolhimento e Preservação – Luiz Henrique Cascelli de Azevedo

Terceira Seção – Resenhas

- A Enciclopédia dos 60 Anos de Brasília – Adirson Vasconcelos
- A Velhice do Tempo. O tempo da Velhice – Agnês de Lima Leite
- Série: Duzentos Anos de Independência do Brasil – Bernardo Felipe Estellita Lins
- O Sertão Anárquico de Lampião – Hugo Studart
- Macunaíma, Ropicapnefma – Hugo Studart
- A Guerrilha do Araguaia por um experiente jornalista – Paulo Roberto de Almeida
- Filosofia e Direito – Direito e Filosofia – Tarcízio Dinoá Medeiros

Normas para colaboradores

1. Os artigos, de preferência inéditos, terão extensão variável, de 15 a 25 páginas, com aproximadamente 36 a 60 mil caracteres.
2. Cada artigo, com título em ponto 14 e corpo do texto em ponto 12, deve vir acompanhado de resumo em português e *abstract* em inglês, de aproximadamente 80 palavras, bem como palavras-chave e *key words*. Ao final do artigo, o autor incluirá um breve currículo de até 10 linhas.
3. Na primeira página, abaixo do nome do autor, deve constar uma informação sintética sobre a formação e vinculação institucional do autor, de até duas linhas.
4. Notas de rodapé (ao pé da página) apenas quando indispensáveis; as referências bibliográficas e citações no corpo do texto devem seguir o modelo (Autor, ano: p.); bibliografia, distinguindo entre fontes e literatura secundária, deve vir em ordem alfabética ao final do artigo, observando as normas da ABNT (6023/2018).
5. Resenhas de livros terão de preferência entre 3 e 10 páginas, começando com a identificação precisa da obra, depois de eventual título fantasia.
6. Encaminhar as colaborações ao e-mail: ihgdfederal@gmail.com.
7. Os membros dos conselhos consultivo e editorial atuarão como pareceristas anônimos; pareceristas externos poderão atuar para temas especializados.



Capa: Composição de imagem do Mapa do Distrito Federal - Atlas Histórico/1894 - Missão Cruls e foto da chegada de Candangos à Brasília/1959.

ISSN 2525-6653



9 772525 665003